

CARTAS AOS EFÉSIOS

COMENTÁRIO ESPERANÇA

autor

Eberhard Hahn

Editora Evangélica Esperança

Copyright © 2006, Editora Evangélica Esperança

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados pela:

Editora Evangélica Esperança
Rua Aviador Vicente Wolski, 353
82510-420 Curitiba-PR

E-mail: eee@esperanca-editora.com.br
Internet: www.esperanca-editora.com.br

Editora afiliada à ASEC e a CBL
Título do original em alemão
Der Brief des Paulus an die Epheser
Copyright © 1996 R. Brockhaus Verlag

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hahn, Eberhard

Cartas aos Efésios, Filipenses e Colossenses : Comentário Esperança / Eberhard Hahn, Werner de Boor / tradutor Werner Fuchs -- Curitiba, PR : Editora Evangélica Esperança, 2006.

Título original: Der Brief des Paulus an die Epheser; Die Briefe des Paulus an die Philipper und and die Kolosser

1. Bíblia. N.T. Crítica e interpretação

I. Boor, Werner de, 1899-1976. II. Título.

ISBN 85-86249-89-0 Capa dura

06-2419 CDD-225.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Novo Testamento : Interpretação e crítica 225.6

É proibida a reprodução total ou parcial sem permissão escrita dos editores.

O texto bíblico utilizado, com a devida autorização, é a versão Almeida Revista e Atualizada (RA) 2ª edição, da Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo, 1993.

Sumário

ORIENTAÇÕES PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS
ÍNDICE DE ABREVIATURAS

A. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. A característica literária peculiar da carta aos Efésios
2. O autor e os destinatários da carta aos Efésios
3. As circunstâncias da redação da carta aos Efésios

B. COMENTÁRIO

I. SAUDAÇÃO INICIAL: Ef 1.1s

II. O MISTÉRIO DIVINO DA VOCAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CORPO DE CRISTO: Ef 1.3-3.21

1. A tônica: louvor pela vocação divina: Ef 1.3-14
2. Prece por olhos iluminados do coração: Ef 1.15-23
3. Os mortos se tornaram vivos em Cristo: Ef 2.1-10
4. Pessoas distantes tornaram-se próximas no santuário de Deus: Ef 2.11-22
5. Paulo e a revelação do mistério divino: Ef 3.1-13
6. Prece para estarem enraizados no amor de Cristo: Ef 3.14-19
7. Exaltação final: Ef 3.20-21

III. O MODO DE VIDA DOS CRENTES CONDIZENTE COM A VOCAÇÃO: Ef 4.1-6.20

1. A obra milagrosa do corpo de Cristo: Ef 4.1-16
2. Vida cristã em um mundo não-cristão: Ef 4.17-5.14
3. Vida comunitária cristã: Ef 5.15-6.9
4. Espiritualmente preparados: Ef 6.10-20

IV. CONCLUSÃO: Ef 6.21-24

1. Menção a Tíquico: Ef 6.21s
2. Voto de bênção: Ef 6.23s

BIBLIOGRAFIA

ORIENTAÇÕES PARA O USUÁRIO DA SÉRIE DE COMENTÁRIOS

Com referência ao texto bíblico:

O texto de Efésios está impresso em negrito. Repetições do trecho que está sendo tratado também estão impressas em negrito. O itálico só foi usado para esclarecer dando ênfase.

Com referência aos textos paralelos:

A citação abundante de textos bíblicos paralelos é intencional. Para o seu registro foi reservada uma coluna à margem.

Com referência aos manuscritos:

Para as variantes mais importantes do texto, geralmente identificadas nas notas, foram usados os sinais abaixo, que carecem de explicação:

TM O texto hebraico do Antigo Testamento (o assim-chamado “Texto Massorético”). A transmissão exata do texto do Antigo Testamento era muito importante para os estudiosos judaicos. A partir do século II ela tornou-se uma ciência específica nas assim-chamadas “escolas massoréticas” (massora = transmissão). Originalmente o texto hebraico consistia só de consoantes; a partir do século VI os massoretas acrescentaram sinais vocálicos na forma de pontos e traços debaixo da palavra.

Manuscritos importantes do texto massorético:

Manuscrito: redigido em: pela escola de:
Códice do Cairo (C) 895 Moisés ben Asher

Códice da sinagoga de Aleppo depois de 900 Moisés ben Asher

(provavelmente destruído por um incêndio)

Códice de São Petersburgo 1008 Moisés ben Asher

Códice nº 3 de Erfurt século XI Ben Naftali

Códice de Reuchlin 1105 Ben Naftali

Qumran Os textos de Qumran. Os manuscritos encontrados em Qumran, em sua maioria, datam de antes de Cristo, portanto, são mais ou menos 1.000 anos mais antigos que os mencionados acima. Não existem entre eles textos completos do AT. Manuscritos importantes são:

- O texto de Isaías
- O comentário de Habacuque

Sam O Pentateuco samaritano. Os samaritanos preservaram os cinco livros da lei, em hebraico antigo. Seus manuscritos remontam a um texto muito antigo.

Targum A tradução oral do texto hebraico da Bíblia para o aramaico, no culto na sinagoga (dado que muitos judeus já não entendiam mais hebraico), levou no século III ao registro escrito no assim-chamado Targum (= tradução). Estas traduções são, muitas vezes, bastante livres e precisam ser usadas com cuidado.

LXX A tradução mais antiga do AT para o grego é chamada de “Septuaginta” (LXX = setenta), por causa da história tradicional da sua origem. Diz a história que ela foi traduzida por 72 estudiosos judeus por ordem do rei Ptolomeu Filadelfo, em 200 a.C., em Alexandria. A LXX é uma coletânea de traduções. Os trechos mais antigos, que incluem o Pentateuco, datam do século III a.C., provavelmente do Egito. Como esta tradução remonta a um texto hebraico anterior ao dos massoretas, ela é um auxílio importante para todos os trabalhos no texto do AT.

Outras Ocasionalmente recorre-se a outras traduções do AT. Estas têm menos valor para a pesquisa de texto, por serem ou traduções do grego (provavelmente da LXX), ou pelo menos fortemente influenciadas por ela (o que é o caso da Vulgata):

- Latina antiga por volta do ano 150
- Vulgata (tradução latina de Jerônimo) a partir do ano 390
- Copta séculos III-IV
- Etíope século IV

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

I. Abreviaturas gerais

AT	Antigo Testamento
NT	Novo Testamento
gr	Grego
hbr	Hebraico
km	Quilômetros
lat	Latim
opr	Observações preliminares
par	Texto paralelo
qi	Questões introdutórias
TM	Texto massorético
LXX	Septuaginta

II. Abreviaturas de livros

GB	W. GESENIUS e F. BUHL, <i>Hebräisches und Aramäisches Handwörterbuch</i> , 17ª ed., 1921.
LzB	<i>Lexikon zur Bibel</i> , organizado por Fritz Rienecker, Wuppertal, 16ª ed., 1983.

III. Abreviaturas das versões bíblicas usadas

O texto adotado neste comentário é a tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil, 2ª ed. (RA), SBB, São Paulo, 1997. Quando se fez uso de outras versões, elas são assim identificadas:

- RC Almeida, Revista e Corrigida, 1998.
NVI Nova Versão Internacional, 1994.
BJ Bíblia de Jerusalém, 1987.
BLH Bíblia na Linguagem de Hoje, 1998.
BV Bíblia Viva, 1981.

IV. Abreviaturas dos livros da Bíblia

ANTIGO TESTAMENTO

- Gn Gênesis
Êx Êxodo
Lv Levítico
Nm Números
Dt Deuteronômio
Js Josué
Jz Juízes
Rt Rute
1Sm 1Samuel
2Sm 2Samuel
1Rs 1Reis
2Rs 2Reis
1Cr 1Crônicas
2Cr 2Crônicas
Ed Esdras
Ne Neemias
Et Ester
Jó Jó
Sl Salmos
Pv Provérbios
Ec Eclesiastes
Ct Cântico dos Cânticos
Is Isaías
Jr Jeremias
Lm Lamentações de Jeremias
Ez Ezequiel
Dn Daniel
Os Oséias
Jl Joel
Am Amós
Ob Obadias
Jn Jonas
Mq Miquéias
Na Naum
Hc Habacuque
Sf Sofonias
Ag Ageu
Zc Zacarias
Ml Malaquias

NOVO TESTAMENTO

- Mt Mateus
Mc Marcos
Lc Lucas
Jo João
At Atos
Rm Romanos

1Co	1Coríntios
2Co	2Coríntios
Gl	Gálatas
Ef	Efésios
Fp	Filipenses
Cl	Colossenses
1Te	1Tessalonicenses
2Te	2Tessalonicenses
1Tm	1Timóteo
2Tm	2Timóteo
Tt	Tito
Fm	Filemom
Hb	Hebreus
Tg	Tiago
1Pe	1Pedro
2Pe	2Pedro
1Jo	1João
2Jo	2João
3Jo	3João
Jd	Judas
Ap	Apocalipse

A. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. A característica literária peculiar da carta aos Efésios

O presente escrito visa ser entendido como carta. Segue a estrutura epistolar comum nas demais cartas, inicialmente citando (em [Ef 1.1](#)) Paulo como autor e a igreja em Éfeso como destinatária, e concluindo em [Ef 6.23s](#) com um voto de bênção. Também as ações de graças em [Ef 1.15s](#) e a referência à pessoa que levará a carta (Tíquico), em [Ef 6.21s](#) têm paralelos em outras cartas do Novo Testamento. Todas as exposições e exortações da carta dirigem-se aos destinatários da mesma forma como ocorre em escritos de cunho similar.

Além disso cabe não ignorar algumas características da carta aos Efésios que conferem a essa obra um cunho peculiar:

Entre a destinatária e as ações de graças foi intercalado um grande hino de louvor ([Ef 1.3-14](#)). A partir de [Ef 1.17](#) a própria gratidão se transforma na prece a Deus para que conceda à igreja iluminação sobre a abrangente obra redentora de Cristo. Vários exegetas sentem falta de uma lista de saudações no final da carta, p. ex., como a extensa série que encontramos em [Rm 16](#), embora Paulo não conhecesse pessoalmente a igreja em Roma. Alguns comentaristas apontam para o tom singularmente distanciado, não concreto e impessoal do escrito, que dificilmente se coaduna com o trabalho intensivo de Paulo em Éfeso (cf. [At 19.10,17ss](#)) e com a comvente cena da despedida dos presbíteros de lá em [At 20.17-38](#).

Dessas constatações originou-se uma abundância de hipóteses diferentes que tentam explicar a característica especial da carta aos Efésios. P. ex., ela é entendida como abordagem teológica de um autor desconhecido, como discurso intelectual, como prédica (p. ex., na ocasião do batismo) ou como liturgia batismal. Os capítulos [Ef 1-3](#) são designados como ação de graças no culto, posteriormente complementada com exortações e depois também dirigida a outras igrejas.

Diante disso cabe enfatizar que mesmo que não seja possível ignorar a característica de hino em longos trechos, sedimentando o linguajar litúrgico, uma descrição unilateral não faz justiça à realidade. Basta remeter aos trechos que se referem à biografia de Paulo ([Ef 3.1-13](#)) e à sua proclamação ([Ef 1.20-23](#); [2.4-22](#)); não se pode reuni-los todos debaixo do denominador comum “litúrgicos”. Contra a tese do tratado teológico unilateral depõe a seção detalhada de exortações ([Ef 4-6](#)). Por fim, também apontam para as exposições nos capítulos [1-3](#), de modo que as duas partes não podem ser separadas.

Conseqüentemente, cumpre fixar que do ponto de vista literário a carta aos Efésios é diferente de outras cartas de Paulo: diante do fato de que o próprio apóstolo fundou a igreja, sentimos falta do tom pessoal; os elementos litúrgicos estão singularmente destacados; a interpretação teológica do senhorio de Cristo sobre o universo possui um peso especial. Apesar disso a epístola aos Efésios não pode ser convincentemente interpretada como um escrito de cunho

diverso, mas visa ser entendida como carta. Quando levamos em consideração diversos pontos comuns com a primeira carta de Pedro, este paralelo torna plausível a explicação de que a carta aos Efésios também poderia ser um escrito destinado a diversas igrejas da Ásia Menor. É o que será examinado mais detidamente no item a seguir.

2. O autor e os destinatários da carta aos Efésios

Os seguintes fatos revestem-se de importância central para responder às questões pertinentes à esfera abordada neste item:

1) Importantes manuscritos antigos não trazem, em Ef 1.1, as duas palavras “em Éfeso”. De acordo com os princípios a serem aplicados neste local para determinar o texto original (crítica textual: “a variante mais antiga deve ser preferida à mais nova”), “em Éfeso” precisa ser entendido como adendo posterior.

No entanto, a presente carta foi amplamente divulgada desde o final do séc. III com o título “aos Efésios”.

Unicamente o pai da igreja Tertuliano apresenta uma designação divergente: ele informa que o herege Marcião chamou o escrito de “carta aos Laodicenses” (i. é, com o título “aos Laodicenses” *antes* de Ef 1.1). Indiretamente essa referência aponta para a circunstância de que também Tertuliano conhecia a carta sem a definição geográfica “aos Efésios”. Essa insegurança quanto aos destinatários leva à ponderação de que a carta aos Efésios eventualmente tenha sido dirigida não exclusivamente à igreja em Éfeso, mas a diversas igrejas. Assim também poderiam ser solucionados os questionamentos a respeito da ausência de referências à situação, bem como da característica “impessoal” e da inexistência de saudações.

Segundo as regras para definição do texto original, a versão mais antiga de Ef 1.1 deveria ter sido traduzida como: “Paulo, apóstolo de Cristo Jesus pela vontade de Deus, aos santos, “aos *que estão*” e aos crentes em Cristo Jesus”.

Na verdade existem exemplos extrabíblicos em que o intróito da carta, com construção frasal análoga, também não cita os destinatários, de modo que nesses casos a expressão “aos que estão” é traduzida por “aos de lá”. Contudo em todas as demais cartas a igrejas Paulo sempre menciona um ponto geográfico (p. ex., Fp 1.1: “a todos os que estão... em Filipos” = “a todos... em Filipos”: na versão em português a expressão “os existentes” não é incluída).

Por essa razão diversos pesquisadores defenderam uma “hipótese da lacuna”. Ela afirma que após a expressão “aos existentes” haveria uma lacuna, cuja origem poderia ser explicada de duas formas : a carta de Paulo foi concebida como carta circular e desde o início trazia essa lacuna, na qual o copista inseria o nome do respectivo grupo geográfico, ou a referência geográfica original foi suprimida, e a lacuna foi posteriormente fechada com as palavras “em Éfeso”.

Conforme Schlier, a relação entre as cartas aos Efésios, aos Colossenses e a “carta aos Laodicenses” mencionada em Cl 4.16 deve ser descrita da seguinte forma: Paulo escreveu, dentro de um breve período de tempo, uma carta à igreja em Colossos e um escrito que Tíquico deveria levar a Laodicéia. Aparentemente estes escritos eram complementares, motivo pelo qual deveria haver um intercâmbio deles entre as igrejas (cf. Cl 4.16). Cl 2.1 assinala que além dos colossenses Paulo também tinha em mente a igreja em Laodicéia e outras pequenas congregações cristãs. A mesma coisa deve valer para a carta enviada a Laodicéia. A partir deste raciocínio Schlier conclui que esta carta é idêntica à obra que nós conhecemos como epístola aos Efésios. É preciso deixar em aberto a questão por que esse escrito às igrejas originalmente redigido sem referência geográfica finalmente se tornou conhecido como “carta aos Efésios”. Stadelmann conjectura que no final do ciclo de viagens de Tíquico a epístola foi guardada na cidade principal, Éfeso, razão pela qual obteve esse nome.

Quem rejeita a hipótese da lacuna tenta interpretar a forma atual do texto como referência a dois grupos de destinatários diferentes: “aos santos de lá e aos crentes em Cristo Jesus”. Também nesse caso a carta não é entendida como comunicação para uma igreja local específica, mas como um escrito doutrinário fundamental.

Por conseguinte é preciso chegar à conclusão de que com a carta aos Efésios Paulo se dirige a várias igrejas da Ásia Menor. É incerto se cada uma delas recebeu uma cópia com a respectiva referência geográfica, ou se o original já mencionava o endereço de maneira genérica.

2) Além do problema da transmissão do texto, contesta-se desde o fim do séc. XVIII a autoria de Paulo. Em favor dessa posição são apresentados sobretudo os seguintes argumentos:

Além de cerca de 50 hapaxlegômenas (palavras que em todo o NT ocorrem apenas no presente escrito) a linguagem traz algumas formulações que divergem das demais cartas de Paulo: *en tois epouraniois* (“existentes no céu”: Ef 1.3,20; 2.6; 3.10; 6.12) em lugar de *en ouranois* (“no céu”: 2Co 5.1; cf. Fp 3.20; Cl 1.5,16,20); *diabolos* (“diabo”: Ef 4.27; 6.11) em lugar de *satanas* (“Satanás”: 1Co 5.5; 7.5; 2Co 2.11; 11.14; 12.7; 1Ts 2.18; 2Ts 2.9; 1Tm 1.20; 5.15). Alguns conceitos aparecem em Ef e Cl, bem como nos escritos tardios do NT, mas não nas cartas iniciais de Paulo, p. ex., *dianoia* (“razão, mentalidade”), *kratos* (“poder, força”), *kyriotes* (“poder de soberania”), *katoikein* (“habitar”).

- Uma análise do *estilo* evidencia frases de comprimento incomum, que não ocorrem nessa proporção nos demais escritos de Paulo. Palavras sinônimas são alinhadas lado a lado. Ocorre um acúmulo de construções gramaticais no

genitivo. Aqui cabe observar que se trata de peculiaridades que possuem peso apenas em combinação com outras características.

- Por fim remete-se para a ênfase diferente na teologia da carta aos Efésios: A justificação somente pela fé aparece somente em Ef 2.8s, e meramente aludida. O tema “boas obras” (Ef 2.10) só é tratado dessa maneira nas cartas pastorais. Desaparece a forte expectativa do retorno imediato (cf. apenas Ef 4.30). Desaparece a “palavra da cruz”. Em contrapartida, o centro é ocupado pelo senhorio do Cristo exaltado sobre igreja e cosmos. O mistério de Cristo já não é a tolice da mensagem da cruz (cf. 1Co 2.7-10), mas a unidade de judeus cristãos e gentios cristãos (Ef 3.5s). Cristo é destacado particularmente como cabeça, em contraposição à igreja como corpo, distinguindo-se assim de 1Co 12.12ss. A concepção do matrimônio como imagem da relação entre Cristo e igreja está em uma singular tensão com a qualificação do matrimônio em 1Co 7. Tais peculiaridades serão abordadas nas respectivas passagens do comentário.

Essas e outras constatações levam um grande número de pesquisadores a concluir que a carta aos Efésios foi redigida por um desconhecido aluno de Paulo, entre os 80 a 100 d.C. Sua intenção seria seguir a tradição do grande apóstolo na elaboração da doutrina da unidade da igreja, formada de judeus cristãos e gentios cristãos, para uma realidade adaptada às necessidades das igrejas da Ásia Menor.

Em contraposição, no entanto, há uma série de exegetas que interpretam as citadas características de outro modo, entendendo a carta aos Efésios como obra de Paulo:

1) Cabe remeter às marcas pessoais da carta: Paulo é citado pelo nome em Ef 1.1 e 3.1; em Ef 1.15s fala-se de sua relação com os destinatários; em Ef 3.1 e 4.1 ele se define como “prisioneiro de Jesus Cristo”; ele solicita a intercessão dos leitores em Ef 6.19s.

2) Apesar das questões não resolvidas em relação aos destinatários da carta, ao que parece a autoria de Paulo nunca foi questionada até o séc. XVIII.

3) As peculiaridades lingüísticas, estilísticas e teológicas podem ser interpretadas da seguinte forma: enquanto os críticos focalizam as divergências em relação às primeiras cartas de Paulo, mas entendendo os temas paralelos como imitação de um aluno anônimo, o outro lado argumenta que as flagrantes diferenças devem ser compreendidas no contexto da larga concordância com as demais cartas de Paulo. Devem ser entendidas a partir das necessidades específicas dos destinatários. H. J. Cadbury, p. ex., indaga: “O que é mais provável: que um imitador de Paulo no séc. I tenha formulado um escrito que coincide em 90 ou 95% com o estilo de Paulo, ou que o próprio Paulo tenha escrito uma carta que desvia em cerca de 5 a 10% de seu estilo habitual?”

Concordamos com Schnackenburg quando ele julga que, esgotada a discussão da problemática, o que em última análise decide a favor ou contra a autoria de Paulo é o enquadramento hermenêutico da carta no quadro geral da teologia de Paulo. Ele indaga: “A carta torna-se mais compreensível *em seu todo* sendo originária do tempo de vida do apóstolo e escrita por ele mesmo (ou seu grupo de colaboradores) ou sendo datada apenas na incipiente época ‘pós-apostólica’ (por volta de 90)?” Por outro lado, é difícil supor que outra pessoa, que não Paulo, tenha sido capaz de elaborar um escrito como a forma atual da carta aos Efésios. Schlier descreve assim esse “pseudo-Paulo”: “Por um lado tinha de ser alguém que não somente reproduzia os pensamentos de seu mestre, mas que também tenha penetrado de tal forma neles e também na sua linguagem que conseguia levar seu raciocínio adiante de forma autônoma e usar uma terminologia que lhe ocorria para isso. Será que esse aluno não deveria ser chamado antes de ‘segundo Paulo’, ou ‘Paulo depois de Paulo’? Será que ele não seria praticamente a incorporação de um paulinismo avançado? Contudo, será que ele não teria de ser também um plagiador ou compilador bastante dependente – e ainda assim bastante moderno? Um aluno desses não é muito verossímil. E jamais se ouviu acerca de alguém como ele.”

Cabe assinalar outra circunstância decisiva: se as cartas pastorais forem entendidas como posteriores a Paulo, como é amplamente aceito, a “imagem de Paulo” pela qual também a carta aos Efésios passa a ser medida será substancialmente diferente (sobretudo mais restrita) do que aquela que resulta quando esses escritos são incluídos na lista de obras de Paulo. Se a linguagem, o estilo e a teologia de Paulo abrangerem também as cartas pastorais, a surpresa com os paralelos entre a carta aos Efésios e essas três cartas desaparecerá naturalmente.

O fato de o presente comentário pressupor que Paulo é o autor da carta aos Efésios, já que as hipóteses divergentes não são suficientemente convincentes, também se baseia na circunstância de que seu acervo abarca não apenas as cartas aos Gálatas, aos Romanos ou aos Coríntios, mas também a carta a Tito e aquelas dirigidas a Timóteo. As conseqüências resultantes serão abordadas nas respectivas passagens.

3. As circunstâncias da redação da carta aos Efésios

Paulo escreve a carta na prisão (Ef 3.1; 4.1; 6.20). Por isto, a epístola aos Efésios é listada entre as “cartas da prisão”, em conjunto com as cartas aos Filipenses, Colossenses e a Filemom. Há basicamente três possibilidades para o local da prisão de Paulo: Roma, Éfeso e Cesaréia. A argumentação baseia-se nas razões a seguir

Em favor do aprisionamento em Roma depõe a notável liberdade da qual se fala em At 28.30: Paulo podia receber visitantes, realizar seu serviço de proclamação, ditar cartas. Em uma igreja grande é mais fácil imaginar que Paulo tinha vários colaboradores à disposição (p. ex., secretários). Considerando que Paulo foi prisioneiro em Roma no fim de sua vida, a diferença cronológica em relação às epístolas anteriores pode ser usada para explicar as mudanças

lingüísticas e estilísticas na carta aos Efésios. Além disso a *subscriptio* (assinatura depois de Ef 6.24) tradicionalmente cita Roma como local de origem.

Sem comprovação direta, diversos estudiosos supõem uma detenção em Éfeso durante a terceira viagem missionária. A base para essa hipótese é a ponderação de que Atos dos Apóstolos e as cartas evidentemente não anotam todas as ocasiões em que Paulo esteve detido. O texto de 2Co 6.4ss e 11.23 testemunha indiretamente a respeito disto. Clemente de Roma menciona que Paulo foi acorrentado sete vezes (1CIem 5.6). Em contrapartida parece estranho que Paulo escreva a uma igreja enquanto estava preso na mesma cidade (mesmo se o escrito era dirigido ao mesmo tempo também a outras igrejas).

Recentemente Stadelmann pronunciou-se energicamente em favor da hipótese de que a carta tenha sido escrita durante a prisão em Cesaréia. Cita, entre outros, os seguintes aspectos: pouco antes da detenção Paulo era acompanhado de Aristarco, Timóteo, Tíquico e Lucas (At 20.4-6); os mesmos colaboradores tornam a ser citados nas “cartas da prisão”: Timóteo (Cl 1.1; Fm 1), Tíquico (Ef 6.21; Cl 4.7), Aristarco (Cl 4.10; Fm 24), Lucas (Cl 4.14; Fm 24), ao passo que na viagem para Roma somente Aristarco e Lucas acompanham a Paulo (At 27.2). Enquanto na Cesaréia Paulo podia alimentar a esperança de ser solto em breve, motivo pelo qual fazia planos para visitar novamente suas igrejas (cf. Fm 22), o desfecho do processo em Roma era incerto para ele. Em vista de tensões da época em Cesaréia, poderia parecer-lhe particularmente urgente enfatizar a unidade entre judeus e gentios cristãos, de sorte que também um aspecto de conteúdo deporia em favor dessa hipótese.

Se concordarmos com essas considerações, a carta aos Efésios foi escrita por Paulo por volta dos anos 56-58, em Cesaréia.

A carta dirige-se às igrejas cristãs da Ásia Menor na região de Éfeso, Colossos, Laodicéia, Hierápolis, cidades a serem visitadas por Tíquico (Ef 6.21s) e com cuja perseverança na fé Paulo se preocupa (cf. Cl 2.1; 4.13). É provável que cronologicamente a epístola aos Efésios tenha sido escrita logo depois da carta aos Colossenses. Paulo ensina esses cristãos “no primeiro caso de tal forma que ele lhes desvenda o mistério de Cristo em confronto expresso com a ‘filosofia’ e ‘tradição’ (Cl 2.8) – na carta aos Colossenses – e na seqüência de tal modo a apresentar aos cristãos de origem gentia a concretização do mistério de Cristo na igreja formada de judeus e gentios (Efésios). As duas cartas devem ser trocadas entre as igrejas.”

À distância Paulo participa da luta contra a heresia, ao mesmo tempo em que vislumbra, de maneira abrangente e em adoração, o mistério da história da salvação divina. Comunica esse mistério às igrejas em solene linguagem de louvor.

B. COMENTÁRIO

I. SAUDAÇÃO INICIAL: EF 1.1S

1 – Paulo, apóstolo de Cristo Jesus por vontade de Deus, aos santos (em Éfeso) e fiéis em Cristo Jesus.

2 - Graça a vós e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo.

1 Nas comunicações às igrejas Paulo recorre à forma de carta usual em sua época: começa pelo remetente, cita na seqüência os destinatários e em seguida acrescenta o voto de bênção. O evangelho que lhe cabe proclamar é transmitido em formas de expressão amplamente conhecidas.

Como nas demais cartas, Paulo indica aqui seu nome grego (cf. At 13.9), completando-o com um duplo adendo: “**apóstolo de Cristo Jesus**” e “**pela vontade de Deus**”.

Uma vez que Paulo não pertencia ao grupo dos doze de Jesus nem às “colunas” da primeira igreja (Gl 2.9), vários segmentos de igrejas fundadas por ele lhe negavam o título de apóstolo. Essas controvérsias são testemunhadas sobretudo pela epístola aos Gálatas e pela segunda carta aos Coríntios. Apesar disso Paulo é apóstolo “de validade plena”, visto que foi chamado diretamente para esse ministério pelo Senhor exaltado (Gl 1.11ss). Em outras passagens ele ressalta particularmente o fato da vocação (Rm 1.1; 1Co 1.1).

Como **apóstolo** Paulo é mensageiro no lugar de Cristo (2Co 5.20), incumbido e autorizado por este. De acordo com Ef 4.7,10ss o ministério apostólico faz parte dos dons da graça; por meio dele os fiéis são preparados e a igreja é edificada. Nessa incumbência Paulo é “servo do evangelho” (Ef 3.6s) e “participante da administração geral de Deus” (Ef 3.2ss). Pela iluminação de Deus foi-lhe manifesto o mistério de Cristo: os gentios são co-herdeiros da graça (Ef 3.6; cf. Cl 1.27). O apóstolo

Paulo e os demais apóstolos e profetas constituem o fundamento da igreja, que é aperfeiçoada pela pedra angular Cristo (Ef 2.20ss).

Paulo não é tudo isso em virtude de realização própria. Pelo contrário, o apostolado foi confiado como “dádiva da graça de Deus” (Ef 3.7s) a ele, “o mais humildes entre todos os santos”. Conseqüentemente, repercute em sua vocação a justificação unicamente pela graça. É preciso destacar esse aspecto de forma particular em vista da crítica pela aparente ausência da proclamação da justificação na carta aos Efésios.

A incumbência de apóstolo de Jesus Cristo está alicerçada na vontade de Deus. Apesar de ser como “nascimento fora do tempo” (1Co 15.1) - no aspecto exterior -, Paulo se considera “separado” para esse ministério “desde o ventre materno” (Gl 1.15, com referência intencional à eleição de Jeremias para o serviço de profeta: Jr 1.5). Isso torna-se perceptível na “vocação através de sua graça” (Gl 1.15), i. é, no encontro com Cristo na estrada para Damasco e na confirmação divina para seu serviço de proclamação. É nisso que se evidencia a vontade de Deus na vida de Paulo.

Quanto à problemática em vista das duas palavras “em Éfeso”, remetemos às Questões Introdutórias, acima, às p. 12s.

Os destinatários são chamados de santos, p. ex., em proêmios de cartas. Essa é uma das designações mais comuns que os cristãos empregam uns em relação aos outros. Ao lado dela aparecem “discípulos” (nos evangelhos e em At), “irmãos” (2Co 1.1; Rm 16.14; 1Ts 5.26; Cl 4.15; etc.) ou “crentes” (At 10.45; Cl 1.2). O conceito também ocorre em diversas passagens da carta aos Efésios, porém será analisado mais detidamente neste momento.

Somente Deus é enaltecido como o Santo. O ser humano difere dele fundamentalmente, pelo fato de ser impuro, não-santo. Somente pode ser admitido ao recinto de Deus aquilo que foi purificado por ele e, por isso, santificado para servi-lo. No AT isso se refere a utensílios, lugares, tempos, aos sacerdotes e ao povo eleito como um todo.

Como “Santo de Israel” (Mc 1.24), cabe a Jesus a função de santificar: ele batiza com o Espírito Santo (Mt 3.11; cf. Rm 15.16; 1Co 6.11); ele santifica sua igreja ao entregar sua vida (Ef 5.25s); ele próprio foi feito santificação da igreja (1Co 1.30). A vida dos “santos”, portanto, é totalmente abarcada por aquilo que Jesus Cristo fez e faz por eles. Por essa razão eles são “santos... em Cristo Jesus”. Tal misericórdia abrangente e imerecida compromete cada um a expressar essa santidade atribuída em todas as ações, palavras e pensamentos, evitando o pecado em todas as suas formas. Se o Santo de Deus se volta dessa maneira ao mísero pecador, como este poderia dar-lhe uma outra resposta que não seja o desejo de viver exclusivamente para o Senhor, portanto, ser “santo”?

Os destinatários são “**santos**” e também “**crentes**” em Jesus Cristo: a santidade é dádiva, que os crentes recebem por intermédio de Jesus Cristo. Ela decorre da fé, e essa fé não é outra coisa senão fé em Jesus Cristo. Essas palavras de forma alguma visam aludir a dois grupos distintos de cristãos (batizados – postulantes ao batismo; santos do AT – do NT). Pelo contrário - os dois conceitos se explicam reciprocamente.

Quando a carta de Paulo “é lida na reunião dos destinatários, ouve-se a mensagem do próprio Cristo Jesus na fala de seu emissário. Aqueles aos quais o mensageiro de Deus e de Cristo escreve são um punhado de habitantes de pequenas cidades frígias no vale do rio Licos, que se reuniram em uma ou outra casa. A eles é dito que são ‘santos’. São santos por serem pessoas que abraçaram a fé e foram batizadas. Estão ‘em Cristo Jesus’. Afinal, não *estão* apenas em Laodicéia ou Hierápolis ou qualquer outro local, mas sua morada e seu ambiente de vida também é Cristo Jesus, depois que Deus descortinou essa ‘dimensão’...”

- 2 A saudação comum na carta grega foi transformada em voto de bênção: **graça a vós e paz, da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo**. Ocorre nestas palavras também em outros proêmios de cartas. Graça e paz devem ser entendidas com base no voto de bênção judaico “misericórdia e paz”. A bênção não é apenas um “desejo piedoso”, mas assegura graça e paz de forma eficaz aos assim abençoados (cf. Lc 10.51). O conceito da **graça** abrange a totalidade da obra da salvação em Jesus Cristo, que transforma também os destinatários da carta em participantes da graça (Fp 1.7). A **paz** refere-se à restauração abrangente por meio de Jesus Cristo, cumprindo assim a expectativa do *shalom* do AT. Os cristãos são cercados por essa paz que excede qualquer compreensão humana e serão preservados nela (Rm 5.1s).

Doador de toda a graça e paz é **Deus, nosso Pai, e o Senhor Jesus Cristo**. Por meio de Jesus Cristo a igreja passou a conhecer Deus como o Pai. O Espírito Santo inaugura a liberdade de

podermos tratá-lo na oração como *Abba* (Rm 8.15). Ele é “nosso Pai” (Mt 6.9). Jesus Cristo é Senhor de cada crente (cf. Jo 20.28), da igreja (1Co 16.22) e do cosmos (Fp 2.11). Ter a possibilidade de ser servo dele é graça. No entanto a soberania desse Senhor caracteriza-se justamente pelo fato de que ele se tornou servo de todos!

II. O MISTÉRIO DIVINO DA VOCAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CORPO DE CRISTO: EF 1.3-3.21

1. A tônica: louvor pela vocação divina: Ef 1.3-14

- 3 – **Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo,**
- 4 – **assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor**
- 5 – **nos destinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade,**
- 6 – **para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado,**
- 7 – **no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça,**
- 8 – **que Deus derramou abundantemente sobre nós em toda a sabedoria e prudência,**
- 9 – **desvendando-nos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito que propusera em Cristo,**
- 10 – **de fazer convergir nele, na dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as do céu, como as da terra;**
- 11 – **nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade,**
- 12 – **a fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que de antemão esperamos em Cristo;**
- 13 – **em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa;**
- 14 – **o qual é o penhor da nossa herança, ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória.**

3 Ainda que haja no NT exemplos análogos de louvor no início de uma carta (2Co 1.3s; 1Pe 1.3-5), a densidade de conteúdo e linguagem, bem como a complexidade dessa única frase extrapolam qualquer comparação. Conseqüentemente, os v. 3-14 possuem uma posição particularmente destacada na epístola aos Efésios. De certa maneira eles evocam o intróito (“prólogo”) do evangelho de João (Jo 1.1-18), que se reveste de relevância fundamental para toda a obra. A matriz de um louvor assim deve ser buscada nos breves votos de bênção de Israel: Deus é bendito (literalmente “abençoado”) pelo que realizou e pelo que é (cf. Sl 143.1).

Diversas vezes tentou-se interpretar o louvor como um hino, diferenciando diversas estrofes. São sugeridas duas possíveis subdivisões: os três verbos “eleger” (v. 4), “agraciar” (v. 6) e “fazer derramar” (v. 8) explicando o abençoar divino (v. 3) ou os três participios “abençoar” (v. 3), “predeterminar” (v. 5), “anunciar” (v. 9). Remete-se à estrutura trinitária (eleito pelo Pai – redimido pelo Filho – selado no Espírito Santo) ou à ênfase especial cristológica (ocorrência freqüente do “em Cristo”). Schnackenburg subdivide a frase em seis blocos, cada um dos quais abrange dois versículos, com as seguintes ênfases de conteúdo: o louvor a Deus é motivado pela “eleição antes dos tempos”; ela é transmitida pela “vocação para a filiação”, que sucede pela “redenção pelo sangue de Cristo”.

Ela se torna perceptível na “revelação do mistério” da vontade divina; essa bênção se torna palpável no fato de que os crentes têm “esperança antecipada em Cristo” e obtêm “pelo Espírito a prerrogativa da herança plena”.

Quando Deus é descrito mais detalhadamente como **Pai de nosso Senhor Jesus Cristo**, a especialidade de seu agir abençoador entra em cena imediatamente: sua ação atinge foco e auge no envio do Filho amado (Ef 1.5s; 4.13).

A razão do louvor reside no fato de que Deus **nos abençoou com todas as bênçãos espirituais nos céus em Cristo**.

O louvor a Deus ressoa basicamente por dois motivos: Deus é exaltado em primeiro lugar porque salva da aflição e na seqüência por revelar o mistério divino através do qual ele torna a sua ajuda conhecida.

O emprego tríplice do termo “bendizer/bênção” salienta de forma marcante a motivação para todo o louvor subsequente: Deus é aquele que inunda os cristãos copiosamente com sua bênção (“**toda sorte**”). Trata-se notadamente de “**bênção espiritual**”. Isso não deprecia como terrena a bênção de Deus no AT, que podia concretizar-se em numerosos filhos, longa vida, grandes rebanhos e muitas propriedades (Jó 42.12ss). Pelo contrário, aponta para a destacada singularidade da bênção propiciada por meio de Jesus Cristo. Ela é ao mesmo tempo “**espiritual**” por ser concedida pelo Espírito Santo a cada cristão (cf. Ef 1.13). O começo e o fim do louvor são, portanto, conectados pela menção do Espírito Santo (v. 3 e 13).

Que sentido têm “**os céus**”, dos quais se fala em cinco passagens da carta aos Efésios?

Chama atenção que nesses versículos “os céus” não somente designam o lugar de Deus e de Cristo, mas que poderes (malignos) também exercem sua ação neste ambiente. Uma vez que toda a Bíblia enaltece a Deus como Senhor do céu e da terra, e Jesus é mostrado à sua direita, governando com ele, esse tipo de afirmação é surpreendente à primeira vista. Contudo, uma análise mais detida revela outras passagens que falam não somente dos anjos no céu, mas de poderes antidivinos que ali se encontram.

Paulo escreve p. ex. em 1Co 8.5s: “Ainda que haja também alguns que se chamem deuses, quer no céu ou sobre a terra, como há muitos deuses e muitos senhores, todavia, para nós há um só Deus...” O discurso de Estevão lembra os pais de Israel que colocaram um bezerro de ouro, um ídolo, no lugar do verdadeiro Deus; em conseqüência Deus “se afastou e os entregou ao culto da milícia celestial” (At 7.42). Além da expulsão de Satanás do céu (Lc 10.18), há informações (sobretudo em Ap 12.7ss) acerca da luta de Miguel e seus anjos contra o dragão e seu exército, que curiosamente acontece “no céu” (sobre isso, cf. também Dn 10). Quando levamos em conta o contexto de Ef 2.2, que traz afirmações sobre o “príncipe da esfera de poder do ar”, a conclusão é que o texto fala da eficácia dos poderes malignos que não se restringe à terra. Eles exercem influência também sobre o âmbito intelectual situado “acima” da terra, o espaço aéreo, os céus “inferiores”. Isso de forma alguma viola o senhorio de Deus e de seu Cristo. Ainda assim os crentes são atormentados e precisam defender-se contra esses poderes (cf. Ef 6.10ss), até que aconteça o já anunciado aniquilamento completo do diabo quando Cristo aparecer no fim (cf. Ap 12.9).

A posição singular de Cristo pode ser notada no fato de que ele está à direita de Deus “*nos céus*” (Ef 1.20), mas que ao mesmo tempo os preenche (Ef 4.10) e domina (“sobre todos os reinos...”: Ef 1.21; “sobre todos os céus”: Ef 4.10). Junto dele, a igreja, como corpo dele (Ef 1.22s), está igualmente “nos céus”. Conseqüentemente, ela está ao lado do vencedor, mesmo que ainda seja acossada e perseguida de múltiplas maneiras.

Com base nisto, torna-se evidente por que a caracterização “nos céus” carece da definição mais precisa “em Cristo”. Assim os crentes encontram-se na esfera de governo daquele que é Senhor sobre todos os céus. Da mesma forma, explica-se assim que essa ação de Deus de fato contém “toda sorte de bênçãos espirituais”. A comunhão com Cristo equipa a igreja com todas as coisas de que precisa.

- 4 Este versículo leva primeiramente a olhar para trás, contemplando o agir de Deus que precede sua bênção, e depois menciona pela primeira vez o alvo que este agir visa alcançar nos crentes. “**Escolher**” significa selecionar de uma multidão maior, ligando com esse ato o aspecto da dignificação: ele nos escolheu. Essa escolha de Deus ocorreu “**antes da fundação do mundo**” e sucedeu “**em Cristo**”. Isso não deve ser de forma alguma interpretado como preexistência das almas no Cristo preexistente. Pelo contrário, o plano de salvação de Deus por meio de Cristo, estabelecido antes da criação, já engloba os que crêem em Cristo. Essa escolha alcança os crentes quando estes são chamados pelo evangelho (cf. Ef 1.13), contempla-os como um “sorteio” (Ef 1.11) e é lacrada por intermédio do Espírito Santo, o penhor da herança eterna (Ef 1.13s).

Em momento algum a magnitude dessa eleição autoriza uma confortável atitude de autocomplacência e superioridade. Em momento algum há especulação acerca dos “outros”, os eventuais rejeitados e seu destino. Pelo contrário, a copiosa abundância da bênção divina move aqueles que ouviram, viram e degustaram “a exaltação de Deus e o empenho ético; da vocação

decorre o compromisso para uma vida condizente com Deus e adequada a Cristo neste mundo”: **“para sermos santos e irrepreensíveis diante dele”**.

Em Cl 1.22 há uma formulação muito similar, em que “santo” e “irrepreensível” são complementados por “sem mácula”. “Irrepreensível” é um termo conhecido do contexto dos sacrifícios (no sentido de “sem defeito”, “incólume”), mas também tem o significado geral de “impecável”. Em Cl 1.22 o ato reconciliador de Cristo significa que os crentes são apresentados santos e irrepreensíveis perante a face de Deus (cf. também Ef 5.27); aqui esse intuito já faz parte da eleição de Deus. Cabe, porém, lembrar que ela acontece “em Cristo”, abrangendo, portanto, o evento da cruz e da ressurreição. Aqui cumpre chamar atenção para o fato de que a dádiva de Deus e a obediência dos crentes estão interligadas.

- 5 Tanto a tradução alemã revisada de Lutero (de 1984) como numerosos comentaristas ligam a expressão “em amor” ao v. 5. Além da métrica do texto, depõe em favor disso sobretudo a interpretação dessa formulação como o amor de Deus na eleição. A Introdução de Schnackenburg emoldura esse bloco com as referências ao amor de Deus (v. 4) e ao filho amado (v. 6): “No começo não estão a solicitação e exigência de Deus, mas seu amor dadivoso.” Ele é evidenciado – o que explica e complementa Ef 1.4 – como “predeterminação para sermos filhos”. A escolha de Ef 1.4 expressa-se na deliberação soberana de Deus. Com isso Paulo não apenas retoma a mesma expressão de Rm 8.29 e 1Co 2.7, mas também recapitula o contexto objetivo de Rm 8. Em Rm 8.15 ele fala do “espírito da filiação” e em Rm 8.23 da saudade pela revelação dessa filiação, além da transfiguração dos eleitos na imagem do Filho (Rm 8.29), pelo que são revelados como irmãos de Cristo e conseqüentemente como filhos de Deus (cf. Ef 5.1).

Na presente passagem, o fato de Jesus Cristo ser o Mediador da filiação é salientado especificamente pela inclusão de “por meio de Jesus Cristo”.

A referência **“em direção dele”** não pode ser definida com segurança: a eleição e destinação para a filiação pode ser orientada “em direção de Deus”, visto que no juízo os crentes comparecerão diante dele, ou pode apontar “em direção de Cristo”, porque somos transfigurados na imagem dele (Rm 8.29).

“Segundo o beneplácito de sua vontade” destaca a liberdade do desígnio divino. Ele age soberanamente em suas decisões. Sua vontade aponta para a cura abrangente, para a síntese de tudo em Cristo: v. 10.

A carta aos Efésios fala de múltiplas maneiras da vontade de Deus: a determinação para a filiação (Ef 1.5) está alicerçada sobre o agrado da vontade de Deus. Ele deixou manifesto o mistério de sua vontade, de reunir tudo em Cristo: Ef 1.9s. De acordo com Ef 1.11 Deus executa sua vontade de forma cabal. Conseqüentemente ela se dirige à igreja e a seus membros, bem como a todo o universo, no passado, no presente e no futuro. Essa vontade é sua determinação salvadora, que conduz tudo ao alvo eterno. Nela também está inserido o apostolado de Paulo. Quando o indivíduo crente aprende a entender e praticar cada vez melhor a vontade de Deus (Ef 5.17; 6.6; Cl 1.9; 4.12), ele está cumprindo a determinação dele. É pelas palavras de Paulo que essa vontade de Deus chega à igreja.

- 6 Novamente o retrospecto é seguido pela indicação do alvo: **para o louvor da glória de sua graça** (cf. v. 12,14). Enquanto Deus executa sua vontade salvadora, determinada antes da fundação do mundo, transformando pessoas em filhos seus, o seu louvor ressoa em todo universo. Esse louvor enaltece a glória da graça divina. A graça de Deus torna-se visível e palpável **“no Amado”**. Visto que a graça de Deus é transmitida aos crentes através do Amado, eles são atraídos no amor do Pai em direção do Filho: “No Amado somos, portanto, de tal maneira cumulados da clemência de Deus que estamos incluídos em seu amor por seu único Filho definitivamente amado, experimentando-o através daquele que o experimenta.”
- 7 No presente versículo Paulo designa o lugar em que a graça de Deus se tornou manifesta na história: **“por seu sangue”**. Esse conceito marca o eixo do evento reconciliatório que aconteceu na morte de Jesus Cristo na cruz. Por meio de seu sangue Jesus Cristo efetuou o resgate, a redenção. Assim como o povo de Israel foi libertado da escravidão egípcia, Jesus Cristo resgatou sua igreja do cativeiro do pecado. Ele mesmo é o “prêmio de resgate”, ao entregar-se em favor dos muitos: Mc 10.45; Mt 20.28 (cf. Is 53). Dessa maneira ele foi transformado em “redenção” para os crentes (1Co 1.30). Sem obras próprias, estes tornam-se justos através dele (Rm 3.24). Nele os cristãos têm a redenção (cf. também Cl 1.14), que ao mesmo tempo, porém, ainda é objeto da esperança, ainda é aguardada: “Ansiamos pela filiação, a redenção de nosso corpo” (Rm 8.23). A razão disso é que “fomos salvos, porém na

esperança” (Rm 8.24). Por isso a vida cristã é determinada basicamente por uma tensão: a tensão entre a redenção adquirida para nós em Cristo e efetivamente atribuída pelo evangelho, e sua revelação, quando o novo mundo de Deus será erigido de forma visível. Essa tensão pode ser suportada por meio do Espírito Santo, que assiste os fiéis em sua fraqueza e os representa diante de Deus com seu gemido (Rm 8.26s).

Essa redenção é “**remissão das transgressões**”. Em outras ocasiões Paulo também emprega “transgressão” como sinônimo de “pecado”. Pelo resgate de Cristo os pecados foram anulados, não sendo mais considerados como débitos perante Deus.

A seção acrescentada à frase “**segundo a riqueza de sua graça**” torna explícito que isso não é algo natural, mas um milagre digno novo louvor continuamente renovado. Como a eleição, também a redenção é presente imerecido da bondade divina. Sobre a “riqueza da graça” fala também Ef 2.7. “Riqueza e glória” ocorrem em Ef 1.18; 3.16; Cl 1.27 e Rm 9.23; além disso Fp 4.19 fala de “sua riqueza de glória”.

- 8 A expressão é prolongada com uma oração subordinada adjetiva de conteúdo paralelo: “**que ele derramou abundantemente sobre nós em toda a sabedoria e sensatez**”. Paulo numerosas vezes realça a plenitude da graça divina em Cristo.

A demonstração da graça de Deus na redenção por intermédio de Jesus Cristo efetua nos crentes uma constatação fundamentalmente inédita. A graça inunda-os “**em toda sabedoria e sensatez**”. Os dois conceitos explicam-se mutuamente. Em ambos trata-se dos dons do Espírito (cf. Ef 1.17; Cl 1.9). Apesar da profundidade da sabedoria e do conhecimento de Deus (Rm 11.33), eles não continuam sendo um mistério, mas se exteriorizam no falar com sabedoria, que igualmente é um dom do Espírito (1Co 2.6s; 12.8; Cl 1.28).

- 9 Em sua graça Deus não age abscondidamente, mas revela o “**mistério de sua vontade**” segundo sua “relevância cósmico-universal”.

O mistério de Deus é “revelado” aos apóstolos (Ef 3.3,5; Cl 1.27), e depois por estes às potestades (Ef 3.10) e aos humanos (Ef 6.19): o plano oculto de Deus é desvelado e tornado público por meio de seus mensageiros. Neste ponto entra em cena a inconfundível peculiaridade da carta aos Efésios: Paulo considera que sua vocação é desvendar o mistério de Cristo (ou do evangelho) e aproximá-lo das igrejas. Deseja disseminar a plenitude nele contida perante os crentes, fortalecendo-os assim em sua confiança em Cristo e encorajando-os a viver na obediência da fé. Esse é o objetivo de sua carta.

Uma visão geral do discurso de Paulo sobre o “mistério” traz consigo o seguinte quadro: em 1Co 1.18ss; 2.6ss seu conteúdo é Cristo, o Crucificado que é o “Senhor da glória” (1Co 2.8). Cl 1.26s define a “riqueza do mistério” como “Cristo em vós, a esperança da glória”. Por fim, a carta aos Efésios destaca no mistério do Cristo particularmente a presença do Senhor em seu corpo, a nova comunhão de judeus e gentios (Ef 3.6ss).

Ainda que os mistérios divinos possuam um papel importante em religiões de mistérios gentias, em correntes gnósticas ou também em Qunran Paulo considera o apocaliptismo como pano de fundo: segredos ocultos em Deus sobre eventos futuros são desvendados a algumas pessoas eleitas, p. ex., por meio de visões. Em Paulo, porém, tudo se concentra na revelação desse *único* mistério, o mistério de Cristo (cf. Ef 3.4).

Acontece que “a nós”, i. é, os apóstolos e a igreja que crê em Jesus Cristo, “**foi manifesto o mistério de sua vontade**”. O conteúdo desse mistério é mencionado no v. 10b. Antes disso, a forma da manifestação é fundamentada com mais detalhes. Gramaticalmente, é provável que os v. 9b e 10a estejam conectados: “**segundo o seu beneplácito que propusera anteriormente nele, para a concretização da plenitude dos tempos**”.

O termo “beneplácito” é o mesmo que ocorreu no v. 5 no sentido de “agrado”. O conceito engloba tanto a liberdade de Deus em seu querer como também o aspecto benigno e salvador de suas resoluções.

Também aqui o estabelecimento da vontade divina remonta a um ato ocorrido antes dos tempos, e isso é especialmente destacado pelas palavras “**propusera anteriormente**”. Ef 1.11 e 3.11 falam do propósito de Deus no mesmo sentido.

Essa resolução incluía o Filho desde o princípio: “nele” refere-se Cristo, e não a Deus. “Antes de tudo” Deus “já se prendera a Cristo”.

- 10 A deliberação da vontade de Deus antes da fundação do mundo foi concretizada agora no sentido da “**realização para todos os tempos**”. De modo geral, o termo grego *oikonomia* pode ter o sentido de

“administração” ou “cargo”, mas aqui aponta para o aspecto da “concretização”, do “cumprimento conforme planejado”. Essa realização acontece na “plenitude dos tempos”. Em Gl 4.4 fala-se da “chegada da plenitude do tempo”. Através dessa vinda o tempo “sob a lei” foi separado do tempo “sob Cristo”. No presente trecho a ênfase recai sobre os tempos decorridos, que agora chegaram a seu ponto final, à plenitude: “A ‘plenitude dos tempos’ assinala o auge dos tempos terrenos, o tempo (escatológico) de Cristo, no qual se revela, realiza e desdobra o mistério de Deus em Cristo.”

A concretização da resolução divina tem o seguinte conteúdo: “reunir tudo (ou: o universo) em Cristo, tanto o que está nos céus quanto o que está na terra”. Em Jesus Cristo a salvação de Deus é manifestada de forma abrangente e conclusiva: isso vale tanto na dimensão cronológica (“plenitude dos tempos”) quanto espacial (“tudo: céus e terra”).

O verbo *anakephalaiousthai*, sumamente eficiente na história da teologia, significa “resumir”, “somar”, e por consequência também “instituir como cabeça”. O mesmo processo é descrito por Paulo: Deus deu-“o” (Cristo) à igreja como cabeça sobre tudo”. Nesse “tudo” estão incluídos também os poderes e potestades (cf. Ef 3.10; 6.12). O que anteriormente estava dilacerado e disperso é unificado debaixo de Cristo. Visto que ele derrotou o poder separador do pecado, o cosmos chega nele à unidade que corresponde à vontade do Criador. O fato de ele ser ao mesmo tempo enaltecido como soberano sobre o universo não representa uma contradição: unidade e governo estão unificados nele.

No âmbito da igreja cristã como corpo de Cristo agora torna-se imediatamente visível o que já vale para todo o cosmos, mesmo que ainda precise ser implantado: Cristo é Senhor e cabeça de sua igreja; ela não existe sem sua cabeça. Por isso não pode tornar-se independente, “emancipar-se de Cristo”, permitindo que sua tarefa seja imposta por terceiros ou buscando-a por conta própria. Não pode entender sua natureza como algo diferente do que realmente é: corpo de Cristo.

O fundamento da certeza cristã repousa sobre a promessa: em Jesus Cristo concretizou-se a resolução salvífica de Deus. Ele é Senhor sobre tudo. A esse “já agora” contrapõe-se a dolorosa experiência do “ainda não”: ainda não se tomou posse da herança (Ef 1.14), ainda não chegou o “dia da redenção”, ainda não terminou a luta contra os “poderosos e violentos” (Ef 6.10ss). Não obstante, esse “ainda não” de forma alguma deve turbar a visão do “já agora”. A epístola aos Efésios visa aguçar essa visão, firmando assim a confiança em Cristo como o cabeça sobre todas as coisas.

11 Depois que Paulo relatou o alvo do agir divino no v. 10, seu olhar volta a incidir sobre a igreja. As afirmações subseqüentes não estão soltas nessas considerações, mas estreitamente ligadas ao texto anterior: “nele”, i. é, em Cristo e sua obra recém-enaltecida, manifesta-se a natureza e a riqueza dos que crêem. Eles estão ligados a Cristo e assim vivem em uma nova realidade espiritual.

“**Nele caiu sobre nós o sorteio**”, a “participação no sorteio”: esta locução verbal ocorre somente aqui no NT. Paulo fala de modo semelhante em Cl 1.12 sobre “a participação na herança dos santos na luz”. Termos do grupo semântico “quinhão/legado” ocorrem diversas vezes: cf. v. 14. A idéia por trás é a distribuição da terra prometida às tribos de Israel: pelo sorteio cada tribo receberia sua parte da herança. Esse é o evento a que se refere o texto de Hb 11.8, enquanto 1Pe 1.4 e Hb 9.15 falam da herança guardada no céu (cf. também Ef 1.18; 5.5).

A concessão desse quinhão por sorteio está baseada na “**determinação prévia segundo o propósito de Deus**”. Com essa afirmação Paulo reforça o que já foi exposto em Ef 1.5: fomos destinados à filiação por meio de Cristo.

Acerca do “**propósito**” de Deus fala-se também em Rm 8.28. Trata-se do mesmo contexto de “determinação prévia segundo o desígnio de Deus” (Rm 8.28,30) que também fica explícito em Ef 1.4s.

Aqui Deus é caracterizado como aquele “que efetua tudo de acordo com o desígnio de sua vontade”: a participação na herança por parte dos crentes expressa, portanto a dedicação misericordiosa de Deus. Assim como Deus resumiu tudo em Cristo, assim ele nos incluiu e envolveu nessa ação salvadora. Como aquele que “**efetua tudo**”, cabe-lhe confiança cabal e louvor irrestrito. A duplicação “**segundo o desígnio de sua vontade**” como adendo a “segundo (seu) propósito” volta a enfatizar a soberania da decisão de Deus.

12 Como nos v. 6 e 14, a direção da atuação divina nos crentes é indicada também aqui: “**a fim de sermos (algo) para louvor da sua graça**”. Se além disso levarmos em conta a relação com o v. 4 (“para que sejamos santos e irrepreensíveis diante dele”), o louvor de Deus inclui a totalidade da vida do cristão, devendo servir de forma cabal para louvar a graça divina.

Na explicação da segunda parte do versículo (“**que de antemão temos esperança em Cristo**”) há duas possibilidades de interpretação: a expressão pode ser entendida como “esperar antes, mais cedo” ou mais genericamente como “antecipar a esperança, aguardar”. Disso derivam diferenças de conteúdo: “nós, i. é, os judeus que cremos em Cristo, já esperamos por ele antes da vinda do Messias”; ou então “nós, i. é, todos os cristãos, esperamos pela redenção abrangente assinalada no v. 14”.

Embora na tradição da exegese da igreja o “**nós**” com frequência tenha sido entendido como relacionado a “judeus cristãos”, ao contrário do “vós” no v. 13, essa interpretação parece menos provável, por diversas razões: essa interpretação do termo “nós” no presente versículo seria demasiado abrupta, já que antes disto ele sempre se referia a todos os cristãos. Em outras passagens a forma verbal de “esperar de antemão” (particípio do pretérito) designa “os cristãos em sua atual condição de esperança”. Por trás provavelmente está Cl 1.5s, que também fala da “esperança que está preparada para vós no céu”, da “palavra da verdade” (cf. Ef 1.13) e da “anterioridade” do ouvir (em vista da “anterioridade” da esperança no presente versículo).

13 Conseqüentemente, o enfático “**também vós**” não distingue gentios cristãos de judeus cristãos, mas direciona a afirmação especificamente aos destinatários da carta, destacando-os da totalidade dos cristãos.

A vida dos que crêem pode ser descrita com duas palavras: trata-se de uma existência “**nele**”, i. é, em Cristo. O cristão é parte do corpo de Cristo, que é determinado por Cristo como cabeça e conduzido pelo Espírito Santo. Já não pertence a si mesmo, mas àquele que por ele morreu e ressuscitou (2Co 5.15). Ele é pedra no santuário do Senhor (cf. 1Co 3.16; 1Pe 2.5), participando portanto da ação santificadora de Jesus Cristo e inserindo-se no serviço a Cristo junto com toda a igreja.

O v. 13 aponta duas vezes para essa verdade. Na primeira Paulo recorda o começo dessa existência. Os destinatários “ouviram a palavra da verdade”. Além de Cl 1.5s a mesma expressão ocorre em 2Co 6.7, 2Tm 2.15 e Tg 1.18. A verdade da mensagem de Cristo possui Cristo como fundamento, que é pessoalmente a verdade (Jo 1.17; 14.6; cf. Jo 17.17). Ela revela tanto a natureza de Deus quanto a situação do ser humano pecador diante desse Deus. Ao mesmo tempo essa palavra possui força para criar de novo, fazendo com que “a verdade seja praticada” (cf. Jo 3.21). Nesse sentido mais amplo deve ser entendida também a palavra “ouvir”: no caso dos destinatários da carta tratava-se de um ouvir que conduzia à fé.

Ao mesmo tempo Paulo caracteriza essa mensagem como “**evangelho da redenção**”. O conceito também aparece em At 13.26. Essa palavra é mensagem de alegria, porque anuncia a salvação do pecador perante o juízo de Deus por causa de Jesus Cristo. Essa redenção é concreta e pessoal como “**vossa salvação**”.

A proclamação do evangelho não é mera transmissão de informações. Por meio dela o Espírito Santo gera a fé (cf. Rm 10.1,7). Os ouvintes estão incluídos de forma abrangente: eles “**chegaram à fé**”, “tornaram-se crentes” (cf. 1Ts 2.13).

O dom do Espírito Santo dado aos crentes implica ao mesmo tempo a “**sigilação**”. “**Fostes selados**” é – gramaticalmente – a forma principal dos v. 13s. Esse Espírito é definido mais claramente como “**Espírito da promessa**”, com o que Paulo já aponta para o v. 14. A formulação é tipicamente hebraica e refere-se “ao Espírito Santo prometido” (Gl 3.14; At 2.33).

Embora antes os destinatários da carta estivessem “fora da aliança da promessa” (Ef 2.12), eles são agora – como gentios cristãos – “parceiros da promessa em Cristo Jesus por meio do evangelho” (Ef 3.6). A dotação com o “**Espírito da promessa**” é uma forma peculiar de expressar que os ex-gentios fazem parte, como crentes, da salvação inaugurada em Jesus Cristo.

Além de Ef. 4.30 Paulo também fala acerca da sigilação com o Espírito Santo em 2Co 1.22. Também ali o aspecto da sigilação aparece em conjunto com o sinal de negócio, do penhor. A promessa do Espírito Santo aos crentes marca-os, determina-os e caracteriza a ligação deles com Cristo. Relacionada com isso está a afirmação de Cl 2.11, segundo a qual o batismo representa a “circuncisão por meio de Cristo” – em contraposição ao sinal da aliança do AT. A literatura pós-NT interpreta o batismo consistentemente como selo.

14 Deixando para trás o retrospecto sobre o recebimento do Espírito, já ocorrido, o discurso volta-se para a antevisão da plenitude ainda esperada da herança. Ainda que a dádiva do Espírito seja designada de “sinal de negócio”, um termo emprestado do comércio, é preciso descartar a idéia de

“uma reivindicação legal por parte de quem detém o penhor”. Como em todas as circunstâncias, o agir de Deus ao conceder o Espírito está sempre presente e como tal jamais pode ser reclamado: ele *concedeu* o Espírito (2Co 1.22; 5.5); o Espírito Santo é *dádiva* de primícias (Rm 8.23).

A menção da “**herança**” associa-se sempre a esperança cristã: a magnitude da dedicação divina em Jesus Cristo, que freqüentemente se mostra nos crentes já no tempo presente, não deve obstruir a visão da “glória da herança” por vir. A herança aguardada implica que a fé se cumpre quando os cristãos vêem seu Senhor; serão iguais a ele; são incumbidos de novas tarefas (cf. 1Co 6.2: Não sabeis que os santos julgarão o mundo?).

A “**redenção**” passa por um processo semelhante à herança: ela acontece em Jesus Cristo. Pela fé nele já “temos” “a redenção pelo seu sangue” (v. 7). Apesar disso ela só alcançará toda a sua abrangência como salvação do juízo final, motivo pelo qual ainda está por acontecer (cf. também Ef 4.30).

À “**redenção**” está ligada a “**tomada de posse**”. A partir de 1Ts 5.9 e 2Ts 2.14 ela pode ser interpretada como “obtenção/aquisição da salvação”. Dessa maneira a redenção seria melhor descrita como “tomada de posse da herança”, reforçando e sustentando mais uma vez o aspecto da plenitude futura. Na verdade é gramaticalmente possível interpretar a formulação genitiva como “redenção pela qual nos tornamos propriedade dele”. Então o olhar se voltaria para o passado, para o começo da vida com Cristo. Contudo, visto que Paulo fala de “penhor”, devemos dar preferência à interpretação em favor do futuro resgate do penhor mediante a salvação consumada.

O presente bloco é encerrado com a indicação do alvo da ação salvadora de Deus em seu povo “para o louvor de sua glória” (cf. v. 6, 12; cf. abaixo, p. 33).

2. Prece por olhos iluminados do coração: Ef 1.15-23

15 – Por isso, também eu, tendo ouvido da fé que há entre vós no Senhor Jesus e o amor para com todos os santos,

16 – não cesso de dar graças por vós, fazendo menção de vós nas minhas orações,

17 – para que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos conceda espírito de sabedoria e de revelação no pleno conhecimento dele,

18 – iluminados os olhos do vosso coração, para saberdes qual é a esperança do seu chamamento, qual a riqueza da glória da sua herança nos santos

19 – e qual a suprema grandeza do seu poder para com os que cremos, segundo a eficácia da força do seu poder;

20 – o qual exerceu ele em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos e fazendo-o sentar à sua direita nos lugares celestiais,

21 – acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir, não só no presente século, mas também no vindouro.

22 – E pôs todas as coisas debaixo dos pés, e para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja,

23 – a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas.

15 Começando com “**por isso**”, Paulo passa para a gratidão e a intercessão, que nas demais cartas costumam suceder diretamente a saudação inicial. O ensejo para agradecer resulta daquilo que foi exposto no louvor dos v. 3-14.

De forma singular, o fato de os destinatários da carta terem se convertido à palavra da verdade e sido equipado com o Espírito Santo da promessa (v. 13s) impele o apóstolo às ações de graças. Para tanto ele remete agora expressamente à fé e ao amor deles. A gratidão transforma-se em prece pelo reconhecimento da maravilhosa esperança (v. 16b-19) e desemboca em um novo louvor diante da comvente ação milagrosa de Deus através de seu Filho. O estreito entrelaçamento, aqui manifesto, entre gratidão, súplica, ensino e adoração constitui uma característica de toda a carta, como descreve Asmussen: “Não é à toa que é possível verter grandes parcelas da carta sem dificuldades de volta ao idioma original, formando as orações diretas que haviam sido antes. Quem segue o apóstolo percorre trilhas de adoração.”

Ainda que não tenha fundado pessoalmente as igrejas às quais se dirige, tendo apenas “ouvido” a respeito delas, essas informações movem Paulo à gratidão pessoal (“também eu”).

O ensejo para a gratidão por um lado é **“vossa fé no Senhor Jesus”**. Normalmente a fé *em* Jesus Cristo é expressa por meio de uma construção no genitivo (“fé de Jesus Cristo” como *genitivus objectivus*), enquanto aqui se fala literalmente da “fé *no, dentro do* Senhor Jesus Cristo”. Desse modo a proximidade com a expressão **“em Cristo”** fica clara: os membros da igreja estão “em Cristo”, ao viver no “ambiente da fé em Jesus Cristo”.

Ao mesmo tempo cabe apontar para a ligação entre a locução **“Senhor Jesus”** e 1Co 12.3. Originalmente trata-se aqui da confissão “Senhor é Jesus” que contrasta diretamente com o testemunho oposto “Maldito seja Jesus”. Enquanto a imprecação tem como base Dt 21.23 (“Um enforcado é maldito junto de Deus”: cf. Gl 3.13) e vê a crucificação de Jesus como a condenação divina sobre o blasfemo, a confissão a favor de Jesus como o *Kýrios* [Senhor] brota da atuação iluminadora do Espírito Santo. Esse Espírito tornou-se eficaz na igreja (cf. v. 13s), e precisa continuar avançando com sua obra de iluminação (cf. v. 17ss).

Como também em outros casos, Paulo cita aqui, além da fé, também **“vosso amor para com todos os santos”**. Fé e amor estão inseparavelmente conectados. Nessa ligação as “obras de amor” não aparecem como algo separado da fé, mas brotam da ligação viva de fé com Jesus Cristo. Essa ligação entre fé e amor (inclusive a esperança) é mencionada também em Gl 5.6 e 1Ts 1.3 (cf. 1Co 13.13). De maneira similar, os v. 18s retomam a esperança cristã e explicam seu conteúdo. Um amor desses se alastra abrangendo “todos os santos”, o que deixa claro que esse avanço não faz distinções e ninguém é excluído dessa dedicação.

16 Paulo **“não cessa”** de **“agradecer”** a Deus pelas citadas comprovações de seu agir e **“lembrar-se”** das igrejas **“em suas orações”**!

A lembrança incessante, i. é, repetida e não abandonada pelo apóstolo é completada em Rm 1.10 por meio de um explícito “e rogo que”. Aqui o conteúdo da prece é ligado diretamente à menção da oração.

17 Ela dirige-se ao **“Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória”**. Acerca do “Deus da glória” fala At 7.2; “Senhor da glória” é o nome dado a Cristo em 1Co 2.8 e Tg 2.1 (cf. “querubim da glória” Hb 9.5). A partir do uso terminológico do AT “glória” designa inicialmente a magnificência, a fama, além do impacto de uma manifestação e sobretudo da manifestação de Deus; disso decorre o significado “honra”, “brilho”, “glória”.

Comparando dois textos paralelos obtemos a mesma combinação no NT: Cristo foi ressuscitado dentre os mortos “pela glória do Pai” (Rm 6.4), ou “pelo seu poder” (1Co 6.14): “O brilho de Deus é o brilho de seu poder, e o poder de Deus é o poder de seu brilho.”

Paulo suplica que Deus conceda aos crentes **“o espírito da sabedoria e da revelação”**.

Na primeira carta aos Coríntios o apóstolo enfatiza diversas vezes que Deus distribui seus dons com soberania irrestrita. Capacidades espirituais não são fruto do esforço pessoal, mas dádiva da bondade divina.

Também o conteúdo do pedido aproxima-se de 1Co 12.8: enquanto a “palavra da verdade” e a “palavra do conhecimento” – “segundo o mesmo Espírito”! – estão no topo da lista dos dons do Espírito, Paulo pede esse mesmo Espírito para as igrejas. No entanto o conhecimento de Deus resultante não deve apenas ser concedido a alguns dotados, mas iluminar a todos os que crêem.

O que está oculto aos “dominadores deste mundo” (1Co 2.8) e aos descrentes (2Co 4.4) foi revelado por Deus aos “crentes” por meio de seu Espírito; este perscruta todas as coisas, também as profundezas da divindade (1Co 2.10). Ele viabiliza o entendimento da sabedoria divina, que está oculta no evento da cruz e da ressurreição. Essa sabedoria não é uma multiplicidade de curiosas doutrinas esparsas, mas trata-se basicamente de “conhecer a ele”, i. é, o mistério de sua vontade de salvação (cf. Ef 3.9s), de seu amor revelado em Jesus Cristo (Ef 3.19).

18 A oração pela dádiva do Espírito revelador torna-se concreta no pedido por **“olhos iluminados do coração”**. De acordo com o entendimento do AT o “coração” designa o cerne do ser humano, o centro de sua pessoa. O pecado escureceu esse centro (cf. Ef 4.18; 5.8; cf. 2Co 4.4), matando-o (Ef 2.5; 5.14). A expressão “iluminar os olhos” origina-se igualmente no AT: “ilumina meus olhos” (Sl 13.3); “Os mandamentos do Senhor são puros e iluminam os olhos” (Sl 19.8); “Agora, por breve momento, se nos manifestou a graça da parte do Senhor, nosso Deus, para... nos alumiar os olhos, ó Deus nosso, e para nos dar um pouco de vida na nossa servidão” (Ed 9.8). Essa iluminação é obra do Espírito Santo (1Co 2.14-16; cf. também At 26.18). Conforme 2Co 4.6 ocorre algo nesse contexto que só pode ser comparado com a criação da luz no começo da criação: o Criador da luz

“resplandeceu em nosso coração, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, sobre a face de Cristo” (tradução literal). A iluminação do cerne da pessoa acontece, portanto, através do próprio Deus. Enquanto Moisés não conseguia contemplar a glória de Deus sem perecer (cf. Êx 33.20; Is 6.5), agora ela passa a ser acessível no semblante de Cristo, i. é, apesar de ser um semblante crucificado. O ser humano obcecado não é capaz de constatar a glória de Deus justamente *ali*. Unicamente a revelação por intermédio do Espírito Santo desvenda essa realidade “oculta sob o contrário”. Uma vez que esse conhecimento diz respeito à totalidade do ser humano, decorrem dele também as obras dos “filhos da luz” (Ef 5.8), e pode-se alertar a partir dele também contra uma vida obcecada (Ef 4.17).

São três as coisas que os “olhos iluminados do coração” devem perceber: sua esperança, a riqueza de sua herança e o poder destacado de Deus.

“**Qual é a esperança de vosso chamamento**”: a proclamação do evangelho emite o chamado de Deus aos seres humanos, revela a sua convocação. Conseqüentemente os que crêem em Cristo podem ser designados de “santos chamados”. Esse chamado é imutável e por isso confiável. Por isso resulta dele uma sólida esperança (cf. Ef 4.4), assim como o compromisso com uma conduta de vida condizente. Seguramente essa esperança da igreja de Jesus Cristo já vigora na atualidade. Apesar disso ela se refere ao futuro no reino vindouro de Deus, no qual se contemplará o que agora ainda é objeto de esperança.

Além de Ef 3.6 falam da “riqueza da glória” também Rm 9.23 (“a fim de que desse a conhecer as riquezas da sua glória”), Fp 4.19 (“segundo sua riqueza em glória”) e Cl 1.27 (“qual seja a riqueza da glória deste mistério”). Enquanto a última passagem trata da gloriosa riqueza do mistério divino, aqui o olhar dirige-se para a herança aguardada (cf. Ef 1.14). Visto que o Espírito Santo representa o “sinal de negócio” dessa herança, acentua-se novamente o aspecto futuro.

A ligação entre a “herança” e os “santos” aparece de forma análoga em At 20.32 e 26.18. Em ambas as passagens a palavra “santos” refere-se aos crentes. Essa interpretação também se torna plausível em relação a Ef 1.18. Paralelamente é defendida a concepção de que aqui o texto se refere aos anjos, que então seriam citados como “santos celestiais” ao lado dos “santos terrenos” do v. 15. Para isso é possível remeter ao uso terminológico de Dt 33.2; Sl 89.5,7; Dn 8.13 (bem como na LXX: Am 4.2; Is 57.5).

- 19** Paulo ilustrou com cores vivas a rica esperança abrangida pelo evangelho de Jesus Cristo. Agora ele explica porque isto não se limita a anúncios vazios, mas se trata de uma esperança que será cumprida com certeza. A razão disso está no poder destacado de Deus, que corresponde à sua glória. Nesse sentido Paulo prossegue sua declaração com o louvor da ressurreição e da instalação de Cristo como Senhor sobre o cosmos e como cabeça da igreja (v. 19-23).

Assim como aqui Paulo fala da “**suprema grandeza do poder divino**”, em Ef 2.7 ele fala da “suprema riqueza da sua graça”. O agir divino está sendo expresso de uma maneira que não permite mais superlativos.

A atuação de Deus dirige-se a “nós que cremos” (cf. Ef 1.13). De acordo com Rm 10.17 a fé começa quando se ouve a pregação do evangelho. Nesse processo o Espírito Santo ilumina o ouvinte, abre-lhe os olhos do coração. Ao reconhecer a salvação, o ser humano também se dá conta do poder divino que produz essa poderosa obra no pecador.

O ponto de partida é a ressurreição de Jesus Cristo: aqui Deus demonstrou seu poder que agora, pela pregação, transforma o ouvinte. Sua capacidade é descrita com três conceitos, cujo conteúdo é bastante convergente: literalmente “segundo o alcance do poder de sua força”. Essa cumulação expressa mais uma vez a irrestrita e incomparável plenitude da força divina.

- 20** Tal autoridade “**foi eficaz em Cristo**”, mostrando-se de múltiplas maneiras: Deus o ressuscitou dentre os mortos e o assentou à sua direita (v. 20); ele sujeitou tudo a seus pés e o instituiu como cabeça da igreja (v. 22).

Muitas passagens do NT atestam que Deus “ressuscitou” Jesus “dentre os mortos”. Essa ação de Deus possui relevância fundamental para a fé cristã. Sem a demonstração de poder da parte de Deus todo o falar de fé, perdão dos pecados e esperança eterna seriam nulos e vazios (1Co 15.17ss).

A ascensão de Cristo torna explícito que Deus o assentou “**à sua direita nos céus**”. Dessa forma cumpre-se o Sl 110.1, um trecho da Escritura muitas vezes citado no NT e relacionado com a exaltação de Jesus e com o Filho de Davi.

A posição à direita de Deus mostra que Deus lhe transferiu o poder no céu e que isso fundamenta sua posição duradoura como Senhor.

21 Como Senhor do céu, Cristo é ao mesmo tempo Senhor “**acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio**”.

Essas palavras afirmam inicialmente que a existência humana, ou cristã, acontece espacialmente. Céu e terra não são preponderantemente “vazios”, mas lugares de atuação de “poderes” que influenciam a vida humana.

No NT pressupõe-se a relação entre céu e terra como “em cima” e “em baixo”: Jesus Cristo despojou-se de sua figura divina e rebaixou-se até a morte na cruz; por isso Deus o elevou aos céus e o colocou acima de tudo (Fp 2.9s; 1Pe 3.18-22). Em Ef 4.9 Paulo diz que Cristo desceu aos lugares mais profundos da terra. Em virtude de sua exaltação aos céus ele subjugou os poderes “do ar” (Ef 2.2) e “no mundo tenebroso” (Ef 6.12). Em Cl 2.10 o apóstolo expressa o mesmo quando confessa Cristo como “cabeça de todos os principados e potestades”.

Entretanto Paulo não considera nenhum tipo de sistema hierárquico nestes poderes; pelo contrário, ele emprega os diversos termos de maneiras distintas.

Essa terminologia é conhecida do apocaliptismo judaico, que possui estes nomes para poderes angelicais.

“Potestade” (em grego: *arche*) e “poder” (em grego: *exousia*) freqüentemente aparecem lado a lado no NT quando se referem a poderes supraterrêneos. A expressão “força” (em grego: *dynamis*) é usada sobretudo para a força de Deus que se tornou reconhecível, p. ex., na ressurreição de Jesus Cristo (v. 19s), mas também pode ocorrer em conjunto com as citadas potestades e poderes antidivinos. Por fim o termo “senhorio” (em grego: *kyriotes*) pode apontar para um grupo específico com uma posição especial de poder.

O âmbito de atuação das grandezas citadas é o céu “inferior”, que por isso estão situadas entre Deus e o mundo terreno.

Cabe notar que também os poderes se fundamentam sobre a mediação de Jesus Cristo na criação (cf. Cl 1.16) e não são consistentemente caracterizados como antidivinos, permanecendo indefinidos (cf. “os principados e potestades nos lugares celestiais” em Ef 3.10).

Ef 4.27 e 6.11 fala inequivocamente do *diabolos*, que provavelmente também é referido em Ef 2.2, quando o texto fala do “príncipe do ar” que opera nos incrédulos (cf. 2Co 4.4). Todos os poderes mencionados foram subjugados a Cristo quando ele foi instalado à direita de Deus, de modo que seu exercício de poder foi atingido em cheio. É bem verdade que apesar dessa limitação fundamental eles são capazes de fazer tropeçar o ser humano em geral e o cristão em particular, motivo pelo qual a armadura espiritual torna-se imprescindível para a luta (Ef 6.10s).

O complemento deixa claro que o senhorio de Cristo não atinge apenas determinados poderes: “**e sobre todo nome que se possa referir, não só no presente século, mas também no vindouro**”. O nome está relacionado à esfera de influência e ao âmbito de poder: todas as forças existentes ficam duradouramente subordinadas a Cristo, o *pantokrator*, o “plenipotenciário”. Seu governo abrange não apenas o *éon* presente, mas também a era mundial já irrompida com Cristo, cuja revelação final ainda está por acontecer.

22 A recém-descrita posição de Cristo como Senhor é resumida e encerrada com uma citação do Sl 8.6: “**E ordenou todas as coisas debaixo dos pés**”. Enquanto esse salmo fala genericamente da “revelação da glória de Deus no ser humano”, esse versículo foi aplicado a Cristo na presente passagem e em 1Co 15.27 e Hb 2.6ss (cf. Fp 3.21), sendo que a combinação com Sl 110.1 é igualmente salientada em 1Co 15.25. “**Todas as coisas**” retoma a determinação abrangente do v. 21. “**Sob os pés**” sublinha a inatingível sublimidade de Cristo em comparação com todos os demais poderes.

O trecho encerra definindo a relação do Cristo exaltado com a igreja: “**e o deu à igreja para ser o cabeça sobre todas as coisas**”. Pela gramática seria concebível traduzir a locução “cabeça sobre todas as coisas” como “cabeça que se destaca acima de tudo”; nesse contexto, porém, falta o ensejo esse tipo de definição mais específica. Conseqüentemente, é preciso ver a expressão como uma formulação comprimida que deve ser dissolvida da seguinte forma: Deus o instituiu como “cabeça sobre todas as coisas” (cf. os versículos anteriores) e como tal também o fez cabeça da igreja. O conceito descrito de forma distinta na carta aos Colossenses, a saber em Cl 1.18 (“ele é o cabeça do corpo, ou seja, da igreja”), e em Ef 2.10 (“que é o cabeça de todos os poderes e potestades”) aparece

aqui de forma densamente sintetizada. No entanto a “posição de cabeça” de Cristo sobre o cosmos não é simplesmente idêntica ao seu posicionamento acima da igreja. Schlier remete a três esferas em que a posição de Cristo como “cabeça” da igreja é exposta na carta aos Efésios como um todo:

a) seu senhorio, ao qual corresponde a obediência da igreja (Ef 5.21ss);

b) a relação entre cabeça e corpo, que é caracterizada pelo amor (Ef 5.25ss);

c) Cristo como base (fundamento) e alvo (cabeça) da igreja, a partir do qual e em direção do qual ela cresce (Ef 4.15s; cf. 2.20s).

23 No versículo conclusivo, que representa ao mesmo tempo o auge e o alvo das exposições do trecho, são feitas duas afirmações acerca da igreja que precisam ser distinguidas entre si: a igreja é o corpo de Cristo e o *pleroma* (plenitude), que preenche tudo, ou o universo. A igreja como “corpo de Cristo” é tratada detalhadamente em 1Co 12.12-27. Nesse caso, porém, todo o corpo está sendo relacionado com o Cristo; também são citadas diversas vezes funções da cabeça (orelha, olho, audição, olfato) para explicar a relação dos membros entre si. Paulo enfatiza que todos os membros do corpo dependem uns dos outros e devem apoiar-se mutuamente. Nesta comunhão eles são “corpo de Cristo” (1Co 12.27). Acontece que esse corpo não é formado somente depois que os crentes se decidem a isto, mas já existe antes de os crentes serem batizados e incluídos nele (1Co 12.13).

Na teologia defende-se amplamente a opinião de que a “concepção” de Paulo acerca do corpo de Cristo foi “desenvolvida” em Ef e Cl (1.18,24; 2.17): contrapondo Cristo, o cabeça da igreja, ao corpo, ficaria manifesta uma ênfase independente que leva a uma estrutura hierárquica. O corpo está subordinado ao cabeça e deve obedecer-lhe (Ef 5.24). Um autor do grupo de discípulos de Paulo, que teria adaptado as tradições anteriores à nova situação no período pós-apostólico, é responsabilizado por esse deslocamento da igreja “carismática” na 1ª carta aos Coríntios que leva à contraposição entre cabeça e corpo. Finalmente o caminho avança pelas cartas pastorais (nas quais os cargos líderes de bispos, diáconos, presbíteros – 1Tm 2 e 5 – são largamente elaborados e destacados), até chegar ao pré-catolicismo (que se caracterizaria pela posição central do bispo dentro da igreja).

Neste ponto não cabe debater toda a problemática dessa interpretação geral da igreja nas primeiras gerações. Simplesmente indagamos: será legítimo tirar conclusões sobre o autor da carta aos Efésios a partir da contraposição de cabeça e corpo?

Uma diferença essencial entre Rm/1Co e Ef/Cl consiste em que nas primeiras a igreja local ocupa o centro da reflexão, enquanto estas descrevem a igreja universal. Disso resultam ênfases distintas, que no entanto se reportam à declaração básica de que “a igreja é o corpo de Cristo”. Quando as duas séries de afirmações são separadas, postulando-se diferentes autores, perde-se de vista justamente que ambos os aspectos, igreja local e igreja global e suas respectivas ênfases, precisam ser vistos em conjunto. Não cabe acompanhar aqui a forma como a concepção de igreja evoluiu do pensamento do apóstolo para o de seus discípulos, mas a apresentação de uma igreja de Jesus Cristo em suas diferentes relações. Nesse empenho Paulo não transmite idéias próprias, mas comunica, como bom mordomo (1Co 4.1) aquilo que Deus lhe desvendou como fundamento, natureza e alvo dessa igreja. Cumpre esquematizar isso inicialmente de forma sucinta, antes que os detalhes das diversas passagens sejam abordados.

Na igreja local o discurso do “corpo” tem a incumbência de esclarecer a relação entre a unidade do corpo e a diversidade de seus membros. Aqui são necessários apoio e complemento mútuos (cf. também Ef 4.16!). Equipada com múltiplos dons espirituais, a igreja representa um organismo vivo, no qual todos cooperam para a edificação do corpo. Por meio dessa unidade entre os diversos membros essa igreja é “corpo de Cristo” (1Co 12.27).

O fato de Ef e Cl tratarem da contraposição de cabeça e corpo visa abordar a relação entre igreja e Cristo, o que se refere à totalidade dos crentes, i. é, à igreja toda. Com isso estabelece-se que Cristo e a igreja formam uma unidade inseparável, e que Cristo é continuamente Senhor de sua igreja. Cristo é origem e alvo do crescimento dessa igreja; ao mesmo tempo ela é envolvida por ele com amor dedicado (Ef 5.29). Nessa igreja não existe apenas a união de diversos membros, mas também a comunhão entre grupos de judeus e gentios, que geralmente se combatem. Em sua “posição de cabeça” da igreja Cristo também é o cabeça dos poderes do mundo (Cl 2.10; cf. 1.16s).

Conseqüentemente, porém, o corpo de Cristo adquire, a partir do cabeça, dimensões universais, que abrangem o mundo; suas medidas alcançam todo o cosmos, todo o universo. Mas, por ser corpo de Cristo, ele pode e precisa permanecer sempre direcionado para a pessoa do cabeça: a igreja não pode abrir mão desta característica pessoal.

Por conseguinte a igreja é ambas as coisas: corpo de Cristo que abarca todo o cosmos e grupo de crentes separados do mundo, unificados em seu corpo apesar de toda a sua multiplicidade. Ela é pequeno rebanho e ao mesmo tempo vanguarda da nova criação que tem como alvo o cosmos.

A igreja é “**corpo de Cristo**” e “**plenitude/ pleroma daquele que a tudo enche em todas as coisas**”. *Pleroma* pode significar “o preencher, o aperfeiçoar” (atitude ativa) ou “o que foi preenchido, a medida completa, a plenitude” (atitude passiva). Uma vez que conforme Ef 4.10 e 5.8 somente Cristo, ou o Espírito, são capazes de preencher ativamente, o mesmo conseqüentemente não pode ser afirmado acerca da igreja. Ef 4.10 testemunha que o Cristo que subiu aos céus preenche o universo. Assim, o presente versículo significa que em Cristo habita corporalmente a plenitude, o *pleroma* de Deus (Cl 1.9; 2.9). É nessa plenitude que os crentes devem ser incluídos. Devem chegar à plenitude total de Deus (Ef 3.19), crescer em direção do cabeça Cristo (Ef 4.15s), atingir a plenitude de Cristo (Ef 4.13). A igreja, porém, é o espaço da plenitude de Cristo, porque ela é o corpo de Cristo. Nesse espaço Cristo, o cabeça, preenche os crentes. Logo a igreja é a esfera da “plenitude daquele que preenche tudo em todas as coisas”.

Síntese do Capítulo 1

No louvor introdutório a respeito dos grandes benefícios de Deus Paulo abre um vasto horizonte para seus leitores: começa pela vontade de Deus decidida antes dos tempos. Deus escolheu sua igreja desde antes da criação. O relacionamento com Deus não persiste nem sucumbe diante das imprevisíveis oscilações dos sentimentos humanos ou das situações históricas, mas repousa sobre a imutável fidelidade de Deus. Sua escolha torna-se audível no chamado do evangelho de Cristo: “Dêem meia-volta! Sigam-me!” Dessa forma pecadores são transformados em filhos de Deus, santos e amados.

Por natureza a razão humana tem dificuldade em compreender as eleições de Deus: o amor de Deus é compatível com o fato de que alguns são escolhidos entre todas as pessoas? Será que a convocação “Arrependei-vos e crede no evangelho!” não perde seu conteúdo diante da eleição divina?

Em contrapartida, o pensamento bíblico têm lugar para afirmações que parecem contraditórias pela lógica humana: Ef 1 não descreve o conteúdo da pregação missionária diante dos gentios. Nela Paulo fala muito claramente da rejeição dos deuses e da adesão ao Deus vivo e verdadeiro (1Ts 1.9). Contudo, o louvor introdutório trata da gratidão transbordante pela obra redentora em Cristo, que está muito à frente de todo querer humano.

Embora a eleição divina seja enaltecida aqui, de forma alguma ocorre um paralelo simultâneo com a rejeição. Não compete aos crentes especular sobre o destino dos não-crentes, mas cabe-lhes louvar com sua vida a gloriosa graça de Deus (Ef 1.6,12,14), i. é, ser testemunhas de Jesus Cristo diante dos semelhantes, transmitindo-lhes o amor dele. A especulação sobre a sorte do próximo deve ser transformada em gratidão a Deus e serviço a ele.

A salvação deliberada por Deus torna-se manifesta em Jesus Cristo, na redenção mediante sua morte na cruz. A graça divina mostra-se assim para o crente. Ao mesmo tempo, porém, foi estabelecido nele o centro do novo mundo que será unificado em e em torno de Cristo.

Com isso a visão é ampliada para a herança. Ela é realidade desde já por força do Espírito Santo. Por meio da comunhão com Cristo os cristãos recebem o derramamento abundante de sua bênção celestial, de graça, perdão, misericórdia, paz, alegria, sabedoria, confiança. Como o Espírito Santo é também penhor do que está por vir, descerra-se por meio dele o horizonte à frente, e firma-se a certeza da consumação prometida.

Os cristãos precisam reconhecer que dons lhes foram concedidos. É a favor disso que Paulo intercede em sua oração. É o que ele também visa alcançar por meio de sua carta. Para tanto são necessários os “olhos do coração”, i. é, da fé. Somente eles percebem que desde a ressurreição do Nazareno crucificado o cosmos possui um novo Senhor, ao qual foi dado poder abrangente sobre todas as coisas. Nessa situação sua igreja ocupa uma posição de destaque, visto que ela é seu corpo, por meio do qual ele exerce seu governo para a salvação.

Sem dúvida alguma as pobres igrejas às quais se dirigia esta carta sentiram intensamente a enorme diferença entre essas exposições e sua realidade visível. Por isso elas precisavam da iluminação dos olhos de seu coração para reconhecer a realidade de Deus como a verdadeiramente válida. É dessa

mudança fundamental de perspectiva, dessa passagem dos “olhos da cabeça” para os “olhos do coração”, do ver para o crer, que a igreja de Jesus Cristo foi incumbida em todos os tempos.

3. Os mortos se tornaram vivos em Cristo: Ef 2.1-10

- 1 – Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados,
- 2 – nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência;
- 3 – entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais.
- 4 – Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou,
- 5 – e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, – pela graça sois salvos,
- 6 – e, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus;
- 7 – para mostrar, nos séculos vindouros, a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus.
- 8 – Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus;
- 9 – não de obras, para que ninguém se glorie.
- 10 – Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.

1 Ef 2.1-10 estabelece uma estreita conexão com o bloco anterior: o começo “**também vós**” aplica à igreja dos leitores as considerações sobre a verdade de que Cristo é o cabeça. O conteúdo do v. 1 continua no v. 5b (termo-chave: “**mortos em vossos delitos**”). As conseqüências do evento de Cristo narrado em Ef 1.20 passam a ser aplicadas aos crentes: “**deu vida juntamente com Cristo**”, “**ressuscitados com ele**”, “**fez assentar com ele**” (em Ef 2.5s). O afunilamento da exposição geral de Ef 1.20ss para a realidade dos leitores (em Ef 2.1) aconteceu de forma muito semelhante em Ef 1.13. Inicialmente essa aplicação menciona como os membros da igreja antes estavam enleados pelo pecado: “**Também vós estáveis mortos em vossas transgressões e pecados.**” Paulo falou sobre as “transgressões” sobretudo na carta aos Romanos, mas também em outras cartas. Ademais, Cl 2.13 menciona a “incircuncisão de vossa carne”. Toda a existência estava tão atingida pelo pecado que só poderia ser caracterizada como “morta”. Assim se afirma que o pecado não tinha envolvido apenas algumas áreas do ser humano (p. ex., a área moral), mas que sua vida estava infectada e destruída no cerne de sua personalidade (por isso também a necessidade da iluminação do coração em Ef 1.18). Paulo fala diversas vezes do poder da morte como conseqüência do pecado.

2 Os pecados não são somente inseparáveis do incrédulo, porém Paulo também os descreve como aqueles “**em que andastes outrora**”. A vida pregressa acontecia em pecado, que não é um espaço neutro, mas de poder.

Como em todo o NT, a conversão a Cristo (cf. 1Ts 1.9s) representa uma nítida linha divisória entre “**outrora**” e “**agora**”.

O verbo “**andar**” representa a totalidade da vida, e é empregado com freqüência especialmente por Paulo.

Essa conduta anterior acontecia segundo a norma de um poder antidivino: “**segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência**”. A aparente liberdade, portanto, não passava de escravidão sob poderes maus. Enquanto Ef 1.21 cita potestades diversas, Paulo agora fala apenas do “**éon deste mundo**”, o “**soberano da esfera de poder do ar**”. Aparentemente, “**éon**” é entendido como pessoa, paralelamente ao conceito “soberano” que vem em seguida.

O mundo aparece aqui como um ente que reivindica posse do poder sobre o tempo, alegando ser “o deus do tempo do mundo”. Enquanto essa reivindicação de eternidade dominava a vida dos pecadores, permanecia oculto o fato de que Cristo derrotou os poderes, que esse *éon* já encontrou seu fim nele e que por isso também o poder dele se esvai rapidamente. É verdade que por isso os crentes ainda são fortemente atribulados, contudo é inquestionável que o domínio de Cristo sobre todos os poderes também será publicamente constatável no final.

O segundo conceito caracteriza-o como “soberano da esfera de poder do ar”. Acima da terra estende-se a esfera do ar. É dela que vem a influência sobre os acontecimentos na terra situada abaixo. Conforme Cl 1.13 esse ambiente é a “esfera de poder das trevas”, na qual os “príncipes mundiais destas trevas” (Ef 6.12) exercem sua atuação.

Finalmente as afirmações são detalhadas com a menção ao “**espírito que agora atua nos filhos da desobediência**”.

O texto permite duas interpretações: “**espírito**” freqüentemente é entendido como termo paralelo a “soberanos”, o que é possível apesar da troca do plural pelo singular. Contudo é igualmente imaginável relacionar “**espírito**” diretamente com “**ar**”, o que se torna plausível pela ligação de conteúdo de ambas as grandezas. Em decorrência, o senhor sobre a esfera do ar seria o mesmo que também controla a esfera do espírito. Por isso as dimensões do espaço e do espírito relativas a esse senhorio confluem.

Esse espírito anticristão exerce sua ação nos “**filhos da desobediência**”. Mais uma vez isso permite notar que nenhum ser humano pode assumir uma posição simplesmente neutra diante dos poderes: quem não está ligado a Jesus Cristo pela obediência da fé (cf. Rm 1.5; 16.26) permanece, como desobediente, escravo do pecado. A mesma correlação é assim descrita por Paulo em Rm 6.17: “Mas graças a Deus porque, outrora, escravos do pecado, contudo, viestes a obedecer de coração à forma de doutrina a que fostes entregues.”

- 3 “**Entre eles**” – i. é, os filhos da desobediência – “**também nós andávamos outrora**”. Não é necessário considerar isso uma referência especial aos cristãos judeus. Pelo contrário, o “**nós**” unifica Paulo e os leitores das diversas igrejas, distinguindo os crentes dos “**demais**” mencionados no final do v. 3, i. é, os humanos escravizados pelas citadas potestades.

Uma vida sem Cristo é levada no âmbito dos “desejos de nossa carne”. Conforme Ef 4.22 isso é o “trato passado... segundo as concupiscências da paixão”, que agora já não condizem com o cristão e das quais lhe cabe despir-se.

“**Carne**” é o ser humano em sua rebeldia contra Deus, o velho ser humano, o corpo do pecado (cf. Rm 6.6; 7.18; Gl 5.16; etc.).

Dessa existência brotam as “**concupiscências**” (cf. Rm 7.5) que se refletem no agir concreto. O “desejo” (as pulsões) e os “pensamentos” (obscurecidos: Ef 4.18) levam a uma conduta que pode ser vista na carne.

No passado esse aprisionamento pelo pecado caracterizava os membros da igreja “**por natureza**” como “**filhos da ira**”. Com base no “ser humano natural” em 1Co 2.14, “**por natureza**” deve ser entendido como conceito oposto ao “ser humano espiritual”: por si mesmo nenhum ser humano é capaz de romper os liames do pecado e praticar a vontade de Deus. Por essa razão todo ser humano é réu do juízo da ira divina. “**Os demais**” são aqueles que não têm esperança diante dessa situação (1Ts 4.13; 5.6).

- 4 [4] Diante do sombrio pano de fundo da descrição de como o ser humano é refém da morte, Paulo coloca o “**porém**” da misericórdia divina. A “riqueza de sua graça” (Ef 1.7) que ele “fez derramar” sobre os crentes (Ef 1.8) é completada agora com a declaração de que Deus “**é rico em misericórdia**”. De conformidade com sua misericórdia “ele nos salvou” (Tt 3.5) e “nos fez renascer para uma viva esperança” (1Pe 1.3).

Essa misericórdia concretizou-se em “**seu grande amor, com o qual nos amou**”. A magnitude desse amor que se evidencia em Jesus Cristo é enaltecida por Paulo em Rm 8.35-39 (cf. também Jo 3.16; 13.1): a entrega do único Filho amado é a fiança do amor supremo de Deus. Ele não si restringe a si mesmo, mas dirige-se aos seres humanos. Isso é exclamado na proclamação do evangelho e deve conduzir ao testemunho da fé: com esse grande amor ele amou *a nós!*

- 5 Visto que não apenas os leitores mas todos os cristãos (“**nós todos**”: v. 3) viviam segundo os padrões do pecado (“da carne”), a única possibilidade é repetir agora a afirmação do v. 1 na primeira pessoa: [amou] “**também a nós que estávamos mortos em transgressões**”. Por meio dessa retomada produz-se um forte contraste com o recém-descrito amor de Deus, “com o qual ele nos amou” (v. 4). Cabe lembrar aqui a referência de Rm 5.6ss: a magnitude do amor de Deus revela-se particularmente pelo fato de que Cristo morreu por nós quando nós ainda éramos fracos pecadores sem Deus, i. é, “**mortos em transgressões**” (cf. 1Pe 3.8).

A tais pessoas Deus “**deu vida com Cristo**”. Por meio de seu agir irrestritamente misericordioso e maravilhoso Deus transformou mortos em vivos. Quando recorremos à única passagem em que o NT

também fala de “dar vida”, constatamos nela a referência ao batismo: Cl 2.12s. Através do batismo o crente é inserido de fato no evento de Cristo. Por meio dele participa da morte e do sepultamento de Jesus, sendo despertado com ele para uma nova vida. Esse saber faz parte do acervo fundamental da fé cristã (Rm 6.3s). Visto que dessa maneira o velho ser humano foi entregue à morte, a existência do cristão que já estava morto para Deus por causa do pecado é caracterizada de “novo ser humano”: a nova vida compromete a nova conduta (Rm 6.4), em que continuamente é necessário despir-se do velho ser humano e revestir-se do novo (Ef 4.22ss). Através do batismo o cristão é incorporado ao corpo de Cristo (Ef 4.4s; cf. 1Co 12.13). O batismo evidencia o amor provedor de Cristo para com toda a igreja (Ef 5.25s). No entanto o evento do batismo é um processo essencialmente espiritual porque nele os crentes são ligados ao corpo de Cristo *por meio do Espírito Santo* e *lhes está sendo dado de beber do Espírito Santo* (1Co 12.13).

O uso de verbos com o prefixo “co” é muito característico para Paulo, sendo propício que isso se evidencie particularmente no contexto do batismo em Rm 6: fomos “co-sepultados” (Rm 6.4), “co-crescido” (Rm 6.5); o velho ser humano foi “co-crucificado” (Rm 6.6); nós haveremos de “conviver” com Cristo (Rm 6.8).

Antes de arrolar as demais conseqüências do vínculo com Cristo, Paulo interrompe a frase e insere um lembrete: “**por graça fostes salvos**”.

“**Salvar**” significa arrancar dos liames dos pecados e do iminente juízo da ira. Este é certamente um termo central da mensagem cristã. Na verdade essa salvação acontece “na esperança” (Rm 5.9; Rm 8.24), visto que ela é real no presente pela fé, mas somente se manifestará com alcance pleno no dia de Cristo (1Co 1.8).

Esse salvamento de forma alguma está ao alcance do ser humano, mas acontece exclusivamente “**por graça**”, sendo prova da “rica misericórdia” e do “grande amor” de Deus (Ef 2.4).

6 A ligação dos crentes com Cristo tem conseqüências que transcendem o “dar vida” do v. 5: “**e nos co-despertou e co-assentou nos céus em Cristo Jesus**”.

Dessa maneira estende-se sobre a igreja de Jesus de Cristo a poderosa ação de Deus que segundo Ef 1.20 aconteceu com Jesus Cristo. A realidade do estreito relacionamento com Cristo como Senhor ressuscitado e primícias foi descrita de maneira muito concreta por M. Lutero em seus sermões de Páscoa: “Conseqüentemente nossa ressurreição já aconteceu mais do que pela metade, visto que nossa cabeça já está lá. – Nossas primícias estão no alto, minha ressurreição já começou; apenas preciso me levantar do sono.” Ou em palavras mais drásticas: “Resta ainda a coxa esquerda, o velho fardo; de resto, mais da metade de mim já se encontra no fim dos tempos.”

Houve repetidas tentativas na exegese de separar o realismo das afirmações feitas no v. 6 do linguajar de Paulo em outras epístolas. Diante disso cabe afirmar que na carta aos Efésios está em jogo a inabalável realidade da salvação, com as conseqüências indissociáveis na ligação com Cristo.

Os fiéis foram “**co-assentados**” não no sentido de que poderiam transpor (p. ex. intelectualmente) as limitações de sua vida corporal. Pelo contrário: essa declaração vale na medida em que eles vivem sua existência “**em Cristo Jesus**”. Nesse novo modo de vida os fiéis estão junto dele “nos céus” (cf. Ef 1.3). As exaustivas exortações em Ef 4ss deixam muito claro que nessa certeza de forma alguma se perde de vista a configuração da vida terrena a partir da realidade de Cristo.

7 Não somente nossa entrada com Cristo nos céus, mas toda a ação salvadora de Deus tem uma finalidade que agora é citada: “para demonstrar, nos séculos vindouros, a sobrepujante riqueza da sua graça, em bondade para conosco, em Cristo Jesus”.

Diante do Faraó Deus evidenciou seu poder (Rm 9.17), sua ira (Rm 9.22); diante de Paulo Cristo evidenciou “completa longanimidade” (1Tm 1.16). A realização de Deus para a salvação do mundo ao enviar Jesus Cristo é expressão da riqueza de sua graça, que supera qualquer medida (cf. também 2Co 9.14). Paulo havia falado em Ef 1.19 sobre a “sobrepujante magnitude de seu poder” diante dos crentes; em Ef 3.19 ele usa o mesmo termo para designar o amor de Cristo que supera qualquer entendimento.

Para o cristão, essa riqueza da graça descortina-se na forma da “bondade”. Termos análogos são “paciência”, “longanimidade” (Rm 2.4) e “benignidade” (Tt 3.4) ou “compaixão”/“misericórdia” (Ef 2.4). Através de Jesus Cristo somos envolvidos por essa bondade de Deus.

Isso deverá se tornar visível “nas eras vindouras”.

A plenitude da graça divina que desde já é propiciada em Cristo aos crentes há se manifestar-se de modo completo apenas na consumação dos desígnios eternos de Deus. Apesar de toda a ênfase na

realidade da bênção celestial na carta aos Efésios ainda assim deveríamos salientar que a presente epístola preserva muito bem o “ainda não” da consumação escatológica, que não é de forma alguma abandonado em troca de um “desde já” exclusivo.

- 8 Os v. 8-10 estão tão entrelaçados com formulações centrais de cartas “reconhecidas” de Paulo que a autoria paulina da carta aos Efésios fica novamente documentada de modo sustentável.

No começo repete-se literalmente a inclusão do v. 5: “Porque pela graça sois salvos”. Por que a redenção pela graça de Deus é mencionada de novo? Por que ocorre um acúmulo de termos que apontam na mesma direção e enaltecem a obra redentora de Deus - misericórdia, amor (Ef 2.4), graça, bondade (Ef 2.7)? Podemos responder com a justificativa que Paulo fornece em Fp 3.1: “A mim, não me desgosta e é segurança para vós que eu escreva sempre as mesmas coisas.” A plenitude do bem da salvação não é posse, mas dádiva que brota unicamente da graça de Deus. Isso deve ser constantemente afirmado e exaltado.

A salvação acontece “por fé”. De forma comprimida acolhe-se aqui o que é formulado como segue na exposição central da justificação em Rm 3.24s: “São justificados gratuitamente (i. é, salvos), por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs... como propiciação, mediante a fé.”

A própria fé que propicia salvação, pela qual o cristão recebe a graça, é parte do presente divino: “**e isto não vem de vós, é dom de Deus**”. Visto que a fé nasce de ouvir a palavra de Deus (Rm 10.17), ela não é algo humanamente possível. No entanto é uma fé que apreende a Jesus Cristo, obtendo assim a outorga de toda a riqueza. Essa é a dádiva concedida por Deus. O conceito “dádiva” pertence ao mesmo grupo semântico da palavra “gratuitamente” em Rm 3.24. O mesmo ocorre com a expressão “dom”, que Paulo emprega, além de Rm 5.15ss e 2Co 9.15, em Ef 3.7 e 4.7.

- 9 O “não de vós” é complementado por: “**não por obras**”. Também aqui é flagrante a relação com a refutação da justificação por obras nas demais cartas de Paulo. Tudo o que o ser humano visa realizar “a partir de si” para sua salvação é “obra”, e por isso insuficiente. A graça de Deus exclui o sinergismo humano, porque somente assim é e continua sendo cabalmente graça. Se continuar assim, sendo exclusivamente dádiva, ela exclui também qualquer “**gloriar-se**”. Ademais, a graça de Deus torna vãs as diversas modalidades do gloriar-se humano: o judeu se gloria de seu cumprimento da lei, mas a justiça divina não procede das obras da lei (Rm 2.23; 3.27). Deus responde à sabedoria humana com a tola pregação da cruz, “para que ninguém se glorie diante de Deus” (1Co 1.29). Motivo para gloriar-se existe unicamente por causa do *Kýrios* (1Co 1.31) e de sua cruz (Gl 6.14).
- 10 Fazendo uma analogia com as obras de Deus na criação (Rm 1.20) Paulo emprega a mesma expressão para a nova criação de Deus que se realiza em Jesus Cristo e, através dele, em sua igreja: “**Porque somos obra dele, criados em Cristo Jesus**”. Enquanto o velho ser humano é crucificado com Cristo e entregue à morte, Deus cria o novo ser humano – sua obra (cf. Ef 4.24). Também dessa perspectiva da nova criação cabe concluir que o gloriar-se por parte do ser humano não possui fundamento algum (“porque”).

No mesmo contexto de Ef 2, também Rm 6 fala da nova criação de Deus (cf. acima o exposto sobre Ef 2.5s). Chama atenção que em Rm 6.4 a “novidade da vida” também esteja ligada ao compromisso com uma conduta correspondente. A referência à nova criação aparece da mesma maneira em Gl 6.15 e 2Co 5.17, sendo que em 2Co 5.18 é estabelecida a conexão com o agir de Deus: “Ora, tudo (provém) de Deus.”

O alvo dessa nova criação é descrito com uma dupla afirmação: “**para boas obras..., para que andássemos nelas**”. Embora ninguém seja capaz de produzir ou favorecer sua redenção através de obras próprias, o crente nunca existe sem obras. Pelo contrário, a tarefa de sua vida consiste em realizar boas obras, andar “nessas obras” (novamente o conceito espacial). Em Ef 1.15 o autor já mencionara que a fé em Cristo sempre envolve o ser humano inteiro, visto que ela o transporta “ao raio de ação de Jesus Cristo”. Tal fé sempre atua no amor (Gl 5.6), em boas obras.

A oração subordinada adjetiva “**que Deus preparou de antemão**” assegura que essas obras, por serem fruto da gratidão a Deus, não podem furtivamente voltar a ser entendidas como meritórias.

Além da presente passagem, a expressão ocorre somente em Rm 9.23, que fala da livre eleição da graça de Deus com vistas às “vasilhas” “que ele de antemão preparou para a glória”.

Ao criar o novo ser humano em Jesus Cristo, Deus também prepara o espaço para a ação desse ser humano, de modo que os colossenses podem ser assim exortados: “Tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em ação, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai” (Cl 3.17).

Uma convocação desse tipo passa a ser simultaneamente exortação e lembrança: pelo fato de que Deus preparou boas obras para vocês, então agora também passem a realizá-las em sua conduta.

4. Pessoas distantes tornaram-se próximas no santuário de Deus: Ef 2.11-22

- 11 – **Portanto, lembrai-vos de que, outrora, vós, gentios na carne, chamados incircuncisão por aqueles que se intitulam circuncisos, na carne, por mãos humanas,**
- 12 – **naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo.**
- 13 – **Mas, agora, em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, fostes aproximados pelo sangue de Cristo.**
- 14 – **Porque ele é a nossa paz, o qual de ambos fez um; e, tendo derribado a parede da separação que estava no meio, a inimizade,**
- 15 – **aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz,**
- 16 – **e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade.**
- 17 – **E, vindo, evangelizou paz a vós outros que estáveis longe e paz também aos que estavam perto;**
- 18 – **porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito.**
- 19 – **Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus,**
- 20 – **edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular;**
- 21 – **no qual todo o edifício, bem ajustado, cresce para santuário dedicado ao Senhor,**
- 22 – **no qual também vós juntamente estais sendo edificados para habitação de Deus no Espírito.**

Depois do louvor, das ações de graças e da rememoração do agir gracioso de Deus (Ef 1.3-2.10) começa em Ef 2.11 o tema central da carta aos Efésios: o desdobramento do mistério de Cristo, ou seja, a igreja criada pela comunhão de judeus cristãos e gentios cristãos. Enquanto Ef 2.11-22 trata da consequência histórica da demonstração da graça divina na reconciliação dos dois grupos étnicos, o trecho biográfico de Ef 3.1-13 sublinha a função especial do apóstolo na comunicação desse mistério, até o encerramento desse bloco com a intercessão pela igreja e com a exaltação do agir maravilhoso de Deus (Ef 3.14-21).

O trecho de Ef 2.11-22 subdivide-se em três partes, que podem ser distinguidas com toda a clareza:

- 1) A recordação da transformação de “distantes” em “próximos” em Jesus Cristo (“outrora éreis..., porém agora sois em Jesus Cristo”): v. 11-13.
- 2) A fundamentação dessa mudança na cruz de Jesus de Cristo (“Porque ele é nossa paz”): v. 14-18.
- 3) As consequências dessa transição para os crentes como corpo de Cristo na atualidade (“Porque agora sois... familiares de Deus”): v. 19-22.

- 11 Paulo relaciona o que acabou de expor com o tema subsequente com as palavras “**por isso**”: “**lembrai-vos de que, outrora, vós, gentios na carne**”. A convocação para recordar não visa despertar a lembrança da situação passada em si. O fato de mencionar o que passou tem a finalidade de fazer com que a posição alterada resplandeça ainda mais comparada a este cenário sombrio.

Como em Ef 2.3s, Paulo também emprega aqui a contraposição de “outrora” e “agora” (v. 13) a fim de caracterizar a ruptura total com a velha vida e o começo fundamental da nova vida em Cristo.

Os leitores eram “**gentios**” “**na carne**”, i. é, por origem. Portanto o termo “**carne**” aqui não caracteriza uma existência enleada pelo pecado e pertencente a um povo qualquer (como em Ef 2.3: ali o abrangente “nós”), mas no sentido de Fp 3.3s (cf. também 2Co 11.18), especificando a origem étnica.

Os destinatários eram chamados gentios, “**chamados incircuncisão por aqueles que se intitulam circuncisos, na carne, (praticada) por mãos humanas**”. Obviamente Paulo fala da perspectiva judaica; é ela que chama os cristãos a quem a carta se dirige de “gentios”, “**incircuncisos**”.

Por meio da circuncisão os judeus se destacavam por princípio dos “incircuncisos” à sua volta. Os próprios profetas evidentemente já deixavam claro que o mero ato exterior não garantiria a participação no povo de Deus e contrapunham a “circuncisão do coração” à “circuncisão na carne”.

Na cruz e ressurreição de Jesus a preferência da circuncisão na obtenção da salvação é radicalmente aniquilada. Ela passa a ser uma circuncisão nominal, “**chamada**”. Debaixo desta perspectiva, uma vez que a redenção não pode ser alcançada mediante a observância da lei de Moisés, mas somente pela fé (Rm 3.30; 4.9), passa a ser verdade que “ser circunciso não é nada, e ser incircunciso não é nada, porém: cumprir os mandamentos de Deus” (1Co 7.19; cf. Gl 5.6; 6.15; Cl 3.11). Em seguida, no v. 12, Paulo explicita indiretamente a circunstância de que, por isso, pertencer ao povo da aliança de Deus nunca é irrelevante, mas inclui uma plenitude de “vantagens”. Desse modo ele estabelece uma relação com Rm 3.1ss. No entanto, isso não abre aos judeus algum caminho independente de salvação; pelo contrário – este fato visa preservar os gentios cristãos contra falsa soberba e conduzi-los a uma auto-avaliação realista (Rm 11.17ss).

Outro aspecto torna a circuncisão inútil para obter acesso à nova aliança: ela é “**realizada com as mãos na carne**”. Já observamos anteriormente que a tradição da crítica profética não via como necessária a “circuncisão na carne”, mas a “circuncisão do coração” (Rm 2.28s). Ela se dá “no Espírito e não na letra” (ibidem; cf. Fp 3.3). Em Cristo a obra do Espírito assume o lugar daquilo que é “realizado com mãos”, razão pela qual se desfaz (cf. 2Co 5.1). O ministério da letra que mata é sucedido pelo serviço do Espírito que vivifica (2Co 3.6s). Em substituição à circuncisão executada por mãos, os (gentios) cristãos experimentaram a “circuncisão através de Cristo”, que se evidencia pelo abandono da natureza carnal (Cl 2.11).

12 “**Naquele tempo**”, ou seja, “outrora”, os leitores estavam “**sem Cristo**”, isto é, sem o Messias prometido que, na pessoa de Jesus de Nazaré, chamou seu povo de volta para Deus.

Com dois pares de expressões Paulo explica melhor o que abrangia essa existência “sem Cristo”: “**alienados da comunidade de Israel e distantes da asseveração da promessa, não tínheis esperança e estáveis sem Deus no mundo**”.

O termo “alienado” volta em Ef 4.18 (lá: “da vida a partir de Deus”) e ocorre em Cl 1.21 ao lado do conceito “hostil”. A condição de estrangeiros dos gentios é estabelecida em relação à “comunidade de Israel”. Isso não se refere ao Estado de Israel (que nem mesmo existia naquele tempo) mas ao povo eleito por Deus, sua comunidade.

Como não são atingidos por essa convocação de Deus, os gentios tampouco participam da “**asseveração da promessa**”, mas estão “**distantes**” dela.

A tradução “asseveração” visa reproduzir aqui o termo grego que aparece na LXX para “aliança”, “testamento” (*diatheke*). A expressão também pode ser usada para “manifestação da vontade”, “determinações”. Sintetiza-se aqui o que em Rm 9.4 é arrolado como lista das vantagens de Israel: “asseverações da promessa”. A história de Israel era determinada fundamentalmente pela promessa de Deus que já lhe fora dada antes da lei (Rm 4.13; Gl 3.16ss). Na época dos profetas essa promessa abrangia o anúncio da “nova aliança” (Jr 31.31ss; Ez 36.26s) e se cumpriu por intermédio do Mediador da nova aliança, Cristo (Hb 8.6; cf. Rm 15.8; 2Co 1.2).

Associada a isso está a dádiva do “Espírito Santo da promessa” (Ef 1.3), por meio do qual esse cumprimento se torna eficaz atualmente.

Sem promessa, porém, os leitores anteriormente tampouco tinham uma “esperança” do tipo que o “povo da promessa” possuía. Mas com a vinda de Cristo a esperança obtém uma dimensão adicional essencial. Por um lado, a vinda do Messias cumpriu a esperança (cf. Lc 4.21; Jo 3.29). Por outro, brota do reino que irrompeu com a vinda dele a esperança de sua consumação definitiva.

Os leitores que neste sentido viviam longe das promessas de Deus no passado estavam “sem Deus no mundo”. Estar sem Deus não é a mesma coisa que o ateísmo que rejeita qualquer relação com o divino. Os gentios estavam familiarizados com uma abundância de deuses, formas religiosas e costumes culturais. Mas a separação do povo da aliança trazia consigo também a separação do “Deus vivo e verdadeiro” (1Ts 1.9), e significava uma existência “alienada da vida que é a partir de Deus” (Ef 4.18).

13 A guinada radical que separa “**mas agora**” de “**outrora**” tem sua razão de ser e seu lugar “**em Jesus Cristo**”. O ambiente “da carne” (v. 11) foi substituído pela vida “**em Jesus Cristo**”.

Aqueles que no passado estavam “**distantes**” (cf. v. 12; At 2.39; 22.21) tornaram-se “**próximos**” (cf. Ef 2.17ss). Isso acontece concretamente “**no sangue de Cristo**”. A expressão faz nova referência

à reconciliação através de Cristo “**em seu sangue**” (Rm 3.25; 5.9; Ap 1.5); nele são franqueadas liberdade (para adentrar o santuário: Hb 10.19) e paz (Cl 1.20).

O termo-chave “paz” como fruto da reconciliação por meio de Cristo determina o bloco de Ef 2.14-18. Aparentemente há diversas citações bíblicas subjacentes: Is 57.19 é acolhido expressamente no v. 17, mas já ecoa no v. 13s: “Paz, paz aos na distância e aos na proximidade, diz o Senhor; eu os sararei.” Mq 5.5 promete: “Este será a nossa paz”. O príncipe da paz é mencionado detalhadamente em Is 9.1-6.

Com base nessas passagens da Escritura Paulo desdobra o relacionamento de paz entre judeus e gentios cristãos estabelecido em Cristo.

- 14** Deus é “o Deus da paz”. Ao mesmo tempo ele concede essa paz aos que crêem (Fp 4.7). Através de Cristo temos paz com Deus. O próprio Jesus Cristo é chamado de “Senhor da paz”, por cuja paz podemos rogar (2Ts 3.16). Cl 3.15 fala da “paz de Cristo” (cf. Jo 14.27; 16.33). Em consonância com a promessa de Mq 5.5, Paulo é capaz de testemunhar: “**Ele mesmo é nossa paz**”.

Como tal estabeleceu também paz entre os segmentos hostis da humanidade: ele “**de ambos fez um e derribou a parede da separação que estava no meio, a inimizade**”. Os “dois” (literalmente um termo neutro: “ambas as coisas”) são os judeus e os gentios. A “**parede da separação**” “**que é formada pela cerca**” é “**a lei dos mandamentos que consistem de preceitos detalhados**”.

A “parede da separação” é interpretada distintamente pelos exegetas:

a) Alguns supõem uma dimensão cósmica derivada do gnosticismo: o redentor gnóstico rompe uma parede divisória que se encontra entre o âmbito terreno e o celestial, abrindo assim o acesso ao mundo celestial. Contra isso cabe argumentar que a carta aos Efésios não contém a idéia desse tipo de separação, mas testemunha a vitória e o senhorio do Cristo entronizado à direita de Deus sobre todos os poderes (hostis).

b) Outros interpretam esse termo como referência à barreira de pedras no recinto do templo, que não podia ser transposta por gentios. A destruição do templo no ano 70 d. C. prejudica a plausibilidade desse tipo de ilustração: defensores de uma autoria pós-paulina da carta aos Efésios (por volta de 90 d. C.) alegam que faz pouco sentido designar Cristo como alguém que rompeu uma barreira num templo que naquela época há muito havia sido destruído. Contudo, mesmo se o templo ainda existisse no tempo da redação da carta (56-58 d. C.), a inexistência desse tipo de interpretação em outras passagens do NT depõe contra essa solução.

c) Por isso é mais plausível levar em conta a interpretação apresentada pelo próprio Paulo no v. 15: a “**cerca**” que erige uma parede divisória é a lei do Sinai. Uma comparação análoga da Torá com uma cerca protetora diante dos gentios já ocorre na literatura judaica.

Essa “**cerca**” que separa judeus e gentios foi “**derribada**” no momento em que o acesso ao povo de Deus não acontece mais mediante a observância da lei do Sinai, pela “circuncisão”, mas por meio da fé.

Nesse momento, porém, elimina-se igualmente “**a inimizade**” entre estes dois grupos da humanidade. Diante do evangelho de Jesus Cristo podemos constatar que a hostilidade essencialmente mais profunda é aquela entre a humanidade e Deus. Ela tem por fundamento o pecado, por meio do qual o ser humano se rebela contra a divindade de Deus e seu governo benigno. No entanto, visto que essa inimizade abrangente (o judeu Paulo se inclui no termo “nós”: Rm 3.9) é eliminada pela reconciliação de Cristo (Rm 5.5), anula-se igualmente a hostilidade entre os humanos.

- 15** Isso acontece “em sua carne”. Com essas palavras Paulo sublinha a expressão “em seu sangue” do v. 13. Presumivelmente essa seção da frase deve ser ligada ao que segue: “**em sua carne ele aboliu... a lei**”. A formulação aproxima-se de Cl 1.22 (“reconciliados no corpo da carne”) e de Cl 2.14 (“o escrito de dívida com os preceitos detalhados”). De um modo geral, Paulo faz associação com as exposições na carta aos Gálatas: ao morrer a morte maldita dos pecadores, tornando-se pessoalmente maldição, Aquele que era sem pecado redime os envolvidos da maldição da lei que os atingiu mediante o pecado (Gl 3.13). A circunstância de que Deus ressuscitou o Crucificado demonstra que a lei como caminho até Deus foi anulado, que Cristo é “o fim da lei” (Rm 10.4). Em decorrência, para os que crêem em Cristo foram anuladas também todas as determinações e preceitos individuais que separavam os gentios dos judeus: circuncisão, prescrições de pureza, mandamentos culturais, etc.

A eliminação da inimizade possui conseqüências positivas concretas: “**para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem**”.

Jesus Cristo não somente derruba mas ao mesmo tempo edifica. Também aqui repercutem formulações que são usadas em conjunto com a criação: um novo ser humano é criado (cf. Ef 4.24; 2Co 5.17; Cl 3.10). A peculiaridade é que os muitos são *um só* corpo, sim, são o corpo *dele* (1Co 12.3). Dessa maneira, porém, existe também uma ligação inseparável entre cabeça e membros (cf. Ef 1.23; 5.31s). Por conseguinte, o “novo ser humano” é o próprio Cristo. Nele os crentes possuem participação.

Assim Cristo “**fez a paz**” em lugar da inimizade: da paz com Deus fundada por ele (Rm 5.1) decorre a paz entre grupos outrora inimigos.

- 16** O mesmo vale para a reconciliação. Da reconciliação com Deus (Rm 5.10; 2Co 5.18s) decorre a reconciliação entre as pessoas (cf. Cl 1.20). Esse ato é marcado “**pela cruz**”, pela morte daquele que não tinha pecado em lugar do pecador. Em Cristo acontece a reconciliação “**de ambos**” (i. é, os dois grupos humanos separados, judeus e gentios, cf. v. 14) “**com Deus**”. Em cada uma das passagens que tratam da reconciliação (Rm 5.10; 2Co 5.18s; Cl 1.20) afirma-se que o próprio Deus reconciliou o mundo consigo. Não obstante, ignora-se o propósito da carta aos Efésios quando se tenta derivar uma divergência teológica a partir da circunstância de que aqui a reconciliação está sendo atribuída a Cristo. Por um lado o objeto do trecho é a ação pacificadora de Cristo, por outro as passagens referidas enfatizam a estreita ligação entre Pai e Filho quando destacam consistentemente expressões como “pela morte de seu Filho” (Rm 5.10), “Deus estava em Cristo” (2Co 5.19), “...reconciliou consigo mesmo todas as coisas” (Cl 1.20).

A reconciliação acontece “**em um só corpo**”. Fica em aberto se o foco se concentra no corpo do Crucificado ou no corpo de Cristo em sua igreja. Quando se recorre a 1Co 10.16s para obter uma explicação, o mesmo ponto torna-se perceptível: a afirmação aparece no contexto da santa ceia, referindo-se, portanto, ao corpo de Cristo quebrado na cruz. Simultaneamente, porém, a participação conjunta no pão deixa claro que os membros da igreja são parte da igreja como corpo de Cristo. Por essa razão cumpre sempre preservar a relação entre corpo na cruz, corpo na santa ceia e corpo de Cristo como igreja. A igreja possui como fundamento o corpo de Cristo entregue na cruz para a reconciliação.

Paralelamente a isso Paulo declara que dessa forma Cristo “**destruiu em si a inimizade**”, ou seja: em sua pessoa foi “**morta**” a inimizade (cf. v. 14) entre ser humano e Deus e por isso também entre as pessoas. Enquanto o pecado mata o ser humano sem Cristo por meio do mandamento (Rm 7.11) ou da letra (2Co 3.6), Cristo elimina na cruz a inimizade.

- 17** A formulação “**E ele veio**” é entendida de maneiras distintas pelos comentaristas. É interpretada em vista da atuação do Jesus terreno, do todo de sua obra, da vinda do Ressuscitado ou de sua presença no Espírito pela pregação do apóstolo. Quando levamos em conta a circunstância de que nos evangelhos as caracterizações da obra de Jesus freqüentemente são introduzidas pela fórmula “Não vim...”, essa correlação parece plausível também no presente caso. Diante do fato de que a continuação desse versículo cita Is 52.7 (em conexão com Is 57.9) é admissível que na menção da “vinda” também se reconheça um eco dos “pés dos que anunciam boas novas”. É significativo que em Ef 6.15 novamente sejam citados os “pés” no contexto do “evangelho da paz”.

Finalmente cumpre recordar que em 2Co 5.19s o desdobramento da reconciliação é acoplado à mensagem da reconciliação. Da mesma forma, Ef 2.15ss seguem proclamando a mensagem da paz depois de explicar detalhadamente a obra de paz.

Ela vale para “**vós, que estáveis longe e paz também aos que estavam perto**”. Outrora os gentios estavam distantes das promessas de Deus, mas através de Cristo se tornaram próximos (v. 13). Conseqüentemente a paz criada por Cristo e anunciada em seu nome vale para ambos os grupos, aos distantes e aos próximos.

- 18** “**Porque, por ele, ambos temos acesso ao Pai em um Espírito.**” “Por ele”, e não por circuncisão ou observância da lei, o “**acesso ao Pai**” foi aberto para judeus e gentios. Isso será melhor explicado em Ef 3.12: “Pela fé nele”, i. é, em Jesus Cristo, temos “ousadia e acesso”. Paulo retoma uma formulação de Rm 5.2, em que se fala do “acesso a essa graça” após o destaque dado à justiça e à paz com Deus. Igualmente cabe lembrar a sentença de Jo 14.6, na qual Jesus se define como único caminho ao Pai. A carta aos Hebreus versa sobre a “confiança” no acesso a Deus. Com base na obra redentora de Cristo devemos nos “achegar confiadamente ao trono da graça” (Hb 4.16), tendo “intrepidez para entrar no Santo dos Santos” (Hb 10.19). Assim declara também a 1ª epístola de João: “Temos confiança para com Deus” (1Jo 3.21; 5.14).

Esse acesso se dá “**em um Espírito**”. A afirmação é feita paralelamente à reconciliação gerada por Cristo “em um só corpo” (v. 13). No Espírito Santo Jesus Cristo está presente como Senhor vivo. Nele a reconciliação na cruz é descerrada para cada crente, viabilizando assim o acesso a Deus. Ele é o *único* Espírito e como tal cria a unidade na igreja (Ef 4.30ss).

- 19 O reconquistado acesso a Deus para os que antes estavam longe acarreta uma consequência significativa: “**Logo já não sois estrangeiros e peregrinos**”.

Em Gn 23.4 (cf. também Gn 24.37; Sl 39.12) Abraão se classifica como “forasteiro e ocupante” em Canaã, a terra da promessa. Essa formulação é interpretada em Hb 11.13 com vistas à trajetória da fé: os patriarcas estavam a caminho da celestial terra da promessa (Cf. Hb 11.14ss). Do mesmo modo os cristãos são “estrangeiros e peregrinos” (1Pe 1.1; 2.11), porque não têm neste mundo “cidade permanente, porém buscam a que há de vir” (Hb 13.14). Por essa razão seu modo de vida também precisa corresponder a essa situação básica: não devem prender-se de forma definitiva a coisas desta vida, mas “ter como se não tivessem” (1Co 7.29ss).

A locução dupla “estrangeiros e peregrinos” adquire mais um sentido em relação à posição de gentios e judeus cristãos. Enquanto os gentios estavam “naquele tempo... alienados da comunidade da promessa” (Ef 2.12), porque eram mantidos afastados do Deus de Israel pela cerca da lei, essa situação foi eliminada e radicalmente alterada em Cristo: são agora “**concidadãos dos santos e familiares de Deus**”.

Isso não significa que os gentios cristãos sejam incorporados à “cidadania de Israel” (em grego: *politeia*; Ef 2.12) como “concidadãos” (em grego: *sympolitai*). A “comunidade” da igreja gerada em Cristo é uma criação completamente nova, na qual são acolhidos adeptos tanto judeus como gentios. Por um lado, é totalmente incorreto pensar que a atuação de Cristo praticamente suspendeu a história de Deus com seu povo, tornando-a nula, ou seja, que a igreja substituiu Israel sem compensação. Para qualquer pensamento nessa direção vale a admoestadora recordação de Paulo: “sabe que não és tu que sustentas a raiz, mas a raiz, a ti”, o ramo de oliveira outrora brava, mas agora enxertada (Rm 11.17s). Por outro lado, essa situação na história da salvação de Israel não propicia aos membros do povo da aliança veterotestamentária uma posição especial, na qual pudessem trilhar um caminho singular à parte da fé em Jesus Cristo. Os “santos”, cujos “concidadãos” os destinatários da carta se tornaram, não são formados nem por judeus nem por judeus cristãos, mas por todos os crentes que já integram a igreja de Jesus Cristo.

Como essa cidade (grego: *polis*) de Deus é celestial (cf. Hb 12.22), o direito de cidadania (grego: *politeuma*) também está no céu (Fp 3.20). É a herança (Ef 1.14,18), da qual os cristãos já participam em Jesus Cristo (Ef 2.6).

Com a ilustração da cidade (“concidadãos”) está associada a metáfora da casa: “**familiares de Deus**”. A igreja é “casa espiritual” (1Pe 2.5; cf. 4.17), à qual pertencem “familiares da fé” (Gl 6.10).

- 20 Nos v. 20-22 a ilustração da casa é desenvolvida por meio da metáfora da construção: “**edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas**”.

O edifício espiritual possui um fundamento que o próprio Deus lançou na história. Essa construção não é de forma nenhuma correspondente à situação eclesial atual, mas é uma construção básica que repousa durante os séculos sobre um fundamento claramente descritível: conforme 1Co 3.11, trata-se do próprio Cristo. “Está posto”, i. é, Deus o lançou. Ao lado dele não existe outra possibilidade de fundamentar a igreja de Jesus Cristo.

Em decorrência, é preciso considerar esse pano de fundo para entender a afirmação de que a igreja é edificada “**sobre o fundamento dos apóstolos e profetas**”. Estes não sustentam a construção em si, mas recebem a revelação divina do evangelho de Jesus Cristo (Ef 3.5s). Nisso, no entanto, reside sua importância “fundamental” para a igreja. Pelo fato de que aprouve a Deus desvendar o “mistério de Cristo” por meio dessas testemunhas primeiro à igreja formada de judeus e gentios e que possui Jesus Cristo como alicerce e alvo, por isso sua palavra possui uma função alicerçadora. Pelo fato de valer para todos os tempos, a igreja é tanto “apostólica” como também “católica”, i. é, universal. Todas as palavras expressas dentro dela precisam submeter-se à avaliação pela norma desse fundamento.

A partir da escolha dos doze discípulos por parte de Jesus, bem como da lista das testemunhas oculares em 1Co 15.3-5 e da menção dos “colunas” em Gl 2.9 fica claro quem faz parte do grupo dos apóstolos. Paulo é acrescentado como “nascido fora do tempo” (1Co 15.8).

Ao longo da história da interpretação, os “profetas” citados depois dos apóstolos geralmente foram entendidos como os profetas do AT. No entanto, aqui se tem em mente os profetas do primeiro cristianismo que interpretavam o evangelho de Jesus Cristo em relação à situação atual (para uma noção concreta, cf. 1Co 14.24s). Como premissa os profetas possuem a revelação divina, e em sua proclamação são reféns dessa revelação.

Também a segunda parte do versículo foi alvo de diferentes explicações: “**cuja pedra final é Cristo Jesus**”. Duas traduções são viáveis, que concebem de maneira distinta a relação entre Jesus Cristo e a construção: “Jesus Cristo é a pedra angular dele (= do fundamento)”: i. é, como pedra angular Jesus Cristo é parte essencial do fundamento; ou: “Jesus Cristo é a pedra angular/final dele” (= do edifício), i. é, Jesus Cristo se contrapõe ao fundamento como pedra conclusiva da obra.

Para podermos decidir essa questão é preciso inicialmente esclarecer a tradução “pedra angular” ou “pedra final”.

A comprovação bíblica dessa interpretação está em Is 28.16 e Sl 118.22. Em 1Co 3.10s aplica-se claramente a Cristo o significado de “fundamento”. O “crescimento do edifício” (Ef 2.21) parte da pedra angular.

O último argumento, no entanto, também pode ser usado para justificar a tradução como “pedra final”: justamente na carta aos Efésios tem-se em vista a *conclusão* da construção, que se dá pela pedra final (de destaque particular na arquitetura). Como Cristo é o cabeça, os crentes devem crescer em direção dele (Ef 4.15s). Assim fica evidente que ambas as possibilidades são inegavelmente válidas e que também são usadas por Paulo nas duas acepções de acordo com a ilustração (construção, ou corpo). Nós preferimos a interpretação “pedra final”, visto que o encadeamento das idéias dos v. 20-22 destacam primordialmente o aspecto da evolução desse edifício do fundamento ao prédio concluído – com Cristo como a pedra final que coroa e mantém tudo unido.

21 Isso é particularmente enfatizado nos v. 21s: “**no qual é ajustado e cresce todo o edifício**”. “**Nele**”, i. é, em Cristo. Obviamente ele não é apenas o fundamento; pelo contrário, todo o edifício consiste “nele” em todas as fases e partes. Com essa afirmação Paulo estabelece um nexos com a descrição do significado de Jesus no contexto de sua obra de reconciliação (“em si”: v. 16) e da abertura do acesso ao Pai (“por ele”: v. 18).

No NT, o verbo traduzido por “**ajustar**” ocorre somente aqui e em Ef 4.16, referindo-se aqui à construção, e lá ao corpo!

Digno de nota é que essa construção “**cresce**” com o recém-caracterizado “ajuste em Cristo”: o tempo verbal é o presente, i. é, trata-se de um processo que se estende por todos os períodos da história. Do “crescimento” no sentido referido trata igualmente Ef 4.16. Do “crescimento”, no sentido do prosperar da plantação divina, falam 1Co 3.6s e, com referência ao corpo, também Cl 2.19. Esse “**edifício todo**” é “**templo santo no Senhor**”. Também isso faz parte da noção básica cristã: que a igreja é “templo de Deus”, que o Espírito de Deus habita nela e que esse templo é santo (1Co 3.16s). Do crente individual como templo do Espírito Santo fala 1Co 6.19. Esse templo é a “casa espiritual” de 1Pe 2.5. Mais uma vez Paulo enfatiza que esse templo consiste e cresce “no Senhor”.

22 Por meio de formulações paralelas o v. 22 sublinha o que já foi exposto: “**no qual também vós estais sendo co-edificados para habitação de Deus no Espírito**”. Mais duas vezes Paulo emprega termos do grupo semântico “casa”: o ajustar é explicado pelo “co-edificar”. A forma passiva sinaliza uma ação de Deus (como também em 1Pe 2.5). Ele mesmo executa essa obra, introduzindo “pedras vivas”: os que crêem em Jesus Cristo, que ele escolhe como filhos seus “para o louvor de sua glória” (Ef 1.12,14). Esse novo templo representa a “**habitação de Deus no Espírito**”. Se Deus, ou seu Nome, habitou primeiro na tenda e depois no templo, agora o lugar da adoração de Deus é “no Espírito e na verdade” (Jo 4.23). O Messias é o construtor escatológico do templo. Por isso, aqueles que dirigiram o processo contra Jesus associaram a pergunta sobre sua condição como Messias à pergunta pela construção do templo (Mc 14.56,64). O templo que não é feito com mãos é o povo de Deus do fim dos tempos, erigido sobre a rocha Pedro (Mt 16.18).

Sendo, pois, a igreja o edifício universal do Deus triúno (notemos as conotações trinitárias nos v. 21s!) que penetra na esfera celestial, também esta imagem opõe-se ao esforço do ser humano cativo de sua soberba pecaminosa de edificar um prédio por força própria “até o céu”, para promover o próprio nome (Gn 11). Em contraposição, a igreja é o lugar em que Deus é enaltecido pela arrasadora riqueza de sua graça e de sua sabedoria.

Síntese do capítulo 2

Diante do grave cenário de uma vida sem Deus, sem Cristo, sem esperança, Paulo expande a riqueza do amor e da misericórdia divinos manifestos em Jesus Cristo. Nisso deixa claro que a vida fora da fé não acontece em terreno neutro. Pelo contrário, trata-se de uma escravização sob o poderio intelectual do mal, que prende pessoas na rebeldia e desobediência contra Deus. Disso resultam as múltiplas variedades do pecado, com as quais os humanos destroem mutuamente suas vidas.

Agora, porém, acontece o milagre de todos os milagres. Deus concede aos que estavam mortos nos seus pecados uma participação no poder de vida de seu filho ressuscitado. Ele faz isso por livre e imerecida clemência. Nenhuma obra humana teria sido capaz de merecer o amor de Deus.

Através do perdão dos pecados o crente é transformado em novo ser humano, vivendo agora no serviço e para a honra de Deus.

Aos antigos gentios a paz com Deus gerada por Cristo trouxe outro milagre inesperado: na cruz Cristo eliminou todas as separações que até então excluam os gentios das promessas do povo da aliança, Israel. Desse modo o Deus estranho tornou-se o Pai, ao qual judeus e gentios têm acesso de igual maneira. Pela recíproca, os estrangeiros foram transformados em concidadãos, os expulsos foram feitos membros da vida doméstica de Deus. Em Cristo está crescendo *uma só igreja, um só templo sagrado* formado de judeus cristãos e gentios cristãos. Nisso se cumpre o mistério de Deus que constitui o propósito dele com sua igreja e com seu mundo.

5. Paulo e a revelação do mistério divino: Ef 3.1-13

- 1 – Por esta causa eu, Paulo, sou o prisioneiro de Cristo Jesus, por amor de vós, gentios,
- 2 – se é que tendes ouvido a respeito da dispensação da graça de Deus a mim confiada para vós outros;
- 3 – pois, segundo uma revelação, me foi dado conhecer o mistério, conforme escrevi há pouco, resumidamente;
- 4 – pelo que, quando ledes, podeis compreender o meu discernimento do mistério de Cristo,
- 5 – o qual, em outras gerações, não foi dado a conhecer aos filhos dos homens, como, agora, foi revelado aos seus santos apóstolos e profetas, no Espírito,
- 6 – a saber, que os gentios são co-herdeiros, membros do mesmo corpo e co-participantes da promessa em Cristo Jesus por meio do evangelho;
- 7 – do qual fui constituído ministro conforme o dom da graça de Deus a mim concedida segundo a força operante do seu poder.
- 8 – A mim, o menor de todos os santos, me foi dada esta graça de pregar aos gentios o evangelho das insondáveis riquezas de Cristo
- 9 – e manifestar qual seja a dispensação do mistério, desde os séculos, oculto em Deus, que criou todas as coisas,
- 10 – para que, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida, agora, dos principados e potestades nos lugares celestiais,
- 11 – segundo o eterno propósito que estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor,
- 12 – pelo qual temos ousadia e acesso com confiança, mediante a fé nele.
- 13 – Portanto, vos peço que não desfaleçais nas minhas tribulações por vós, pois nisso está a vossa glória.

O cap. 3 começa com um anacoluto, i. é, uma frase incompleta, que é interrompida abruptamente. Diante do fato de que a rara transição traduzida com “**por isso**” retorna no v. 14 é possível concluir que Paulo na realidade pretendia acrescentar ao cap. 2 a oração de intercessão de Ef 3.14ss. Esse intento é interrompido por Ef 3.2-13, um bloco que tem por conteúdo, em duas partes, o papel do apóstolo na proclamação do mistério de Cristo, i. é, da inclusão dos gentios no corpo de Cristo.

- 1 A vocação especial de Paulo consistia em ser testemunha de Jesus Cristo “**para vós gentios**”. Isso determinou sua estratégia de evangelização (Gl 2.7ss; Rm 15.20s). Nesse empreendimento, chegando a uma cidade ainda desconhecida para ele, não abriu mão da proclamação na sinagoga (At 13.5,14; etc.) nem, mais tarde, da ligação com as igrejas judaico-cristãs na Palestina, empenhando-se em prol de uma coleta (At 11.29s; 12.25; 2Co 8-9).

A pregação entre os gentios forçosamente fez surgir conflitos intensos com as comunidades judaicas. Paulo anunciava Jesus como o Messias prometido, que havia “derrubado a cerca da lei” (Ef 2.14s), abrindo assim o acesso ao Deus de Israel como Pai aos gentios que criam nele! Por essa razão Paulo não apenas é “escravo de Jesus Cristo”, mas também “**prisioneiro de Cristo Jesus**”. O que ele sofre acontece para o bem das igrejas fundadas por ele.

- 2 Com a expressão “**pois na verdade ouvistes**” Paulo interrompe suas considerações e menciona o ministério do qual foi incumbido. O gatilho dessa interrupção pode ter sido o grupo semântico *oikos* (casa) em Ef 2.19,21, ao qual ele se conecta agora por meio do termo *oikonomia*. No entanto, aqui surgem diversas variáveis de interpretação: originalmente o termo designa o cargo de “administrador da casa” (cf. Lc 16.2ss), depois o “ministério apostólico” (1Co 9.17; cf. Cl 1.25), e por fim também o “plano de salvação de Deus” (Ef 1.10; 3.9). Não fica claro como a expressão deve ser entendida no presente versículo. A esse respeito cabe assinalar o seguinte: à semelhança do presente texto, também Rm 1.5 combina “graça e ministério apostólico”. A ligação com “**dado**” (igualmente em Cl 1.25) evoca intensamente o ministério “confiado” ao apóstolo (1Co 9.17; 1Ts 2.4: o evangelho que lhe foi confiado!). Quando se considera que a inclusão de Ef 3.2ss foi motivada pelo fato de que, em vista da metáfora da construção no final do cap. 2, Paulo passa a falar posteriormente de sua função nesse empreendimento, é preciso recorrer à sua auto-classificação em 1Co 3.10: “Segundo a graça de Deus que me foi dada, lancei o fundamento como prudente construtor.” Desse modo ficaria igualmente destacado o “aspecto do cargo” do termo *oikonomia*.

Conseqüentemente, Paulo recebeu em seu ministério apostólico, com o qual Deus o investira de forma singular, a incumbência de entregar “**a graça de Deus para vós (gentios)**”. Nessa definição – como mostra 1Ts 2.4 – a “graça” também pode ser descrita por “evangelho”: trata-se da “riqueza de sua graça” manifesta no evangelho (Ef 1.7), que agora, enfim, vale também para os gentios (Ef 3.3ss).

Embora Paulo detenha um ministério singular no qual o mistério de Deus lhe foi manifesto, isso nunca o seduz a “pensar de si mesmo além do que convém” (Rm 12.3). A razão disso reside no fato de que essa graça foi “**dada**” ao apóstolo. Também aqui o *passivum divinum* mostra que foi Deus quem lhe deu o que ele tem (como em Rm 12.3!). No entanto, a função que lhe foi conferida dessa forma também deve ser reconhecida: “Os homens nos considerem como ministros de Cristo e despenseiros (*oikonomoi*) dos mistérios de Deus” (1Co 4.1).

- 3 Também aqui o verbo principal aparece na forma do *passivum divinum*: “**que, em virtude de revelação, me foi dado conhecer o mistério**”.

Aquilo que foi “**dado a conhecer**” a Paulo é o “conhecimento de Cristo Jesus” (Fp 3.8) diante de Damasco. Ali o fariseu Paulo, que perseguia os adeptos do Nazareno crucificado por blasfêmia e, por isso, carimbado por Deus como “maldito”, encontrou-se com o Crucificado vindo da glória celestial de Deus. Mas, se Deus realizou a ressurreição escatológica naquele que flagrantemente era maldito, erguendo-o à sua direita, foi, portanto, descartado o cumprimento da lei como caminho para a comunhão com Deus.

Desse modo, porém, o acesso ao Pai está franqueado para os gentios. A “revelação” que Paulo tem em mente não deve ser confundida com as “sublimes revelações” das quais o apóstolo fala em 2Co 12, segundo as quais foi arrebatado “ao terceiro céu”, “ao paraíso”, ouvindo “palavras inefáveis”.

A “revelação” aqui mencionada enseja a confissão causada pelo Espírito Santo: “Jesus (publicamente maldito por causa da morte na cruz) é o Senhor (investido à direita de Deus)”. Por isso a “revelação de Jesus Cristo” (Gl 1.12) como tal é “revelação do mistério” (Rm 16.25). A revelação já acontecida será completada definitivamente na “revelação de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Co 1.7; 2Ts 1.7), que há de suceder “no dia dele” “a partir do céu” e depois também abrangerá a “revelação dos filhos de Deus” (Rm 8.19), i. é, o fim de todo os gemidos.

Da mesma maneira, “**mistério**” refere-se a conteúdos diversos: no sentido aqui considerado, como inclusão dos gentios mediante a fé na salvação descerrada por Cristo, ele é o “mistério de Deus” (cf. Ef 1.9; 3.9; 6.19; 1Tm 3.9). Além disso aparecem o “mistério do reino dos céus” oculto em parábolas (Mt 13.11; etc.), o mistério dos judeus temporariamente empedernidos por causa dos gentios (Rm 11.25), os “mistérios” pronunciados no Espírito (1Co 13.2; 14.2), o mistério da transformação sem decomposição (1Co 15.51), o mistério dos laços entre homem e mulher com vistas ao relacionamento entre Cristo e sua igreja (Ef 5.32), e os mistérios do Apocalipse de João (Ap 1.20; 10.7; 17.5,7).

“**Conforme escrevi há pouco, resumidamente**”: essa observação evidentemente se refere aos dois capítulos anteriores, mas não a outros escritos do apóstolo. O “mistério de sua (= de Deus) vontade” apareceu em Ef 1.9. Em Ef 2.11-22 foi descrita em detalhe a paz em Cristo, que agora vale também para os gentios. Sobre o citado fundamento Paulo continuará a desenvolver o conteúdo desse mistério em Ef 3.5ss.

- 4 Quando o ministério de apóstolo dos gentios foi dado a Paulo, ele obteve simultaneamente o “**discernimento do mistério de Cristo**”. Expôs isso em suas cartas. Por essa razão os destinatários são lembrados expressamente dessa forma de instrução: “**quando o ledes**”.

Os diferentes significados de “**mistério**” já foram comentados no versículo anterior. O “**discernimento**” do mistério resultava, no caso de Paulo, da combinação da revelação de Cristo diante de Damasco e do estudo da Sagrada Escritura. A “abertura das Escrituras” para obtenção desse discernimento foi realizada pelo próprio Jesus nos discípulos após a Páscoa (Lc 24.32,45; cf. em contrapartida o não-entendimento prévio: Mc 6.52; Lc 2.50; 18.34); mais tarde isso se tornou incumbência dos próprios apóstolos (cf. At 8.30,35; 10.34-43; etc.).

- 5 “**Em tempos anteriores**” o “mistério de Cristo” não fora “**dado a conhecer aos filhos dos homens**”. Em Cl 1.26 isso é elaborado no sentido de se falar de “tempos e gerações eternas”, diante das quais esse mistério estava “oculto”. A razão para a ocultação reside unicamente na vontade de Deus, e não, p. ex., na incapacidade humana. Deus não revelou seu agir futuro nem mesmo aos profetas.

Pela revelação do mistério o tempo do mundo é subdividido em duas fases fundamentalmente distintas: os “tempos anteriores” contrastam com o “agora”. Jesus descreveu a mesma diferença com vistas a João Batista como precursor do reino dos céus: “Entre todos os nascidos de mulher, ninguém apareceu maior do que João Batista, mas o menor no reino dos céus é maior do que ele” (Mt 11.11).

Enquanto de um modo geral o mistério estava oculto “**aos filhos dos homens**” antes de Cristo, cabe ainda levar em consideração que também “agora”, depois de Cristo, ele não é reconhecido por todos. A natureza oculta do mistério deve-se à sua forma inesperada: enquanto judeus buscam prodígios, e gregos, por seu turno, procuram a doutrina de sabedoria, Deus revela o *seu* poder e a *sua* sabedoria na pregação do Filho de Deus crucificado (1Co 1).

Aquilo que estava oculto “aos filhos dos homens” em seu todo foi agora “**revelado a seus santos apóstolos e profetas no Espírito**”.

“Não dado a conhecer” e “revelado” são novamente formas verbais passivas. Nesse sentido, tanto a não-compreensão como o entendimento são processos atribuíveis exclusivamente à ação de Deus. Além disso a expressão “revelar” contém uma ação que conceitualmente compete só a Deus, ao passo que “dar a conhecer” também pode descrever uma ação humana. Ademais, Paulo emprega essa expressão em Ef 3.3 para designar a revelação que lhe foi comunicada.

A locução “**a seus santos apóstolos**” causa certas dificuldades. Nela fica clara a referência a Ef 2.20 (“apóstolos e profetas”) e Cl 1.26 (“manifestou-se a seus santos”). Devem ser descartadas alterações no texto original (corte de “santos”, ou “apóstolos”). Tampouco convence a introdução de uma vírgula (“aos santos, seus apóstolos e profetas...”).

É provável que formalmente a expressão deva ser explicada pelo conjunto da ligação entre Ef 2.20 e Cl 1.26. O conteúdo do adjetivo “santo” de forma alguma visa destacar os referidos grupos em relação aos demais cristãos. Pelo contrário, aqui a verdade basicamente válida para o templo “sagrado” (Ef 2.21) também é aplicada ao fundamento dos “apóstolos e profetas”. Como templo do Espírito Santo essa construção adquire a santidade a partir de Cristo, e todos as áreas são atingidas pela atuação santificadora do Espírito (cf. também 1Pe 2.5,9).

Não é completamente inequívoco o nexos com “**no Espírito**”: por um lado pode-se afirmar que a revelação aconteceu “no Espírito” (cf. Ef 1.17; 1Co 2.10); por outro, os profetas podem ser definidos mais especificamente como aqueles que falam “no Espírito” (cf. 1Co 14.37). Também aqui a recordação de Ef 2.22 pode contribuir para caracterizar a totalidade do espaço da igreja pela definição “no Espírito”: nesse Espírito foi manifesto o mistério; a partir desse Espírito os profetas dão testemunho dele.

- 6 Agora é citado expressamente o mistério antes já “sucintamente” delineado. Também aqui Paulo volta a empregar (como em Ef 2.5s,19) três palavras compostas com o prefixo *syn* (“com”): “**Os gentios são co-herdeiros, co-pertencentes ao corpo e co-participantes da promessa em Cristo Jesus por meio do evangelho.**”

O que ressoa no louvor de Ef 1.3ss é desdobrado especificamente em suas amplas conseqüências para a posição dos gentios cristãos: a “glória da sua herança nos santos” (Ef 1.18) é também a porção deles, pois são **“co-herdeiros”**. O fato de Cristo ser “cabeça” de sua igreja, que é corpo dele (Ef 1.22s), traz benefícios também para eles, porque são **“co-pertencentes ao corpo”**. As promessas de Deus (Ef 2.12), inacessíveis para eles como anteriormente distantes e forasteiros, agora também valem para eles, porque são **“co-participantes da promessa”**.

Parece que, para poder expressar adequadamente a não prevista e misericordiosa inclusão dos gentios cristãos, Paulo cria uma formulação própria: “co-pertencente ao corpo” (em grego: *sysomos*). Conseqüentemente, vale para a igreja cristã que ela é “um só corpo e um só Espírito” (Ef 4.4). A promessa do AT cumprida em Cristo inclui também os gentios cristãos. Ao mesmo tempo o Espírito Santo representa o penhor da herança (Ef 1.13s) no sentido de uma promessa que vai além e que será cumprida definitivamente com a manifestação visível de Cristo no seu dia.

O ambiente em que essas declarações possuem validade exclusiva apesar de igualmente abrangente é **“Jesus Cristo”**: nele tudo é sintetizado (Ef 1.10), nele Deus evidencia a sobreexcelente riqueza de sua graça (Ef 2.7).

O meio pelo qual esse mistério divino foi dado a conhecer e agora é levado pelos proclamadores ao mundo inteiro é **“o evangelho”**. Ele precisa ser continuamente transmitido, porque não é possível simplesmente captar e, assim, “saber” seu conteúdo; antes ele visa ser repetidamente ouvido, crido e preservado contra todas as tribulações por parte de experiências contrárias, a fim de que possam ser viabilizados o crescimento (Ef 4.15) e a posição firme (Ef 6.14).

- 7 O “evangelho” fornece para Paulo o termo-chave a partir do qual ele delimita a essência de sua tarefa, ao escrever: é o evangelho, **“cujo servo... me tornei”**.

Em 2Co 6.4 Paulo se define como “servo de Deus”, em Rm 15.16 e 2Co 11.23 (indiretamente) como “servo de Cristo”. Conforme 2Co 3.6 Paulo foi capacitado por Deus para ser “servo da nova aliança”. Em 1Co 3.5 ele faz parte dos “servos por meio de quem crestes”. A mesma expressão da presente passagem ocorre em Cl 1.23, sendo completada em Cl 2.5 pela declaração de que Paulo se tornou servo da igreja.

Paulo **“se tornou”** servo do evangelho – também aqui uma forma verbal passiva, por meio da qual a vocação divina para esse ministério é sublinhada.

O apóstolo destaca de três formas o caráter de dádiva dessa investidura específica: **“conforme a generosa graça de Deus a mim concedida”**. Em si, **“graça”** já é imerecido favor de Deus ao ser humano. Essa característica é reforçada pela expressão adverbial “generosamente”/“por presente”. Paulo traz uma formulação similar em Rm 3.24: “... são justificados generosamente por sua graça.” Em consonância, também é anunciada “gratuitamente” a mensagem da “generosa graça de Deus”, o evangelho (2Co 11.7). Como no v. 2, também aqui essa graça é definida expressamente como uma graça **“que me... foi concedida”**.

Isso aconteceu **“segundo a eficácia de seu poder”**. Paulo já havia falado desse poder em Ef 1.19s. O mesmo poder através do qual Jesus Cristo foi ressuscitado por Deus tornou-se eficaz entre os que crêem: ela é o “poder para a salvação” (Rm 1.16; 1Co 1.8). Desse poder deriva a capacitação de Paulo para o serviço (cf. 2Co 4.7).

- 8 No v. 8 começa a segunda parte da inclusão (v. 2-13), na qual Paulo igualmente descreve sua função na divulgação do mistério divino: **“A mim, o menor de todos os santos, me foi dada esta graça”**. Paulo colocou o **“a mim”** enfaticamente no início da frase. No entanto essa posição destacada preenche o “menor de todos os santos”. Dessa forma o apóstolo faz referência à listagem das testemunhas oculares em 1Co 15. Ali Paulo se define “o menor entre os apóstolos” (v. 9). Essa afirmação é intensificada aqui de duas maneiras: por um lado Paulo se compara em Ef 3.8 com “os santos”, i. é, os crentes em geral (Ef 1.1,15) e se designa como o mais insignificante deles. Por outro lado ele emprega para **“o menor”** – uma expressão em si já superlativa – a forma comparativa *elachisteros* [o menor que todos] (em lugar de *elachistos* em 1Co 15.9).

Em 1Tm 1.15 Paulo se designa como o “primeiro dos pecadores”, expressando assim a mesma coisa: aquele que tornou publicamente notória sua ferrenha resistência contra Cristo perseguindo a igreja foi atingido pela graça de Deus, colocado em uma nova trajetória e chamado para ser servo de Cristo.

O dom da graça sempre está associado à tarefa de testemunhar. Em Paulo ele foi o chamamento para seu ministério de apóstolo (cf. Rm 1.5): “**de anunciar aos gentios a insondável riqueza de Cristo**”.

Paulo havia iniciado o presente trecho com a referência a seu ministério de apóstolo “**dos gentios**” (Ef 3.1; cf. acima o comentário). A mensagem que ele tem de disseminar é o evangelho: “anunciar” é tradução de *euangelizesthai*. Nesse evangelho está encerrada a “**insondável riqueza de Cristo**”. Ela se torna visível na “riqueza da graça” (Ef 1.7; 2.7), por meio da qual também os gentios são acolhidos na ação redentora de Cristo. Disso resulta a “riqueza da glória de sua herança” (Ef 1.18) como conteúdo da esperança cristã.

Tal riqueza é “insondável” e “indetectável”. No NT, este adjetivo somente ocorre ainda em Rm 11.33, no louvor do apóstolo, com o qual ele enaltece os caminhos maravilhosos da sabedoria divina no trato com Israel e os gentios. Cabe notar que nesse bloco doxológico pode-se perceber claramente alguns paralelos com Efésios, com vistas ao vocabulário e à estrutura gramatical: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão inescrutáveis... os seus caminhos!... Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!” (Rm 11.33ss; cf. Ef 1.7s,10,17; 3.18,20s).

- 9 Paulo complementa o termo *euangelizestai* com “trazer à luz”. A estreita ligação entre “evangelho” e “luz”/“iluminar” (*photizein*) torna-se explícita em 2Co 4.3-6: ali ele fala do “resplandecer do evangelho” (*photismos tou euangeliou*). O evangelho é encoberto pelo “deus deste éon”. No entanto a proclamação dessa mensagem faz com que Deus brilhe nos corações dos crentes “para a iluminação (*photismos*) do conhecimento da glória de Deus no semblante de Jesus Cristo” (2Co 4.6). É notável que nesse versículo, que traz nitidamente a característica do louvor a Deus, também constem os campos semânticos “luz”, “glória” e “conhecimento”.

A iluminação mencionada aqui por Paulo, que brota da proclamação da insondável riqueza de Cristo, está direcionada para um alvo concreto: “**a execução do mistério**”. Ele esteve “**oculto... desde as eternidades**”, porém “agora” tornou-se manifesto (v. 10). O esquema cronológico “antes” – “agora” igualmente foi citado por Paulo no contexto do desvelamento do mistério em Ef 3.5. Isso corresponde à aplicação desse esquema à vida de cada crente: antes morto em pecados (Ef 2.1s), excluído da comunidade de Israel (Ef 2.12); agora vivificado (Ef 2.5), tornado próximo pelo sangue de Cristo (Ef 2.13,19).

Paulo fala do “mistério” de Deus em 1Co 2.6ss, acolhendo ali Is 64.4. Não obstante, esse mistério designa algo que em última análise não tem nada em comum com o pensamento e as capacidades humanas: “nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano”. O mistério foi revelado agora, em Cristo, na palavra da cruz. Isso foi previamente estabelecido por Deus (cf. 1Co 2.7 e Ef 1.9s). O mistério tem por conteúdo o “Senhor da glória” (1Co 2.8) e é manifesto àqueles “que amam a Deus” (1Co 2.9), “por meio do Espírito dele” (1Co 2.10).

Ao contrário de expectativas que se voltam para a revelação de mistérios no fim dos tempos, o mistério de Cristo em Ef e Cl é o mistério *único* que Deus torna manifesto *agora*. Não apenas alguns iluminados, mas todos os que crêem conquistam o entendimento desse evento por meio do Espírito Santo. Por meio do serviço do apóstolo na proclamação do evangelho o que até então estava oculto é trazido à luz. É nesse contexto que Paulo fala da “**execução do mistério**”. Como já em Ef 1.10 o apóstolo utiliza também agora o conceito *oikonomia*. O paralelismo com o trecho citado também deixa transparecer que essa “**execução**” possui um elemento cronológico: “a plenitude dos tempos”. Com isso, porém, fica descartada uma interpretação dos “tempos” como “*éons*” no sentido de potestades (cf. também Ef 2.7). Uma vez que o “propósito” de Deus para esse mistério já fora tomado antes da criação (cf. Ef 1.4,9,11), é correta a tradução “**oculto desde a eternidade**”.

Esse fato é expressamente abordado em uma definição mais precisa: “**em Deus que criou todas as coisas**”. Assim Deus é enaltecido em Ap 4.4 (cf. também Sabedoria 1.14; Sirácida 18.1). Ele é aquele que “chama à existência as coisas que não existem” (Rm 4.17). O poder criador de Deus evidenciou-se na ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos (“que vivifica os mortos”: Rm 4.17). Em Ef 1.19s Paulo já destacara a indissolúvel ligação entre a ação de Deus na ressurreição de Jesus e sua poderosa nova criação naqueles que crêem. A mesma relação entre criação do nada e formação da fé nos desprezados encontra-se em 1Co 1.28.

Como em Ef 1.10, “**todas as coisas**” também pode ser traduzido por “universo”: Deus é o Criador do universo. O universo deve ser sintetizado em Cristo conforme o mistério de sua vontade. Como

mostra a expressão paralela “que está nos céus e na terra” (Ef 1.10), trata-se do cosmos como um todo, da forma como Deus o trouxe à existência “no começo” (Gn 1.1).

Uma alteração interessante do texto foi realizada por Marcião, um herege gnóstico que pôs em risco o âmago da fé da primeira igreja: cortando a preposição “em” ele chega à formulação: “O mistério foi oculto para o Deus que criou todas as coisas.” Segundo Marcião, o Deus do AT, Criador do mundo material maligno, é o antagonista do Deus do amor, o Pai de Jesus Cristo, que vem ao nosso encontro no NT. Em contrapartida, a confissão da igreja em favor do Deus triúno enfatiza que na criação, redenção e consumação somos confrontados com um único Deus.

- 10** O alvo da proclamação do evangelho é definido por meio de outra expressão: “**para que... se torne conhecida**”. Também essa formulação ocorre no contexto do discernimento do mistério de Deus em Ef 1.9 (cf. Ef 3.5). Em Rm 9.23 Paulo menciona que Deus “dá a conhecer as riquezas da sua glória nos vasos da misericórdia”.

Aqui, porém, os alvos são “**os principados e potestades**”. Trata-se de entes que também são citados em Ef 1.21 e 6.12 (cf. igualmente Ef 2.2: “príncipes da esfera de poder do ar”). Chama atenção que o lugar indicado para esses poderes é “nos céus” (como também em Ef 6.12). A mesma expressão (embora com o adendo “em Cristo”!) serve em Ef 1.3 e 2.6 para descrever a bênção divina para os crentes: essa bênção espiritual está “nos céus”; ali eles também estão “co-entronizados”. Da mesma maneira o próprio Cristo foi entronizado “nos céus” (Ef 1.20). Na presente passagem é incerto como esses “principados e potestades” devem ser definidos com exatidão. Se “nos céus” deve ser interpretado como o “espaço aéreo” existente acima da terra, eles seriam, com base em Ef 2.2 e 6.12, poderes antidivinos. Se o “céu” for entendido a partir de 1Pe 1.12, seria possível concluir que se trata de anjos ansiosos pelo desdobramento da sabedoria de Deus através da igreja. Em todos os casos não há dúvida de que Cristo é Senhor sobre todos esses poderes (Ef 1.21), mesmo que de tais potestades ainda partam perigosos ataques contra os crentes (Ef 6.12ss).

Torna-se manifesta nesse processo a “**multiforme sabedoria de Deus**”. O instrumento disso é “**a igreja**”.

Em Rm 11.33 Paulo enaltece a “profundeza da sabedoria”, depois de expor o relacionamento entre Israel e os gentios cristãos. Cristo é descrito como “sabedoria de Deus” em 1Co 1.21,30 e como o lugar de todos os “tesouros da sabedoria” em Cl 2.3. O contraste entre sabedoria humana e divina, manifesta de forma misteriosa na “palavra da cruz”, é descrito detalhadamente pelo apóstolo em 1Co 1.17-2.16 (cf. também 2Co 1.12). Por fim fala-se da sabedoria como dádiva aos crentes! Segundo esses dados, a presente passagem traz a afirmação de que no envio de Cristo e suas conseqüências para a igreja composta de judeus e gentios tornam-se patentes as múltiplas dimensões da sabedoria divina.

Naquilo que Deus efetua na igreja como o corpo de Cristo – a paz entre Criador e criatura, a paz entre os dois grupos, a participação na glória por parte daqueles que antes estavam distantes, a junção de céus e terra – e naquilo que Deus efetua através da igreja, sua sabedoria é dada a conhecer aos principados e às potestades. Fica explícito para eles que essa sabedoria não é comparável com o mundo, que ela por isso também permaneceu oculta aos “dominadores deste mundo” (1Co 2.6) e que agora ela se manifestou justamente dessa maneira peculiar e divina na cruz. Podemos acrescentar: pelo fato de que no âmbito da história a igreja muitas vezes se mostra distorcida ou desprezada, por continuar sendo “igreja da cruz”, esse “agora” ainda perdura. Aqui a sabedoria de Deus continua sendo misteriosamente manifesta e, apesar disso, ela não é nada menos que de fato a multiforme sabedoria de Deus.

- 11** A definição mais exata desse processo, acrescentada pela preposição “**segundo**”, estabelece relação com algo já conhecido: “**segundo o eterno propósito que executou em Cristo Jesus, nosso Senhor.**” Em Ef 1.11 o conteúdo do propósito de Deus foi nossa investidura como herdeiros; também lá se fala da execução desse propósito. Aqui Paulo volta a salientar que a revelação do mistério se deve ao “**eterno propósito**” de Deus (cf. a dimensão cronológica também em Ef 1.4: “antes da fundação do mundo”). Essa também é a razão pela qual essa resolução é inabalavelmente sólida.

Em Deus estão indissociavelmente ligados o propósito, a presciência e o fazer. Por isso ele também “**executou**” sua vontade em Jesus Cristo (cf. Ef 1.9, onde se fala da “resolução” – termo idêntico ao de Ef 3.11 – que ele sintetizou em Jesus Cristo). A salvação que consiste no envio de Jesus Cristo também foi concretizada nele dessa maneira.

O aposto “**nosso Senhor**” acrescentado a Jesus Cristo explicita que isso tudo não se refere a um episódio cósmico, diante do qual a congregação dos fiéis possa permanecer indiferente. A eterna vontade de Deus cumpre-se naquilo que acontece na igreja de Jesus Cristo, do que os destinatários da epístola participam plenamente como membros do corpo de Cristo. Ao confessarem Jesus como Senhor eles pertencem, mesmo sendo gentios cristãos, aos que recebem a reconciliação adquirida através de Cristo.

- 12 Aquilo que a fé em Jesus Cristo encerra para os que crêem é expresso agora pela oração subordinada adjetiva subsequente: “**pelo qual temos ousadia e acesso com confiança, mediante a fé nele**”.

Possui grande relevância considerar a realidade da salvação franqueada em Jesus Cristo: “**temos**”. A ênfase naquilo que de fato aconteceu em Jesus Cristo e das conseqüências que isso traz para os crentes perpassa todo o NT. Vale para a *paradosis* (tradição) fundamental da primeira igreja (1Co 15.3b-5: “Cristo morreu, foi sepultado, ressuscitou e *foi visto*”), para a confissão das testemunhas oculares (1Jo 1.1ss: “O que era desde o começo, o que ouvimos, vimos, contemplamos e apalpamos”), para a garantia do perdão dos pecados (Mc 2.5: “Teus pecados *estão* perdoados”; Lc 22.19s: “Isso *é* meu corpo que é dado por vós.”), para a realidade daquilo que é propiciado à igreja através de Jesus Cristo (Rm 5.1: “*Temos* paz com Deus”; 1Co 12.27: “Vós *sois* o corpo de Cristo”; etc.). A fé não se refere a idéias ou concepções, mas à realidade posta por Deus. Sob esse aspecto ela não é apenas um inexpressivo *punctum mathematicum*, um mero ato, mas é capaz de afirmar: “**temos**”.

Em complementação a Ef 2.18 Paulo tem conhecimento, além do “**acesso**” (ao Pai), também da “**ousadia**” (em grego: *parresia*). Originalmente ela se refere ao direito do cidadão pleno de uma cidade grega (*polis*) de dizer tudo abertamente na “*assembléia*” (*ekklesia*). Dessa forma as coisas são debatidas da maneira como são na realidade. Trata-se, portanto de uma “*abertura na verdade*”. Finalmente repercute também o significado “*coragem para a abertura*”, “*franqueza*”. No AT e NT o termo *parresia* também é empregado para expressar a liberdade (p. ex., daquele que ora) perante Deus.

Assim, Jesus Cristo concede aquilo que caracteriza um “*cidadão pleno da *pólis* celestial*” (cf. Ef 2.9; Fp 3.20): o acesso ilimitado, a liberdade irrestrita para falar com Deus.

Por essa razão o “**acesso**” é definido com maior precisão pela locução “**com confiança**”. Desse relacionamento de abertura decorre a “*fidúcia*”, a “*confiança*” em cada crente. Paulo emprega esse termo diversas vezes na segunda carta aos Coríntios, ainda que com distintas nuances de significado.

O versículo encerra com uma nova lembrança da maneira como o acesso a Deus é percebido: “**pela fé nele**” (= Jesus Cristo) (cf. igualmente Ef 2.18). Pelo fato de que somente em Jesus Cristo a comunhão e a paz com Deus foram descortinadas aos próximos e aos distantes, por isso esse acesso a Deus somente pode ser apreendido pela fé. Contudo, novamente o “**temos**” deixa claro que dessa maneira de fato o acesso é concedido e obtido.

- 13 Com esse versículo Paulo retorna ao v. 1, fazendo conexão com sua prisão “*por vós gentios*”: “**Por isso vos peço que não desfaleçais em vista das minhas tribulações por vós**”. A razão para esse pedido reside no que acaba de ser exposto: comparados à liberdade e proximidade, mediadas pela fé, em e com Deus, o Pai, cuja sabedoria e benignidade são insondáveis, os “*sofrimentos deste tempo*” são leves (Rm 8.18; 2Co 4.17). Os leitores devem ser sustentados pela misericórdia divina e fortalecidos pelo Espírito Santo (cf. 2Co 4.1,16). Devem “**não desfalecer**” também diante da circunstância de que o anunciador dessa impactante sabedoria de Deus, Paulo, é perseguido e se encontra na prisão. Pois na verdade é uma peculiaridade dessa sabedoria que ela sofra resistência e geralmente não seja reconhecida nem admitida.

Pelo fato de ser apóstolo dos gentios, Paulo experimenta “**tribulações**” (como ele descreve detalhadamente em 2Co 6.4ss; 11.23ss). Por essa razão trata-se de “**tribulações por vós**”. Em Cl 1.24 ele explica como tais sofrimentos devem ser entendidos a partir de sua verdadeira essência: “*Preencho o que resta das aflições de Cristo, na minha carne, a favor do seu corpo, que é a igreja*”.

Naturalmente isso não significa que o apóstolo “*complementa*” a reconciliação em Jesus Cristo por meio de seu próprio destino. Verdade é que ele, como apóstolo (e assim como também todos os crentes como membros do corpo de Cristo), é alvo da resistência oferecida ao evangelho e a seus mensageiros. “*Ser co-pertencentes do corpo*” (Ef 3.6) inclui também o “*sofrer com*”, que também leva ao “*ser glorificado com*” (Rm 8.17; cf. 2Co 1.7). Nesse caso Paulo, como apóstolo, ocupa uma

posição de destaque também em vista de seu sofrimento. Assim como gerou suas igrejas (1Co 4.15) e as deu à luz (Gl 4.19), assim toda a sua existência está direcionada para elas (cf. 2Co 11.2; 13.9), seja ela alegria ou seja sofrimento **“em favor de vós”** (1Co 4.9-13; Fp 2.17).

Quanto às perseguições do apóstolo, é certo que elas **“são uma honra para vós”**. Assim como a participação nos sofrimentos de Cristo consolida a esperança da ressurreição (Fp 3.10s; Rm 8.17) no próprio Paulo, assim as igrejas fundadas por ele também são destacadas por meio destes sofrimentos. Confirmam os crentes no caminho para a obtenção da herança. Por essa razão alguns comentaristas inserem em lugar de **“honra”** o termo **“glória”**, relacionando-o com Ef 1.18.

Essa linha pode ser prolongada até 2Tm 2.10ss, onde o apóstolo diz ao rememorar seu ministério: **“Por isso suportou tudo por causa dos eleitos, para que também eles alcancem a salvação em Cristo Jesus com glória eterna. (...) Se morremos com ele, também viveremos com ele. Se perseveramos, também com ele reinaremos. Se o negamos, ele, por sua vez, nos negará. Se somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo.”**

6. Prece para estarem enraizados no amor de Cristo: Ef 3.14-19

14 – Por esta causa, me ponho de joelhos diante do Pai,

15 – de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra,

16 – para que, segundo a riqueza da sua glória, vos conceda que sejais fortalecidos com poder, mediante o seu Espírito no homem interior;

17 – e, assim, habite Cristo no vosso coração, pela fé, estando vós arraigados e alicerçados em amor,

18 – a fim de poderdes compreender, com todos os santos, qual é a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade

19 – e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento, para que sejais tomados de toda a plenitude de Deus.

14 Com **“por isso”** Paulo repete a conseqüência, já introduzida em Ef 3.1, decorrente do anteriormente exposto, e entretamente completada pela inserção acerca do ministério de apóstolo em Ef 3.2-13. Agora, porém, ele não acrescenta mais uma explanação, mas uma oração, no qual a intercessão (v. 14-19) transita para a exaltação a Deus (v. 20s). Por isso o trecho pode ser comparado com Ef 1.5ss (cf. as explicações sobre os versículos correspondentes a seguir).

A prece é introduzida com a descrição do gesto específico da oração: **“dobro os joelhos”**. A mesma expressão é usada mais três vezes por Paulo, embora sempre em citações do AT: Rm 11.4; 14.11; Fp 2.10. Em todas as vezes o sentido é de submissão a Deus e Cristo (ou a não-submissão a Baal). Com esse gesto Paulo oferece a Deus a honra e a adoração que lhe competem. Ao mesmo tempo, porém, ele se volta a Deus com sua prece suplicante. Isso é possível porque o Deus majestoso em Cristo é ao mesmo **“Pai”**, ao qual foi aberta a liberdade do acesso (Ef 2.18; 3.12). Por meio do Espírito Santo, que é o Espírito da filiação (Rm 8.15), o suplicante tem o privilégio de exclamar: **“Aba, Pai”** (ibidem). Dobrar os joelhos sublinha a insistência da súplica (cf. o análogo: **“cair de joelhos”**: At 7.60; 9.40; 20.36; 21.5; também Mc 15.19; **“ajoelhar-se”**: Mc 1.40; 10.17; Mt 17.14; e também 27.29).

15 O v. 15 usa um trocadilho para ligar-se a isso: **“... diante do Pai** (grego: *pater*), **do qual toda geração** (grego: *patria*) **recebe o nome no céu e na terra”**. Ao conceder a todos um nome, Deus é aquele que lhes confere sua natureza, sua posição e seu lugar (cf. Is 40.26; Sl 147.4). **“O ‘nome’ significa influência e poder... e a concessão de um nome... devido a Deus significa que todas as gerações foram chamadas à existência por Deus e equipadas com vigor.”** Como em Ef 3.9 aqui Deus também é exaltado como Criador, que a todo instante preserva a totalidade de sua criação (**“recebe”** aparece na forma verbal do presente).

A locução **“toda geração no céu e na terra”** poderia englobar também os poderes antidivinos (cf. Ef 1.21; 2.10; 6.12), sublinhando assim a posição de poder soberano de Deus sobre céu e terra. Em vista da estreita ligação documentada pela literatura rabínica entre mundo dos anjos (como **“família no alto”**) e Israel (como **“família em baixo”**) poderíamos recorrer também aqui a essa interpretação, entendendo tratar-se da esfera dos anjos ao lado da esfera do gênero humano.

Paulo dirige sua prece em simultânea adoração e confiança ao Pai e poderoso Senhor do cosmo, ao qual por isso também atribui uma intervenção eficaz.

16 O conteúdo central da prece é: **“Ele vos conceda que sejais fortalecidos com poder... no homem interior.”** A título de esclarecimento essa prece é assim continuada no v. 17: “Cristo habite pela fé em vossos corações, e vós estejais enraizados e alicerçados no amor.”

Deus é a origem de todas as boas e perfeitas dádivas (Tg 1.17). Particularmente vem dele o dom da graça e da justiça em Jesus Cristo (Rm 5.15,17; Ef 3.7). Deus é aquele que distribui seus dons como quer (1Co 12.7-11). Por ser assim, Paulo pode rogar a Deus que **“ele conceda”**. Porque Deus é aquele que é capaz de distribuir **“segundo a riqueza de sua glória”**. Paulo já falou a respeito da **“(sobreexcelente) riqueza de sua graça”** em Ef 1.7 e 2.7, e da **“riqueza da glória de sua herança”** em Ef 1.18 (cf. também Rm 9.2s; Cl 1.27; Fp 4.9).

Paulo roga a Deus em favor dos destinatários da carta para que **“sejam fortalecidos em poder”**. Em tom de convocação, ele diz o mesmo em Ef 6.10; ali ele emprega as mesmas palavras em função inversa: **“Sede fortes... na força de seu poder!”** Nas duas vezes os verbos aparecem na forma passiva: os crentes devem deixar que sejam fortalecidos. Como já foi exposto acerca de Ef 1.19s, o poder de Deus manifestou-se singularmente na ressurreição. O mesmo poder posteriormente também criou pessoas **“co-viventes”** com Cristo a partir de pessoas **“mortas em pecados”** (Ef 2.5). Ele preserva **“pela fé para a redenção”**.

Verdade é que Deus atua **“mediante seu Espírito no ser humano interior”**. Sobre o **“ser humano interior”** Paulo fala em Rm 7.22 e 2Co 4.16, em dois sentidos: em 2Co 4.16 o ser humano interior é contraposto ao **“exterior”**, que se decompõe gradativamente por causa da **“tribulação temporal”** (2Co 4.17; cf. a ligação com Ef 3.13!). Por **“ser humano interior”** entende-se o renascido (Jo 3.3; Tt 3.5; 1Pe 1.23), que no meio de uma existência marcada pela morte (2Co 4.11; 5.4) já se caracteriza a partir da realidade da vida eterna não-transitória (2Co 4.11).

Rm 7.22s define o contraste com o **“ser humano interior”** no âmbito dos **“membros”** nos quais a **“lei do pecado”** encontra um ponto de apoio. Em Ef 2.3 Paulo havia falado nesse contexto da **“carne”** (cf. também Rm 7.14,18,25). Ainda que o crente tenha morrido com Cristo pelo batismo, tendo assim **“crucificado sua carne”** (Gl 5.24; cf. Gl 6.14), ele não deixa de sofrer assédio do pecado durante a vida toda. Por essa razão é necessário que o ser humano **“interior”**, espiritual (cf. o contraste de **“espiritual”** – **“carnal”** em Rm 8.9), cresça e seja fortalecido.

Isso acontece **“mediante seu Espírito”**. É por meio dele que as ações da carne são mortificadas (Rm 8.3) e é ele quem socorre a fraqueza dos crentes (Rm 8.29). Ele torna mais rica a esperança (Rm 15.13); ele é o Espírito **“do poder, do amor e da sensatez”** (2Tm 1.7).

17 O presente versículo indica indiretamente que o agir do Deus triúno no ser humano sempre é um só. Roga-se ao Pai pelo poder dele, que atua no ser humano por intermédio do Espírito dele. Isso, porém, igualmente pode ser expresso pelas palavras: **“que Cristo habite em vosso coração pela fé”**. O que Paulo pede é a obra do Pai, Filho e Espírito Santo nos que crêem.

Diversas vezes os primeiros capítulos da carta aos Efésios disseram que os destinatários vivem **“em Cristo”**, **“nele”**, i. é, no ambiente aberto e determinado por ele. De modo geral a formulação **“em Cristo”** constitui uma descrição sucinta da existência do cristão (Rm 6.11; etc.).

Em contrapartida, aqui o apóstolo diz que Cristo **“habita”** nos crentes. Em 2Co 6.16 Paulo assinala, no contexto do combate à idolatria, que os cristãos são o templo do Deus vivo (cf. 1Co 6.19). As corroborações da Escritura citadas são Lv 16.11s e Ez 37.27, onde se fala do habitar de Deus entre seu povo. Em Jo 14.23 Jesus afiança que o Pai e ele fazem morada naqueles que o amam e que cumprem seus mandamentos (cf. Ap 3.20; 21.3). Paralelamente a isso Paulo diz em Rm 8.9,11 e 1Co 3.16 que o Espírito Santo habita nos cristãos, isto é, na igreja.

O habitar de Cristo nos membros da igreja não é uma união mística, mas acontece **“pela fé”**. Apesar de toda a intimidade preserva-se, assim, o senhorio de Cristo, e o ser humano, até mesmo aquele reconciliado e renascido através de Cristo, permanece como criatura contraposta ao Criador (que o renova).

Ao habitar de Cristo corresponde o estar enraizado no amor. Novamente destaca-se desse modo a indissociável ligação entre fé e amor. A ligação de fé com Cristo jamais poderá ser reduzida a um nível intelectual. Em contrapartida, o amor cristão nunca é indefinido, porque não pode ser separado da fé em Cristo (cf. Rm 5.1-5) e sempre traz consigo a confissão da fé em Cristo.

Os conceitos **“enraizar”** e **“alicerçar”** (cf. Cl 2.7) retomam as metáforas do crescimento e da construção (cf. Ef 2.20s). Inicialmente trata-se, no caso do **“amor”**, da dádiva de Deus aos crentes. Sua vida deve ser cada vez mais solidamente determinada e configurada por ele. Em seguida, porém,

esse amor sempre deve voltar-se para fora, como amor a Deus e ao semelhante. Na esfera desse amor concedido por Deus deve acontecer a existência cristã.

18 O alvo da fé aumentada e do amor aprofundado é “**ser capaz de compreender com todos os santos qual é a largura, o comprimento, a altura e a profundidade**”.

A concatenação dos v. 16-19 deixa explícito que esse “**compreender**” não é um esforço racional unilateral, mas que abrange o que foi afirmado anteriormente. A expressão “compreender” (grego: *katalambanein*) representa uma intensificação da raiz “acolher” (grego: *lambanein*), motivo pelo qual significa “captar integralmente”, “apropriar-se definitivamente”. Nesse sentido é que Paulo o emprega em Rm 9.30: os gentios apropriaram-se da justiça da fé – sem tê-la procurado! O mesmo vale para Fp 3.12s: a comunhão com Cristo precisa ser continuamente agarrada, afirmada e comprovada. Conseqüentemente podemos traduzir a expressão no presente versículo com “apropriar-se profundamente no íntimo”.

Os destinatários devem compreender em conjunto “**com todos os santos**”. Dessa forma Paulo inclui a eles, gentios cristãos (conforme já fez em Ef 2.19 e 3.8 [cf. 1.15 e 6.18]), no grupo de todos os demais que crêem em Jesus Cristo e são membros do corpo de Cristo. Por essa razão eles não estão de forma alguma em segundo plano no que se refere ao compreender.

O que, porém, os destinatários devem “compreender”? Fala-se tão somente de “**largura, comprimento, altura e profundidade**”, sem mencionar o conteúdo do espaço assim delineado. Pode-se comparar o texto com 1Co 2.9, onde Paulo cita a palavra profética de Is 64.3: “Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam.” Ambas as passagens encontram-se “no contexto do mistério oculto nos *éons* e agora revelado”.

A base para esse linguajar deve ser buscada no AT. Ali encontramos em Jó 11.8s uma descrição da sabedoria de Deus: ela é “mais alta que o céu ... mais profunda que o abismo..., mais longa que a terra e mais larga que o mar”. De forma similar fala-se também da sabedoria de Deus na abertura do livro do Sirácida: “A altura do céu, a largura da terra e a profundidade do mar, quem é capaz de medi-los? Antes de todas as coisas foi criada a sabedoria, e o entendimento sensato é eterno” (Sirácida 1.3s).

Quando explicamos essa forma de expressão no contexto da carta aos Efésios, estabelecemos nela a referência à insondável sabedoria de Deus na revelação do mistério de Cristo; em sua multiformidade (Ef 3.10) ela possui uma plenitude avassaladora. Ninguém é capaz de “compreender” isso. No entanto, é bem verdade que pela fé o mistério se torna acessível porque o ser humano torna-se, sim, participante da obra redentora de Cristo ao ser inserido no corpo de Cristo e na plenitude de Deus.

19 Dessa “**plenitude de Deus**” fala-se na seqüência ao bloco de intercessão. Primeiramente, porém, é indicado agora o objeto da compreensão: “**e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento**”.

Aquilo de que anteriormente se disse que deve ser compreendido (largura, comprimento, altura, profundidade) é definido agora como incompreensível para o entendimento humano. Paulo já falou duas vezes na carta aos Efésios acerca das qualidades sobreexcepcionais de Deus: sua força excedente (Ef 1.9; cf. 2Co 4.7) e a transbordante riqueza de sua graça (Ef 2.7). Dela também se fala em 2Co 9.14; etambém de sua sobreexcepcional glória em 2Co 3.10 (cf. 4.17). Em formulações similares Paulo aponta para a insondável riqueza de Cristo (Ef 3.8), no qual estão ocultos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento (Cl 2.3).

Ao falar aqui da plenitude do amor divino que transcende todo o conhecimento, o apóstolo menciona afirmações contidas p. ex. em Rm 8.31-39 (cf. Jo 3.16; 1Jo 3.1): o fato de que Deus entregou seu único Filho em favor dos *pecadores* (cf. Rm 5.8) constitui uma demonstração incontestável de seu amor. Por essa razão não pode haver nada contrário que seja capaz de separar desse amor de Deus. Rm 8.38 também cita expressamente os “poderes e potestades”, os “anjos”, “qualquer criatura”, que ocorrem igualmente na epístola aos Efésios. Uma coisa é ouvir a respeito desse amor na proclamação do evangelho, dar-lhe crédito, viver a partir e no contexto desse amor. Outra coisa é – e isso ultrapassa em muito a capacidade humana – tentar compreender e perscrutar esse amor. Por isso o entendimento do amor de Deus manifesto em Cristo pode ser claramente objeto da intercessão do apóstolo. Ainda que o amor de Deus só possa ser compreendido por nós humanos

de forma extremamente fragmentária, a vida do crente não deixa de ser constantemente marcada e preenchida por esse amor.

É essa a intenção da formulação um pouco estranha: **“para que sejais preenchidos (para dentro) de toda a plenitude de Deus”**.

Alguns exegetas interpretam a “plenitude” (em grego: *pléroma*) a partir de Ef 1.23, relacionando-a ao corpo de Cristo, a igreja. Isso não se sustenta pelo fato de que aqui se fala expressamente do “*pléroma* de Deus”, enquanto lá se trata da “plenitude de Cristo”. Aqui está em jogo o agir salvador do Pai, que se evidencia em sua transbordante plenitude no “amor de Cristo”. É para dentro dessa plenitude que os destinatários da carta devem crescer cada vez mais.

Isso acontece por meio de Deus. Ele é quem efetua o “preenchimento”. Visto que a “plenitude de Deus” habita em Cristo (Cl 1.19; 2.9), trata-se, por isso, de “crescer rumo a esse cabeça” (Ef 4.15), “ser configurado para dentro da imagem de Cristo”, “tornar-se conforme seu corpo de glória” (Fp 3.21; Rm 8.29).

É isso que Paulo suplica para os membros da igreja de Deus. Sua obra é o mais importante. A partir de sua graça, poder e amor ele cria novos seres humanos, que são membros do corpo de Cristo. Somente com base naquilo que Deus faz (o “indicativo”) será possível lembrar também, nos cap. 4ss, das conseqüências, a obediência da fê (o “imperativo”). Antes de Paulo passar a esse ponto ele encerra sua oração de intercessão com um louvor.

7. Exaltação final: Ef 3.20-21

20 - Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós,

21 – a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém!

20 Uma exaltação a Deus (“doxologia”) é uma breve proclamação da magnitude de Deus, sendo comum no judaísmo e no cristianismo. Compreende três elementos:

a) Deus, ou Cristo, ao qual se dirige o louvor (via de regra na flexão dativa);

b) a palavra com a qual a respectiva pessoa é enaltecida; normalmente ela é “*doxa*”, “glória/poder/honra”;

c) a “fórmula de eternidade”, na qual se expressa a validade perene do louvor. Em geral a igreja confirma o louvor com seu “Amém”.

Nas epístolas, tais versos de exaltação geralmente ocorrem no meio de exposições mais longas, em parte também no final de uma seção da carta, ou bem no final da carta, antes da saudação de encerramento.

O presente trecho tem em comum com Rm 11.33s que se encontra no final da seção mais densamente doutrinária, antes da seção com instruções concretas, resultantes do que anteriormente foi exposto.

Paulo louva a Deus, **“que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos”**.

Os v. 18s falaram de “compreender” e “entender” (o mistério de Deus, ou o amor de Cristo). A “súplica” foi a característica do trecho antecedente, Ef 3.14-17. Os pensamentos de Deus vão muito além de nossa compreensão humana (Is 40.13; 55.8s; Rm 11.33ss; Fp 4.7). Seus pensamentos, no entanto, também estão ligados à execução deles (cf. a continuação de Is 55.8s nos v. 9s): Ele é aquele que é **“capaz de fazer”**.

Para formular em palavras a diferença entre o pedir e pensar humano de um lado e o agir divino de outro, Paulo recorre a uma dupla intensificação. Por um lado ele afirma: Deus está em condições de agir *acima de tudo que pedimos e entendemos*. Por outro ele insere adicionalmente um advérbio que literalmente diz “totalmente além de todas as medidas”, “simplesmente em superação a” e expressa a “forma mais superlativa imaginável”.

Pela igreja cristã já se tornou evidente que Deus de fato é capaz de agir dessa forma sobreexcelente. A riqueza e a magnitude de seu poder demonstrado na ressurreição de Jesus mostraram-se eficazes nos que crêem (Ef 1.19s). Em conformidade com esse poder ele pode e também há de fortalecer os crentes no futuro e de ancorá-los em seu amor (cf. Ef 3.16s).

21 A esse Deus a *doxa*! A exclamação pode ser entendida como afirmação: “a ele pertence a glória”, ou como conclamação para lhe prestar veneração: “a ele seja dada a glória”. Isso acontece quando Deus é honrado “na igreja e em Jesus Cristo” em vista de seu agir. Porque naquilo que Deus faz ele se evidencia como o Constante e Fiel, como o Santo e Misericordioso, como o Poderoso e Sábio. A impacto de sua realidade imprime seu selo à igreja. No semblante de Jesus Cristo, o Crucificado, resplandece a luz da glória de Deus (2Co 4.6), que por sua vez é o Pai da glória (Ef 1.17). Em toda a sua existência, ao crer, amar, ter esperança, louvar e pedir, a incumbência e o alvo da igreja consistem em ser expressão do louvor da glória de Deus (cf. Ef 1.6,12,14; 1Co 6.20). De igual modo a vida, morte e exaltação de Jesus na perspectiva do evangelho de João aparecem consistentemente sob o denominador comum da glorificação de Deus (cf. Jo 13.31; 17.1,4).

A glória cabe a Deus “**por todas as gerações de eternidade a eternidade**”. Essas palavras referem-se às gerações futuras (cf. Ef 3.5), todas que ainda surgirão. Uma forma análoga de expressão ocorre em Êx 40.5 (literalmente segundo a LXX): “em eternidade em suas gerações”; Tobias 1.4: “para todas as gerações da eternidade”; Sl 106.31: “de geração em geração até a eternidade”; Dn 6.27: “para a geração das gerações até a eternidade.” O olhar para esse futuro, no qual a herança desde já assegurada também será apropriada de modo abrangente, havia sido descortinado em Ef 1.21 e 2.7.

O “**Amém**” aponta para a leitura da carta nos cultos das respectivas igrejas e assinala que neste momento os ouvintes confirmam o que ouviram, exclamando “Assim seja!”.

Síntese do cap. 3

Com a finalidade de tornar conhecido o mistério de Cristo, Deus confiou a Paulo uma tarefa especial: ele devia proclamar que os crentes dentre os gentios possuem comunhão plena no corpo de Cristo. Em virtude de sua vida anterior torna-se particularmente nítido na pessoa de Paulo o que a graça de Deus é capaz de efetuar nos seres humanos: ele incumbe pessoas indignas com seus dons e suas tarefas. A divulgação do mistério até então oculto não apenas acontece entre pessoas, mas também diante de poderes cósmicos. Quem vive nessa certeza não precisa desanimar, apesar de aflições e perseguições.

Paulo conclui a primeira seção principal da epístola com uma prece em favor dos leitores, encerrada em louvor: o Pai celestial, que gosta de distribuir boas dádivas a seus filhos, queira aprofundar a ligação de fé dos cristãos com Cristo e enraizá-los cada vez mais no amor de Deus. Ao reconhecerem cada vez mais a riqueza desse amor ao se ocuparem com o evangelho, eles são presenteados de modo crescente com a plenitude de Deus.

III. O MODO DE VIDA DOS CRENTES CONDIZENTE COM A VOCAÇÃO: EF 4.1-6.20

Os cap. 4-6 da carta aos Efésios são introduzidos pelo termo programático *parakalein*. Ele contém encorajamento e exortação. Dessa maneira são traçadas, sobre a base da comunhão com Deus fundada em Jesus Cristo, as conseqüências para a vida atual dos destinatários da carta. Portanto, nenhuma nova lei é estabelecida nem a vida cristã é canalizada para dentro de formas legalistas, porém é assinalado o “uso prático do evangelho”, o crescimento em direção à “medida completa da plenitude de Cristo” (Ef 4.13). A orientação de cada crente rumo a Cristo acarreta simultaneamente conseqüências de peso para a igreja: na obediência dos membros diante do único Senhor também se manifesta a unidade da igreja. É essa ênfase que marca o bloco de Ef 4.1-16. A ela se acrescentam considerações sobre a mudança do velho para o novo ser humano, mais especificamente do gentio para o santificado em Cristo (Ef 4.17-5.14). Em seguida são refletidas as linhas mestras da vida eclesial e familiar diante do pano de fundo da fé cristã (Ef 5.15-6.9). A conclusão é formada pela exortação de usar a armadura espiritual para a luta da qual os cristãos são incumbidos (Ef 6.10-20).

1. A obra milagrosa do corpo de Cristo: Ef 4.1-16

a) Exortação à unidade: Ef 4.1-6

- 1 – **Rogo-vos, pois, eu, o prisioneiro no Senhor, que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados,**
- 2 – **com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando-vos uns aos outros em amor;**
- 3 – **esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz:**
- 4 – **[há somente] um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação,**
- 5 – **[há um] só Senhor, uma só fé, um só batismo,**
- 6 – **um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos.**

1 Enquanto na carta aos Romanos (Rm 12.1) e em Ef 4.1 (à semelhança de 1Ts 4.1) o “**exorto-vos, pois**” introduz um bloco com admoestações, a expressão aparece em outras cartas também em trechos de cunho exortativo.

A “**exortação**” no sentido do conceito bíblico *paraclesis* não acontece com base em autoridade humana, mas “**no Senhor**”. Visto que esse Senhor, porém, chamou os apóstolos a seu serviço, o “exortar” deles não significa dar um conselho, mas torna audível a vontade de Deus na autoridade do Senhor. Na verdade Paulo não possui uma “autoridade executiva” para de fato também realizar as exortações que transmite na igreja. Tão somente pode remeter ao Senhor, diante do qual a igreja se encontra, da mesma forma como o próprio apóstolo. É esse indicativo, no entanto, que confere peso à sua palavra, acima de qualquer exercício de poder de que os humanos possam dispor.

Com a designação “**prisioneiro**” Paulo estabelece a conexão com o cap. 3.1 (cf. Ef 3.13). Sua exortação reveste-se de uma relevância adicional pelo fato de ele reforçar o conteúdo de sua proclamação com o empenho de sua vida.

Enquanto em 1Ts 4.1 o adendo “no Senhor” é uma explicação para “exorto-vos, pois”, no presente versículo ela ocorre ao lado da menção do cativo do apóstolo: uma vez que toda a vida do crente está situada no contexto do Cristo, acontecendo “em Cristo”, nem a condição de prisioneiro fica fora desse espaço. Nem mesmo essa perseguição consegue separá-lo do amor de Cristo (Rm 8.35). Por essa razão ele conquista nova confiança até mesmo em uma situação dessas (cf. At 27.21ss,35s). Ademais, esses episódios na vida do apóstolo haviam gerado um visível efeito missionário, uma vez que se tornou notório que ele “porta algemas por Cristo” (Fp 1.13; cf. também At 16.23ss).

O conteúdo da exortação dá nome ao parâmetro de toda a ética cristã: “**que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados**”.

De imediato isso demonstra que a vida cristã nunca decorre da observância de um código de conduta, mas é expressão de um relacionamento pessoal. Deus, o Senhor e Pai, convocou pessoas para o corpo de Cristo, a comunhão de seu Filho (1Co 1.9). Com isso sua vida foi criada de novo (Ef 2.4ss).

Conseqüentemente, essa convocação agora também se torna a nova norma para o “**andar**”, i. é, a vida com suas múltiplas ramificações. A existência do cristão deve corresponder a essa norma, deve ser “**digna da vocação**”. Sob esse aspecto, perguntas como: “O que um cristão pode?” ou “O que um cristão não deve?” são muito superficiais. Pelo contrário, o verdadeiro ponto de partida é o Senhor que convoca pessoas. Com isso a questão fundamental da ética cristã é: “Que comportamento é condizente com Deus e sua vocação, servindo para exaltar sua glória?”

O alcance da expressão “andar” é explicitada quando olhamos para a forma como Paulo a usa. Nesse caso trata-se do contraste entre a vida anterior e a vida atual, condizente com um cristão (Rm 8.4). Do reconhecimento dessa oposição fundamental deriva o imperativo correspondente: “Agora também vivam assim!” A convocação igualmente pode ser expressa em forma de pergunta (1Co 3.3).

1Ts 2.11s ilustra de forma muito tangível como acontecia a exortação para uma vida condizente, na prática concreta da missão: “E sabeis, ainda, de que maneira, como pai a seus filhos, a cada um de vós, exortamos, consolamos e admoestamos, para viverdes por modo digno de Deus, que vos chama para o seu reino e glória.” O ponto de partida é formado pela ação de Deus, que convoca a sair de uma existência perdida e assumir a condição de filhos em seu reino. Essa “novidade de vida” (Rm 6.4) deve tornar-se manifesta em toda a sua amplitude. Para isso servem a correção, o encorajamento, a instrução (este último termo também consta em Ef 4.17). Essa multiplicidade de acompanhamento por meio do cuidado pastoral deixa clara a peculiaridade da exortação cristã, ao contrário, por exemplo, de uma conduta orientada pela lei. O parâmetro da vida cristã deve ser definido inequívoca

e claramente: “digno de Deus”. Sua vontade santa é restauradora e gera salvação para cada pessoa em particular. A ela cabe corresponder. Visto que ela é ao mesmo tempo também a vontade do Pai que chama para dentro da condição de filhos seus e torna esse chamado conhecido pelo evangelho, o ser humano não é abandonado diante de uma exigência (impraticável). Na ligação com Cristo ele morre para a velha vida e é despertado para a nova vida. Ele é preenchido com o Espírito Santo e vive “em Cristo”. Dessa forma, porém, ele não apenas é alcançado pela vontade de Deus, mas também por sua promessa. Por essa razão o cristão precisa tanto da admoestação como do consolo, bem como da orientação. Em tudo isso o apóstolo não representa uma “instância superior”, mas é como um Pai para com seus filhos, ainda que seu ministério lhe confira autoridade e responsabilidade específicas.

- 2 Depois da norma fundamental segue-se a especificação: os leitores da carta devem viver “**com toda a humildade e mansidão, com paciência**”; “**suportai-vos uns aos outros em amor**”. Algo semelhante consta em Cl 3.12s: “Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus ... de terna misericórdia, bondade, humildade, mansidão, paciência, e suportai-vos uns aos outros...”

Quando levamos em consideração a ênfase especial na unidade da igreja cristã nos v. 3ss, teremos de interpretar a escolha de condutas feita no v. 2 pelo mesmo ângulo. Para favorecer e conservar a unidade, cabe atenção particular a essas características.

Uma abrangente “**humildade**” encontra-se no começo da lista. É digno de nota que na literatura grega essa qualidade só obtenha conotações negativas: a partir do adjetivo *tapeinos* (“baixo, comum, insignificante, fraco, pobre”) o substantivo composto *tapeinophrosyne* também adquire o significado “mentalidade servil submissa”, isto é, “fraqueza e covardia”. Bem diferente é a concepção no AT e sobretudo no NT. Isso se deve ao fato de que Deus eleva os pequenos e humilhados (cf. Sl 18.27; 34.18; 113.5ss). Essa verdade torna-se especialmente visível no rebaixamento (*taipeinosis*) do servo de Deus.

Isso se confirma no NT, p. ex., em Fp 2.8ss: Jesus rebaixou-se até a cruz – por isso Deus o exaltou. A atitude dos cristãos deve corresponder a essa trajetória (“tenham o mesmo pensamento que Jesus Cristo”: Fp 2.5). Em consonância, Paulo cita em Fp 2.3 a humildade que se opõe ao “proveito próprio” e à “vanglória” (cf. 1Pe 5.5). Foi assim que ele mesmo se comportou diante da igreja em Éfeso (At 20.19). “Humildade” significa, portanto, a renúncia à imposição de interesses pessoais. Só assim a unidade da igreja poderá ser preservada. Nesse caso não se trata de um comportamento servil, e sim do reconhecimento de que somente *um* é o Senhor de sua igreja, motivo pelo qual as pessoas não podem lhe contestar esse senhorio, que ele exerce à sua própria maneira: convidando e requestando com a justificativa: “porque sou manso e humilde de coração” (Mt 11.29). Também em Ef 4.2 a “mansidão” aparece ao lado da “humildade”. Ela significa “suavidade”, “amabilidade”, tendo a Jesus como modelo paradigmático.

Seu envio “acontece sobre a terra em humildade e fraqueza... Mas justamente por isso ele é capaz de convidar poderosamente”. Contrariando as expectativas políticas a respeito do Messias, ele entra em Jerusalém montado em um jumento, cumprindo justamente assim a Escritura (Zc 9.9) e evidenciando-se como o verdadeiro Senhor (Mt 21.5). Em consonância, sua bem-aventurança vale para aqueles que não atingem sua herança com poder pessoal, mas confiando na intervenção de Deus (Mt 5.5).

Por essa razão a “**mansidão**” não está ao alcance do esforço humano, mas é dádiva do Espírito (Gl 5.23). É como tal que ela deve ser utilizada em conflitos na igreja (1Co 4.21; 2Co 10.1). Em última análise também ela se origina do fato de que não cabe ao ser humano brigar por seus interesses, mas que ele pode confiantemente entregá-los a Deus, tornando-se assim livre para agir com serenidade (cf. a renúncia à irrefletida autojustificação e rivalidade em Tg 1.19ss; 3.13ss).

Agrega-se a isso a “**paciência**”, que igualmente resulta da circunstância de que o crente confiou sua causa a Deus e pode esperar pela intervenção dele. O próprio Deus é aquele que se caracteriza por “paciência” no sentido de “longanimidade”. De maneira particularmente clara a natureza de Deus é expressa por meio de uma “fórmula” que foi diversas vezes transmitida no AT: “Senhor, Senhor, Deus, compassivo, clemente e longânimo e grande em misericórdia e fidelidade, que guarda a misericórdia em mil gerações, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado, ainda que não inocente o culpado, e visita a iniquidade dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos, até à terceira e quarta geração!” (Êx 34.6s; Nm 14.8; Sl 103.8ss; Jn 4.2). A verdade de que, em vista do arrependimento dos pecadores, Deus adia sua sentença de condenação e se mostra “paciente”, lança o profeta Jonas em supremos conflitos (Jn 4.1ss). Pois essa espera de Deus tem por consequência que o

mundo continue a existir e que, por conseguinte, também o mal, assim como o sofrimento para Israel entre seus inimigos.

No mesmo sentido fala-se da “paciência” de Deus no NT. Como ele adia o juízo, resta ainda tempo para o arrependimento, a meia-volta. Essa espera de Deus parece ao ser humano como uma “demora da promessa”, i. é, do cumprimento do reino de Deus (2Pe 3.9), motivo pelo qual demanda “paciência” também do crente, tanto no sentido da longanimidade como da perseverança constante (grego: *hypomoné*; ambos os termos ocorrem lado a lado em Cl 1.11). Uma paciência assim também é dádiva do Espírito Santo (Gl 5.22), que caracterizava Paulo e outros cristãos (2Co 6.6; 2Tm 3.10; 4.2; Hb 6.12).

A paciência também se torna necessária quando se trata de “suportar-se mutuamente em amor”.

Da mesma maneira deve-se suportar o companheiro cristão com suas peculiaridades.

Essa tolerância não deve acontecer com contrariedade, mas “em amor”, que foi derramado no coração dos crentes (Rm 5.5) como efeito mais importante do Espírito (Gl 5.22; 1Co 13.1ss). Apesar de ser incompreensível, cabe entendê-lo a cada dia novamente (Ef 3.19). Nele se cumpre a essência do mandamento de Deus (Rm 13.8ss; 1Tm 1.5). A referência ao suportar-se “recíproco” lembra os leitores de que nessa questão nunca se trata de uma tarefa unilateral. Todo cristão também é pessoalmente uma carga para outros. É por isso, p. ex., que Paulo exorta aquele que acredita estar em pé que cuide “para que não caia” (1Co 10.12), situação em que por seu turno careceria de correção com mansidão.

- 3 Enquanto o “suportar” tinha mais o sentido de “agüentar”, Paulo convoca neste versículo para um agir extremamente ativo: **“esforçai-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no laço da paz”**.

Com todo o entusiasmo Paulo engajou-se na coleta de dinheiro para Jerusalém (Gl 2.10: “esforcei-me diligentemente”). Da mesma forma estava empenhado em viajar até Tessalônica (1Ts 2.17), convocando Timóteo e Tito para um esforço idêntico (2Tm 4.9,21; Tt 3.12). Timóteo deve mostrar-se como obreiro aprovado perante Deus (2Tm 2.15).

Tal empenho na realidade não visa estabelecer a **“unidade do Espírito”**, mas tão somente **“segurá-la”**. A unidade da igreja emana do *único* Senhor que é seu cabeça, do *único* Espírito que lhe foi dado e que a mantém, e do *único* Deus “que opera tudo em todos” (1Co 12.4-6; cf. v. 7-11 e 13; etc.). No batismo o crente é “incorporado” à igreja como corpo de Cristo (1Co 12.13; 10.16s), razão pela qual participa de sua unidade (Rm 12.5; 1Co 12.12).

Apesar disso o corpo de Cristo sempre corre o risco de apresentar uma imagem dividida. Isso não é possível na essência, visto que Cristo não pode ser dividido (1Co 1.13). Porém, quando o Senhor da igreja é deslocado de sua posição central por um grupo de cristãos de critérios particulares (cf. 1Co 1.12), é praticamente forçoso que se formem cisões (conforme 1Co 11.18s), por princípio inevitáveis. Apesar disso deve-se “segurar” a “unidade do Espírito” pela circunstância de todos se deixarem chamar de volta (pela exortação!) à unidade de sua origem na vocação pelo Deus triúno.

Preserva-se a unidade **“no laço da paz”**. “Laço” pode ser usado para o cabo de navio e também para os tendões do corpo (Cl 2.19). Em sentido figurado o termo é usado, além da presente passagem, também para o amor como “laço da perfeição” (Cl 3.14; em sentido negativo ainda em At 8.23).

A **“paz”** tem por fundamento, como Paulo expôs em Ef 2.14-18, a reconciliação gerada por Jesus Cristo entre o ser humano e Deus e conseqüentemente também entre grupos que outrora se enfrentavam com hostilidade. Por isso a paz com Deus decorrente da justiça da fé (Rm 5.1) se mostra também como “mentalidade do Espírito” (Rm 8.6), é “dom do Espírito” (Gl 5.22). O Espírito Santo é capaz de fortalecer a paz (Rm 15.13). Podemos suplicar a Jesus Cristo como “Senhor da paz” pela dádiva continuamente ativa da paz (2Ts 3.16).

Em suma, os crentes da igreja de Jesus Cristo receberam tudo de que necessitam para a sua existência: a paz com Deus (Ef 2.5) constitui a base de sua vida. Com ela foi dada simultaneamente a unidade, preservada pelo Espírito Santo. Ele mantém-na coesa, como por um laço, a saber, o “laço da paz”. Visto que tal “mentalidade do Espírito” no indivíduo é constantemente turbada por causa do agir egoísta, solicita-se a todos os membros para que se empenhem pessoalmente pela preservação da unidade e dêem espaço para a ação do Espírito Santo.

- 4 De forma impressionante é exposta nos v. 4-6 a base para a citada “unidade do Espírito”: os três versículos estão relacionados com o Espírito Santo, o Senhor e Deus, o Pai, e as respectivas afirmações apontam com grande nitidez para o tema da unidade no âmbito da igreja cristã. Chama

muita atenção que a estrutura trinitária aqui presente também se mostre claramente no trecho análogo em 1Co 12.4-6. Também lá a unidade da igreja está em jogo diante dos múltiplos dons concedidos pelo Deus triúno.

A confissão com a série de sete elementos em favor da unidade começa com a declaração: **“um só corpo e um só Espírito”**. A proximidade com 1Co 12.13 (“em um só Espírito, todos vós fostes batizados em um corpo”) permite concluir aqui, como em todo o trecho, que há uma ligação com o batismo. Por meio dele cada crente foi introduzido na unidade que existe desde sempre no Deus triúno, tornando-se membro desse um só corpo de Cristo. Isso aconteceu porque na ocasião recebeu o único Espírito Santo (cf. Rm 8.9,15; Gl 3.14). Já em Ef 2.16,18 Paulo falou de “um só corpo” e “um só Espírito”, sobre o qual a igreja está alicerçada e do qual resulta sua unidade. Também no presente contexto é decisivamente relevante reconhecer que Deus age de forma real nos membros da igreja. Somente porque Deus de fato implantou o crente no corpo de Cristo pelo Espírito Santo, por meio do batismo, é que a exortação de “segurar” essa unidade realmente repousa sobre um fundamento verdadeiro. Do contrário ela seria mero apelo, cuja concretização por parte de pessoas essencialmente “desunidas” não passaria de uma ilusão. Isso, porém, transformaria a exortação em uma nova lei, cuja impossibilidade de cumprimento lançará o praticante mal-sucedido na resignação e no desespero.

Em Ef 2.5ss Paulo já havia exposto a relação que existe entre a incorporação no corpo de Cristo e a esperança cristã. Aqui ele retoma o assunto: **“como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação”**. A ligação com Cristo no sentido de morrer com ele e ser sepultado com ele no batismo assegura ao mesmo tempo o viver com ele (Ef 2.5) e o ser glorificado com ele (Rm 8.17) por ocasião da “revelação dos filhos de Deus” (Rm 8.19) na consumação definitiva e na hora de tomar posse da herança (cf. Ef 1.18).

A **“vocação”** divina é o fundamento da certeza da salvação; porque aquele que convoca é fiel (1Co 1.9; 1Ts 5.24). Por isso decorre dessa vocação também a **“esperança”** de que Deus também manifestará a salvação desde já agarrada pela fé (Rm 8.24) de forma visível e generalizada. Quem vive na “esperança da vocação” desiste da tentativa de consumir o reino de Deus por força própria. Porque a pessoa chamada é essencialmente aquela que invoca (em grego: *kalein – epikalein*): invoca o nome do Senhor. Nisso a fé adquire expressão, e isso é o único caminho para a salvação (Rm 10.12s; At 2.21 mediante inclusão de Jl 2.32). Esse “invocar” expressa-se na confissão de Jesus como o Senhor, o Redentor. Por essa razão os cristãos podem ser caracterizados na prática como pessoas “que invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Co 1.2). Ao fazê-lo demonstram que são os “santos chamados” por Deus (ibidem), que participam da “única esperança de sua vocação”.

- 5 A segunda série de afirmações **“um só Senhor, uma só fé, um só batismo”** está relacionada com o *Kyrios*. Aqui a referência ao batismo é feita diretamente: os batizados confessam o único Senhor, Jesus Cristo, o Redentor, negando ao mesmo tempo todos os demais senhores (1Ts 1.9s; 1Co 8.5s). Ao fazê-lo testemunham sua fé única e conjunta nesse Senhor. Por esse motivo deve ser observado a estreita relação entre a formulação da confissão de fé e a celebração do batismo. Por fim é também “um só” o batismo no nome do Deus triúno, realizado nos catecúmenos.

Independentemente das diferentes práticas de batismo nas diversas comunidades eclesiais (e independentemente de seu possível abuso) a igreja de Jesus Cristo jamais poderá abrir mão daquilo que Deus transmite aos fiéis através do batismo. A igreja só pode ser renovada em seu todo quando ela apreende o presente que o único Senhor oferece na confissão da única fé no batismo. Nessa renovação é preciso preservar como elementos essenciais tanto a realidade do acontecimento aqui ocorrido como a indissolúvel ligação entre fé e batismo.

- 6 Como em 1Co 12.6, também aqui a confissão do único Deus é a síntese que coloca o ponto final na série de afirmações: **“Um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, [age] por meio de todos e [está] em todos.”**

Deus foi definido e enaltecido já nos cap. 1-3 como o Pai de Jesus Cristo (Ef 1.3) e dos crentes (Ef 2.18; 3.14s; cf. Rm 8.15). Ele é o único Pai, aquele “de quem toda geração no céu e na terra recebe o nome”. Na realidade, além dele, o Deus único, não existem quaisquer outros deuses que fossem iguais a ele (1Co 8.4). Aqui repercute a confissão fundamental de Israel de Dt 6.4: “Ouve, Israel, o Senhor é nosso Deus, o único Senhor”, como também a crítica dos profetas aos ídolos de fabricação humana (Is 44.6-20).

Apesar disso, existem “supostos” deuses e senhores, até mesmo em grande número (1Co 8.5). Desses “príncipes” já se falou diversas vezes na carta aos Efésios. Estão, porém, restritos em sua esfera de atuação e limitados em suas possibilidades temporais. A razão disso está em que Jesus Cristo foi entronizado à direita de Deus sobre todas as “potestades”, sejam elas conhecidas ou desconhecidas, na era atual ou futura do mundo. Conseqüentemente tais “deuses e senhores” são deixados nessa estranha forma de existência: não são nada em comparação com o único Deus verdadeiro, mas os humanos lhes atribuem poder, de modo que são capazes de exercer influência.

Em contrapartida Deus, o Pai de Jesus Cristo, é o único “Deus vivo e verdadeiro” (1Ts 1.9), ao qual os cristãos agora servem. Como “**Pai de todos**” ele está “**acima de todos e por meio de todos e em todos**”. Formulações análogas ocorrem em 1Co 8.6 com vistas ao “Pai, do qual vêm todas as coisas e para o qual existimos”, bem como ao “Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as coisas, e nós também, por ele”. Em Rm 11.36 Paulo exalta Deus de forma paralela: “Dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas.” Assim Deus é louvado como o único Criador, do qual vêm todas as coisas. Ele é ao mesmo tempo o Mantenedor e age através de tudo e em todos os acontecimentos do cosmo. Como Onipotente ele é o Deus “sobre todos”. A ele (“para ele”) estão dirigidas todas as coisas.

b) Agradaciamento com dons: Ef 4.7-16

7 – E a graça foi concedida a cada um de nós segundo a proporção do dom de Cristo.

8 – Por isso, diz: Quando ele subiu às alturas, levou cativo o cativo e concedeu dons aos homens.

9 – Ora, que quer dizer subiu, senão que também havia descido às regiões inferiores da terra?

10 – Aquele que desceu é também o mesmo que subiu acima de todos os céus, para encher todas as coisas.

11 – E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres,

12 – com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo,

13 – Até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo,

14 – para que não mais sejamos como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro,

15 – Mas, seguindo a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo,

16 – de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor.

Como em 1Co 12.4ss, a confissão do Deus triúno e da unidade na igreja criada por meio dele é seguida pela exposição das conseqüências resultantes para os crentes. Enquanto ali está em jogo sobretudo a unidade em meio a múltiplos dons, que devem contribuir para o “proveito comum”, aqui o peso incide sobre o crescimento conjunto em direção à plenitude de Cristo.

Quanto ao conjunto das idéias do bloco todo cabe observar que o termo-chave “dom” é acolhido mediante uma citação da Escritura do Sl 68.19, que Paulo explica na seqüência. A primeira metade é interpretada nos v. 9s em relação ao senhor universal Cristo, a segunda metade, no v. 11, em relação aos “dons” específicos concedidos à igreja, nas pessoas dos que os receberam. A função desses “dons” para a edificação do corpo e a tarefa de todos os membros para o crescimento conjunto são abordadas nos v. 12-16.

7 Inicialmente é produtivo comparar a formulação deste versículo com 1Co 12.7.

Ef 4.7: “**A cada um de nós, porém, foi concedida a graça segundo a medida do dom de Cristo.**”

1Co 12.7: “A cada um é dada a revelação do Espírito para o proveito comum.”

Nessas passagens fica explícito o seguinte: a unidade de Deus e de seu agir atua sobre uma multiplicidade de dons. Isso não constitui uma contradição, mas uma marca de Deus. A unidade é concedida pelo fato de que o próprio Deus é a fonte desses dons, e de que ele mesmo os distribui:

“concedida” é *passivum divinum* (i. é, o ser humano é atingido por algo causado por Deus). Cabe levar em conta, nessa análise, a explicação recíproca de “graça” e “revelação do Espírito”. O Espírito Santo revela-se nos dons espirituais (grego: *charismata*): 1Co 12.4. Um *charisma*, por seu turno, é concessão da *charis*, da “graça”, a cada cristão. Em consonância, o *charisma* é cabalmente “a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Rm 6.23).

Resumindo, podemos afirmar, portanto: quando Deus concede sua graça a pessoas, presenteando-as com sua salvação, com a vida eterna, ele o faz por intermédio de seu Espírito Santo. Esse Espírito, porém, distribui a cada cristão dons para determinadas tarefas. Nisso também se pode constatar individualmente sua participação na graça divina.

Isso acontece “segundo a medida do dom de Cristo”. Também aqui o sentido é elucidado por meio de uma comparação com 1Co 12, onde lemos no v. 11: “Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas estas coisas, distribuindo-as, como lhe apraz, a cada um, individualmente” (cf. 1Co 3.5: “a cada um como o Senhor lhe concedeu”). O fato de que Deus, ou Jesus Cristo, atribui a medida do dom individual torna inconsistente qualquer gloriar-se humano (2Co 10.13) e viabiliza uma auto-avaliação realista que brota da perspectiva de Deus (“... que cada um dentre vós não pense de si mesmo além do que convém; antes, pense com moderação, segundo a medida da fé que Deus repartiu a cada um”: Rm 12.3 – como intróito para o rol de carismas!). Sendo, por conseguinte, toda manifestação genuína do Espírito uma dádiva soberana da graça de Deus, a honra por isso deve caber somente a ele (1Co 4.7). Ao ser honrado não o ser humano, mas Deus, tal dádiva serve para o “proveito conjunto”, para a unidade e o crescimento da igreja (cf. Ef 4.2s).

- 8 Certas dificuldades advêm na interpretação da citação do Sl 68.19, ligada ao termo-chave “dom” pela introdução “Por isso, diz” (cf. Ef 5.14; Tg 4.6): “**Ele subiu às alturas e levou ao cativoiro os cativos e concedeu dons aos homens.**” A forma do texto não corresponde nem ao AT nem à LXX. Originalmente, o Sl 68.19 interpela Deus (“tu”), que como soberano vitorioso (ele fez “prisioneiros”!) leva os cativos do Sinai para o santuário no alto do Sião (v. 18). Nesta ocasião ele não concedeu dons, mas recebeu tributo dos humanos.

No judaísmo o salmo passou a ser relacionado com a subida de Moisés ao Sinai para receber a Torá. “Recebido *entre* os humanos” foi entendido como “recebido *para* os humanos”, de modo que o “receber” podia ser transformado em “conceder”. Devemos pressupor que Paulo tinha consciência dessa interpretação rabínica do versículo do salmo, motivo pelo qual soube inseri-lo como comprovação da Escritura no contexto do conceder divino.

- 9 Nessa inserção o Sl 68.19 passa a ser interpretado como profecia cristológica: aquele do qual o orador do salmo fala é Jesus Cristo. Por essa razão Paulo também é capaz de ampliar a citação nesse sentido, argumentando: “**O ‘ele subiu’ – que outro significado tem senão que ele também desceu aos lugares mais profundos da terra?**” Ou seja, o “subir” precisa logicamente ser precedido por um “descer”, caso se trate aqui do envio do Filho de Deus. Esse movimento contrário para caracterizar humilhação e exaltação aparece, além de Fp 2.6ss, sobretudo no evangelho de João.

O descer vai até “os lugares mais profundos da terra” e refere-se, portanto, ao rebaixamento total na terra. Em vista da ligação com Fp 2.6ss isso corresponderia ao “e até a morte na cruz” (Fp 2.8). Enquanto os intérpretes mais antigos recorreram a essa passagem como prova da Escritura para o “desceu ao reino da morte” do Credo Apostólico, hoje essa interpretação é rejeitada pela maioria: a carta aos Efésios não fala em lugar algum de um “mundo inferior” (cf. no entanto Fp 2.10). Ademais, um movimento duplo desses causaria um conflito com o movimento duplo de descida à terra para a salvação e de exaltação ao céu para o senhorio. Em contraposição, conforme F. Büchsel cabe considerar o seguinte: a “sobre todos os céus” não corresponde logicamente “na terra”, mas “debaixo da terra”. Conseqüentemente, o predicado “da terra” não deveria ser entendido como aposto explicativo de “os lugares mais profundos” (= “aos lugares mais profundos, i. é, sobre a terra”), mas como *genitivus partitivus*: “aos lugares *mais profundos* da terra e não meramente até a superfície da terra”. Assim se levaria em conta que com a menção do sepultamento de Jesus (1Co 15.4; Rm 6.4) também está relacionado seu ingresso no reino dos mortos. Visto que sua ressurreição acontece “dentre os mortos”, quebra-se também o domínio da morte e do reino dos mortos (Rm 6.9; 8.2,38; 1Co 15.55; 2Tm 1.10; Hb 2.14; Ap 1.18). Quando entra em cena justamente essa dimensão do senhorio de Cristo, o testemunho em favor dele, o *Pantocrator* (Senhor universal), adquire a amplitude que lhe cabe.

Quando por isso se analisa este versículo com base no testemunho geral do NT, a descida de Jesus também inclui o reino da morte. Ele não é um ente que paira sobre a terra, em última análise não atingido por ela, mas o Filho de Deus que assumiu forma humana e a manteve até a morte e o sepultamento.

- 10** Por isso, porém, Deus o exaltou (Fp 2.9). Pela ressurreição e investidura à direita de Deus (Ef 2.20) ele subiu “acima de todos os céus” (como também em Ef 1.21). Nessa subida – como é dito no SI 69.19 – ele fez “prisioneiros”: ele assumiu o senhorio sobre tudo e todos. Por isso o alvo da ascensão é considerado assim: “**para que preenchesse o universo**”.

A noção de espaço transmitida pelo termo “preencher” possui “predominantemente um sentido dinâmico”. Ao “**preencher o universo**” (em grego: *pleroun*) o Exaltado é Senhor sobre todos os poderes para toda a eternidade (cf. Ef 1.21s). Esse governo de Cristo torna-se manifesto em seu *pleroma* (“plenitude”), na igreja como seu corpo, que ele também “preenche” (Ef 1.23). Nela ele distribui seus dons (Ef 4.11). Nela ele é reconhecido e confessado como Senhor. O que nela já é visível também se concretizará no dia de Cristo em relação a todo o universo. Isto é, quando esse “preencher” acontecer como exercício completo de seu forte senhorio e fizer com “que no nome de Jesus se dobrem (cf. já agora: Ef 3.14) os joelhos de todos que estão nos céus e sobre a terra e debaixo da terra, e todas as línguas confessem que Jesus Cristo, o Senhor, para honra de Deus, o Pai” (Fp 2.10s).

- 11** O mesmo que levou cativos os poderes também concedeu dons à sua igreja: “**os apóstolos, os profetas, os evangelistas, os pastores e mestres**”. Diferentemente do v. 7, onde se falava da distribuição de dons individuais para todos os membros da igreja, Paulo aqui designa determinadas pessoas como dom de Cristo. Em vista da proximidade do presente trecho com Ef 1.20-23 é preciso chamar atenção para o fato de que em Ef 1.22 o Cristo exaltado foi “concedido” como cabeça sobre a igreja toda. Logo Cristo é a “dádiva principal” para sua igreja, no seio da qual ele próprio “concede” determinadas pessoas.

De modo diverso da listagem análoga em 1Co 12.28-30, Paulo emprega aqui o artigo definido para cada uma das pessoas. Isso permitiria concluir que na carta aos Efésios não se trata da tarefa em geral, mas do grupo claramente delimitado de representantes incumbidos do serviço específico. Essa diferença também é constatável em relação a Rm 12.6s, onde são arroladas não as respectivas pessoas, mas cada uma das atividades: profecia, diaconia, exortação, etc.

No mesmo sentido Paulo havia falado também em Ef 2.20 do “fundamento dos apóstolos e profetas” e em Ef 3.5 de “seus santos apóstolos e profetas”. Diante das demais considerações em Ef 4.12ss, parece que essa ênfase refere-se especificamente às tarefas de proclamação, direção e ensino. Por isso não são mencionados aqui outros dons da graça que aparecem em Rm 12 e 1Co 12.

Não se deve esquecer que também na primeira carta aos Coríntios os dons da palavra e as pessoas agraciadas com eles aparecem no começo das respectivas listas, de modo que o tratamento do conflito causado por fenômenos entusiastas é marcado por uma clara premissa: isso diz respeito em 1Co 12.8 à palavra da sabedoria e à palavra do conhecimento, dadas pelo Espírito, e em 1Co 12.28 “primeiramente a apóstolos, em segundo lugar a profetas, e em terceiro lugar, a mestres”. A combinação de “profetas e mestres” ocorre em At 13.1. Em 1Tm 2.7 (também em 2Tm 1.11) Paulo relaciona consigo mesmo o serviço de “pregador” (cf. “evangelista”), apóstolo e mestre (dos gentios). É digno de nota que também esse trecho está visivelmente próximo de Ef 4.4ss: a confissão do único Deus e do único Mediador entre Deus e os humanos, que se “deu” como pagamento de resgate, é seguida pela transição para a investidura de Paulo como “arauto” desse evento de salvação.

Segundo esse pensamento Cristo presenteou sua igreja com dons, i. é, com pessoas incumbidas e capacitadas que possuem uma relevância fundamental para a construção e o crescimento da igreja. Trata-se aqui daqueles que proclamaram e explicaram o evangelho da salvação em Jesus Cristo de acordo com a situação atual dos ouvintes, bem como firmaram, exortaram e encorajaram as incipientes igrejas através dessa palavra.

Nesse contexto duas coisas são irrenunciáveis: a importância das referidas pessoas como “detentores de cargo” não vem delas mesmas. Pelo contrário, são presentes do Senhor à igreja dele. Elas, por sua vez, receberam seus dons daquele que é o verdadeiro presente para a igreja (Ef 1.23). Possuem importância fundamental para a constituição da igreja, motivo pelo qual de forma alguma podem ser arbitrariamente substituídos.

12 A finalidade para a qual Cristo concedeu os “dons” é indicada por meio de três segmentos da frase. A concatenação das diversas afirmações entre si apresenta alguns problemas. Em especial cumpre esclarecer se a parte intermediária “**para a obra do serviço**” se refere aos santos ou aos “detentores de cargos” no sentido daqueles que são incumbidos “de uma obra do serviço”. Uma vez que isso não pode ser decidido unicamente com base na estrutura gramatical, é preciso dar a seguinte explicação a partir do contexto: as diversas pessoas incumbidas foram dadas “**para o preparo** (grego: *pros*) **dos santos para** (grego: *eis*) **a obra do serviço, para** (grego: *eis*) **a edificação do corpo de Cristo**”. Portanto, o sentido seria este: os “detentores de cargos” têm a tarefa de preparar os crentes a fim de que eles por seu turno possam assumir serviços. O corpo de Cristo é edificado por meio de ambas as atividades – o preparo por meio dos grupos citados (em seu todo, não apenas por pastores e mestres) e a obra dos santos.

O termo “preparar” é empregado no NT no sentido de “equipar”, “firmar”: p. ex., conforme 1Ts 3.10 Paulo visa consolidar a fé dos tessalonicenses acrescentando aquilo que ainda lhes falta. Em 1Co 1.10 o termo refere-se a “cunhar o caráter” em vista da unidade da igreja (cf. Gl 6.1). Nisso os membros da igreja devem ajudar-se uns aos outros (cf. 2Co 13.11). Em consonância, a tarefa dos pregadores, dirigentes e pastores consiste em firmar e fortalecer os crentes na confiança em Jesus Cristo, bem como equipá-los para a percepção de suas próprias tarefas. Na verdade podemos relacionar “a obra do serviço” (grego: *ergon diakonias*) sobretudo com o serviço ao evangelho, a proclamação. Contudo, isso salienta apenas a característica especial da diaconia incumbida por Jesus Cristo: pelo fato de que o próprio Senhor é o servo (Lc 22.27; Jo 13.4ss) e sua vida, paixão e morte são o “serviço” por excelência (Mc 10.45; par.), que é disseminado exclusivamente pela proclamação do evangelho, por isso toda a diaconia brota dessa palavra e é sustentada por ela. Por essa razão uma diaconia desse tipo é predominantemente “diaconia da reconciliação” (2Co 5.18) e consiste no “serviço ao evangelho” (cf. Fp 2.22).

Em uma forma de expressão comparável ao presente versículo Paulo encoraja os coríntios em 1Co 15.58 a destacar “na obra do Senhor” (cf. 1Co 16.10 a respeito de Timóteo), evidentemente descrevendo assim a abrangência total da atuação cristã. O cumprimento das respectivas tarefas por pessoas santas especificamente incumbidas serve à “**edificação do corpo de Cristo**”. Foi citada, portanto, a palavra básica da vida da igreja em seu todo: tudo o que acontece dentro da igreja local e na igreja cristã em geral precisa servir à “**edificação**”. Isso marca a linha básica da argumentação diante da igreja em Corinto: na igreja tem vez não o que talvez até seja lícito, individualmente emocionante, mas só aquilo que edifica (1Co 10.23; 14.3s,14,26), e por isso sobretudo o amor (1Co 8.1).

13 A edificação, o crescimento do corpo de Cristo, estão direcionados para um alvo que é indicado neste versículo. A expressão “chegar” pode significar literalmente alcançar um lugar (diversas vezes em At: p. ex., At 16.1; 18.19; etc.), mas também pode ser usada em sentido figurado (o fim dos tempos chegou: 1Co 10.11). Assim como aqui, em Fp 3.11 ela implica a atenta orientação rumo ao alvo visado, quando Paulo afirma de si: “para alcançar a ressurreição dentre os mortos”.

Pode parecer estranho que desde já a igreja seja a “plenitude de Cristo”, concidadã crente dos santos, família de Deus, pedra no templo santo, e que apesar disso ainda se diga que haverá um crescimento, um vir-a-ser. A mesma duplicação já chamara atenção no contexto da herança colocada à disposição: os direitos já foram transferidos, mas ainda não se tomou posse dela (Ef 1.18; 2.7). Conseqüentemente a plenitude de Cristo é ponto de partida e alvo de todo o crescimento.

Agora isso passa a ser relacionado a uma situação concreta: na realidade pode haver na igreja *uma só fé*, visto que esta só pode ser fé em *um só* Senhor Jesus Cristo (Ef 4.5). Na realidade a “unidade do Espírito” é algo dado, porque o Espírito Santo é um só (Ef 4.3). Não obstante cabe “segurar” essa unidade, ou “chegar” a ela. A força motriz de todos os esforços nessa direção não é a utopia de uma igreja unificada, mas a realidade do único corpo de Cristo.

A unidade da fé está estreitamente ligada à “unidade do conhecimento”, que por sua vez se concentra no “Filho de Deus”. Em Ef 1.17-19 Paulo já suplicara pelo Espírito da sabedoria, para que os leitores reconheçam a esperança e a força resultante da ressurreição de Cristo. De maneira semelhante Cl 2.2 interliga o esforço para que “os corações sejam unidos em amor” e o “conhecimento do mistério de Deus: Cristo”. Por isso uma fé aumentada e um conhecimento aprofundado do Filho de Deus caracterizam o crescimento da unidade eclesial.

À unidade corresponde a perfeição. A igreja, “**todos nós**”, devemos nos tornar “**seres humanos perfeitos**”: “unidade e perfeição constituem o alvo da igreja, e o Cristo concede participação a cada um nessa unidade e perfeição; ao procurar ‘chegar’, impelido pela palavra de Deus, o indivíduo cresce em direção ao alvo da totalidade.”

Discordando de tentativas equivocadas de derivação de concepções gnósticas, o “**ser humano perfeito**” deve ser entendido como a pessoa amadurecida, adulta. Isso é elucidado pela segunda expressão: “**para a medida cheia da plenitude de Cristo**”. “Medida plena” é a tradução literal para “medida da idade da vida” ou também “medida da estatura”. Trata-se da “idade adulta” ou da “medida cheia da figura”. O trabalho dos encarregados edifica o corpo de Cristo. Terá alcançado seu tamanho completo “quando todos que são destinados à igreja segundo o plano divino de salvação pertencerem à igreja... A igreja, que é o corpo do Cristo, constitui na estatura completa o *pleroma* de Cristo.”

- 14** Tendo esse alvo diante dos olhos, Paulo passa à análise dos problemas com os quais os destinatários da carta estão sendo confrontados. Estabelece uma relação com a figura da pessoa adulta à qual os crentes devem “chegar”, e exorta que superem a imaturidade e a idade infantil: “**para que não mais sejamos menores**”, que se deixam influenciar facilmente. No NT a pessoa “menor de idade”, a criança, é considerada de diversas maneiras. Por um lado a criança depende de outros, tornando-se modelo de confiança (Mt 18.3) e tem a promessa de receber o reino dos céus (Mt 11.25, cf. 19.14). Por essa razão os crentes podem ser chamados “pequenos filhos de Deus”. Por outro lado destaca-se o aspecto de que o adolescente se deixa ludibriar e carece de firmeza, perfazendo algo que cabe superar (cf. Gl 4.1-3; 1Co 3.1; 13.11).

A falta de firmeza mostra-se particularmente desvantajosa na associação com uma ilustração da navegação: “**agitados de um lado para outro pelas ondas e levados ao redor por todo vento de doutrina**”. Quando falta crescimento na fé e no conhecimento do Filho de Deus (v. 13) na vida da igreja ou do cristão, quando o trabalho na igreja não serve ao objetivo da edificação do corpo de Cristo, então tal situação se assemelha à de um navio que está indefesamente exposto ao jogo do vento e das ondas. No caso, “**toda espécie de doutrina**” não se refere ao “calor” externo da perseguição anticristã (cf. 1Pe 4.12), mas à multiplicidade das heresias cristãs.

A figura da navegação transita para a ilustração do jogo de dados. Quem não estiver firme, torna-se joguete. O resultado desse tipo de jogo é aleatório – um contraste total com a certeza da fé, com a posição enraizada no amor de Cristo.

Por meio de um adendo, o jogo, que já é “tortuoso”, passa a ser até mesmo “jogo ludibrioso”: “**pelo procedimento com artimanha, que visa o logro**”.

Por trás de tal ardileza que se manifesta especialmente por meio de doutrina acessível, agradável, porém enganosa, encontra-se o diabo (cf. Ef 6.11). Sobre essa “artimanha” Paulo também fala em 2Co 11.3: através dela a serpente seduziu Eva para a queda do pecado. Esse processo torna-se exemplo para aquilo que planejam os hereges em Corinto: desviar os crentes da “singeleza e pureza” direcionadas para Cristo. Dessa forma pessoas tornam-se vítimas do “embuste”. Ele se firma quando o “amor pela verdade” é rejeitado, quando a fé na mentira ocupa o espaço da fé na verdade (2Ts 2.10ss). Em contrapartida, o modo de agir de Paulo em suas igrejas sempre se caracterizou por franqueza e retidão, decorrentes do evangelho (cf. 1Ts 2.3: sem engano; 2Co 4.2: sem astúcia).

- 15** Ao ardil e ao engano são contrapostas “verdade” e “amor”: “**e falar a verdade em amor**”. Nessa formulação aparece (de forma cruzada) no lugar do engano a verdade, enquanto a artimanha é superada pelo amor.

A expressão “**falar a verdade**” (grego: *aletheuein*) ocorre somente neste versículo e em Gl 4.16, podendo também ser traduzida por “ser veraz”. A marca da revelação de Jesus Cristo é a luz, a verdade (cf. Jo 1.14,17; etc.). Em consonância, o evangelho é “palavra da verdade” (Ef 1.13; Cl 1.5; cf. Gl 2.5,14). Logo, também os mensageiros do evangelho são marcados em todo seu serviço pela verdade. Isso é ilustrado, p. ex., de forma impressionante em 2Co 4.2: “Rejeitamos as coisas que, por vergonhosas, se ocultam, não andando com astúcia, nem adulterando a palavra de Deus; antes, nos recomendamos à consciência de todo homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade.”

A verdade deve ser dita “**em amor**”, pelo que se rejeita qualquer artimanha. A franqueza resultante da verdade alia-se à cordialidade e à retidão que brotam do amor (cf. Fp 2.1). O que vale para a relação entre fé e amor (Ef 1.15) também deve ser aplicado à relação entre verdade e amor: ambos têm origem na revelação de Deus e são confiados aos crentes para o trato uns com os outros.

Por isso não é possível impedir que a verdade seja escândalo apelando ao amor, nem marginalizar o amor em nome da verdade.

Pois a ligação de verdade e amor viabiliza o crescimento da igreja rumo a seu alvo: **“e crescer em tudo naquele que é a cabeça, Cristo”**.

Com o termo **“crescer”** Paulo retoma a figura do “ser humano adulto” do v. 13. O termo designa tanto o aumento de cada um na fé (cf. a mesma intenção em Ef 3.16ss), como o crescimento do corpo da igreja (cf. Ef 2.21).

Esse crescimento deve incluir **“tudo”** (não: o universo) no âmbito da igreja: todo membro, toda atividade no corpo recebe a orientação a partir do cabeça, em direção do qual tudo deve estar voltado. O que vale para cada cristão (aumento na fé, no amor e particularmente no conhecimento do amor de Cristo: Ef 3.17ss) deve impactar toda a igreja.

16 A partir do cabeça resulta, no encerramento dessas considerações sobre a unidade e o crescimento do corpo que Cristo presenteia com dons, o ensejo de ilustrar resumidamente a concomitância e o entrelaçamento desse organismo singular.

Viabilizado por esse cabeça e emanando dele **“o corpo todo efetua... o crescimento do corpo para a edificação de si próprio no amor”**. O corpo “todo”, até as menores ramificações, recebe de Cristo impulso e vigor para o crescimento, para a edificação. Como em Ef 2.20ss, aparecem também aqui lado a lado as figuras do corpo e da construção. Com o crescimento do corpo em direção do cabeça amplia-se também a construção, favorecendo a sua conclusão. A ligação vital com o cabeça, a única coisa que torna viável esse **“efetuar”**, exclui a possibilidade de que essa **“edificação de si próprio”** possa tratar-se de um agir autocrático da igreja. A igreja somente pode ser reconhecida a partir de seu cabeça, Cristo. Toda vez que ela perde isso de vista, o presente trecho visa estimular a retornar para o cabeça.

Todo o corpo é “bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta de apoio”. De maneira muito semelhante, Paulo diz, em Cl 2.19: “... o cabeça, a partir do qual o corpo todo é apoiado por articulações e tendões e mantido coeso e cresce pelo agir de Deus.”

Quando se entende o v. 16 como síntese de Ef 4.7-15, as “juntas de apoio”, que possuem uma função central para a coesão do corpo, serão relacionadas com as pessoas incumbidas das tarefas citadas no v. 11.

Também aqui é preciso chamar novamente atenção para o fato de que a tarefa de apoio daqueles especificamente incumbidos apenas é possível a partir de sua ligação vital com o cabeça, uma vez que não representam apenas “dons” para o corpo, mas que também receberam os “dons” pessoalmente de Cristo, de acordo com a vontade dele (Ef 4.7s).

Essa coesão é fomentada **“segundo a força atribuída a cada parte”**. A formulação “a cada” retoma o v. 7, motivo pelo qual igualmente não deve ser restrito aos que são especificamente encarregados, mas à totalidade dos que crêem: a cada um foi concedida, de acordo com a medida do dom de Cristo, a graça com os dons dela decorrentes. De forma análoga o corpo é favorecido por todos os membros. Isso ocorre conforme a força medida para cada parte (cf. Ef 3.7 com vistas ao próprio Paulo).

Assim este versículo sintetiza de fato todo o trecho precedente: partindo da unidade de Deus e de seu agir no corpo de Cristo, o olhar se estende para a multiplicidade dos dons distribuídos aos crentes. Na seqüência, Paulo destaca as tarefas específicas dos apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres no preparo dos santos, para que a igreja de Cristo possa alcançar a idade adulta e resistir a doutrinas ardilosas e enganosas. Por fim o apóstolo enfoca novamente a cooperação de todos na edificação do corpo. A característica marcante de toda a incumbência é que a edificação acontece “no amor” (v. 13). Isso sucede quando o conhecimento do amor de Cristo (Ef 3.19) cresce mais e mais e por isso também se fala a verdade em amor (Ef 4.15).

2. Vida cristã em um mundo não-cristão: Ef 4.17-5.14

a) O fundamento: revestir-se do novo ser humano: Ef 4.17-24

17 – Isto, portanto, digo e no Senhor testifico que não mais andeis como também andam os gentios, na vaidade dos seus próprios pensamentos,

18 – obscurecidos de entendimento, alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza do seu coração;

- 19 – os quais, tendo-se tornado insensíveis, se entregaram à dissolução para, com avidez, cometerem toda sorte de impureza.**
- 20 – Mas não foi assim que aprendestes a Cristo,**
- 21 – se é que, de fato, o tendes ouvido e nele fostes instruídos, segundo é a verdade em Jesus:**
- 22 – no sentido de que, quanto ao trato passado, vos despojeis do velho homem, que se corrompe segundo as concupiscências do engano,**
- 23 – e vos renoveis no espírito do vosso entendimento,**
- 24 – e vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade.**

17 Depois que a *paraklesis* (“exortação”: Ef 4.1) teve como objeto inicial a unidade da igreja e o crescimento rumo ao cabeça, a regra básica “andai de modo digno de vossa vocação!” (Ef 4.1) passa a ser relacionada, nos v. 17-24, com a conduta individual dos destinatários da carta. O trecho é subdividido em um retrospecto sobre a vida como gentios (cf. o “outrora” em Ef 2.1ss; 2.11ss) e uma recordação do começo da vida cristã, que acarreta conseqüências para o presente (v. 17-19 e 20-24).

Ao lado do “falar” Paulo coloca outro verbo que sublinha a seriedade de sua afirmação: “**Isso digo e reforço, pois, no Senhor**”. A palavra grega para “reforçar” (*martyromai*) significa originalmente “atestar”, podendo alcançar a intensidade do “jurar”. Aqui (como em 1Ts 2.12: “nós vos exortamos, consolamos e atestamos que viveis dignamente diante de Deus...”) ela expressa uma “solicitação enfática”.

O adendo “**no Senhor**” de forma alguma é dispensável, pelo contrário - ele recorda o “nível” em que uma exortação assim de fato pode acontecer. A afirmação “no Senhor” demarca o ambiente em que os crentes foram colocados pelo arrependimento (1Ts 1.9s) e batismo (Rm 6.31). Por isso já nos deparamos diversas vezes nos capítulos anteriores com a menção dessa “definição de local”: “nele”, “em Cristo”, etc. (Ef 1.4,6,7,11; 2.6; etc.). Na realidade, “no Senhor” vale de forma igual para o apóstolo e para os membros da igreja, não reservando posição de destaque frente aos demais cristãos nem mesmo ao “detentor do cargo” (cf. Gl 3.28). Contudo a vocação para ser apóstolo traz consigo a responsabilidade pelo crescimento da igreja e, por isso, também o dever da necessária exortação (cf. a identificação do remetente no começo das cartas: “apóstolo de Jesus Cristo”; Ef 1.1; etc.).

Embora por isso Paulo, como apóstolo (e com freqüência também como seu fundador), confronte as igrejas, ele no entanto não possui outro poder senão o da palavra. Por meio dela ele os remete à origem da fé em Jesus Cristo, ao compromisso de uma conduta “apropriada” e santa que decorre da fé e à unidade resultante da comunhão na confissão. Esse princípio que os reformadores posteriormente retrataram na fórmula *non vi, sed verbo* (não pela violência, mas pela palavra) marca a autoridade e a impotência do ministério apostólico e do ministério eclesiástico em geral: os irmãos cristãos são exortados “no Senhor” porque são “do Senhor” (Rm 14.8). O “sucesso” dessa exortação depende de que as respectivas pessoas ouçam e acolham essa palavra como “palavra do Senhor”, obedecendo assim não a pessoas, mas “ao Senhor”.

Paulo expressa o contrário de “andar digno da vocação por Deus” (Ef 4.1) por meio da locução “**como andam os gentios**”. Por “**gentios**” (literalmente: “os povos”) ele entende o conjunto de todas as nações do qual somente Israel foi separado como propriedade de Deus. Depois que a nova aliança levou também crentes gentios (Ef 2.11) a pertencerem ao povo de Deus, o termo pode referir-se tanto à origem não-judaica (p. ex., em Rm 9-11: 9.30; 11.11,25; etc.) como ao modo de vida anticristão (como no presente contexto). A mudança do “outrora” para o “agora” separa os receptores desta carta deste tipo de vida (Ef 2.3,5). Por isso “não mais” devem viver como antes.

Enquanto cristãos vivem “em uma nova vida” (Rm 6.4) “no Espírito” (Gl 5.16), “no amor” (Ef 5.2), “no Senhor” (Cl 2.6), o afastamento que os gentios experimentam em relação ao Deus vivo repercute na conduta correspondente desenvolvida no texto subsequente.

Ela acontece “**na nulidade de seu sentido**”: o veredicto do AT declara que os deuses dos gentios são “nulos” (cf. Jr 2.5; 8.19 – LXX). Apresentam fachada de realidade, mas na verdade não passam de ilusão. O mesmo vale para o NT: “Tudo o que se opõe ao Primeiro Mandamento está sujeito ao veredito ‘nulo’.” Esse direcionamento para algo que não dá sustentação acarreta conseqüências para o pensamento, a razão, o “sentido”. Isso não significa genericamente que o ser humano, p. ex., o sábio, não saiba de nada. Pelo contrário, a nulidade se comprova no fato de que a sabedoria dos sábios não conhece a Deus (1Co 1.21).

18 A razão desse não-reconhecer continua a ser desenvolvida: os gentios estão “**obscurecidos em seu pensamento**”. Paulo fala diversas vezes desse tipo de escuridão. Esse obscurecimento passa a condicionar também a “estranheza e inimizade no pensamento” (Cl 1.21; cf. também Ef 2.3).

É esse tipo de alienação que Paulo expressa de forma abrangente: “**alienados da vida de Deus pela ignorância que está neles, pelo endurecimento de seu coração.**” Em Ef 2.12 o apóstolo já havia chamado atenção para a “alienação da comunidade de Israel”, simplesmente por não pertencerem ao povo eleito. Aqui trata-se basicamente de estar separado da “vida de Deus”. Deus é o Vivo (1Ts 1.9; etc.); sua vida é manifesta em seu Filho, o “Príncipe da vida” (At 3.15; cf. Jo 1.4; 1Jo 5.12). Por isso Paulo também fala da “vida de Cristo” (2Co 4.10). Pela ligação com Jesus Cristo o ser humano antes alienado obtém a “vida”, i. é, a “vida eterna” (Rm 6.22; etc.).

A alienação fatal possui duas causas: “**ignorância**” e “**endurecimento do coração**”.

A “ignorância” apresenta duas características: primeiramente trata-se da falta de conhecimento em relação a Deus e sua salvação em Jesus Cristo. Isso vale para os gentios, que por ignorância adoravam imagens de ídolos em lugar do verdadeiro Deus (At 17.30; sobre as conseqüências, cf. 1Pe 1.14). No entanto isso igualmente diz respeito aos judeus, que em sua cegueira levaram o Messias à cruz (At 3.17). Ao mesmo tempo esse “desconhecimento” sempre é revelação de culpa pessoal: pois a criação desvendaria o conhecimento de Deus até mesmo para o gentio se o pensamento não estivesse obscurecido. Logo a “ignorância” (Rm 1.20s) é simultaneamente destino e culpa.

Essa afirmação é reforçada pela definição “endurecimento do coração”: Jesus lamenta essa conduta entre seus ouvintes.

Por outro lado Deus dispõe esse “endurecimento” para que a fé não surja. Conseqüentemente convergem também aqui culpa pessoal e atribuição de Deus.

19 O relacionamento destruído com o Deus verdadeiro, motivo pelo qual a razão foi obscurecida, acarreta as conseqüências correspondentes para a conduta: a vida nas trevas resulta em um “embotamento”, um desinteresse para com um estilo de vida que corresponda ao relacionamento da criatura com o Criador (seria uma vida “para o louvor de sua glória”: Ef 1.12; Rm 1.21). “A não-receptividade para a verdade de Deus liga-se ao embotamento do sentimento de vergonha e dor.” Visto que as linhas mestras dos mandamentos divinos são desconhecidas, o ser humano cai no “desenfreamento”. De uma forma geral isso representa a “**dissolução**”, a “fruição desmedida”, caracterizando aqui o modo de vida de Sodoma e Gomorra (2Pe 2.7), e o dos falsos mestres e dos que foram aliciados por eles (2Pe 2.2,18). Concretamente a expressão pode referir-se ao desregramento sexual (Rm 13.13; 2Co 12.21; Gl 5.19).

O conceito seguinte amplia o estilo de vida não-divino para “**toda sorte de impureza**”, à qual o ser humano separado de Deus “**se entrega**”. Essa conduta “forma um perfeito contraste com a santificação cristã” (Rm 6.19; 2Co 12.21; 1Ts 4.7), excluindo assim “o ser humano da comunhão com Deus”. Por fim essa lista ainda cita a “avidez”. Originalmente o termo significa “querer mais”, ou seja, não se restringe apenas à esfera material.

O uso do termo “entregar-se” explicita o quanto estão próximos o querer pecaminoso próprio e o condicionamento pelo pecado imposto por Deus. Enquanto as afirmações do presente trecho mostram que os gentios se entregaram “pessoalmente” a esse modo de vida com toda sorte de impurezas, Paulo também caracteriza a mesma entrega ao vício como fatalidade que Deus infligiu aos incrédulos: Rm 1.24ss. Ali são flagrantes as múltiplas convergências com os presentes versículos: por faltar o conhecimento de Deus e o ser humano não servir mais a Deus, ele se torna refém do vazio, ficando à mercê unicamente de seu coração obscurecido. Conseqüentemente Deus também os entregou às paixões que resultam disso, em todas as formas de impureza (v. 28ss).

20 Paulo contrapõe os cristãos com toda a clareza ao que foi exposto até aqui: “**mas não assim vós**” (cf. a semelhança lingüística com Mc 10.43). A nítida diferença em relação à vida “anterior” é evidenciada pela “renovação do coração” (cf. Ef 3.17) inclusive no tocante à vida cotidiana.

O fundamento para essa guinada radical reside em “**aprender a Cristo**” (literalmente: “aprender o Cristo”). A formulação ocorre unicamente na presente passagem e deve chamar a atenção dos destinatários da carta para duas coisas: o modo de vida mudado brota do encontro com “o Cristo”. É a ele que os ex-gentios conheceram. Pela proclamação do evangelho Deus fez brilhar sua luminosa luz no coração e na razão. Foram chamados para ser filhos de Deus e receberam a “vida de Deus” (v. 18). A esse relacionamento remodelado com Deus foi adaptada também a conduta como “vida no Espírito/em Cristo”.

Ao mesmo tempo Paulo também os relembra do começo de sua vida cristã, quando eles precisaram “aprender” e de fato aprenderam. Além disso, este termo peculiar deixa claro que a igreja cristã em última análise sempre “aprende” essa pessoa. Isso vale também para a transmissão de conteúdos de fé, instruções ou princípios básicos. Por exemplo, Paulo lamenta diante dos gálatas: “Quem vos fascinou, ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado?” (Gl 3.1).

- 21 Agora a importância dos evangelistas e pastores se torna bem visível (cf. Ef 4.11): **“se é que, de fato, o tendes ouvido e nele fostes instruídos, segundo é a verdade em Jesus, como é verdade em Jesus.”**

Os anunciadores têm tarefas distintas. Seu “objeto” sempre é o mesmo: a pessoa de Jesus Cristo. Em contraposição aos múltiplos e recorrentes “mitos” (2Pe 1.16), que também são introduzidos por mestres heréticos (1Tm 1.4; 4.7; 2Tm 4.4), os mensageiros do evangelho dão testemunho da “verdade em Jesus”. Aquilo que viram, ouviram e apalparam (1Jo 1.1ss) constitui o conteúdo de sua proclamação. A tradição de Jesus formava o cerne da proclamação e doutrina em todas as igrejas do primeiro cristianismo (cf. Mt 28.20; Fp 2.5ss). Assim como os evangelistas tinham como prioridade relatar com “acurada” precisão o agir e sofrimento do Jesus de Nazaré (Lc 1.3), assim Paulo transmite às igrejas o que ele mesmo recebeu: que, em cumprimento de palavras proféticas do AT, Jesus Cristo morreu, foi sepultado e ressuscitou, e depois foi visto por um número claramente conhecido de testemunhas (1Co 15.3ss).

É essencial levar em conta que a fé cristã demanda, além do “ouvir”, o “ser instruído”. Por exemplo, os cristãos em Roma “vieram a obedecer de coração à forma (em grego: *typos*) de doutrina a que foram entregues” (Rm 6.17). Cumpre perseverar firme nessa doutrina (2Ts 2.15; 3.6) contra os diversos outros “ventos de doutrina” (Ef 4.14). Particularmente em vista da crescente ameaça por heresias, é justamente nas cartas pastorais que a “sã doutrina” se torna a característica principal da igreja de Jesus Cristo (1Tm 1.10; 2Tm 4.3; Tt 1.9; 2.1).

- 22 O “mas não assim vós” do v. 20, a ruptura radical entre “outra” e “agora”, traz consigo um “despir-se” e “revestir-se”: uma vez que essa ruptura foi realizada pela fé e pelo batismo, os destinatários da carta já morreram para sua vida anterior (cf. Rm 6.2), já se *despiram* do “velho ser humano”. Agora importa que eles “se mantenham mortos para o pecado” (Rm 6.11). Tal “atitude da fé” sempre se torna visível em determinados pontos da conduta. Por essa razão surge aqui também o verbo imperativo: **“que vos despais do velho ser humano conforme o modo de vida passado”**. Adultos (cf. Ef 4.13s) estão em condições de se despir e vestir pessoalmente. Em Rm 13.12 Paulo fala de “despir-se das obras das trevas”, que são listadas em Cl 3.8: ira, rancor, maldade, maledicência, palavras obscenas. O afastamento resolutivo desse tipo de atitude é possível porque uma transformação fundamental ocorreu antes: “porque vos despistes do velho ser humano com seus feitos” (Cl 3.9).

No já citado capítulo 6 de Romanos Paulo igualmente menciona o “velho ser humano” que foi crucificado com Cristo. O “ser crucificado” servia “para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos” (Rm 6.6).

Desse modo também o “velho ser humano” já foi definido de forma mais precisa – **“conforme o modo de vida passado”**: trata-se da existência sem Deus (“ateísta”: Ef 2.12) fundamentada e exposta em Ef 4.17-19, da vida “segundo a carne”, no pecado.

Da salvação criada e franqueada por intermédio de Jesus Cristo resulta um trato com o “velho ser humano” que à primeira vista parece absurdo: quando o “velho ser humano” é entregue à morte de Cristo, crucificado e despido, Deus ressuscita o crente para a vida nova e verdadeira. Em contraposição, quando o ser humano se apegava ao “corpo do pecado”, tentando preservar seu “velho ser humano”, ele acabará reconhecendo que **“será aniquilado segundo as enganosas concupiscências”**.

Embora na presente passagem o assunto seja inicialmente o “aniquilamento” moral, certamente fica claro que a decadência de todo o ser humano também está sendo considerada. Por exemplo, em Rm 1.27 Paulo diz que a prática do homossexualismo como perversão da criação divina leva os envolvidos ao ponto em que “recebem em si próprios o salário de seu erro, como afinal tinha de ser”, e que “a morte é o salário do pecado” (Rm 6.23).

É digno de nota que também em 2Co 11.3 Paulo combine o “corromper-se” com o “engano”/“sedução”: fala-se da sedução de Eva pela astúcia da serpente. Da mesma maneira – é o que teme o apóstolo – os sentidos dos coríntios podem ser destruídos, afastando-se a simplicidade e

pureza perante Cristo. Em Ef 4.22, o que leva à decadência é ceder às “enganosas concupiscências”. As paixões (cf. Ef 2.3) criam a ilusão de estarem abrindo caminho para uma melhoria da “qualidade de vida”. Na verdade levam – como já por ocasião da sedução da serpente – à destruição.

23 Com a formulação “**e fostes renovados no espírito do vosso entendimento**” Paulo alude a Rm 12.2, onde ele fala da “transformação pela renovação do entendimento”. É interessante que aqui sejam usados dois termos diferentes para “novo”: *neos* e *kainos*. É possível que ao contraste entre o “velho” e o “novo” (*kainos*: Ef 4.23) ser humano se acrescente o elemento do frescor da juventude na palavra “renovar” (grego: *ananeomai*).

O “espírito” é o Espírito Santo, que deve preencher e assim renovar cada vez mais o sentido, o coração e a razão do crente (Ef 5.18; 1Ts 5.19). Sua ação não deve ser obstruída (1Ts 5.19); motivo pelo qual a locução pode ser entendida como um imperativo intercalado entre a solicitação de “despir-se” e “vestir-se”.

24 Conforme Ef 2.15 o “**novo ser humano**” é o novo povo de Deus formado por judeus cristãos e gentios cristãos, o corpo uno de Cristo. No presente contexto, porém, a expressão caracteriza a “nova criação” (2Co 5.17; Ef 2.10), a “novidade de vida” (Rm 6.4). É desse novo ser humano, desta nova vida que cumpre “**revestir-se**”.

O binômio “despir-se” – “revestir-se”, que na presente passagem se refere à luta contra a velha vida e à concretização da nova, é usado por Paulo também com vistas à transição do corpo corruptível para o corpo incorruptível. Em 2Co 5.1ss ele expressa seu anseio pela vida junto de Deus dizendo que deseja não que sua vida seja “despida”, mas que “seja revestida”. Isso se refere, conforme 1Co 15.51ss, à transformação dos crentes por ocasião da volta de Jesus Cristo: não serão libertados de sua vida terrena por meio da morte; pelo contrário, “o mortal” se reveste do “imortal”.

É significativo que em Gl 3.27 Paulo fale de “revestir-se do Cristo” no contexto do batismo: “Porque todos vós que fostes batizados em Cristo, de Cristo vos revestistes.” Assim fica demonstrada mais uma vez a importância decisiva que o apóstolo dá à realidade dos acontecimentos descritos por ele. Não fala de eventos que acontecem em nível mental, mas de realidades em que os crentes foram inseridos. O fato de que o termo “revestir-se” une tanto a nova vida concedida no batismo como a separação para uma nova conduta (cf. “depositar”, “morrer com”, “crucificar”) é explicitado pela formulação em Rm 13.14: “Revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não cuideis do corpo de forma a vos tornardes reféns das concupiscências.”

Visto que cabe explicar a locução “revestir-se do novo ser humano” pela formulação “revestir-se do Senhor Jesus Cristo”, essa explicação descreve igualmente o caráter do “novo ser humano”: ele é dádiva de Deus e não resultado de esforço humano. Quando recebemos a Cristo pela fé, revestimo-nos do novo ser humano; porque “Cristo foi feito, da parte de Deus, para nós... santificação e redenção” (1Co 1.30). Toda expressão visível dessa santificação, toda boa obra foi preparada previamente para nós por Deus (Ef 2.10). Apesar disso o “novo ser humano” é ao mesmo tempo alguém com características individuais e inconfundíveis, pois cada cristão é convidado pelo mandamento de Deus a obedecer-lhe de forma bem pessoal.

O “novo ser humano” foi “**criado segundo Deus, em verdadeira justiça e retidão**”. Cl 3.10 explica: o novo ser humano é renovado “para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou”. A imagem de Deus, porém, é Cristo, que o crente (diferentemente do israelita na velha aliança: Êx 33.20) é capaz de contemplar; mais que isso: em direção da qual ele é até mesmo transformado (2Co 3.18; Rm 8.29).

Conseqüentemente, o crente é “reformulado” por Cristo, cunhado em sua mentalidade (Fp 2.5), determinado em sua natureza.

Tal criação expressa-se “na verdadeira justiça e santidade”. Essas palavras citam as características determinantes da ação divina. A formulação comprova expressamente como Paulo interliga a ação justificadora (ao não computar o pecado no juízo final) e renovadora (ao criar nova vida por meio do Espírito Santo) de Deus. A presente passagem é novamente ilustrada a partir de Rm 5s: depois que o crente foi justificado por causa de Cristo (Rm 5.18), também “deve a graça reinar por meio da justiça” (Rm 5.21). Isso acontece pelo fato de que o cristão “oferece os membros ao serviço da justiça, para que sejam santificados” (Rm 6.19). Tornou-se “servo da justiça” (Rm 6.18), determinado pela obediência à “justiça” (Rm 6.16). A “justiça” (em contraposição à “anomia”) confere, segundo 2Co 6.14, “formato à vida cristã”.

Disso resulta a ligação com “santidade”: da “justiça” dada por Deus, que deve se evidenciar como marcante na vida, decorre a “devoção” pessoal como o modo de vida correspondente à vontade de Deus (cf. Ef 4.1). Esta associação entre “santo” e “justo” ocorre mais três vezes no NT.

No grego a redação da tradução com o adjetivo (“verdadeira”) na flexão genitiva forma a conclusão de todo o bloco: **“em justiça e santidade da verdade”**. Cumpre notar nessas palavras o paralelo formal com o v. 22, que termina textualmente “... segundo as concupiscências do engano”. Dessa forma Paulo contrapõe a verdade da nova criação divina ao caráter de descaminho do velho ser humano que se aniquila. No lugar da nulidade (Ef 4.17) surge a realidade e persistência daquilo que Deus faz. Seu agir é simultaneamente dádiva e alvo: por ter-se revestido do novo ser humano o crente deve despir-se – de forma contínua! – e deixar-se cunhar cada vez mais pelo Espírito Santo renovador.

b) Verdade e amor em lugar de mentira, roubo e maledicência: Ef 4.25-5.2

- 25 – Por isso, deixando a mentira, fale cada um a verdade com o seu próximo, porque somos membros uns dos outros.**
- 26 – Irai-vos e não pequeis; não se ponha o sol sobre a vossa ira;**
- 27 – nem deis lugar ao diabo.**
- 28 – Aquele que furtava não furtar mais; antes, trabalhe, fazendo com as próprias mãos o que é bom, para que tenha com que acudir ao necessitado.**
- 29 – Não saia da vossa boca nenhuma palavra torpe (grego: *sapros*), e sim unicamente a que for boa para edificação, conforme a necessidade, e, assim, transmita graça aos que ouvem.**
- 30 – E não entristeçais o Espírito de Deus, no qual fostes selados para o dia da redenção.**
- 31 – Longe de vós, toda amargura, e cólera, e ira, e gritaria, e blasfêmias, e bem assim toda malícia.**
- 32 – Antes, sede uns para com os outros benignos, compassivos, perdoando-vos uns aos outros, como também Deus, em Cristo, vos perdoou.**
- 5.1 – Sede, pois, imitadores de Deus, como filhos amados;**
- 2 – e andai em amor, como também Cristo nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave.**

Depois de expor o fundamento da vida cristã em Ef 4.17-24, o apóstolo desenvolve a conduta dos cristãos com vistas a atitudes que precisam ser mudadas: mentira, ira, roubo e linguagem questionável. Uma vez que tais ações contrariam o Espírito Santo, elas devem ser abandonadas (v. 25-30). Em lugar de furiosas controvérsias deve surgir o perdão mútuo e um modo de vida fundamentalmente cunhado pelo amor de Cristo (Ef 4.31-5.2). O nexos interno de Ef 4.25-5.2 e o novo tema “devassidão” em Ef 5.3ss tornam plausível o corte após Ef 5.2.

- 25** De diversas maneiras Paulo alude a tópicos do trecho anterior, ao iniciar: **“Por isso, deixem a mentira e fale cada um a verdade com o seu próximo.”** Desfazer-se da **“mentira”** é consequência do despojar-se do velho ser humano como um todo (Ef 4.22). A **“verdade”** no linguajar decorre da verdade divina recém-mencionada (Ef 4.24) e substitui o engano característico da vida anterior (Ef 4.22). Onde antes predominava o lusco-fusco do engano, da mentira, do ardid e do segredo, uma vida sob a luz da verdade (cf. 2Co 5.8ss) gera franqueza, retidão e liberdade de falar claramente (cf. 2Co 4.2ss).

Aqui e nos versículos subseqüentes Paulo recorre a citações do AT para formular suas afirmações: “Falai a verdade cada um com o seu próximo” foi obtido de Zc 8.16, que lá aparece no contexto de uma instrução sobre o relacionamento veraz dos israelitas entre si. Por exemplo, não se deve amar o “juramento mentiroso”, mas a “verdade e paz” (Zc 8.17,19). Portanto a citação do AT também explica a formulação um pouco desajeitada, ao contrário de Cl 3.9, onde Paulo escreve: “Não mintam uns aos outros.”

Além de fundamentar a veracidade na própria verdade de Deus Paulo ainda cita um segundo motivo para essa forma de convívio entre os destinatários da carta: **“porque somos membros uns dos outros.”** Vale notar que de resto a expressão **“membros”** só é usada na carta aos Efésios no capítulo 5, versículo 30, embora aqui o corpo de Cristo exerça uma função muito central. Como membros do corpo, os crentes precisam poder confiar naquilo que cada um afirma.

26 Também a instrução sobre a ira é dada no contexto de uma citação literal do Sl 4.4: **“Quando estais irados, não pequeis.”** Com essas palavras Paulo lembra, em tom de exortação, a rápida transição da ira para o pecado. A convivência (dentro e fora da igreja) gera múltiplos motivos para a ira (cf. também Tg 1.19s – possivelmente por causa de opiniões opostas na discussão doutrinária). Enquanto o cristão deve ser “tardio para a ira” (Tg 1.19), no caso do perdão é preciso ter pressa: **“O sol não se ponha sobre a vossa ira.”** A exortação para afastar-se rapidamente do escândalo visa sobretudo combater o efeito devastador de uma briga de longa duração: “Paulo exige que acabemos sem delongas com a ruptura da comunhão. Rancor envelhecido é difícil de apagar. Se para restabelecer a comunhão for necessária uma negociação com o irmão, devemos fazê-la de imediato. Se conseguimos solucionar a questão sem ela, devemos perdoar imediatamente. A mágoa torna-se bem mais perigosa quando é arrastada de um dia para o outro. Também essa frase mostra, da mesma forma como aquela sobre o extermínio da mentira, que para Paulo nossa preocupação central deve ser a comunhão concorde com os irmãos, em relação à qual qualquer outro interesse passa para o segundo plano.

Por trás de tudo isso está a reinterpretação do 5º mandamento no Sermão do Monte por Jesus (Mt 5.21ss): segundo ela, “irar-se contra o irmão” (o mesmo termo de Ef 4.26) é uma transgressão da proibição de matar e torna culpado de condenação. Isso é enfatizado pelas ofensas decorrentes da ira (“tolo”, “inútil”), tornando o homem réu do mais alto tribunal humano ou divino (“Sinédrio”, “fogo do inferno”). Paulo, portanto não arrola arbitrariamente instruções éticas, mas argumenta no contexto das premissas dos Dez Mandamentos, que obtiveram a interpretação decisiva nos ensinamentos de Jesus. Da mesma forma como os comentários sobre o oitavo (mentira) e quinto (matar – ira) mandamentos seguem-se, nos v. 28 (roubar) e 5.3 (adultério - devassidão e avidez), exortações ligadas ao sétimo, sexto, nono e décimo mandamentos.

27 Pode-se constatar que a ira representa uma porta particularmente perigosa para a entrada do “confundidor” (grego: *diabolos*). Por isso Paulo continua diretamente: **“e não deis espaço ao diabo.”** Entre as “artimanhas” do diabo referidas em Ef 6.11 sem sombra de dúvida está a ira prolongada, com todas as suas conseqüências. Na LXX o termo hebraico *satan* é traduzido por *diabolos*, que designa sobretudo o “adversário”, e depois também o “sedutor”. O NT usa alternadamente *diabolos* e *satanas*, sem que se possa “constatar uma diferença objetiva”. De modo geral as cartas às igrejas do NT trazem múltiplas formas de estimular à vigilância e permanecer firme contra os ardis do diabo.

28 Depois das exortações referentes à mentira e ira Paulo passa a analisar o problema do roubo, que – associado à questão do trabalho e da preguiça – também tinha importância em outras jovens igrejas: **“O ladrão não roube mais. Pelo contrário, esforce-se e trabalhe com as próprias mãos o bem.”**

O termo **“ladrão”** expressa “o agir contínuo, costumeiro, porém no presente texto refere-se ao “outrora” do tempo pré-cristão. Também nessa passagem é preciso abandonar decididamente os trilhos do estilo de vida passado: **“não roube mais”**. Ao mesmo tempo, porém, é preciso direcionar o pensamento e a ação para **“o bem”**. Isso demonstra muito claramente o que Paulo visa dizer com a exortação de oferecer os “membros a Deus como armas da justiça” para que “se tornem santos” (Rm 6.13,19). Dessa maneira a “renovação do sentido” e o “revestir-se do novo ser humano” (Ef 4.23s) adquire um formato palpável.

A proibição de roubar está ancorada no décimo mandamento (Êx 20.15). No NT, a dedução lógica é que “ladrões” fazem parte do grupo dos “injustos” (grego: *adikos*; cf. Rm 1.18) excluídos da participação no reino de Deus (1Co 6.10s; cf. 1Pe 4.5).

Para romper com o “círculo diabólico” de roubo e resistência ao trabalho, o apóstolo exorta para o engajamento consciencioso no trabalho. A igreja de Tessalônica já havia enfrentado problemas anteriormente. Por isso Paulo insiste em uma correção pormenorizada: o apóstolo e seus colaboradores providenciavam o sustento com seu próprio trabalho (2Ts 3.7ss; 1Co 4.12) e esperam a mesma atitude também dos membros da igreja. Como o ócio leva a “andar desordenadamente” (2Ts 3.11), é preciso enfrentar radicalmente essa “desordem” (grego: *ataktos*), e em certos casos interromper (temporariamente) a comunhão com tais companheiros cristãos (2Ts 3.6; cf. 1Ts 4.11s).

Aquilo que Paulo fazia para poder pregar livremente o evangelho e não depender de nenhuma ajuda financeira deve prover os meios para que os destinatários da carta possam ajudar a outros. É esse o “bem” que ao mesmo tempo pode se referir aos “bens” materiais. Uma vez que a igreja cristã é corpo de Cristo, no qual o dar e o receber recíprocos vigoram por princípio, a “igualação” representa uma função central da vida comunitária: ela inclui participar da alegria ou tristeza (1Co 12.26), mas

também compensar a carência de uns com a abundância de outros! Nessa busca de igualdade o olhar dirige-se inicialmente ao irmão, mas além disso leva em consideração o necessitado em geral: “Façamos o bem a todos, mas principalmente aos companheiros na fé” (Gl 6.10; cf. Tt 3.14; 1Jo 3.17).

- 29 De acordo com o NT, lidar com palavras possui relevância especial. Nas palavras de Jesus em Mt 15.18ss, a maldade do coração sai pela boca, contaminando assim o ser humano. Disso resulta um comportamento completamente divergente dos fenômenos naturais: “De uma só boca procede bênção e maldição... Acaso, pode a fonte jorrar do mesmo lugar o que é doce e o que é amargoso?” (Tg 3.10s).

Também aqui o despojamento do velho ser humano precisa conduzir à renovação de costumes passados, visto que Paulo ordena inequivocamente: “**Nenhuma palavra podre saia de vossa boca.**” O adjetivo “**podre**” é empregado para frutos mofados (Mt 12.33b) e peixes ruins (Mt 13.48) ou árvores em putrefação (Mt 7.17s). Além disso também pode significar “imprestável” (calçados “desgastados”) ou “repugnante”. Da palavra “inútil”, “improdutiva” se fala em Mt 12.36.

O lugar da afirmação repugnante e desnecessária deve ser ocupado pela “boa” palavra (os mesmos termos também em Mt 7.17s). Ela destaca-se por produzir bons frutos: contribui para a “edificação” “onde há necessidade”. Paulo emprega a mesma expressão do versículo precedente (“ao necessitado”). Da mesma forma aparece em ambas as vezes uma indicação da finalidade introduzida com “para que” (em grego: *hina*). Além do auxílio material também é necessária a boa palavra, que apóia o irmão crente da maneira necessária, e em certos casos também o corrige (cf. Gl 6.1).

Uma palavra desse tipo é capaz de “**transmitir graça aos que a ouvem**”. No presente caso “graça” deve ser entendida a partir de seu significado básico, isto é, como “o que apraz”, “o que alegra por meio de presentes”. Como o novo ser humano gerado por Deus produz “bons frutos” e profere palavras edificadoras, elas têm um efeito que alegra e presenteia. Sendo sua origem a graça divina, os ouvintes podem obter “graça” por meio delas.

- 30 Visto que essas instruções todas, como foi possível notar diversas vezes, visam à comunhão no interior do corpo de Cristo, torna-se compreensível por que Paulo agora menciona o Espírito Santo: a nova vida “em Cristo” é ao mesmo tempo “vida no Espírito” (Gl 5.25; Rm 8.4). O corpo de cada crente não é nada menos que “santuário do Espírito Santo” (1Co 6.19).

O Espírito Santo não deve ser “entristecido” pelo desprezo às referidas exortações. Também nesse ponto o apóstolo recorre a uma alusão ao AT. Isaías diz acerca da reação do povo diante do agir misericordioso e amoroso de Deus: “Foram rebeldes e contristaram o seu Espírito Santo” (Is 63.10 – embora a LXX utilize um verbo diferente). O que valia para Israel é agora relacionado com o povo da nova aliança: desobedecer à salutar vontade de Deus, conforme manifesta também nas instruções sobre mentira, ira, fraude e linguagem inconveniente, significa magoar o Espírito Santo. Isso precisa ser evitado ou reparado, sobretudo também porque os crentes são “**selados no Espírito Santo para o dia da redenção**”. Com esta formulação Paulo lembra Ef 1.13s, onde ele igualmente chamara o Espírito Santo de selo e penhor da herança. Como esse Espírito é o “Espírito da santificação” (Rm 1.4), o que foi selado também precisa corresponder ao selo. Revestir-se do novo ser humano abrange tanto o ser presenteado com a santificação (1Co 1.30) como a constante exortação para uma vida santificada (1Ts 4.3), conforme se torna visível, por exemplo, na obediência às instruções comunicadas por meio do apóstolo.

Com maior nitidez do que em Ef 1.14 torna-se manifesto aqui o direcionamento de toda a vida cristã: o selamento com o Espírito Santo aconteceu “**para o dia da redenção**”. Somente naquele dia, o “dia de Cristo”, a herança e sua glória serão reveladas (Ef 1.18), a fé será transformada em contemplação (2Co 5.7). Em Rm 8.23 Paulo expõe o quanto não apenas a igreja dos fiéis, mas com ela toda a criatura está direcionada para a redenção esperada, aguardando-a ansiosamente. Lá ele emprega formulações que se aproximam das palavras aos Efésios: “Também nós, que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, ansiando pela adoção de filhos (grego: *hyiothesia*: como em Ef 1.5), a redenção do nosso corpo.” Isso deixa bem claro que também na carta aos Efésios a vida cristã é entendida sob o signo do Senhor vindouro, que o crescimento de cada um, bem como o de todo o corpo de Cristo (Ef 4.3,16) estão direcionados para a consumação no “dia da redenção”.

- 31 Mais uma vez Paulo torna a comentar a ira e os vícios ligados a ela. É possível que os cinco termos – tendo a “**ira**” no centro – estejam em ordem crescente, “do foco interior à explosão exterior”, da

“**amargura**” aos “**insultos e ofensas a outros**”, passando pela “**cólera**”, “**explosão de ira**” e “**gritaria**”. Tais manifestações, aliadas com toda “**sorte de maldade**”, devem ser afastadas da igreja, visto que são capazes de formar uma “**raiz amarga**” no seio da comunhão (cf. Hb 12.15).

- 32 A isso Paulo contrapõe a conduta apropriada aos que crêem, que brota da atitude de Deus e tem nele seu paradigma (Ef 5.1): “**Antes, sede uns para com os outros benignos, compassivos, perdoados uns aos outros, como também Deus, em Cristo, vos perdoou.**”

Também nessa ordem pode estar oculta uma seqüência: “Da bondade (...) resulta o pensamento misericordioso, e dele a vontade para perdoar.” Como qualidade de Deus, a “bondade”/“amabilidade” é, conforme Rm 2.4, a “paciente tolerância de Deus diante dos pecados de seu povo no período antes de Cristo”. Justamente em vista da iminente ira esse tipo de atitude torna-se particularmente necessária.

Entretanto a atitude cristã ultrapassa o simples refreamento da ira. A expressão traduzida por “**compassivo**” abrange afeto e amor pelo semelhante (cf. 2Co 7.15). Também eles têm por fundamento e respaldo a “**entranhável misericórdia de nosso Deus**” (Lc 1.78).

Finalmente o apóstolo cita o perdão mútuo (grego: *charizein*), que brota do perdão de Deus, de sua graça (grego: *charis*). Ela tornou-se visível “**em Cristo**”. Quem vive desse perdão, por ter sido liberto e purificado da vida sob o pecado e vivificado com Cristo, não consegue ter outra atitude que não seja perdoar o próximo. A indissolúvel ligação entre perdão recebido e concedido foi formulada por Jesus na oração do Pai Nosso e reforçada enfaticamente na parábola do servo impiedoso (Mt 18.23-35). Ela não representa uma lei opressora, mas é decorrência necessária para aquele que recebeu a misericórdia e o perdão de Deus em Jesus Cristo com sua magnitude sobreexcelente e vive a partir deles.

- 5.1 Com a mesma palavra do início de Ef 4.32 Paulo continua, em tom conclusivo: “**Sede, pois, imitadores de Deus.**” Assim como a convocação para a amabilidade e o perdão (“Sede uns para com os outros benignos...”) possui como fonte o perdão que Deus concede em Cristo, também a admoestação de imitar e amar tem sentido unicamente porque cristãos são “filhos amados” aos quais Cristo amou primeiro (Ef 5.2).

A expressão “**imitadores de Deus**” é única no NT. No entanto Paulo declara que ele é um “imitador de Cristo” (1Co 11.1; os tessalonicenses: 1Ts 1.6), ao passo que os crentes devem imitar o apóstolo (Fp 3.17; 1Co 4.16; 2Ts 3.7,9). Além disso eles são confrontados com a “fê dos pais” (Hb 6.12) e dos mestres (Hb 13.7), “as igrejas de Deus na Judéia” (1Ts 2.14), e com “o bem” (3Jo 11) como exemplos para a imitação. Em Lc 6.36 a misericórdia de Deus é fundamento e razão para a misericórdia demandada para com o semelhante. Falam de modo abrangente da “perfeição” e “santidade” de Deus Mt 5.48, respectivamente 1Pe 1.15s (com citação de Lv 19.2).

O contexto de Ef 4.32-5.2 permite constatar claramente que a “imitação” não pode ser entendida no sentido de que o ser humano – até mesmo como crente – deve preencher com realidade uma figura ideal que está sendo mostrada. A expressão “imitador de Deus” exclui essa idéia. Por isso “imitar” significa: agir como Deus age, uma vez que ele tornou os crentes capazes de demonstrar misericórdia e perdão a outros. Deus mantém essas boas obras preparadas “para que andemos nelas” (Ef 2.10). Os cristãos são imitadores de Deus pelo fato de realizarem as obras de Deus e distribuírem as dádivas dele (Ef 4.16).

“**Como filhos amados**” expressa, pois, o fundamento da imitação recomendada: uma vez que Deus, por amor, os transformou em filhos dele, vocês estão em condições e foram convocados para passar esse amor adiante.

Ef 1.5 (cf. Rm 8.16s,19,21,23; Gl 4.5) já abordara o chamado para ser filhos. No versículo subsequente será necessário falar detalhadamente do amor demonstrado em Cristo.

- 2 A exortação de seguir a Deus torna-se palpável na convocação geral: “**Andai no amor.**” Repercutem aqui tanto o duplo mandamento de Jesus como formulações paralelas, por exemplo, andar “no Espírito” (Gl 5.16; Rm 8.4), “em Cristo” (Cl 2.6).

Esse convite é imediatamente justificado e introduzido, como em Ef 4.32, pela conjunção “como”: “**como também Cristo nos amou e a si mesmo entregou por nós.**”

O amor de Cristo por nós evidencia-se na totalidade de sua vida, que supera tudo o que houve até então, e por fim em sua morte na cruz (Rm 8.37; Gl 2.20; Jo 13.1). No envio de seu Filho revela-se ao mesmo tempo o amor transcendente de Deus: Jo 3.16; Rm 5.8. O que Deus acabou não exigindo

de Abraão no tocante a seu filho, isso ele mesmo faz com seu Filho Jesus Cristo: não o poupou, mas o entregou por nós todos (Rm 8.32; cf. Gn 22.12,16).

“**Entregar**” é um termo técnico para o sacrifício de Jesus na cruz, assim como as palavras “por vós”. Das referências arroladas podemos concluir que pouco tempo depois da morte e ressurreição de Jesus a entrega vicária de Jesus como resgate pelos pecadores foi consolidada e transmitida nessas formulações. O próprio Paulo acolheu a tradição e passou-a adiante nas igrejas fundadas por ele.

A afirmação sobre o amor e a entrega de Jesus é completada por um adendo: “**como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave.**”

Uma vez que a morte de Jesus Cristo substituiu os sacrifícios prescritos no AT, o termo recebe uma nova interpretação na carta aos Hebreus: em lugar de sacrifícios repetidos com frequência Jesus é o sacrifício final e singular (Hb 10.12), formado pela entrega de seu próprio corpo e sangue (Hb 9.14; 10.10), purificando e santificando de forma cabal e permanente (Hb 10.10,29). Como em Hb 10.5-10, também em Ef 5.2 há uma passagem do saltério subjacente: “Sacrifícios e ofertas não quiseste (...) agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu” (Sl 40.6-8). Isso mostra que na nova aliança o sacrifício de Jesus supera e substitui a prática anterior de oferendas.

Assim como o sacrifício representava um “aroma suave” para o próprio Deus (Êx 29.18; Ez 20.41; etc.), também o agir de Jesus acontece “para Deus em aroma de agradável odor” [TEB]. Ao reinterpretar a terminologia dos sacrifícios Paulo tem condições de convocar para a entrega dos corpos como “sacrifício vivo, santo e agradável a Deus” (Rm 12.1). Do mesmo modo ele fala, no contexto do culto dos filipenses, de seu iminente martírio como sacrifício (Fp 2.17) e agradece pelo apoio financeiro como um “aroma suave”, um “sacrifício aceitável e aprazível a Deus” (Fp 4.18).

c) Filhos da luz: Ef 5.3-14

- 3 – Mas a impudícia e toda sorte de impurezas ou cobiça nem sequer se nomeiem entre vós, como convém a santos;**
- 4 – nem conversação torpe, nem palavras vãs ou chocarrices, coisas essas inconvenientes; antes, pelo contrário, ações de graças.**
- 5 – Sabei, pois, isto: nenhum incontinente, ou impuro, ou avarento, que é idólatra, tem herança no reino de Cristo e de Deus.**
- 6 – Ninguém vos engane com palavras vãs; porque, por essas coisas, vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência.**
- 7 – Portanto, não sejais participantes com eles.**
- 8 – Pois, outrora, éreis trevas, porém, agora, sois luz no Senhor; andai como filhos da luz**
- 9 – (porque o fruto da luz consiste em toda bondade, e justiça, e verdade),**
- 10 – provando sempre o que é agradável ao Senhor.**
- 11 – E não sejais cúmplices nas obras infrutíferas das trevas; antes, porém, reprovai-as.**
- 12 – Porque o que eles fazem em oculto, o só referir é vergonha.**
- 13 – Mas todas as coisas, quando reprovadas pela luz, se tornam manifestas; porque tudo que se manifesta é luz.**
- 14 – Pelo que diz: Desperta, ó tu que dormes, levanta-te de entre os mortos, e Cristo te iluminará.**

- 3** O tema deste próximo bloco de exortações é “**devassidão e toda sorte de impureza ou cobiça**”. Em Ef 4.9 Paulo já havia indicado “toda sorte de impureza em cobiça” como característica dos gentios separados de Deus. Também aqui ele descreve inicialmente as realizações de uma vida determinada pelo pecado, para depois lembrar a ruptura que Cristo produziu nos destinatários da carta (“outrora trevas – agora luz”: v. 8) e admoestar para que se conduzam de forma equivalente

“**Devassidão**” (grego: *porneia*) refere-se sobretudo ao relacionamento com prostitutas (cf. At 15.20; Lv 19.29) e ao adultério (Mt 19.9), porém inclui, por extensão, toda sorte de relações sexuais extraconjugais e até as perversões da sexualidade concedida por Deus, mencionadas em Rm 1.24ss e 1Co 6.9. Visto que o corpo do cristão é um templo do Espírito Santo, ele é requisitado para uso exclusivo de Cristo, o seu Senhor (1Co 6.13,19). Ao mesmo tempo o corpo de cada crente é membro de Cristo (1Co 6.15), e por isso só pode ter comunhão com Cristo, que é o cabeça do corpo. Os cristãos também romperam total e definitivamente com a devassidão. Por exemplo, alguns coríntios tinham sido enleados por esse pecado: “Mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes

justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” (1Co 6.11). A separação de tais amarras deve ser preservada na vida do crente, pois o “conhecimento básico” da doutrina cristã” inclui a consciência do fato que os injustos não herdarão o reino de Deus”. Aos “injustos” pertencem, entre outros, os devassos, os idólatras, os adúlteros, os rapazes de programa, os abusadores de rapazes, os ladrões, os avarentos (1Co 6.9s).

Embora a “devassidão” tenha sido colocada enfaticamente no começo, Paulo amplia a exortação para “**toda sorte de impureza**”. Jesus emprega o termo em seu discurso de crítica aos fariseus e escribas, que ele compara com sepulcros, belos por fora, porém “cheios de podridão” no interior (Mt 23.27). Na mesma forma genérica Paulo fala da impureza à qual Deus entregou as pessoas (Rm 1.24), de modo que seus membros servissem à impureza (Rm 6.19). Em Gl 5.19 o apóstolo menciona entre as “obras da carne” igualmente a impureza e a “dissolução”. Cabe lembrar a formulação em Ef 4.19: os gentios se “entregaram à dissolução para se ocupar de toda sorte de impureza com avidez”.

Também aqui Paulo cita a “ganância” diretamente ao lado da “devassidão” e “impureza”, de forma que – como já em Ef 4.19 – a periculosidade da busca desenfreada por satisfação sexual e por enriquecimento material são vistas em conjunto.

Uma prática de vida assim descrita, à qual os ímpios “se renderam obtusamente”, não deve nem mesmo servir de assunto para conversas ou reflexão no seio da igreja. A libertação dos vícios do “velho ser humano” acontecida por meio de Cristo (cf. 1Co 6.11) também diz respeito a pensamentos e palavras, motivo pelo qual também é reforçada pela exortação. Visto que a contaminação do ser humano vem do coração (entre outros, com maus pensamentos, adultério, devassidão, roubo) (Mt 15.19), a renovação do coração (cf. 2Co 4.6) também precisa ter conseqüências nos pensamentos e no linguajar da igreja.

A forma como o apóstolo repete várias vezes a justificativa da exortação (“**como corresponde aos santos**”) preserva contra um novo legalismo. A “lei de Cristo” (cf. Gl 6.2) não impõe às igrejas uma nova moral. Pelo contrário, a incorporação no corpo de Cristo renova a vida desde a sua raiz. Essa renovação torna-se visível na prática de vida. É para essa prática que os cristãos são exortados pela incessante lembrança de sua nova condição e da eficácia do Espírito Santo neles.

Por terem sido tornado “santos”, cumpre-lhes viver da maneira “**como corresponde aos santos**”. Aqui e em toda a carta aos Efésios os “santos” são todos os que crêem.

- 4 Além das formas de pecado mencionadas no v. 3, que não devem ser discutidas e muito menos praticadas, o apóstolo passa a citar também determinados modos de falar “**que (igualmente) são inconvenientes**”. Desse modo, ele usa outras palavras para mencionar o mesmo parâmetro do versículo anterior. Em Cl 3.18 ocorre também o adendo explicativo: “como convém *no Senhor*”. O que não convém é “**sujeira**”, provavelmente no sentido de “palavras sujas”, de “palavras obscenas” ou “maledicência” (Cl 3.8).

Rejeita-se da mesma forma a “**conversa boba**” (grego: *morologia*). Incluem-se nessa idéia expressões análogas como “falatório inútil” (1Tm 6.20; 2Tm 2.16), “palavrório frívolo” (1Tm 1.6), “argumentação falaz” (Cl 2.4).

O terceiro termo, “**piadas**”, é utilizado na literatura grega em sentido positivo e negativo. Aqui Paulo evidentemente não pensa no “discurso espiritualoso”, mas no perigo que os “gracejos” correm de degenerarem para “falatório fútil e inútil” (cf. Mt 12.36).

Quando o ser humano todo, inclusive seu pensamento e linguajar, estão direcionados para seu Senhor Cristo, cabe também à língua cumprir o que lhe corresponde: em lugar de falatório infrutífero deve-se esperar “**pelo contrário, ações de graça**”. Se toda a existência dos crentes está voltada para o alvo de ser algo “para o louvor de sua glória” (Ef 1.6,12,14), isso se manifesta de forma destacada nas palavras. O pensamento deve orientar-se pelo que é veraz, honroso, justo, puro e amável (Fp 4.8). O discurso e o cântico devem ser marcados por salmos, louvores e hinos espirituais, exaltando a Deus e dando-lhe graças (Ef 5.19s).

- 5 A rispidez incondicional com que os referidos descaminhos são rejeitados é mais uma vez destacada por Paulo: pela formulação “**Pois deveis saber que**” ele alude a expressões similares que apontam para o acervo básico da doutrina cristã e do conhecimento necessário: “Não sabeis?” (1Co 3.16; 6.2; 9.24; etc.); “sabemos” (Rm 2.2; 5.3; 6.9; etc.); “sabeis” (1Co 12.2; 2Co 8.9; 1Ts 5.2; etc.). Em um contexto em que havia uma grande multiplicidade de instruções contraditórias para a vida, por causa das mais diversas correntes religiosas e filosóficas, revestia-se da maior relevância para a igreja cristã que o vínculo com Jesus Cristo como Senhor gerasse orientações claras para a conduta – “digna de

vossa vocação” (Ef 4.1)! Isso vale para cada etapa da história da igreja. Quanto mais confusão vigorar em relação a critérios éticos e quanto mais crassa for a incompreensão das ordens dadas por Deus, tanto mais a igreja cristã precisa transmitir em palavras claras o saber que lhe foi revelado no mandamento de Deus. Mesmo quando as diferenças que resultarem em relação à confusão moral generalizada causarem intensos protestos contra o evangelho anunciado, essa é a única forma de a igreja exercer a força da luz e do sal. Com isso a igreja ganha uma força de atração decorrente do evangelho que não seria possível adquirir por nenhuma forma de adaptação ao espírito de sua época.

“**Nenhum incontinente, ou impuro, ou avarento...**”: Essa advertência vale de maneira geral, porém aqui aponta claramente para os crentes. O que os gentios fazem com razão desencaminhada e coração empedernido (Ef 4.18), sendo por isso submetidos ao juízo divino (cf. também Ef 5.6), de maneira alguma deve arrastar ao sofrimento a vida daqueles cuja razão foi iluminada e cujo coração foi recriado. Esse tipo de comportamento é “**idolatria**”. Na verdade, a definição “**que é idolatria**” pode referir-se a toda a lista. No entanto, é provável que a intenção primordial seja caracterizar a avareza como “idolatria”. Em Mt 6.24 e também em Lc 16.13 Jesus designa o serviço a Deus e o serviço às riquezas como alternativas mutuamente excludentes, visto que só é possível demonstrar amor a um entre dois “senhores”. No escrito judaico *Testamentos dos 12 Patriarcas* aparece a afirmação: “A avareza leva aos ídolos; seduzidos pelo dinheiro, chamam de deuses aqueles que não o são.”

Ninguém que faz tal coisa “**tem herança no reino de Cristo e de Deus**”. O conceito *kleronomia* (“participação”, “herança”) é conhecido de Ef 1.14 e 1.18. A menção do Espírito Santo como “penhor da herança” havia ressaltado o aspecto da dádiva de Deus (Ef 1.14). O mesmo Espírito, porém, é capaz de abrir os olhos para a “glória da herança” que está disponível desde já no céu (Ef 1.18). Quem está excluído do reino de Deus perde a salvação atual e também sua herança futura.

- 6 Assim como nenhum dos que praticam os citados vícios herdará o reino de Deus, assim também “**ninguém de vós**” deve tornar-se vítima de uma ilusão.

Esse perigo ameaça “mediante palavras vãs”. Alguns comentaristas entenderam essa formulação como indício relativo a certos mestres hereges (cf. o comentário ao v. 4), que se ocupam de “questões vãs”. O contexto, porém, propõe a referência a pessoas cujas palavras tentam justificar e dissimular seu agir pecaminoso. Aquilo que os cristãos conhecem claramente como “conduta apropriada” é obnubilado por essas “palavras vãs”.

Para combater o engodo que ameaça vitimar as pessoas, Paulo incute com toda a clareza: “**porque, por essas coisas, vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência.**”

A locução “**filhos da desobediência**” ocorre no NT apenas ainda em Ef 2.2. Textos relacionados explicitam o que isso visa dizer: “que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça” (de sorte que a ira de Deus se torna iminente para eles; Rm 2.8). Trata-se de pessoas “que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus” (2Ts 1.8) ou que simplesmente “são desobedientes a Deus” (Rm 11.30). Em contrapartida, a tarefa de Paulo consiste em levantar “a obediência por fé” (Rm 1.5; cf. Rm 15.18; 16.26). Os crentes tornaram-se “obedientes à forma de doutrina”, são “servos... da obediência para a justiça” (Rm 6.17,16).

Visto que o evangelho anuncia que somos redimidos por Jesus Cristo da ira vindoura (1Ts 1.10), a rejeição ao evangelho implica que “**a ira de Deus**” cai sobre os incrédulos. A formulação “ira de Deus” para o juízo que incide contra o pecado possui um significado ao mesmo tempo presente e futuro.

O aspecto futuro é salientado particularmente como dia do Senhor (Rm 2.5; Ap 6.17) mediante termos como “ira vindoura” (Mt 3.7; 1Ts 1.10; Ap 11.18), “salvar da ira” (Rm 5.9), “revelação da ira” (Rm 1.18) e sobretudo “dia da ira”. Ao mesmo tempo o agir de Jesus com ira no presente já revela o juízo vindouro de Deus. Manifesta-se, por exemplo, nos “ais” dirigidos às cidades da Galiléia ou aos fariseus (cf. também o “lançar fora” nas parábolas). Na vinda dele descortinam-se simultaneamente juízo e salvação – embora não de um modo que todos possam reconhecer, mas unicamente para a fé (Rm 1.18). “Porém toda revelação oculta no tempo aponta para a frente, para a revelação plena no final. Por isso, ao lado da proclamação da revelação presente da ira aparece indispensavelmente a proclamação da ira futura (Rm 2.8), da mesma forma como a mensagem da justificação atual (Rm 3.24,28) é acompanhada da promessa da justificação futura (v. 30).”

- 7 Junto com a exortação contra a sedução por palavras vãs Paulo admoesta contra a participação na atividade e, por isso, também no iminente destino dos “desobedientes”. Quem cede facilmente ao

engano cai na esfera de influência daqueles que praticam tais vícios. Como Cristou transformou os ex-gentios em “participantes da promessa” (Ef 3.6), eles agora não devem, de forma alguma, voltar a ser “**co-participantes dos pecadores**”.

Em 2Co 6.14ss Paulo trata de forma bem paralela da separação entre os membros da igreja e a idolatria: “Que sociedade pode haver entre a justiça e a iniquidade? Ou que comunhão, da luz com as trevas?” Como os destinatários da carta aparentemente corriam perigo de não mais reconhecer claramente as conseqüências de seu arrependimento e sua renovação por intermédio de Cristo, Paulo destaca com diversas variações a necessidade da ruptura radical com o modo de vida do pecado.

- 8 Também o contraste “**luz – trevas**” (cf. 2Co 6.14) tem o objetivo de demonstrar a separação da vida progressa e suas formas. Já conhecemos paralelos disso em Ef 2.11s (“mortos – vivos”) e Ef 4.22-24 (“velho – novo ser humano”). Isso acontece da mesma forma como Ef 2.2ss, 11ss usa o binômio “outroza” e “agora”. Nessa comparação chama atenção que o descrente não apenas vive na esfera das trevas, mas *é* trevas. De forma análoga Jesus afirma em Lc 22.53, quando foi preso: “Essa é a vossa hora e o poder das trevas.” Dessa forma os perpetradores da ação são identificados com a esfera de sua ação, as “trevas”. Em contraposição, a libertação dessas trevas acontece de tal maneira que o Criador da luz “raiou em nossos corações” (2Co 4.6). Cabe lembrar também a palavra de Jesus em Lc 11.36: “Se, portanto, todo o teu corpo for luminoso, sem ter qualquer parte em trevas, será todo resplandecente como a candeia quando te ilumina em plena luz” (cf. Mt 6.22s). Por essa razão vale para os crentes: “Agora, porém, sois luz no Senhor.” Ser luz não é algo que as pessoas consigam por si mesmas. Quando Jesus Cristo, a verdadeira luz, ilumina pessoas (Jo 1.9), quando essa luz resplandece nelas, então elas são “filhos da luz” (1Ts 5.5) por estarem “no Senhor”.

Assim como “ser trevas” não era apenas imaginação, assim também a afirmação “**agora, porém, sois luz**” expressa uma realidade. O fato de que esse caso obviamente também trata da realidade da fé de forma alguma diminui o que foi dito, mas meramente designa o âmbito dentro do qual essa realidade se torna manifesta.

O ser e viver estão inseparavelmente entrelaçados: “Vós sois luz... andai como filhos da luz!”

A condição perante Deus, decorrente da fé, deve manifestar-se em uma conduta condizente com a fé.

Da natureza de Deus resulta que ele traz à luz o que estava oculto (1Co 14.25).

Enquanto o pecado busca a clandestinidade, o engano e a falta de transparência, a revelação viabiliza uma vida à luz do dia (Rm 13.13). Essa abertura não apenas caracteriza a vida particular do crente, mas também o procedimento missionário das testemunhas de Jesus Cristo: Paulo evita “coisas que, por vergonhosas, se ocultam” (2Co 4.2). O desmascaramento de cada pessoa sob a mensagem do evangelho é igualmente uma antecipação da revelação abrangente e conclusiva de tudo o que está oculto no dia de Cristo: quando ele vier “trará à luz... o que está oculto nas trevas, e revelará os desígnios dos corações” (1Co 4.5).

- 9 Tanto as trevas como a luz produzem os respectivos frutos: manifestam-se nas pessoas, que por sua vez são dominadas pela respectiva esfera de poder e influência. Novamente são afirmações de Rm 6 que explicam o presente versículo. Com vistas à distinção entre a servidão do pecado e a servidão da justiça Paulo escreve: “Naquele tempo, que resultados colhestes? Somente as coisas de que, agora, vos envergonhais; porque o fim delas é morte. Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna” (Rm 6.21s). Paulo fala em Gl 5.22-24 sobre o “fruto do Espírito” em contraste com as “obras da carne”, e em Fp 1.11 acerca do “fruto da justiça por intermédio de Jesus Cristo” (cf. Tg 3.18). Em Rm 13.12 ele contrapõe ao “largar as obras das trevas” o “revestir-se das armas da luz”.

Aqui o apóstolo caracteriza o “**fruto da luz**” como “**toda bondade, justiça e verdade**”.

“**Bondade**” (literalmente: ser bom) não é uma capacidade humana, uma vez que somente Deus é bom. Através do pecado o ser humano está separado do bem, motivo pelo qual tampouco é capaz de praticá-lo. Pelo contrário, ele faz o mal que dá à luz a morte (Rm 7.11). No entanto, em Jesus Cristo descortina-se uma “nova possibilidade de vida por princípio”: pela nova criação o crente consegue reconhecer e também praticar o bem. “Junto com a percepção crítica da vontade de Deus, que é o bem, foi concedida igualmente a realização dessa percepção” (cf. Rm 12.2). Quando os tessalonicenses são convidados a “perseguir sempre o bem entre vós e para com todos” (1Ts 5.15), essa circunstância explicita que o bem é o amor (cf. 1Co 14.1: “Perseguí o amor!”). Como o bem, assim também “**justiça**” e “**verdade**” (“fidelidade”) são fundamentalmente marcas de Deus que

nenhum ser humano pode reivindicar como seus, uma vez que o homem por natureza pertence à esfera da “injustiça” (Rm 1.18; 2.8) e da “mentira” (Rm 3.4). Contudo, pela demonstração de sua justiça e fidelidade aos injustos e pecadores (Rm 3.25; 5.5) Deus torna os crentes partícipes de sua justiça e verdade, de maneira que essas características se tornam partes integrantes do “fruto do Espírito” que se revela nos cristãos.

10 Depois que Paulo demarcou o espaço determinado para a conduta dos “filhos da luz” ao descrever o “fruto da luz”, ele passa a desafiar que se aquilate, a partir dos citados “componentes básicos”, também os pormenores da vida cristã: **“Provai sempre o que é agradável ao Senhor.”** De modo semelhante, ele diz em Rm 12.2: “examinai qual seja a... vontade de Deus”, e em Fp 1.10: “para provardes as coisas excelentes”. De acordo com Rm 12.2 a vontade de Deus é “o que é bom, agradável e perfeito”. Isso novamente corresponde ao “fruto da luz”. Nesse sentido, também a “perfeição” pode ser relacionada exclusivamente a Deus, que a proporciona ao crente por meio da salvação concedida em Cristo (cf. Mt 5.48; Cl 4.12; Fp 3.15). A definição mais precisa **“o que é agradável ao Senhor”** destaca especialmente o que já está incluso em outras formulações: o que é bom, agradável, essencial, verdadeiro não pode ser deduzido de maneira geral ou através de uma resolução humana. Pelo contrário, trata-se nesse caso de asserções que extraem seu conteúdo da relação com “o Senhor”: o que ele faz é bom (cf. Rm 8.28). Uma vez que os crentes são “do Senhor”, eles vivem e morrem “para o Senhor” (Rm 14.8). Sua existência destina-se cabalmente a agir de maneira que corresponda ao Senhor. Logo, trata-se sempre da mesma forma de conduta, independentemente de ser chamada digna “da vocação” (Ef 4.1), “do evangelho” (Fp 1.27), “de Deus” (1Ts 2.12) ou “do Senhor” (Cl 1.10).

11 Paulo estabelece uma conexão com a exortação do v. 7: face ao intransponível contraste entre luz e trevas e conseqüentemente também entre os respectivos adeptos, não pode haver “comunhão” entre ambas. No entanto, como são atribulados pelas falaciosas maquinações das trevas (cf. v. 6), os cristãos precisam ser convocados a se separar delas. Em sentido idêntico Ap 18.4 exorta para o distanciamento dos pecados da Babilônia.

A marca das **“obras das trevas”** é que elas são **“infrutíferas”**. Isso não significa que não gerem efeitos concretos. Pelo contrário, costumam levar a comportamentos e ações das quais os cristãos mais tarde se envergonham (Rm 6.21).

Elas são “infrutíferas” em vista do que se espera que seja fruto do relacionamento com Jesus Cristo: o fruto do Espírito (Gl 5.22), ou da luz (Ef 5.9), que consiste na santificação da vida em todas as suas relações. Considerando o pensamento hebraico, deve-se levar em conta mais um ponto: ali o “fruto” também designa a conseqüência de uma ação. As “obras das trevas” são infrutíferas para o cristão pelo fato de que não causam efeitos de bênção e salvação na vida da pessoa em questão.

Em lugar de ter comunhão com os vícios e seus representantes, os cristãos devem desmascarar o verdadeiro caráter do mal: **“antes, porém, trazei-as à luz”**. A expressão significa “destapar”, “argüir”, e também “reprovar” ou “punir”, motivo pelo qual aparece com freqüência na ligação com o pecado manifesto (cf. v. 13). Os crentes, portanto, não se devem deixar arrastar para as práticas do pecado, mas fazer com que o verdadeiro caráter delas se torne reconhecível por meio de sua vida dirigida para Jesus Cristo e santificada para Deus. Dessa forma o mal é desmascarado. “Trazer à luz e argüir (acontece) pela recusa dos cristãos em acompanhar aquelas obras más, e por seu testemunho de uma vida diferente dirigida pela luz do Senhor.”

12 Não somente a prática do mal deve ser evitada. Nem mesmo pensamentos e palavras devem ser contaminados por tais “atos secretos”. Já constatamos acima que a essência do pecado se caracteriza fundamentalmente pela clandestinidade e dubiedade. Isso vale da mesma forma para os citados vícios sexuais e para as maquinações do ganancioso. A separação radical do mal faz com que se tenha de vigiar também a língua. Isso também era defendido por judeus como Filo de Alexandria. De modo semelhante, para o romano Cícero a pena de morte pela crucificação representava um acontecimento tão vergonhoso (!) que o próprio nome da cruz e até mesmo a reflexão sobre ela deveriam ser mantidos à distância dos cidadãos romanos, de seus olhos e ouvidos. Tais assuntos infames deveriam ser evitados nas conversas (cf. Ef 5.3s).

13 Paulo retoma o v. 11, sublinhando: **“Tudo isso é trazido à luz e revelado pela luz.”** O poder da luz que raiou em Jesus Cristo perpassa e desvenda qualquer escuridão. O que vale de modo geral para o efeito da palavra de Deus refere-se também ao pecado: “Não há criatura que não seja manifesta na

sua presença; pelo contrário, todas as coisas estão descobertas e patentes aos olhos daquele a quem temos de prestar contas” (Hb 4.13). Jo 3.20s fala do efeito revelador e argüidor de Jesus como a luz: “Todo aquele que pratica o mal aborrece a luz e não se chega para a luz, a fim de não serem reveladas as suas obras. Quem pratica a verdade aproxima-se da luz, a fim de que as suas obras sejam manifestas, porque feitas em Deus” (cf. também 1Co 4.5; 3.13).

- 14** Paulo encerra o bloco sobre os “filhos da luz” com uma palavra genérica sobre a qualidade da luz, ilustrada por uma citação: “**porque tudo o que se manifesta é luz**”. Assim como no próprio Deus as trevas não subsistem ao lado da luz (1Jo 1.5), assim também a revelação dele submete todas as coisas à sua luz penetrante.

A citação subsequente pode ser entendida mais facilmente como parte de um hino de batismo da igreja antiga. Ela dirige-se àquele que, diante do chamado do evangelho, reconhece que está “morto em pecados” (Ef 2.5), que “é da noite e das trevas” e “dorme” (1Ts 5.5s). Agora, porém, ressoa a mensagem vivificante que agita aquele que dorme, i. é, que acorda o morto para a vida (Ef 2.5). Quando o crente percebe Cristo nascendo como o sol, dissipando a noite, ele é iluminado pela luz dele, as trevas são desmascaradas, o ser humano se torna filho da luz.

Ao evocar um hino batismal que originalmente tinha por conteúdo o despertar do descrente, ou melhor, seu despertamento do sono do pecado, Paulo conclama para um acordar que se faz continuamente necessário. Com palavras análogas isso também acontece em Rm 13.11s: “Já é hora de vos despertardes do sono”; “deixemos, pois, as obras das trevas”; “andemos dignamente, como em pleno dia”; e também em 1Ts 5.8: “Nós, porém, que somos do dia, sejamos sóbrios.”

O pai da igreja Clemente de Alexandria parte da premissa de que a citação não é um hino dos cristãos, mas uma palavra de Jesus. Além disso ele transmite uma continuação: “... e o Cristo resplandecerá para ti, o Senhor, o sol da ressurreição, o que foi nascido antes da estrela d’alva, que concedeu vida por raios próprios.”

Entretanto, quando comparamos textos de batismo de um escrito doutrinário da igreja antiga, explicita-se também ali a ligação com a identificação de Cristo com a luz. Falando a judeus cristãos ele diz: “Vistes a grande luz, Jesus Cristo, nosso Senhor.” Diante dos gentios cristãos ele enfatiza: “Uma grande luz raiou sobre vocês.”

Por conseguinte, devemos supor que Paulo encerra sua exposição acerca do afastamento da devassidão e avareza, que deve ser continuamente realizado pelos filhos da luz, com a lembrança da luz pascal, raiada através de Jesus Cristo, da nova vida e do novo mundo.

Síntese: Ef 4.1-5.14

A riqueza da vocação divina reflete-se na vida dos crentes. Todas as coisas foram-lhes concedidas em Cristo. A partir dessa fonte sua existência será configurada pelo lema “digno da vocação!”. Estão incluídos na atuação do Deus triúno – isso deve se tornar perceptível no convívio dos membros da igreja. Foram presenteados com dádivas, sobretudo com colaboradores da igreja aos quais cabe realizar tarefas da vontade de Deus – é dessa maneira que o corpo de Cristo deve ser edificado e fortalecido. A fé de todos deve crescer e o amor deve ser fortalecido. Ponto de partida, ponto axial e ponto-alvo de todos os esforços e moções na igreja somente poderá ser o cabeça, Cristo.

Para os crentes, a velha vida, separada de Deus e por isso submissa ao pecado, ficou no passado. Por isso ela deve ser despida a cada dia como se fosse uma velha peça de roupa. Em seu lugar cumpre revestir-se do ser humano feito novo por meio do Espírito Santo, i. é, de Cristo. De forma detalhada Paulo remete à verdade (no lugar da mentira), ao trabalho honesto (no lugar do roubo), à palavra de auxílio (no lugar do palavrório furado). Quem vive diariamente do amor e perdão de Deus deve e há de transmiti-los a outros.

Quem por intermédio de Cristo anda na luz separa-se de atividades das trevas como a devassidão, a ganância e as palavras sujas, porque agora seu verdadeiro caráter foi manifestado. Em contrapartida, os cristãos buscam realizar o que agrada a seu Senhor: bondade, justiça, verdade.

3. Vida comunitária cristã: Ef 5.15-6.9

a) Plenos do Espírito: Ef 5.15-20

15 – Portanto, vede prudentemente como andais, não como néscios, e sim como sábios,

16 – remindo o tempo, porque os dias são maus.

17 – Por esta razão, não vos torneis insensatos, mas procurai compreender qual a vontade do Senhor.

18 – E não vos embriagueis com vinho, no qual há dissolução, mas enchei-vos do Espírito,

19 – falando entre vós com salmos, entoando e louvando de coração ao Senhor com hinos e cânticos espirituais,

20 – dando sempre graças por tudo a nosso Deus e Pai, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

15 Face ao recém-exposto contraste inconciliável entre luz e trevas, morte e nova vida por meio de Cristo, Paulo solicita dos leitores que arquem (“**portanto**”) com as conseqüências necessárias: “**Vede, portanto, precisamente como andais.**”

A forma verbal imperativa “vede” (no sentido de “cuidai”) ocorre com freqüência no NT: Jesus adverte diante da sedução (Mt 24.4; Mc 13.5; Lc 21.8) ou dos fariseus e escribas (Mc 8.15; 12.38).

Ele exorta para ouvir com cuidado (Mc 4.24; Lc 8.18) e para ser vigilante (Mc 13.9,23,33). Paulo insiste na responsabilidade ampla em relação à construção da igreja (1Co 3.10), ao convívio com os fracos na fé (1Co 8.9), à constância da fé pessoal (1Co 10.12), ao perigo trazido por doutrina humana (Cl 2.8). Essa solicitação é reforçada pelo advérbio “precisamente” (de forma literal: “acuradamente”). Os cristãos devem examinar atentamente as conseqüências éticas que a fé traz consigo. “Como andais” novamente representa a caracterização da vida cristã como um todo.

Ao contraste entre luz e trevas corresponde o contraste entre “sensato” e “insensato”. Quem foi iluminado por Cristo (Ef 5.14) demonstra isso por meio de uma conduta cunhada pela sabedoria de Deus. Essa sabedoria está oculta aos “sábios e entendidos” deste mundo (Mt 11.25), porque ela é a sabedoria revelada na humildade e na cruz (1Co 1.20ss). Ela consiste de Cristo (1Co 1.30; Cl 2.2; etc.). A sabedoria viabiliza o comportamento apropriado: quem ouve e pratica as palavras de Jesus é sensato (Mt 7.24s). Neste caso, trata-se de uma “sabedoria para o bem” (cf. Rm 16.19).

A estreita relação entre pensamento e procedimento, conhecimento e ação também se manifesta no tema aqui abordado: em Ef 4.18 Paulo havia caracterizado os gentios como pessoas cujo entendimento está obscurecido e marcado por ignorância em relação a Deus. A esse pensamento errado, “in-sensato”, corresponde a ação errada (Ef 4.19). Conhecemos esta relação a partir do AT: “Diz o insensato em seu coração: não há Deus. Corrompem-se e praticam abominação; já não há quem faça o bem” (Sl 14.1).

16 A sabedoria na conduta também se refere ao trato com o tempo de que uma pessoa dispõe. O verbo “**remir**” só torna a ocorrer no NT em Cl 4.5. O sentido é “*comprar intensivamente*”, comprar de forma a esgotar as possibilidades existentes. “As possibilidades contidas no tempo... devem ser ‘cabalmente aproveitadas’, apropriadas, mediante o empenho de ‘custos’, de esforços.” Em Cl 4.5 a convocação provavelmente se refere aos esforços missionários em favor daqueles “que estão de fora” (ibidem). A vida de Paulo é um exemplo impressionante para o desafio de usar totalmente as possibilidades dadas a cada um. Dia e noite ele se encontra incansavelmente engajado no evangelho e no cuidado de suas igrejas (cf. 2Ts 3.8; 2Co 11.24-28).

Na presente passagem “remir o tempo” não se refere precipuamente à incumbência missionária. Pelo contrário, toda a vida dos cristãos deve ser marcada pela vigilância e pela orientação para o alvo. A justificativa negativa disso é: “**porque os dias são maus**” (cf. Am 5.13; Ef 6.13). Com toda a sobriedade Paulo aponta para o fato de que as atividades do “deus deste *éon*” (2Co 4.4), do “confundidor”, consistem em induzir para as mais diversas formas de maldade (cf. Ef 2.2). Assim os dias se deterioram totalmente, tornam-se “maus”. Não obstante o mesmo tempo é para os crentes o tempo das boas obras (Ef 2.10), o “tempo bem-vindo, o dia da salvação” (2Co 6.2). Em última análise, sua conduta evidencia se eles se orientaram pelo “dia de Cristo” e se essa esperança os leva a utilizar resolutamente o tempo que lhes foi dado, “remindo-o”.

17 A exortação “**Por esta razão, não vos torneis insensatos**” repete com outras palavras a declaração do v. 15. “Insensato” é o tolo em Lc 12.20, que visa obter segurança com base em suas posses: “Não conta com Deus; essa é sua tolice, seu pecado.” Tal insensatez beira o ateísmo (cf. Mc 7.22; Lc 11.40). O insensato não se dá conta da qualidade especial de seu tempo (Ef 5.16). Ao invés de usá-lo em nome de Deus, deixa-o transcórrer.

Diante disso os crentes devem ser sábios, i. é., “**compreender qual a vontade do Senhor**”. Ao invés de viver o dia a esmo, orientam seu tempo conforme a vontade do Senhor, obtendo assim direcionamento para a vida. Novamente é preciso lembrar que a vontade de Deus não impõe nenhum

jugo insuportável aos cristãos, mas insere a vida deles numa forma condizente com o evangelho. Ela abarca “o que é bom, agradável e perfeito” (Rm 12.2; cf. Ef 5.10). A vontade de Deus expressa-se em seus mandamentos. Eles balizam o caminho da vida e preservam do caos e da destruição, que caracterizam o âmbito da injustiça e da vida sem Deus. É verdade que o pecador não consegue reconhecer nem cumprir a vontade de Deus em profundidade e amplitude. Pelo contrário, reflete e pratica sempre sua própria vontade, que resiste à divina. A nova criação gerada em Cristo, no entanto, permite reconhecer e também cumprir a vontade de Deus. Porém, uma vez que o cristão corre o risco de recair na prática da própria vontade, ele precisa constantemente do incentivo e da exortação para a obediência.

- 18** Neste versículo Paulo cita um comportamento que não está em sintonia com a vontade do Senhor: **“Não vos embriagueis com vinho.”** Ele cita a tradução grega (LXX) de Pv 23.31, onde consta: “Não vos embriagueis com vinho, mas falai com pessoas justas e falai ao andar.”

Todo o trecho descreve as conseqüências inebriantes e humilhantes do consumo desmesurado de bebida alcoólica. Em Ef 5.11 já houve uma alusão a Rm 13.12s por meio do tema de “dia e noite”, mas isso é agora reforçado pela menção da vida desregrada (“comilança e bebedeiras”).

O vinho traz em seu bojo um perigo: quando se ultrapassa a medida recomendada ao beber, o resultado é **“dissolução”**, desleixo. Além de Tt 1.6 e 1Pe 4.4, também a “parábola do filho pródigo” (Lc 15.13) usa esta palavra. Por isso ela também pode referir-se ao conjunto de “condutas de farras e esbanjamento” que transcende a esfera da comida e bebida.

Em lugar de encher-se com vinho Paulo exorta para encher-se com o Espírito. Os cristãos não devem ser marcados pela insensatez e dissolução. Pelo contrário, o Espírito Santo deve capacitar os crentes para a sabedoria e sobriedade.

Também em outras passagens o espírito do vinho é contraposto ao Espírito Santo: no caso de Ana, que estava orando, o sacerdote Eli supõe equivocadamente que ela tenha consumido vinho. No entanto ela havia falado “no coração”, “derramado o coração perante o Senhor” em vista de sua enorme aflição pelo fato de não ter filhos” (1Sm 1.13,15s). De maneira similar o preenchimento com o Espírito e seus efeitos sobre os discípulos na festa de Pentecostes são interpretados por alguns “insensatos” presentes como expressão de embriaguez (At 2.13). Pedro opõe-se a este pensamento, apontando para o cumprimento da profecia do AT a respeito do derramamento do Espírito “sobre toda a carne” (At 2.15ss).

Em lugar de “com vinho” os cristãos devem ser preenchidos **“pelo Espírito”**, no Espírito.

O próprio Jesus estava “cheio do Espírito Santo” (Lc 4.1). Os discípulos “ficaram cheios do Espírito Santo” (At 2.4; cf. 4.8; 6.3; 13.9). Do mesmo modo o Espírito de Deus também deve determinar e cunhar a vida toda dos destinatários da carta, de modo que “a vontade do Senhor” seja entendida e praticada de forma cabal.

- 19** As características da dádiva do Espírito citadas por Paulo na presente passagem referem-se inicialmente às reuniões de culto: **“Falai entre vós com salmos, entoando e louvando de coração ao Senhor com hinos e cânticos espirituais.”**

Parece que a intenção de Paulo é que tanto o relacionamento recíproco dos cristãos (“entre vós”) como a relação pessoal e íntima com o Senhor e Pai sejam dominados pelo Espírito Santo. No lugar do desleixo e suas exteriorizações caóticas surgem, pois, o hino de louvor, a exaltação e a gratidão (cf. v. 20). Ainda que outros efeitos do Espírito não sejam mencionados aqui, isto não significa de forma alguma que os frutos do Espírito Santo citados em outras passagens sejam colocados em segundo plano (Rm 8.15s; 12.6ss; 1Co 12.4ss; etc.). Os v. 19 e 20 estão estreitamente relacionados com Cl 3.16s: a convocação para entoar salmos, hinos e cânticos espirituais e cantar nos corações ao Senhor, e a gratidão ao Pai são dirigidas com formulações bastante idênticas a ambos os grupos de leitores.

Não parece ser por acaso que o enchimento pelo Espírito Santo se explicita de três maneiras: no falar marcado por melodias espirituais (do *pneuma*), no louvor ao Senhor e na gratidão a Deus, o Pai. Também aqui se revela, portanto, um modo trinitário de falar. Ao mesmo tempo a obra do Espírito Santo é explicada: ela consiste em glorificar o Pai e o Filho (Jo 16.14), mas não na comunicação de experiências espirituais espetaculares e arrebatadoras.

Os hinos são devotados **“ao Senhor”** – até mesmo quando **“falados uns aos outros”**. Logo, tratam-se de hinos para Cristo. 1Co 14.5,26 informa sobre seu surgimento no contexto do culto na igreja. A oração e o cântico de salmos “no Espírito” é contraposto à oração “com a razão”. Deve

permanecer em aberto se o conceito “hinos espirituais” (literalmente: hinos “pneumáticos”) de Ef 5.19 necessariamente tem o mesmo sentido de “cantar no Espírito” (*to pneumatí*) de 1Co 14.15. Ainda que o termo *psalms* possa referir-se a salmos do AT (cf., p. ex., Lc 24.44; At 13.33), aparentemente trata-se aqui do salmo cristão, que no entanto certamente tem por matriz os cânticos do AT (cf., p. ex., os hinos no livro do Apocalipse: Ap 11.17s; 15.3s; 19.6s).

Além disso cabe notar que o termo traduzido por “hino” (*hymnos*) não precisa se referir exclusivamente ao hino cantado, podendo designar também o louvor e a exaltação em geral.

A combinação “**cantar e dizer louvores** (ao Senhor)” origina-se igualmente dos salmos: Sl 27.6; 57.7; 105.2; 108.1, sendo que o significado original “louvar pelo toque de cordas” provavelmente seja entendido apenas de forma figurada.

O louvor provocado pelo Espírito Santo dirige-se “**ao Senhor**” e diz respeito ao centro do ser humano, seu “**coração**”. Ele acontece “no coração” e ao mesmo tempo vem “do coração”, depois que o coração foi renovado pela obra do Espírito Santo e plenificado com o amor de Deus (Rm 5.5).

- 20** Juntamente com o louvor de Cristo aparece a gratidão ao Pai. Essa combinação de louvor e gratidão também é familiar a partir dos salmos: “Rendo graças ao Senhor, segundo a sua justiça, e cantarei louvores ao nome do Senhor Altíssimo” (Sl 7.17). “Entrai por suas portas com ações de graças e nos seus átrios, com hinos de louvor; rendei-lhe graças e bendizei-lhe o nome” (Sl 100.4). “Todas as tuas obras te renderão graças, Senhor; e os teus santos te bendirão” (Sl 145.10).

O que Paulo em geral faz no começo de suas cartas – agradecer exaustivamente a Deus pelas respectivas igrejas – também deve ser característica marcante dos crentes: “**Dai sempre graças por tudo**”.

Quando Paulo agradece “por todos” os membros da igreja, até mesmo quando alguns precisam ser corrigidos duramente no que escreve a seguir, os cristãos devem incluir na gratidão a Deus todas as situações e todas as vicissitudes. Nelas estão incluídos todos os tempos (“sempre”) e episódios marcados por sofrimento, carências ou perseguição. Esse modo de ver só é possível “em nome de nosso Senhor Jesus Cristo”. Pelo fato de que na cruz o juízo de Deus se abateu sobre ele, pelo fato de Deus não ter poupado seu único Filho, por isso foi com ele “concedido tudo” ao crente (*ibidem*) (Rm 8.32), por isso agora também “todas as coisas” devem “cooperar para o supremo bem dele” (Rm 8.28). Somente por que em Jesus Cristo Deus se dedica total e abrangentemente ao ser humano, o cristão também consegue agradecer “sempre por tudo” a esse Deus, e esse modo de falar não se torna retórica exagerada. Visto que “no nome de Jesus Cristo” há salvação (At 4.12), visto que invocar seu nome constitui certeza de salvação (Rm 10.13), por isso abre-se com ele o caminho para Deus, por isso Deus é o “Pai” (cf. Ef 2.18).

A passagem análoga de Cl 3.17 interpreta o “**tudo**” através de “com palavras e ações”, remetendo para que se faça “tudo em nome do Senhor Jesus”. Dessa forma torna-se claro que louvor e ação de graças de maneira alguma se restringem à reunião do culto, mas que o culto precisa ser praticado “no cotidiano do mundo”. A isso corresponde a entrega dos corpos em sacrifício vivo como “culto racional” (Rm 12.1). Assim o preenchimento com o Espírito Santo (Ef 5.18) chega à expressão visível em uma vida pessoal e comunitária que obtém da vontade de Deus um parâmetro compromissivo, que serve ao Senhor com alegria e em tudo honra e agradece a Deus como o Pai.

b) Cônjuges: Ef 5.21-33

21 – Sujeitai-vos uns aos outros no temor de Cristo.

22 – As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor;

23 – porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo.

24 – Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido.

25 – Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela,

26 – para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra,

27 – para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito.

28 – Assim também os maridos devem amar a sua mulher como ao próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama.

29 – Porque ninguém jamais odiou a própria carne; antes, a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a igreja;

30 – porque somos membros do seu corpo.

31 – Eis por que deixará o homem a seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só carne.

32 – Grande é este mistério, mas eu me refiro a Cristo e à igreja.

33 – Não obstante, vós, cada um de per si também ame a própria esposa como a si mesmo, e a esposa respeite ao marido.

A nova vida em Jesus Cristo é presenteada a todo aquele que crê. Independentemente de gênero, raça ou posição social o cristão é honrado com a posição de filho de Deus (cf. Gl 3.28). A efusão do Espírito Santo atinge filhos e filhas, velhos e jovens, servos e servas (cf. Jl 2.28s). A vida eclesial deve ser marcada por este Espírito – como Paulo asseverou no trecho anterior.

Em vista de que todos os cristãos receberam juntos o Espírito era fácil chegar à conclusão equivocada de que as diferenças e ordens vigentes na convivência mundana tornaram-se obsoletas na igreja. Na primeira carta aos Coríntios Paulo combate ferrenhamente esse erro e suas desastrosas conseqüências. Em relação à convivência entre os sexos (1Co 5), aos costumes junto à mesa da santa ceia (1Co 11.17ss), à avaliação de manifestações pessoais do Espírito Santo (1Co 12-14) e à questão do significado da ressurreição corporal Paulo explica inequivocamente que a ordem da criação e as conseqüências dela para a convivência de forma alguma são anuladas. Ao contrário, pela primeira vez se mostra agora, em Cristo, o que de fato significa o convívio humano de acordo com a boa vontade de Deus na estrutura estabelecida por ele. Por isso as instruções subseqüentes para homens e mulheres, pais e filhos, livres e escravos, devem ser vistas diante desse cenário: a boa ordem de Deus para a convivência humana foi pervertida pelo pecado, transformando-se numa constante e insana luta por senhorio e poder. Uma vez que somente a fé em Jesus Cristo salva, perante Deus não existe uma aceção da pessoa que facilite ou dificulte a obtenção da salvação. Por intermédio do Espírito Santo todos os crentes foram unificados no único corpo de Cristo, que um dia se tornará amplamente reconhecível como tal. No entanto, até que o reino de Deus irrompa visivelmente, as ordens da criação continuam a valer justamente também para cristãos. Reconhecem nelas não uma “estrutura de dominação” imposta, mas a mão do Pai, cujo agir é “muito bom” (Gn 1.31).

21 A vida conjunta no Espírito Santo não resulta em individualismo descontrolado, que busca tão-somente a própria experiência espiritual, mas o respeito e a consideração mútuos: **“Submetei-vos uns aos outros no temor de Cristo.”**

“**Temor de Cristo**” é uma formulação que ocorre somente neste local. A princípio a expressão parece ser inconciliável com o “amor de Cristo” (cf. Ef 3.19; 2Co 5.14). Porém ela deixa claro que em relação a Deus ou Jesus Cristo amor e temor muito bem andar lado a lado: embora Cristo tenha se tornado Redentor do mundo (Fp 3.20) como Juiz (2Co 5.10), ele mesmo assim continua sendo Juiz e Senhor (Fp 2.10s). Por isso Paulo declara que o “amor de Cristo” o constrange a transmitir o evangelho a outros (2Co 5.14). Três versículos antes, porém, ele diz: “Por sabermos que é preciso temer o Senhor tentamos conquistar pessoas” (2Co 5.11).

Conseqüentemente, a locução “viver no temor do Senhor”, de At 9.31 (cf. também 1Pe 1.17; 2.17; 3.2,16) caracteriza a existência da igreja cristã como um todo. Portanto, ela não se refere ao medo, ao pavor, mas ao conhecimento claro a respeito daquele que é o Senhor da igreja. Ela contém o respeito que não é apenas aparentemente reverente, mas que vem do coração, uma vez que a vida cristã por princípio está aberta (cf. 2Co 4.2) diante daquele que conhece os corações (Rm 8.27; Ap 2.23).

É dessa perspectiva que devemos entender, portanto, a solicitação da subordinação mútua. Com essas palavras Paulo faz a transição de suas considerações gerais para os relacionamentos concretos entre diversos grupos de pessoas. Apesar disso, essas exortações não são normas particulares para os respectivos envolvidos, mas aplicações do mandamento do amor às esferas mencionadas. Conseqüentemente, a luz do acontecimento de Cristo também altera o teor da expressão típica para a regulamentação de estruturas, *hypotassein*, “subordinar”: “O termo originalmente pertencente à esfera da ordem secular é preenchido com novo conteúdo em termos de conceito de ordem.” A solicitação de que todos os cristãos se subordinem uns aos outros pode ser explicitada por intermédio da exortação à humildade recíproca no sentimento de Cristo (Fp 2.3ss; 1Pe 5.5), à auto-avaliação comedida (Rm 12.3,16) e ao amor sincero (Rm 12.10).

22 A exortação geral é seguida pela solicitação dirigida às esposas: “**As mulheres se submetam a seus maridos como ao Senhor.**” Com essa afirmação Paulo se refere à posição que Deus atribui à esposa no contexto da ordem da criação. Em 1Co 11.7-9 o apóstolo explica esse contexto. Além disso, Fm 2.13s remete à queda no pecado adicionalmente à criação. De acordo com a sentença de punição de Deus em Gn 3.16 o homem deve ser o senhor da esposa (cf. 1Tm 2.12; 1Co 14.34).

É digno de nota que a nova comunhão entre homens e mulheres instituída em Jesus Cristo não revoga a relação entre marido e esposa estabelecida na criação nem a que foi imposta depois da queda. O fato de que a relação apesar disso possui um cunho realmente novo pode ser notado pelo adendo “no Senhor”: em sua essência, a subordinação ao marido apenas corresponde à subordinação ao *Kyrios*, ao Senhor. Dessa forma a ligação conjugal é inserida na moldura incomparavelmente maior da ligação com o Senhor da igreja. Isso não revoga a “lei” (1Co 14.34), que ainda assim é perpassada e reconfigurada pela nova realidade do Espírito Santo.

23 Assim como em 1Co 11.3, a solicitação da submissão é fundamentada com a referência à criação: “**Porque o homem é o cabeça da mulher.**”

A continuação da frase rebate qualquer iminente mal-entendido de que a posição de “cabeça” possa ser interpretada como “dominação”, inserindo também o homem na relação com Cristo: “**como também Cristo é o cabeça da igreja; ele é o Salvador do corpo.**”

Paulo já expusera em Ef 1.22s e 4.15s que Cristo é o “cabeça” de sua igreja. Tudo o que acontece na igreja deve ser orientado a partir dele e em direção a ele. Cada cristão é uma pedra (cf. Ef 2.21s) ou um membro (Ef 4.16) incorporado nessa obra de arte e é determinado por Cristo. Ainda que segundo a ordem da criação os maridos tenham de exercer a função do “cabeça” em relação às suas esposas e essa ordem também persista no matrimônio de cristãos, tanto maridos como esposas estão simultaneamente subordinados ao cabeça Cristo, como já foi expresso na instrução geral em Ef 5.21. Isso combate as diversas formas equivocadas do convívio conjugal: a dominação arbitrária do marido, bem como o esforço da esposa de meter o marido “no chinelo”: a recusa do marido em, como “cabeça”, assumir responsabilidade pela família (cf. a chamada “sociedade sem pais”) e o esforço egoísta da mulher de emancipar-se às custas do matrimônio e da família.

Como cabeça acima da igreja Cristo é ao mesmo tempo “**Salvador do corpo**”. Os v. 25-27 apresentam detalhadamente o significado de tudo isso. Principalmente fica claro que a condição de Jesus Cristo como cabeça surge pela entrega de seu corpo. Por ter sido obediente até a morte na cruz Deus também o exaltou acima de todas as coisas (Fp 2.9). Sendo servo, ele é o Senhor. Sem esse serviço fundamental não haveria corpo, igreja. O corpo vive continuamente a partir da circunstância de que por meio de sua morte Jesus Cristo se tornou e continua sendo persistentemente o “Salvador”, o Redentor.

24 É a *esse* Senhor que a igreja deve se subordinar. Se ela se “emancipasse” dele, perderia seu “Salvador” e conseqüentemente também a base de sua existência. Se outros “senhores” empurrassem o cabeça Jesus Cristo para segundo plano, ocupando o seu lugar, a igreja seria destruída. No curso da história da igreja repetidamente ocorreram tais descaminhos. Houve épocas em que a “imagem” do corpo de Cristo estava tão desfigurada que era quase impossível reconhecê-la como tal. Não obstante, seria uma atitude sumamente superficial avaliar a natureza da igreja apenas a partir do aspecto exterior. Em Ef 4.4s Paulo lembrou: “um só corpo e um só Espírito... um só Senhor, uma só fé, um só batismo.” Apesar de todas as tentativas de “inovação” e “mudança” Cristo continua sendo o cabeça de seu corpo, a igreja. Em cada época todos os membros do corpo precisam ser repetidamente chamados de volta para o senhorio de Cristo, retornando de seus múltiplos descaminhos. Somente assim a igreja é renovada como um todo e permanece por todos os tempos.

Quando as esposas são desafiadas a se “submeter aos maridos” “em tudo”, isso deve ser entendido com base no fato de que a igreja deve tudo a seu cabeça, Cristo, razão pela qual também está sujeita a ele em tudo.

25 Como anteriormente para as mulheres, o apóstolo começa dirigindo também aos maridos a exortação: “**Maridos, amai vossas mulheres.**” Na seqüência descreve-se em detalhes a forma como Cristo ama sua igreja, antes que o v. 28 repita a interpelação, formando uma síntese conclusiva.

Aquilo que Cristo realizou é elevado a padrão para o amor dos maridos: “**Do mesmo modo**” como Cristo amou dedicadamente a igreja, eles também devem amar as esposas. Demanda-se deles a *agape*, i. é, o amor caracterizado por Cristo. Isso não exclui outras formas de amor (como a relação sexual, o amor de amigos), mas estas são abraçadas e determinadas pela *agape*. Dado que Deus nos

amou primeiro em Jesus Cristo (Rm 5.8; 1Jo 4.19), dado que seu amor foi derramado nos corações dos que crêem (Rm 5.5), o relacionamento entre cônjuges – bem como todos os demais relacionamentos – são imersos em uma nova luz e dirigidos para um alvo conjunto. Enquanto o cerne das diversas demonstrações do amor foi deturpado por decorrência da queda do pecado e por meio do egoísmo humano, abriu-se com Cristo uma situação completamente diferente: seu amor pela igreja caracteriza-se pelo fato de que ele “**se entregou por ela**”.

- 26 A rendição de sua vida na cruz para a nossa redenção possui um alvo a ser nitidamente descrito, motivo pelo qual também é fornecido gramaticalmente em frases finais: “**para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água na palavra**”.

O fundamento da santificação visada é a purificação pela palavra anunciada. Em Jo 13.10 e 15.3 Jesus fala desse efeito purificador de sua palavra nos discípulos. Da purificação em decorrência da entrega de Cristo trata igualmente Tt 2.14. Nesse processo a purificação é distribuída e proporcionada como fruto da morte de Jesus na proclamação da palavra.

Incluída está a formulação “**por meio da lavagem de água**”. Paulo alude ao batismo, e portanto não emprega apenas uma ilustração para a purificação. Visto que conforme Rm 6.3s o batismo realiza a participação na morte de Cristo, a morte do velho ser humano, o acontecimento não é nem mágico nem automático – como demonstra a especificação “**na palavra**”. Uma vez que é nela que se precisa crer, a lavagem precisa ser aceita.

À purificação corresponde a santificação. Em 1Co 6.11 aparece a semelhança de conteúdo dos dois termos: “Vós fostes lavados, fostes santificados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus.”

A santificação (no sentido de purificação) igualmente foi concretizada pela morte de Jesus e depois outorgada ao crente de maneira individual e fundamental. Agora, porém, ela deve ganhar espaço nas diversas relações do cristão e de toda a igreja. “Essa é a vontade de Deus, vossa santificação” (1Ts 4.3). Se santificação significa ser requisitado para Deus (cf. Lv 19.2: “Santos sereis, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo”), então essa requisição dos membros do corpo de Cristo deve aumentar sem cessar. É digno de nota que em Rm 6.19 Paulo descreva o “serviço da justiça” como a maneira pela qual a santificação se concretiza.

Por um lado, a peculiaridade da santificação bíblica consiste em ser adquirida cabalmente por Cristo e transmitida pela palavra e pelo batismo: não há nada além disso que possa tornar uma pessoa qualitativamente “mais santa”. Por outro lado essa santificação perfeita de Cristo deve evidenciar-se agora nas ramificações da vida. Essa necessidade fica suficientemente clara pelas numerosas instruções específicas contidas nas cartas. Quando há uma crescente eficácia da palavra e do Espírito de Cristo acontecem transformações que muitas vezes aparecem de modo concreto (cf. Ef 4.28: “Quem roubou, não roube mais”). Apesar disso a santificação não pode ser descrita como um crescimento empiricamente mensurável, quantitativo, uma vez que a respectiva pessoa não é capaz de demonstrar ou até mesmo produzir santidade. Pelo contrário, trata-se sempre da santificação externa, doada, a santificação de Cristo que envolve o crente. Ao mesmo tempo a santificação contínua leva ao crescente autoconhecimento, no sentido de que o ser humano reconhece cada vez mais sua pecaminosidade e necessidade de redenção, carecendo por isso cada vez mais da purificação através de Cristo. Sob esse enfoque é possível afirmar que a santificação nada mais é que o complemento da justificação. M. Lutero combinou ambas na seguinte frase: “Progredir (= ser santificado) não é nada além de recomeçar constantemente (= ser justificado). Começar sem progredir é ter recaídas.”

- 27 Outra finalidade da entrega de Cristo é “**para postar diante de si a igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém [que seja] santa e sem defeito.**” O termo “postar” possui diversas variações de significado: “colocar à disposição” (para um serviço), “apresentar” perante um rei ou juiz. Nesse sentido também se pode compreender Cl 1.22 (Cristo vos reconciliou..., “para vos colocar santos e irrepreensíveis e sem mácula perante sua face”) e Cl 1.28. Além da presente passagem, 2Co 11.2 ainda traz o significado relacionado com o condutor da noiva (cf. também Jo 3.29 sobre João Batista), que apresenta a igreja como noiva sem mácula: “Eu vos dei em noivado a um único homem, para que eu encaminhasse a Cristo uma virgem pura.” Em Ef 5.27 é o próprio Cristo quem “posta diante de si” a noiva. Uma vez que em diversos versículos o “apresentar” se refere à revelação definitiva no fim dos tempos, também o “postar” no presente versículo foi entendido como evento escatológico. Nessa questão é preciso levar em conta que a purificação por

intermédio de Cristo foi realizada de uma vez por todas na cruz, que a igreja carece ao mesmo tempo da santificação constante e que de fato será somente no dia de Cristo que a radiante beleza da igreja se manifestará na sua condição de noiva dele.

A igreja é “**gloriosa**” porque não possui “**nem mácula, nem ruga**”. Contrariando a derivação da linguagem figurada aqui utilizada a partir do antigo banho da noiva na Antiguidade, descortina-se em Ez 16.8-14 uma compreensão mais profunda da correlação: acerca de Jerusalém Deus afirma que ela foi uma menina enfeitada e agora é apresentada como moça bela: “Eu te lavei com água, e te enxuguei do teu sangue, e te ungi com óleo” (v. 9). “Ficaste... formosa em extremo e chegaste a ser rainha. Correu a tua fama entre as nações, por causa da tua formosura, pois era perfeita, por causa da minha glória que eu pusera em ti, diz o Senhor Deus” (v. 13s). Cristo lavou e purificou sua noiva, a igreja do NT, de todos os pecados (cf. 1Co 6.11 em relação a cada cristão), e ele prossegue continuamente essa obra da santificação, de modo que não apareçam sinais de velhice (“rugas”). O que é dito em Ef 1.4 e Cl 1.22 (cf. 1Co 1.8) acerca do crente (“santo e irrepreensível”) vale também para a igreja toda.

Neste ponto é preciso mencionar brevemente que o olhar da fé para a obra de Cristo e para a verdadeira natureza da igreja não deve ser distorcido pelos múltiplos escândalos no aspecto das diferentes formas eclesiais. Nesta carta Paulo não conjura concepções ideais, mas descreve realidades. Uma vez, porém, que se trata da dimensão da ação divina desvelada unicamente para a fé, a igreja permanece um fenômeno encoberto para a análise superficial. Contudo deve-se notar que à igreja empírica existente, à igreja “visível”, não se contrapõe uma igreja puramente espiritual e “invisível”. Pelo contrário, a verdadeira igreja como corpo de Cristo está oculta debaixo da forma eclesial exterior que muitas vezes se apresenta como seu oposto: “A igreja está oculta, os santos são desconhecidos.”

De forma alguma podemos concluir daí que por isso a igreja deveria ter uma orientação pluralista na doutrina e vivência. Pelo contrário - é preciso insistir declaradamente em que nela seja dado espaço unicamente à palavra e à vontade de Cristo, ao passo que todos os demais senhores sejam combatidos. É preciso recordar constantemente a salvação acontecida em Cristo, subordinar todos os membros à sua obra de santificação e consolidar a esperança pela consumação por vir. Apesar disso precisam ser desmascarados como infrutíferos todos os esforços que visam apresentar desde já uma igreja pura, p. ex., pela via da disciplina eclesial. Nem mesmo desligar-se de uma igreja (territorial) existente pavimentava o caminho para a igreja verdadeira, visto que nenhum ser humano é capaz de deixar para trás sua pecaminosidade. Só em Cristo o ser humano morre para seu pecado. Somente nele encontra refúgio em todas as tribulações. Apenas através dele lhe é perdoada cabalmente toda a culpa. O que vale individualmente para cada crente também diz respeito a toda a igreja de Jesus Cristo: onde o Senhor estiver presente por sua palavra e no poder do Espírito Santo, onde o evangelho por isso é anunciado de forma pura e os sacramentos distribuídos conforme foram instituídos (cf. Confissão de Augsburgo, art. V), ali se manifesta e se torna visível a verdadeira igreja. Como a justiça e a santidade do cristão, assim também a qualidade da igreja não pode ser reconhecida em sinais específicos (devoção, engajamento social, ação missionária, etc.), mas na presença eficaz de seu Senhor, que fala, exorta, consola, perdoa e cura na própria palavra dos anunciadores.

- 28 O empenho cabal de Cristo por sua igreja constitui a base e o paradigma do amor dos maridos para com as esposas: “**Assim também os maridos devem amar sua mulher como ao próprio corpo.**” O fato de a função do marido como “cabeça” ter como verdadeiro pano de fundo o amor de Cristo debela definitivamente qualquer abuso dessa ordem, desmascarando-o como pecado. Ao mesmo tempo fica claro que o cumprimento desse mandamento do amor somente é viável através do recebimento constante do amor de Cristo, pela vida conjunta a partir do perdão.

Objetou-se que as justificativas arroladas para o amor à esposa – “amar o próprio”/“amar a si mesmo”, como no v. 29 – ficariam devendo muito para a justificativa cristológica nos v. 25-27. Ocorre, porém, que é preciso levar em conta que essas formulações já podem ser vistas à luz da citação bíblica de Gn 2.24 no v. 31. Logo, a expressão “**o próprio corpo**” não trata somente do homem, mas da “mulher como ‘corpo’ do homem, praticamente seu segundo eu”. Conforme Gn 2.24 os dois são *uma só carne*.

Para ilustrar a presente afirmação os comentaristas citam repetidamente os “conselhos matrimoniais” do escritor Plutarco, que viveu por volta do ano 100 d.C.: “O marido deve dominar a

esposa não como um senhor domina sua propriedade, mas como a alma domina o corpo, sentindo com ele e favorecendo o crescimento conjunto por meio do bom senso.” Mas o relacionamento previsto na Escritura Sagrada entre marido e esposa não se caracteriza pela dominação, mas pelo amor. Afinal, o amor pela esposa não é nem um pouco diferente do amor a si mesmo, visto que homem e mulher formam uma só carne.

- 29 A isso agrega-se a conseqüência derivada dessa afirmação: **“Porque ninguém jamais odiou a própria carne; antes, a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a igreja.”**

Na mesma medida como o amor a si mesmo resulta na impossibilidade de odiar-se a si mesmo, é igualmente óbvio que resulte em cuidar de si mesmo. Novamente Paulo aplica uma regra geral de vida ao relacionamento do cônjuge com a esposa. **“Alimentar e cuidar”** transcende a esfera do alimento e vestuário, podendo abranger também bens intelectuais e espirituais. Com a mesma obviedade com que cada um cuida de modo cabal das necessidades de sua própria pessoa, o homem também deve agir em tudo de que sua esposa necessita. É isto nem se refere a coisas extraordinárias, mas apenas às mais imediatas; porque homem e mulher se tornaram uma só carne. Com essa exposição Paulo ao mesmo tempo exemplifica o que devemos entender por amor do marido: não se trata de um sentimento ou uma predileção, mas do empenho total pela esposa, da entrega que tem como paradigma a entrega de Cristo em favor da igreja (v. 25). A referência a Cristo também é destacada conseqüentemente no presente versículo: **“como também Cristo faz com a igreja.”** Os v. 25ss falaram exaustivamente do cuidado do cabeça “Cristo” pelo corpo “igreja”. Além disso, caberia recordar as dádivas que Cristo concedeu à sua igreja e por meio das quais ele a “alimenta e cuida” dela permanentemente (Ef 4.11s). Por intermédio da energia unificadora do cabeça o corpo é capaz de crescer rumo à sua perfeição. O poder de seu amor viabiliza a edificação mútua (Ef 4.15s). Ainda que a relação de Cristo com a igreja constitua o “protótipo” para a “exortação matrimonial”, explicita-se apesar disso a certeza de uma afirmação bem geral: uma vez que por natureza cada ser humano cuida da “própria carne”, Cristo cuidará ainda mais do corpo de sua igreja.

- 30 Antes de inserir a citação da Escritura de Gn 2.24, que já determinou os versículos precedentes, Paulo traz mais uma justificativa para o empenho de Cristo pelo bem de sua igreja: **“Porque somos membros de seu corpo.”**

Portanto, o apóstolo sai por um instante do paralelismo entre matrimônio e igreja e faz uma afirmação que se refere a todos os cristãos, ou seja, também aos não-casados. Por isso ocorre somente aqui em todo o bloco a palavra **“nós”**. A formulação pode ser mais facilmente explicada a partir de 1Co 12.27. Tanto lá como aqui cabe notar a afirmação na voz indicativa, que transcende a mera metáfora: **“somos”**. Por ser assim, o cuidado abrangente de Cristo por sua igreja vale não apenas de forma simbólica, mas real. Desse modo Paulo deixa claro que ser membro do corpo de Cristo, uma condição a que o cristão foi conduzido pela fé e pelo batismo (cf. 1Co 12.12s), determina o cristão de maneira mais abrangente que o ser casado ou solteiro.

Em vista da salvação em Cristo não existe, pois, “nem homem nem mulher” (Gl 3.28); diante do fim que se aproxima “também os que têm esposas deveriam ser como se não as tivessem” (1Co 7.29). Por conseguinte, pertencer ao corpo de Cristo é aquilo que marca primordialmente os cristãos. É disso que derivam as regras básicas das diversas modalidades de convivência, seja como casados, seja como solteiros.

- 31 Enquanto comentaristas anteriores relacionaram a citação de Gn 2.24 ao matrimônio, atualmente se costuma interpretá-la diretamente em relação ao relacionamento entre Cristo e a igreja. A primeira explicação é problemática pelo fato de que o relacionamento entre Cristo e a igreja seria derivado da ordem da criação do matrimônio. A segunda solução depara-se com a dificuldade de não ser possível explicar o v. 31a. Por isso é aconselhável considerar a aceitabilidade de ambas as soluções.

Ponto de partida disso é a recordação de que toda a “paráclise” matrimonial deriva do relacionamento entre Cristo, o cabeça, e a igreja como o corpo de Cristo. A partir da estrutura de todo o bloco isso também precisa ser preservado no presente versículo. Em contrapartida introduz-se aqui uma afirmação-chave para o entendimento bíblico do matrimônio decorrente da criação. Com isso, em confronto com as múltiplas perversões da relação entre homem e mulher causadas pelo pecado, Paulo lembra o relacionamento como foi “desde o começo” (cf. Mt 19.4 e, em contraposição, Mt 19.8), segundo a boa vontade do Criador. O mesmo vale para o marido crente: também ele tem por princípio a obrigação de se separar de pais, família e clã (ou seja, não tentar inserir a esposa nos seus próprios relacionamentos), de aderir à esposa, i. é, se ligar a ela por livre, exclusiva e incondicional

decisão, tornando-se assim “**uma só carne**”, uma nova unidade inseparável em sentido abrangente. Também o marido cristão está incumbido dessa separação e compromisso. A partir desse novo relacionamento com a esposa explica-se o amor e cuidado cabais “por sua própria carne”.

Mas quando a afirmação sobre a ordem da criação do matrimônio é perpassada pela luz do evangelho, esse versículo adquire uma dimensão cristológica e eclesiológica: Cristo e seu corpo formam uma unidade tão inseparável que é possível recorrer ao relacionamento entre os cônjuges como comparação. Simultaneamente também os cônjuges cristãos são inseridos – como já no v. 30 – na comunhão maior entre Cristo e a igreja.

32 Por isso não surpreende que Paulo exclame: “**Esse mistério é grande.**” Nessa frase ele relaciona o conceito “mistério” ao relacionamento entre Cristo e igreja, que pode ser ilustrado pela unidade de homem e mulher no matrimônio. Porque acrescenta: “**Falo, porém, de Cristo e da igreja.**” Sem dúvida também o fato de que cônjuges se tornam “uma só carne” representa um mistério. Contudo ele já está fundamentado na criação, não recebendo novas características na nova aliança. Muito diferente é o que acontece em Jesus Cristo: o fato de o Filho de Deus ser revelado como ser humano é simplesmente a revelação do “grande mistério” (1Tm 3.16). Neste caso trata-se do “mistério de Cristo” (que conforme Ef 3.3s abarca a unidade formada de judeus cristãos e gentios cristãos), ou do “mistério de Deus” (Cl 2.2; cf. 1Co 4.1), ou do “mistério do evangelho” (Ef 6.19). A característica peculiar desse mistério está na circunstância de que foi almejado na época da velha aliança, porém não revelado (Cl 1.26). Agora, porém, se manifestou, embora não seja acessível a qualquer um. Pelo contrário, precisa ser anunciado (Ef 6.19). Isso acontece na esperança de que pela iluminação do Espírito Santo o ouvinte chegue também pessoalmente ao entendimento de Jesus Cristo (2Co 4.6). No presente versículo o “mistério” não é relacionado à totalidade da revelação de Jesus Cristo, mas à ligação singular entre cabeça e corpo de Cristo. No mesmo sentido Paulo fala em Ef 1.9 acerca do “mistério da vontade divina”, que unifica tudo em Cristo, e em Ef 3.3s,9 do mistério da incorporação dos gentios cristãos no corpo de Cristo.

No presente versículo cabe enfatizar novamente o que foi exposto anteriormente sobre o relacionamento entre Cristo e sua igreja: de forma alguma se trata de uma fusão mística de Cristo e do cristão, na qual a identidade de ambos é dissolvida. A unidade do “Cristo em nós” (cf. Gl 2.20; Cl 1.27), ou “nós em Cristo” (2Co 5.17; Rm 8.1) é uma unidade da fé: “que Cristo habite pela fé em vossos corações” (Ef 3.17). Por meio dela Cristo, o cabeça, continua sendo simultaneamente o Senhor de sua igreja. Como corpo dele, os crentes continuam dependendo de seu agir santificador neles. Particularmente aquelas afirmações que dignificam sumamente os crentes, ao falarem da ligação com Cristo, destacam ao mesmo tempo a distinção entre Criador e criatura: quando Paulo diz que fomos vivificados e ressuscitados com Cristo e entronizados com ele à direita de Deus (Ef 2.5s), são preservadas em proporções iguais tanto a unidade quanto a diferenciação.

Encerremos a exposição com uma observação sobre o significado do v. 32 para a compreensão do matrimônio na igreja evangélica e católica. Na tradução latina da Bíblia, a Vulgata, normativa para a igreja católica romana, o termo grego *mysterion* é traduzido por *sacramentum*. Mais tarde derivou-se disso o caráter sacramental do matrimônio (no rito católico romano). Qualquer outra forma de celebração do matrimônio teria de ser forçosamente classificada como insuficiente. O católico Schnackenburg esforça-se por estabelecer uma ponte com a concepção “mundana” do matrimônio por parte dos evangélicos, i. é, uma concepção alicerçada na ordem da criação e não na da salvação, porque pondera: o “grande mistério” refere-se ao relacionamento entre Cristo e a igreja, mas não ao matrimônio. No entanto o matrimônio cristão é visto “em analogia com o relacionamento entre Cristo e igreja” e, portanto, é “inserido na misericordiosa esfera de atuação de Cristo”: “Assim como a igreja não é retirada de sua existência no mundo, assim não se questiona a secularidade do matrimônio. Apesar disso o matrimônio cristão, quando vivido da forma prescrita, como encontro de amor e subordinação em amor, é também constantemente chamado para fora da amarra forçada ao mundo com suas limitações e remetido à esfera da salvação de Cristo e da igreja.” Sem dúvida temos de concordar com isso. No entanto, isto igualmente abandonaria o caráter sacramental do matrimônio: a validade plena do ato matrimonial não se limita ao âmbito cristão (católico). Independentemente da forma com que o matrimônio é realizado, dependendo da respectiva cultura, ele possui sua validade e está debaixo da bênção do criador. Entretanto, visto que cônjuges cristãos têm a dolorosa consciência de sua pecaminosidade, justamente no matrimônio eles reconhecem que dependem amplamente do perdão e da renovação por intermédio de Cristo. Como membros do corpo

de Cristo eles sabem que estão subordinados à comunhão maior da igreja universal, e que são chamados a servir a ela e ao mundo.

- 33 Paulo conclui o bloco sobre os cônjuges estabelecendo o resultado (“de qualquer modo”) sob o denominador comum: **“De qualquer modo também vós, cada um de per si também ame a própria esposa como a si mesmo, e a esposa respeite ao marido.”** Destacam-se o amor do marido e o respeito da esposa diante dele. Isso repete a solicitação de sujeição, expressa no v. 22. Enquanto o amor e a entrega de Cristo constituem a medida para o amor do marido pela esposa, qualquer abuso no relacionamento entre homem e mulher condizente com a criação é combatido. Em consonância com isso, os termos “subordinação” ou “respeito” por parte da mulher não contêm subserviência, mas concordância com a boa ordem de Deus. Deus, o Criador e Reconciliador, é honrado por meio de um matrimônio assim caracterizado.

c) Filhos e pais, escravos e senhores: Ef 6.1-9

1 – Filhos, obededei a vossos pais no Senhor, pois isso é justo.

2 – Honra a teu pai e a tua mãe – que é o primeiro mandamento com promessa,

3 – para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra.

4 – E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor.

5 – Quanto a vós, servos, obededei a vosso senhor segundo a carne com temor e tremor, na sinceridade do vosso coração, como a Cristo,

6 – não servindo à vista, como para agradar a homens, mas como servos de Cristo, fazendo, de coração, a vontade de Deus;

7 – servindo de boa vontade, como ao Senhor e não como a homens,

8 – certos de que cada um, se fizer alguma coisa boa, receberá isso outra vez do Senhor, quer seja servo, quer livre.

9 – E vós, senhores, de igual modo procedei para com eles, deixando as ameaças, sabendo que o Senhor, tanto deles como vosso, está nos céus e que para com ele não há acepção de pessoas.

- 1 Diferente do caso das mulheres, a exortação aos filhos (como também aos escravos nos v. 5ss) é introduzida com o imperativo **“obedecei”**. Também essa expressão remete a uma ordem à qual os interpelados devem se ajustar.

A desobediência a essa ordem é expressão do castigo divino e ao mesmo tempo sinal do iminente fim dos tempos: “Nos últimos dias” serão “desobedientes aos pais” (2Tm 3.2; Rm 1.30; cf. também Tt 1.6).

No entanto, também neste caso a exortação geral é inserida imediatamente no horizonte da comunhão de Cristo, que envolve pais e filhos: **“Obededei a vossos pais no Senhor.”**

No texto paralelo de Cl 3.18-4.1 a ênfase nesse relacionamento singular com o Senhor da igreja ocorre com frequência e de maneira bastante similar: “Submetei-vos... no Senhor” (Cl 3.18; cf. v. 20); “no temor do Senhor” (Cl 3.22); “Fazei tudo no Senhor” (Cl 3.23); “Recebereis do Senhor a recompensa” (Cl 3.24); “Considerai que também vós tendes um Senhor no céu” (Cl 4.1). Isso explicita que também a ordem para o relacionamento entre pais e filhos, estabelecida na criação, não é anulada no âmbito da igreja cristã, sendo antes colocada sob o governo do Cristo. Portanto, também aqui são combatidas todas as distorções dessa ordem causadas pelo pecado.

Por um lado, a justificativa para a obediência aos pais é genérica: **“Porque isso é justo.”** Via de regra Paulo utiliza o termo “justo” em oposição a “pecador”: embora por natureza “ninguém seja justo, nem sequer um só” (Rm 3.10), todavia “o justo viverá por fé” (Rm 1.17). Apesar disso ele também usa o termo “no sentido da justiça na vivência, que corresponde ao direito divino”.

- 2 A menção do quarto mandamento deixa claro que tal obediência é concretamente exigida pela ordem de Deus. Ele é reproduzido textualmente da versão da LXX para Êx 20.12. Contudo, a locução “na boa terra que o Senhor teu Deus te dará” é abreviada para **“na terra”**. Dessa forma Paulo adapta a citação à realidade dos leitores gentios cristãos: para eles a terra prometida Canaã foi substituída pela “riqueza da glória de sua herança”, que está pronta no céu (cf. Ef 1.18).

O sentido de “honrar pai e mãe” é elucidado por Jesus em Mt 15.3ss (par. Mc 7.10ss): o cuidado com os pais necessitados é dever irrenunciável dos filhos, que tampouco pode ser eliminado

consagrando (*korban*) o dinheiro disponível ao templo (i. é, a Deus). Por meio deste exemplo Jesus deixa claro que a explicação que os escribas dão para esse mandamento na realidade visa dissimular seu esvaziamento: em nome de uma suposta “finalidade” superior (templo/Deus) contorna-se a dedicação aos pais concretamente demandada pelo mandamento de Deus. Assim os supostos praticantes da lei revelam-se hipócritas. Jesus também cita esse mandamento ao enumerar os mandamentos para o “jovem rico” (Mt 19.19; par.).

A relevância da instrução é sublinhada pelo adendo: “**Esse é o primeiro mandamento com promessa.**” Depois da primeira parte dos Dez Mandamentos, que se referem ao relacionamento do ser humano com Deus, a exigência de honrar pai e mãe aparece em primeiro lugar na lista das regulamentações para a convivência. Desse modo o cerne da sociedade, a família, é colocado debaixo da proteção do mandamento divino. Por essa razão também o desprezo dessa exigência (“desobediente aos pais”; cf. o exposto sobre o v. 1) aponta para a dissolução escatológica da ordem divina e, conseqüentemente, para o iminente caos, ou juízo. Em contrapartida, a obediência ao mandamento recebe uma promessa especial.

- 3 Não é possível transferir a abastança, vida longa e propriedade de terras diretamente para a nova aliança. Já mencionamos que “na terra” generaliza a expressão original. Ao mesmo tempo isso impede a espiritualização da promessa no sentido da vida eterna ou da herança celestial.

A promessa é conscientemente mantida no contexto do AT, mas ao mesmo tempo é aplicada aos destinatários cristãos da carta aos Efésios. Da mesma maneira como riqueza e vida longa são a essência da bênção no AT, a múltipla bênção espiritual dos que crêem é a dádiva singular enviada em Jesus Cristo (cf. Ef 1.3). A comunhão com Cristo é a bênção concedida àquele que anda no amor como “seguidor de Deus” (Ef 5.1s), cumprindo assim os mandamentos de Deus. Sem dúvida uma bênção possui um significado essencialmente espiritual, porém também pode ter aspectos físicos. No entanto, cabe levar em conta que – na perspectiva humana – também circunstâncias sumamente adversas, como sofrimento, aflição ou perseguição, são capazes de transmitir a bênção de Deus.

- 4 Aquilo que a falta de obediência representa no caso dos filhos, no caso dos pais (ou do pai e da mãe) é o rigor excessivo: “**E vós, pais, não torneis irados vossos filhos.**” É verdade que exortação, correção e castigo fazem parte das tarefas dos educadores. É justamente a sua omissão que deixa de expressar o amor dos pais (cf. Pv 13.24; 23.13s). O pano de fundo disso é o temor do Senhor, que também gera o bem da pessoa (Sl 94.12; Hb 12.7). É verdade que a correção não deve passar das medidas. Enquanto Dt 21.18-21 previa até mesmo o apedrejamento para filhos desobedientes incorrigíveis, Pv 19.18 adverte: “Castiga a teu filho enquanto há esperança, mas não te excedas a ponto de matá-lo.”

O mandamento do NT volta a ancorar-se na formulação “**no Senhor**”, de modo que se opõe em proporções iguais contra a educação autoritária e a antiautoritária. Da mesma forma que a vida em geral, também o relacionamento de pais e filhos transcorre no horizonte da autoridade do Senhor (cf. Rm 14.8: “Por isso: vivendo ou morrendo, somos do Senhor”).

Os filhos, portanto, não devem ser levados à ira e endurecidos pelo comportamento impróprio dos pais, mas educados “**em disciplina e exortação do Senhor**”. Bertram classifica a expressão de “regra fundamental de toda a educação cristã”. O genitivo “do Senhor” indica o sujeito da ação: “a educação que o Senhor exerce por intermédio do pai”. Os meios disponíveis para isso são: exemplo, elogio, admoestação, eventualmente castigo físico. Aparentemente, o mesmo processo é descrito por meio dos conceitos “disciplina e exortação”. Seria imaginável também a diferenciação entre educação pela ação (disciplina) e educação pela palavra (exortação). Em 2Tm 3.16 a referida concepção de educação é aproveitada para ilustrar o efeito da Sagrada Escritura em toda a igreja: “Ela serve para ensino, punição, repreensão e educação na justiça.”

- 5 A exortação aos escravos começa com o mesmo verbo que aquela dirigida aos filhos: “**Obedecei.**” A princípio Paulo parece exigir tão-somente que se enquadrem na ordem social vigente. Mas a tríplice referência a Cristo (ou ao Senhor) nos v. 5-7 torna imediatamente explícito que também a relação entre escravos e senhores surge sob uma perspectiva fundamentalmente diferenciada.

Ainda que o direito romano entendia os escravos como objetos, e não como cidadãos de direitos iguais, seus “proprietários” não deixam de ser meros “**senhores terrenos**” (literalmente: “senhores segundo a carne”). Seu senhorio sofreu uma restrição decisiva por parte do Senhor de todos os senhores, que agora é o Senhor verdadeiro e cabal de um escravo cristão. Por um lado essa obediência deve acontecer “**com temor e tremor**”. Paulo emprega os mesmos termos em 1Co 2.3 (a

respeito de sua chegada a Corinto), 2Co 7.15 (acerca da reação dos coríntios) e Fp 2.12 (para a luta pela salvação). A expressão, portanto, incute a seriedade da reverência que deve ser demonstrada.

Isso é sublinhado pelo adendo “**na sinceridade de vosso coração**”: ele refere-se à pureza que age sem segundas intenções e sem falsas encenações. Ela decorre da verdade que se torna uma característica essencial da conduta cristã (cf. Ef 4.15,24; 5.9).

Para os escravos, o motivo central para demonstrar o devido respeito e obediência aos seus proprietários é a ligação com o próprio Cristo. Sendo até mesmo o serviço do escravo em última análise “culto a Deus” (cf. Cl 3.17), ele adquire um alvo em Cristo. Uma vez que um cristão sempre serve a Cristo, engajando-se por amor a Cristo, ele também se subordina como escravo à estrutura social. No presente contexto é preciso recordar a limitação do temor humano e da obediência humana. Quando Jesus declara a seus discípulos em Mt 10.28: “Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; teme, antes, aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo”, isso explicita a diferença entre o temor a Deus e o destemor diante dos humanos. Sem dúvida isso pode incluir o devido respeito no sentido do presente versículo. Quando se demanda uma obediência dirigida contra a consciência vinculada à vontade de Deus, vigora a palavra de Pedro em At 5.29: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens.”

- 6 [6] Paulo continua a exortação para uma conduta pura, determinada pela luz de Deus, com uma afirmação negativa: “**não servindo à vista, como servos de pessoas**”. Ambas as expressões só voltam a ocorrer no NT em Cl 3.22. Como Deus é aquele que vê o coração, e não – como as pessoas – o que está diante da vista, [1Sm 16.7; Mt 22.16; Jo 7.24] escravos crentes não devem executar suas tarefas com fingimento e hipocrisia, apenas para impressionar pessoas.

A rigor são “escravos de Cristo”, razão pela qual devem realizar “**a vontade de Deus de coração**”: à execução formal de uma incumbência contrapõe-se a execução da vontade divina mediante a motivação no coração. Enquanto a primeira conduta leva a depender de pessoas (“servos de pessoas”), o comportamento do crente resulta de sua ligação com Cristo (“escravos de Cristo”).

A relativização em Cristo das diferenças que o mundo estabelece entre as pessoas é descrita por Paulo em 1Co 7.22: “O que foi chamado no Senhor, sendo escravo, é liberto do Senhor; semelhantemente, o que foi chamado, sendo livre, é escravo de Cristo.” A isso corresponde a eliminação de determinações mundanas, que já atinge o presente, em vista do dia de Cristo que se aproxima e do simultâneo desaparecimento do mundo em 1Co 7.29ss: “O tempo se abrevia; o que resta é que não só os casados sejam como se o não fossem.. e os que compram, como se nada possuíssem; e os que se utilizam do mundo, como se dele não usassem; porque a aparência deste mundo passa.”

- 7 Do ponto de vista positivo, o serviço dos escravos é caracterizado pela expressão “**zelo**”, que também pode ser traduzida por “boa vontade”. A origem e a finalidade desse zelo é novamente “**o Senhor**” e não “**os seres humanos**”. Assim como um servo tem obrigações diante de seu patrão (cf. Rm 14.4), assim também o crente é determinado pela vontade de seu Senhor. No entanto o relacionamento desse Senhor é marcado pela liberdade do pecado e pela disposição de obedecer com fé.
- 8 Como em muitas outras passagens, também aqui Paulo fundamenta a ação usando o conhecimento dos crentes. Repetidamente ele levanta a pergunta retórica: “Não sabeis...?” A vida cristã não repousa sobre imaginações ou sentimentos, mas sobre fatos que cumpre conhecer e segundo os quais cabe orientar o agir.

Paulo, pois, segue a tradição de Jesus, que sempre exortou para a ponderação sensata: “Ninguém pode servir a dois senhores” (Mt 6.24); “Entrai pela porta estreita” (Mt 7.13); “Qual de vós, pretendendo construir uma torre, não se assenta primeiro para calcular a despesa?” (Lc 14.28); etc.

Todo aquele que volta os olhos para o Senhor ao agir (cf. v. 7) se deixa determinar pelo querer deste. Independentemente do que acontecer de bom desse modo, ele não será esquecido por Deus e obterá recompensa. Jesus promete a seus seguidores que receberão retribuição múltipla por toda renúncia feita por causa dele (Mt 19.29s). Nem mesmo um copo de água fresca será desconsiderado (Mt 10.42). No entanto, é preciso observar com precisão o seguinte: quando o bem é realizado somente “para se mostrar diante das pessoas” (Mt 6.16; cf. 23.27s), a boa ação transforma-se em demonstração da justiça própria, perdendo assim seu valor. Em contrapartida, justamente o escravo, que provavelmente não recebeu elogios pelo trabalho bem realizado, pode contar com a apreciação definitiva de Deus. Visto que a posição social na terra não possui importância definitiva perante o

Senhor celestial, prevalece o princípio da retribuição de Deus para cada um, “**quer seja escravo, quer livre**”. Desse modo Paulo também faz a transição para a exortação aos senhores.

- 9 Diante do fato de que o mundo antigo considerava os escravos como objetos, é sumamente notável que seus “proprietários” sejam solicitados: “**Façam o mesmo para com eles.**” No grego “**o mesmo**” é uma forma plural, referindo-se portanto não (apenas) ao “fazer o bem” do v. 8. Como não há uma definição mais precisa na seqüência, a frase precisa ser interpretada como exortação abrangente. Seu conteúdo aproxima-se da “regra de ouro” de Mt 7.12: “Tudo quanto quereis que as pessoas vos façam, fazei-o vós também a elas!”

O denominador comum de instruções de igual teor para grupos socialmente tão diferentes é o *mesmo Senhor*. Todo cristão precisa “**saber**” que está acima de qualquer forma de domínio humano (cf. Ef 1.21) – seja ele livre (v. 9) ou escravo (v. 8). O Senhor dos crentes livres é o mesmo que o dos crentes escravos: um só Senhor (Ef 4.5), que unifica as diferentes pessoas no mesmo corpo de Cristo (1Co 12.13). Ao mesmo tempo ele é Senhor “**no céu**”, perante o qual um dia não apenas os crentes, mas todos terão de curvar-se (Fp 2.10). Então será manifesto para todos o que agora já é um princípio válido: que “**para com ele não há acepção de pessoas**”. Dessa maneira qualquer “**serviço à vista como servos de pessoas**” (v. 6) é mais uma vez inviabilizado. Ao mesmo tempo, porém, os senhores são exortados diante dessa situação a “**deixar as ameaças**”. Em Lv 25.43 há uma afirmação similar acerca do tratamento dado aos israelitas empobrecidos que trabalham como diaristas: “Não dominarás sobre ele com dureza.” A razão para isso reside igualmente na ligação com o Senhor nos céus: “... teme, porém, ao teu Deus.” Em Israel era possível que o membro de um povo estrangeiro fosse adquirido como escravo, ao passo que em Cristo a diferença fundamental entre judeu e não-judeu é anulada: a responsabilidade diante do único Senhor do mundo compromete para uma conduta justa e branda para com os membros de todos os povos. Por isso é plausível que a lembrança de que “nele não existe acepção de pessoas” seja trazida por diversos autores do NT.

Síntese: Ef 5.15-6.9

A convivência no âmbito da igreja cristã, o corpo de Cristo, é determinada pelo Espírito Santo. As pessoas foram renovadas por meio dele. Ele deve plenificar cada vez mais os crentes. Conseqüentemente, o louvor ao Deus triúno deve ser proferido na igreja e cunhar a convivência das pessoas.

À luz do relacionamento com Cristo ganha nova qualidade também o convívio de homem e mulher, pais e filhos, senhores e servos. Todos os cristãos estão conjuntamente subordinados ao cabeça, Jesus Cristo. Ele, porém, cuida com amor auto-sacrificial de seu corpo, a igreja. Dessa maneira os cristãos são libertos para a respeitar as ordens vigentes dentro das respectivas situações de vida.

Portanto, a “condição de cabeça” do homem no matrimônio reveste-se de responsabilidade e compromisso para ambos os cônjuges. Filhos e subalternos devem dedicar o devido a seus pais (ou superiores). Estes, por seu turno, não devem abusar de sua posição. Não pode ser ignorada a tônica que remete todos os envolvidos à instância do último juiz: “O Senhor, tanto deles como vosso, está nos céus e para com ele não há acepção de pessoas” (Ef 6.9).

4. Espiritualmente preparados: Ef 6.10-20

- 10 – Quanto ao mais, sede fortalecidos no Senhor e na força do seu poder.
- 11 – Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para poderdes ficar firmes contra as ciladas do diabo;
- 12 – porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes.
- 13 – Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis.
- 14 – Estai, pois, firmes, cingindo-vos com a verdade e vestindo-vos da couraça da justiça.
- 15 – Calçai os pés com a preparação do evangelho da paz;
- 16 – abraçando sempre o escudo da fé, com o qual podereis apagar todos os dardos inflamados do Maligno.

- 17 – Tomai também o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus;
18 – com toda oração e súplica, orando em todo tempo no Espírito e para isto vigiando com toda perseverança e súplica por todos os santos
19 – e também por mim; para que me seja dada, no abrir da minha boca, a palavra, para, com intrepidez, fazer conhecido o mistério do evangelho,
20 – pelo qual sou embaixador em cadeias, para que, em Cristo, eu seja ousado para falar, como me cumpre fazê-lo.

10 Paulo conclui a segunda parte da carta aos Efésios, que trata das conseqüências da revelação de Cristo para a vida dos crentes, deixando explícito o horizonte diante do qual os cristãos precisam comprovar sua fé. De acordo com as instruções dadas aos diferentes grupos na igreja, o apóstolo por fim – “**finalmente**” – volta a dirigir-se a todos. O que importa para cada indivíduo é que o poder de Cristo se mostre vitorioso diante da frente do mal que tem aparência de superpoderosa.

No grego o imperativo “**sede fortes**” está na voz passiva: “sede fortalecidos”, “fortalecei-vos”. Dessa maneira aponta-se fundamentalmente para a circunstância de que a força necessária aqui não pode ser produzida por pessoas (nem mesmo por pessoas crentes). Pelo contrário: ela tem sua fonte e essência “**no Senhor**”. Afinal, ela tornou-se visível na ressurreição de Jesus dentre os mortos, em sua entronização no céu e como cabeça sobre a igreja, e também na proclamação do evangelho que gerou a fé nos ouvintes (Ef 1.19ss). Também o acúmulo de expressões similares (“**na força do seu poder**”), pela qual se intensifica a afirmação, refere-se textualmente a Ef 1.19.

O que em Ef 3.16 era o conteúdo da oração dos membros da igreja é formulado aqui por Paulo como convocação: tornar eficaz e empregar na vida de fé o poder do Senhor que a tudo supera. Em Rm 4.20 Paulo cita Abraão como exemplo de alguém que “se fortaleceu na fé”. Em 1Co 16.13 a convocação aparece ao lado de outras: “Vigiai, permaneçei na fé, sede corajosos!” Em 2Tm 2.1 a exortação visa ser “forte na graça em Cristo Jesus”.

11 Diversas vezes nesta carta Paulo já mencionou que a trajetória de vida dos cristãos não percorre terreno seguro, mas está fundamentalmente marcada pela luta. Ainda que Cristo tenha derrotado os poderes, sendo entronizado como soberano (Ef 1.21; 3.10), essas potestades antidivinas não obstante exercem sua ação sombria enquanto esse *éon* durar (Ef 2.2). “Os dias são maus” (Ef 5.16): também os cristãos precisam enfrentar essa realidade. Para poder superá-la devem ser levadas em consideração as seguintes exortações.

Para isso está disponível a “**armadura plena de Deus**” (*panhoplia* é o armamento completo do legionário romano). Duas vezes o apóstolo convoca para que ela também seja vestida (v. 11 e 13); no meio está uma descrição do poder diabólico. O acirramento da luta é determinado pelo avanço da hora: “Vai alta a noite, e vem chegando o dia. Deixemos, pois, as obras das trevas e revistamo-nos das armas da luz” (Rm 13.12). De acordo com 1Ts 5.8 a armadura consiste da “couraça da fé e do amor e tomando como capacete a esperança da salvação”. Por isso não se trata de equipamentos bélicos extraordinários, mas das características fundamentais de um cristão.

Antes de detalhar os componentes da armadura Paulo descreve o inimigo com o qual a igreja precisa lidar. Trata-se do “**diabo**”, do qual já falou em Ef 4.27 (cf. o exposto sobre Ef 1.21). Ele é o antagonista de Deus (cf. Mt 4.1; 13.28,39; 1Pe 5.8; etc.). O seu procedimento também foi caracterizado em Ef 4.14 como cheio de “artimanhas”: “A peculiaridade desses ataques..., que é a grande periculosidade dele, contra a qual na verdade somente a armadura de Deus é capaz de proteger, está menos na metodologia ou estratégia elaborada do que em seu requinte ou também em sua ardileza.”

Como podemos descrever a natureza do diabo? Contra tentativas modernas de transformar o diabo em um poder neutro do mal salta à na vista nas Sagradas Escrituras que “diabo” não é uma esfera inexplicável de maldade sobre-humana ou desumana. Pelo contrário – na verdade os seres humanos é que são reduzidos a fantoches na mão do *diabolos*. Apesar disso não há no NT um dualismo no qual Deus e diabo estão engajados numa luta pelo domínio do mundo com forças iguais e com desfecho imprevisível. A vitória de Cristo sobre a morte abarca ao mesmo tempo a destruição do diabo e do pecado (cf. Jo 12.31; Hb 2.14). O poder do diabo foi definitivamente quebrado; seu reino está em decadência (2Co 4.4). Resta-lhe muito pouco tempo (Ap 12.12). Apesar disso, suas “artimanhas” ainda geram conseqüências desastrosas para o discernimento humano. Unicamente a armadura de Deus permite que se vença nesse confronto. “**Firmar o pé**”, ao contrário de “sair correndo”, “ceder”

ou “cair”, torna-se aqui o termo principal da metáfora militar. Trata-se de defender a posição de filhos de Deus conquistada em Cristo e “resistir” (v. 13), não se deixando impelir para a retirada ou fuga.

- 12 O versículo subsequente justifica por que a luta (originalmente: luta livre) dos cristãos não pode ser conduzida com recursos humanos. Na medida em que os crentes se defrontam com as artimanhas do diabo, o confronto não acontece com “carne e sangue”. A formulação “**carne e sangue**” como descrição do ser humano ocorre também em outras passagens do NT. Contrapondo-se à fragilidade de “carne e sangue”, descortina-se um cenário realmente apavorante da esfera de influência do diabo: “**principados**” e “**potestades**” (cf. Ef 1.21), “**dominadores do mundo das trevas**”, “**entes espirituais do mal nos céus**”.

As diferentes definições provavelmente não se tratam de instâncias rigorosamente delimitáveis, mas tão somente de uma listagem do exercício diabólico do poder: “**principados**” e “**potestades**” referem-se a diversas “esferas de influência”, que podem estar subdivididas “segundo os diferentes setores da vida”. O termo “**dominador do mundo**”, cuja natureza recebe uma inequívoca conotação negativa pelo adendo “**destas trevas**”, aparece na literatura astrológica para designar planetas que dominam o universo e assim também exercem influência sobre as pessoas. No entanto é incerto se esse significado já existia na época pré-cristã: “Esses poderes são chamados de dominadores do mundo porque a seriedade de sua situação deve ser evidenciada na terrível magnitude de sua influência e em seus planos abrangentes.”

No fim eles são descritos como “**entes espirituais malignos**” que atuam na região inferior do céu, i. é, na área situada mais próxima do ambiente humano.

Enquanto o ser humano sem Cristo constata que é refém indefeso desses poderes, a descrição possui um significado completamente diferente para a igreja de Jesus Cristo: por meio dela a seriedade da luta e a necessidade da armadura correspondente e da intercessão mútua são destacadas. No entanto, desde o começo a igreja se encontra do lado do Senhor do universo, que tirou o poder de todos os supostos dominadores do mundo.

Excursus sobre Ef 6.12

Considerando que Ef 6.12 atualmente assume uma posição-chave para um grupo cada vez maior de cristãos, cumpre fazer ao menos uma análise rudimentar da questão. Falamos dos representantes da “guerra espiritual” (*spiritual warfare*), que consideram, ao contrário do nosso comentário, que os poderes aqui relacionados formam os contornos de uma estrutura hierárquica do senhorio diabólico.

P. Wagner, destacado representante dessa concepção, defende que por princípio Satanás persegue dois objetivos: a) as pessoas perdidas não devem ser salvas por Cristo; b) as pessoas e as nações devem sofrer um volume máximo de desgraças.

Mas como o diabo não é onipresente, ele precisa de colaboradores na luta. “Ele estabeleceu uma hierarquia de poderes demoníacos que executam seus planos e objetivos.” O “indício mais claro” disso está em Ef 6.12. Ele diferencia: “1) principados, 2) potestades, 3) dominadores deste mundo sombrio e 4) maus espíritos da esfera celestial.” Na verdade essas categorias não seriam tão nítidas como escalões militares. “Mas transparece que os diversos termos descrevem diferentes tipos de entes demoníacos, cuja tarefa consiste em executar as ‘investidas do diabo’” (Ef 6.11). Considerando que cada um dos senhores demoníacos dominaria determinada região, seria tarefa da evangelização localizar o espírito responsável por determinada área, destronando-o e finalmente banindo ou expulsando-o. Somente então o trabalho missionário frutífero se tornaria viável (cf. op. cit., p. 111ss).

O erro básico dessa concepção esquematizada consiste em que ela transmite a impressão de que existiria uma tática passível de ser aprendida para expulsar o mal de uma região geográfica. Enquanto estrategistas cristãos escorregam para o papel de generais espirituais, Ef 6.10ss apresenta o lutador cristão em armadura defensiva, cuja existência é baseada unicamente “no poder de sua força (i. é, na força do Senhor)”. A concepção também ignora que uma das “artimanhas” do diabo é disfarçar-se de “anjo da luz” (2Co 11.14), uma artimanha que é justamente o contrário de equiparar-se às concepções vigentes do agir diabólico.

- 13 Em vista da supremacia sobre-humana da ameaça antidivina Paulo repete a convocação do v. 11: “**Por isso vesti-vos da armadura plena de Deus!**” Essa luta, que precisa ser superada no “**dia mau**”, só pode ser enfrentada com a proteção disponibilizada por Deus. Essa referência cronológica

provavelmente possui diversos sentidos. Em primeiro lugar ela pode ser entendida como a luta decisiva antes do retorno de Cristo. A expressão pode ser igualmente relacionada com a crise individual, particularmente com a última crise - a morte -, da vida de cada cristão. Por fim os aspectos do presente e do futuro são interligados: a última hora (cf. 1Jo 2.18) já dura desde a Páscoa. Logo, desde já são “maus os dias” (Ef 5.16), de modo que precisam ser vencidos na armadura divina. Isso não exclui uma intensificação especial da situação de luta no final dos tempos.

Quando se considera o caráter genérico do presente trecho, que convoca toda a igreja para preparar-se para a luta fundamental contra as artimanhas do diabo, não será correto restringir o significado do “dia mau”. Independentemente da forma como ele se apresenta na vida de cada indivíduo cristão, de congregações inteiras ou também da igreja como um todo: a convocação vale para todos os cristãos em todos os tempos!

A consequência de “**resistir**” é “**ficar de pé**”, no sentido de superar e perseverar. Isso se torna viável “**depois de terdes executado tudo**”. No texto grego essas palavras formam uma construção intercalada com um particípio e devem ser entendidas como revestir-se completamente da armadura. Outros comentaristas relacionam a formulação com a vitória total sobre os inimigos. Contudo, deve-se concordar com Schnackenburg, que sintetiza como segue: “Depois de realizados todos os preparativos da luta, os cristãos, plenamente munidos das armas de Deus, devem firmar o pé, por mais que a situação se agrave.”

- 14** Pela terceira vez, agora no imperativo, Paulo emprega nestes versículos o verbo “**estar de pé**” (v. 11 e 13), destacando com isso mais uma vez a natureza decisiva da armadura: cabe resistir aos ataques e manter com isso a posição da fé.

A descrição dos diversos equipamentos da armadura combina citações do AT com a realidade atual dos soldados romanos. A listagem corresponde, “exceto em coisas secundárias (punhal), exatamente ao armamento do legionário romano na época de Paulo.”

A relação de cada parte da armadura com as diversas esferas da fé cristã explicita o que já era possível reconhecer como premissa dessa singular e plena armadura: o próprio Deus é quem equipa os “lutadores”. Sua missão é disseminar a mensagem da paz. Eles lutam com auxílio da palavra de Deus, que não destrói, mas corrige.

O uso do cinto assinala a disposição de ficar de prontidão (cf. Lc 12.35). Por trás da interpretação do cinto está a palavra sobre a vinda do Messias em Is 11.5: “Justiça será o cinto de seus lombos, e fidelidade o cinto de seus rins.”

Paulo adota aqui a tradução da LXX para a segunda metade da frase, ao falar de cingir-se com a “**verdade**”. Verdade significa fidelidade: a fidelidade de Deus evidenciou-se no envio de seu Filho. Desse modo manifesta-se sua essência. Isso acontece por meio da palavra da verdade que é o evangelho (cf. 2Co 4.2s; Ef 1.13). Ao mesmo tempo, ela também serve para desmascarar a desobediência (Rm 2.8) e a mentira das pessoas. Quando o crente está cingido da verdade de Deus, ele participa da radiante luz do evangelho (2Co 4.4,6) que ilumina a ele mesmo e por meio do qual ele se torna portador de luz para outros.

Os romanos conheciam diversas versões da couraça: a couraça completa, o colete de couro com placa peitoral, a camisa encouraçada ou couraça de correntes: “Firmeza e leveza são as duas qualidades necessárias a uma boa couraça.” Também esse componente da armadura é interpretado com ajuda de uma citação do AT. Afirma-se sobre Javé em Is 59.17 que: “Vestiu-se de justiça, como de uma couraça, e pôs o capacete da salvação na cabeça”, e em Sabedoria 5.19: “Vestirá a justiça como couraça, como elmo porá o julgamento inapelável” [TEB]. Assim como a verdade, também a justiça de Deus se manifesta no evangelho (Rm 1.16s). Essa justiça é concedida ao crente por causa de Cristo. Ela é a proteção abrangente e única contra todos os ataques.

- 15** Ao contrário da vida cotidiana do Oriente, em que se andava descalço ou de sandálias, os soldados (sobretudo em Roma, mas também na Assíria) estavam munidos de calçados: “O legionário (sic) usa a *caliga*, uma bota baixa de cano curto de sola maciça e cobertura perfurada.” Novamente repercute na figura da ilustração uma citação do profeta Isaías: “Que formosos são sobre os montes os pés do que anuncia as boas-novas, que faz ouvir a paz...” (Is 52.7; cf. Na 2.1). O conteúdo da mensagem demanda prontidão para a luta (cf. 1Pe 3.5). Como se trata do “evangelho da paz” – mais precisamente da paz com Deus – o amor de Cristo impulsiona para o engajamento em favor daqueles que ainda não foram alcançados por essa mensagem de alegria (cf. 2Co 5.14). “É um belo paradoxo

que a *luta* deva ser realizada com a mensagem da *paz*, correspondendo inteiramente à concepção geral da carta aos Efésios (Ef 2.14ss).”

- 16** Depois do primeiro grupo de três peças segue-se “**em tudo isso**” (no sentido de “para tudo isso”) uma segunda série de três equipamentos. Inicialmente é destacado o “**escudo da fé**”, porque ele é capaz de proteger contra todos os projéteis inimigos. Em termos militares trata-se do longo escudo quadrangular (grego: *thyreos*) que protegia o soldado da cabeça aos pés. Embora a explicação para o escudo como fé não seja predefinida no AT, fala-se diversas vezes de Deus como escudo dos devotos.

Na nova aliança é a fé em Jesus Cristo que coloca os cristãos cabalmente sob a proteção de Deus: pela fé eles alcançam a paz com Deus (Rm 5.1) e assim o acesso irrestrito a ele como Pai (cf. também Ef 2.13,18). Não existe poder capaz de derrotar os que crêem. Nada pode separá-los do amor de Deus revelado em Jesus Cristo (Rm 8.31,38s).

Nessa posição nem mesmo as “**flechas do mal**”, disparadas de longe e por isso particularmente traiçoeiras (cf. os “ardis” em v. 11), podem causar dano. Nem mesmo sendo flechas incendiárias elas conseguem produzir efeitos desastrosos. A ilustração é rompida quando Paulo diz que esse escudo consegue até mesmo “**apagar**” tais flechas. Como ilustração pode-se tomar Tg 4.7s: “Resisti ao diabo, e ele fugirá de vós. Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós.” Em última análise nenhuma forma de tribulação interior ou hostilidade externa (“todas as flechas”) é capaz de atingir mortalmente a igreja cristã quando esta vive sob a proteção do escudo divino por meio da fé em Jesus Cristo.

- 17** A solicitação “**tomai o capacete**” aponta para o começo da luta, visto que durante a marcha essa proteção pesada não era usada na cabeça. Como já foi exposto sobre o v. 14, a expressão “capacete da salvação” igualmente é oriunda de Is 59.17, referindo-se ali a Javé. Aqui trata-se mais uma vez da salvação em Jesus Cristo, pela qual o crente é envolvido, da mesma forma como o v. 14 falava acerca da “couraça da justiça”. Em 1Ts 5.8 Paulo combina couraça com fé e amor e capacete com esperança.

O final da lista é formado pela única arma de ataque, a **espada curta**. Is 49.2 fala da boca do servo de Deus, que Deus fez “como uma espada afiada”. Os 6.5 diz a este respeito: “Por isso, os abato por meio dos profetas; mato-os pela palavra da minha boca; para que meu direito saia como a luz” (cf. também Jr 23.29). Isso já prefigura a interpretação de Paulo: a palavra de Deus age como uma espada afiada, visto que não é falatório vazio, mas palavra do Espírito. Essa qualidade do falar divino, ao contrário da palavra humana, é atestada de múltiplas maneiras nas Sagradas Escrituras. Começando pela poderosa palavra de Deus na criação (Sl 33.9), passando por Jesus Cristo, “o Verbo” (Jo 1.14), cujas palavras são Espírito e vida (Jo 6.63), que se distingue fundamentalmente de todas as demais pregações (Mt 7.28s; Jo 7.46), chegando até as testemunhas de Jesus Cristo, que em seu serviço experimentam constantemente a qualidade argüidora e divisora da palavra de Deus: Em todos os lugares torna-se perceptível a poderosa característica espiritual da palavra de Deus.

Quando analisamos o conjunto da descrição dessa armadura, vemos que descrições como “lutador de Deus”, “militante de Deus” ou “soldado de Cristo”, que se originaram dessa passagem ao longo da história da igreja, não são apropriadas. Aqui não se fala do herói audacioso, que marcha para a batalha em defesa de seu Deus. Pelo contrário, trata-se da proteção abrangente de Cristo, que ele concede a seus seguidores que do contrário estariam irremediavelmente abandonados. Tudo o que os equipa e capacita para resistir ou atacar é obra do próprio Cristo, que ele conquistou e propiciou aos seus como Senhor crucificado e ressuscitado. Unicamente pela confiança exclusiva nele os cristãos são preservados em todos os conflitos; somente assim seu ministério é frutífero, visto que unicamente a espada do Espírito faz com que estrangeiros se tornem filhos (Ef 2.12s). Por isso a descrição da “armadura plena” é seguida diretamente pela exortação para que intercedam e sejam vigilantes.

- 18** Gramaticalmente sem dúvida é possível relacionar a formulação “**com toda oração e súplica**” com o particípio traduzido por “**orando**”. Contudo é mais plausível a ligação estreita com o trecho precedente e, portanto, a dependência do imperativo do v. 14: “Firmai o pé... com toda a oração e súplica.” No conteúdo as expressões “oração” e “súplica” estão muito próximas entre si. Diversas passagens sugerem tão-somente uma diferença entre uma definição genérica da oração (como Cornélio, no sentido da “conduta devota”: At 10.31) e a intenção concretamente mencionada da intercessão (em Zacarias na prece por um filho: Lc 1.13).

A intensidade da convocação para a oração é fortemente realçada pelas quatro repetições de “**toda**” neste versículo: “**com toda oração**”; “**em todo tempo**”; “**com toda perseverança**”; “**por todos os santos**”.

Aquilo que Paulo diz a respeito de si mesmo em vista de suas congregações, agora é solicitado aos destinatários da carta. Na ligação com Deus pela oração constante por meio de Jesus Cristo os cristãos são preparados e aprovados para a luta. Como membro da igreja de Jesus Cristo, porém, o cristão nunca pode pensar somente em si mesmo, mas sempre dirigirá seu foco à ligação universal entre os crentes: “**todos os santos**”. O NT incute inúmeras vezes que a oração deve ser praticada sem cessar. Tal oração acontece “**no Espírito**”. Na verdade ela é viabilizada somente pelo fato de que os cristãos receberam o Espírito de Deus. Por intermédio deste eles têm condições de invocar a Deus como Pai (Mt 6.9), como *Abba* (Rm 8.15). Ao mesmo tempo é o Espírito Santo que representa os que oram pessoalmente perante Deus, porque eles muitas vezes não conseguem reconhecer com clareza o conteúdo e objetivo de sua oração (Rm 8.26s).

A convocação para orar é seguida da exortação à vigilância na intercessão persistente (cf. At 1.14; 2.42; Rm 12.12; Cl 4.2). A combinação de “orar” e “vigiar” origina-se das palavras de Jesus aos discípulos (Lc 21.36; Mt 26.41; Mc 14.38). Grundmann ressalta a importância da oração vigilante para toda a igreja, ao sintetizar: “A oração fecha um laço firme em torno da igreja que luta, enraizando-a no poder de Deus. Para que o laço não se rompa, mas seja atado com firmeza cada vez maior, e para que as raízes penetrem cada vez mais fundo na esfera da força e vontade de Deus, são necessárias persistência e constância... A oração não é apenas uma prática devota, mas um trabalho sério, uma parte da luta e da condição de paladino espiritual”.

- 19** No final do bloco Paulo dirige o olhar para si mesmo. Faz parte de “**todos os santos**”. Não obstante, carece da intercessão especial de suas igrejas. Embora também ele mesmo sem dúvida seja capaz de tomar e utilizar a “espada do Espírito” (v. 17), ele pede apoio em oração. “**A palavra**” do evangelho por princípio não está sempre disponível nem mesmo para um apóstolo. Também para ele é preciso que seja “**dada**” repetidamente. A forma passiva oculta o autor da dádiva: Deus. Até mesmo um apóstolo é atribulado pelas adversidades exteriores de sua missão, motivo pelo qual ele chega a um novo campo de trabalho “com fraqueza, temor e tremor” (1Co 2.3). O próprio Deus precisa abrir uma porta para a palavra.

Ao mesmo tempo é preciso que se abram os lábios do mensageiro e que ele seja equipado com “**intrepidez**” para a proclamação.

O Sl 51.17 diz que Deus abre os lábios do orador para o louvor. Em Ez 3.27; 29.21; 33.22; Dn 10.16 ele abre a boca do profeta para a instrução divina. Por fim, é também a sabedoria que abre os lábios de quem teme a Deus (Sabedoria 10.21; Sirácida 15.5; cf. Sirácida 24.2; 39.6).

Quando Deus abre os lábios do pregador aparece também a intrepidez para testemunhar. Essa capacidade caracterizou os apóstolos depois de terem recebido o dom do Espírito Santo. Paulo espera esta intrepidez aqui em vista da tarefa de “**fazer conhecido o mistério do evangelho**”. Isso remete à descrição de seu ministério em Ef 3.2ss: o mistério anteriormente oculto, de que por meio de Cristo Deus cria uma só igreja de judeus e gentios, é comunicado, trazido à luz por Paulo (Ef 3.9). O apóstolo expressa o mesmo conteúdo de sua tarefa em outras palavras no texto de 2Co 5.20: “De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus!”

- 20** O termo “**atuar como embaixador/mensageiro**” é empregado por Paulo também aqui. A princípio parece ser contraditório que ele tenha de fazê-lo “**em correntes**”. É nisto que se materializa a realidade das testemunhas de Jesus Cristo: a proclamação do evangelho desencadeia resistência maciça. Dão testemunho eloqüente disso as condições dos apóstolos, particularmente as do próprio Paulo. Além de muitas referências isoladas, ele relata seu sofrimento por amor ao evangelho de forma exaustiva em 2Co 6.4ss e 11.16ss. Em 2Co 4.6ss ele explica por que esses efeitos colaterais não tornam inverossímil o conteúdo da mensagem, mas na verdade são típicos para o serviço missionário: o tesouro da luz perene do evangelho é preservado e transmitido nos vasos de barro das testemunhas multiplamente atribuladas. Apesar de tudo isso não obstrui a expansão da mensagem da salvação em Jesus Cristo: a prisão abre novas possibilidades de testemunho (Fp 1.12ss; cf. At 23.11). Fundamentalmente vale: “A palavra de Deus não está algemada” (2Tm 2.9).

A situação – humanamente – adversa acarreta também para um apóstolo o risco de fazer concessões em sua proclamação. Por isso Paulo emprega novamente o termo “**intrepidez/ousadia**”

do v. 19. É em favor disso que os destinatários devem se pôr em oração, empenhando-se em prol de seu apóstolo. Porque sua mensagem não pode ser arbitrariamente alterada. Existe somente *um único evangelho* (Gl 1.7s), que ele recebeu pessoalmente. Também a transmissão desse evangelho não está subordinada à decisão dele: como o profeta Jeremias, ele atua como um ser humano que tem obrigação diante de Deus (“sobre mim pesa essa obrigação”: 1Co 9.16; cf. Jr 20.9), sendo constrangido a isso pelo amor de Cristo (2Co 5.11,14).

Ao desincumbir-se, portanto, de sua tarefa missionária, Paulo está ligado da forma mais estreita possível com suas igrejas: com elas foi chamado como servo e escudeiro de Cristo para vencer na luta. Pela oração vigilante os crentes apóiam o apóstolo, quando este – de certo modo na linha mais avançada da frente de batalha – espalha o evangelho da paz.

Síntese: Ef 6.10-20

Paulo encerra suas exortações descrevendo a situação atual dos cristãos: em vista de ataques diabólicos externos e internos cabe alcançar uma postura firme em Cristo. Para isso o Senhor coloca à disposição de sua igreja a armadura completa da fé: a obra de Deus em Jesus Cristo protege os crentes de forma cabal. Somente sua fidelidade, justiça e salvação de fato tornam viável que se possa perseverar diante da realidade do mal que se mostra superpoderoso. Essa proteção deve ser vestida e utilizada pela fé. Na verdade a linguagem figurada “bélica” aponta com razão para a seriedade do confronto. No entanto, o que é transmitido nessa peleja é o evangelho da paz. Nela se luta com a palavra de Deus como espada do Espírito. Essa palavra é a “palavra da verdade”, o “evangelho da redenção” (Ef 1.13), que abre o “acesso ao Pai” (Ef 2.18). A despeito de todas as resistências a poderosa palavra do evangelho continuará sendo disseminada. Isso deve ser fomentado pela perseverante intercessão dos leitores em favor de seu apóstolo.

IV. CONCLUSÃO: EF 6.21-24

1. Menção a Tíquico: Ef 6.21s

21 – E, para que saibais também a meu respeito e o que faço, de tudo vos informará Tíquico, o irmão amado e fiel ministro do Senhor.

22 – Foi para isso que eu vo-lo enviei, para que saibais a nosso respeito, e ele console o vosso coração.

Nos versículos finais da carta aos Efésios eclode pela última vez a discussão em torno do autor do escrito. Como era de se esperar, cada comentarista constata aqui a confirmação de sua decisão inicial, uma vez que a interpretação do trecho final foi considerada na avaliação global. Schnackenburg, p.ex., constata: “A maneira como o autor considera e trata os elementos epistolares confirma a pseudonímia de seu escrito. É muito surpreendente que falte uma lista de saudações... Tudo isso (a saber: a falta de comunicações pessoais e também da saudação de próprio punho) suscita a conjectura de que a ficção de que o escrito seja da autoria do apóstolo preso deve ser preservada.” Em contraposição, vale notar que Paulo utilizava o formato pré-determinado de uma carta de forma absolutamente livre. Enquanto o final de 1Co traz algumas saudações (1Co 16.19s), em 2Co 13.12 o apóstolo escreve simplesmente: “Todos os santos vos saúdam.” A carta aos Gálatas não apresenta nenhuma – com exceção da assinatura pessoal em Gl 6.11 – saudação. São igualmente interessantes as diferenças na 1ª e 2ª cartas a Timóteo: 1Tm 6.20s encerra com um intenso rogo a Timóteo (significativamente seguido de “A graça seja *convosco!*”), porém 2Tm 4.19-22 transmite e pede diversas saudações. Aqui o versículo final é: “O Senhor esteja com *teu* espírito! A graça seja *convosco!*” Por essa razão, a análise isolada de Ef 6.21-24 não pode levar à conclusão de que a autoria do escrito não seja de Paulo. Portanto indagaremos pelo significado desses versículos no contexto da exposição apresentada até aqui.

21 Depois que Paulo solicitou que se os irmãos intercedessem por ele em vista de seu aprisionamento, ele dá mais informações aos leitores. Estas deverão ser levadas por Tíquico. Tíquico era da província da Ásia e juntou-se aos colaboradores de Paulo na terceira viagem missionária (cf. At 20.4). Além disso ele é mencionado em 2Tm 4.12 e Tt 3.12 como mensageiro do apóstolo. Também neste

versículo ele deve relatar acerca da situação de Paulo. Essa declaração coincide em boa parte com Cl 4.7. A locução “**a meu respeito**” é completada pela frase de conteúdo muito similar “**como estou**” (literalmente: “o que faço”). A intercessão constante precisa de informação concreta e do cultivo da comunhão. Ambas as coisas devem ser viabilizadas pela visita de Tíquico.

O emissário é caracterizado como “**irmão amado**” (cf. 1Co 15.58; Fp 4.1, também Tg 1.16,19; 2.5) e “**fiel servo no Senhor**”. A origem do relacionamento fraterno entre cristãos está no fato de juntos serem filhos de Deus (Rm 8.14ss). Além disso, o fato de terem somente um Mestre traz consigo a consequência de que todos os demais seguidores de Jesus são irmãos entre si (Mt 23.8). Todos os colaboradores podem ser servos – além do próprio Cristo: Rm 15.8, ou da autoridade estatal: Rm 13.4 – em vista de suas igrejas.

“**Também vós**” deveis receber essas informações’ é algo que pode ser dito em relação a outras igrejas, sobretudo a Colossos, mas também pode ser entendido assim: ‘como estais orando por mim, deveis também estar a par de minha situação’.

22 O versículo corresponde literalmente a Cl 4.8. É notório que nele o singular (“a meu respeito”) passa para o plural (“**a nosso respeito**”). Aliás, a mesma troca ocorre também em Cl 4.7s.

A informação deve ser acompanhada da *paraklesis*, exortação e encorajamento. Tíquico deve comunicar verbalmente o que Paulo fez na carta a partir de Ef 4.1. A exortação inclui fundamentalmente o parâmetro de uma vivência condizente (= digna) com a vocação, com o Senhor, com o evangelho. A promessa recorda constantemente o que Jesus Cristo fez pela igreja como seu corpo e o que ele faz por ela como seu Senhor vivo e presente. Consuma-se assim no envio do “servo fiel” o cuidado pastoral do apóstolo por suas congregações.

2. Voto de bênção: Ef 6.23s

23 – Paz seja com os irmãos e amor com fé, da parte de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo.

24 – A graça seja com todos os que amam sinceramente a nosso Senhor Jesus Cristo.

Como também nas demais cartas do NT o final do escrito é um voto de bênção. O anúncio da **paz** aparece em primeiro lugar (cf. Rm 15.33: o Deus da paz; Gl 6.16). Conforme Ef 2.14 o próprio Cristo é a paz entre os integrantes dos grupos outrora hostis, entre Deus e ser humano (Rm 5.1). A paz, na qual os crentes são introduzidos por intermédio dele e que ele lhes concede, supera todo o entendimento humano (Fp 4.7). Ela é assegurada aos “**irmãos**” no sentido dos filhos de Deus já referidos por ocasião do v. 21.

Além disso Paulo deseja “**amor com fé**”, que vem “**de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo**”. Em Cristo tornou-se manifesto o amor de Deus (Rm 8.32,33). Ele foi derramado nos corações dos crentes (Rm 5.5). É transmitido pela fé, na qual cada um se apossa de Jesus Cristo e sua obra. Na comunhão dos crentes devem vigorar, por isso, também o amor e a paz. Assim o final da 2ª carta aos Coríntios combina a exortação e a promessa: “Quanto ao mais, irmãos, adeus! Aperfeiçoai-vos, consolai-vos, sede do mesmo parecer, vivei em paz; e o Deus de amor e de paz estará convosco” (2Co 13.11).

24 A asserção da **graça** constitui também aqui o ponto final propriamente dito.

Ela é o fundamento das igrejas até mesmo quando são estas abaladas por mazelas e a gratidão foi conseqüentemente interrompida (cf. a carta aos Gálatas), ou quando a autoridade do apóstolo é profundamente questionada (cf. a 2ª carta aos Coríntios). A graça de Deus é anunciada a todos aqueles “**que amam nosso Senhor Jesus Cristo**”. Dessa forma eles se evidenciam como cristãos.

Em contrapartida o anátema é proferido contra aquele que “**não ama o Senhor**” (1Co 16.22).

A nova vida concedida ao crente na graça de Cristo evidencia-se na obediência diante do mandamento fundamental de Deus: amá-lo acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Do amor de auto-entrega de Cristo decorre o amor do cristão a seu Senhor. Desse modo ele se torna partícipe do amor de Deus. Ao mesmo tempo esse amor se torna reconhecível no cumprimento dos mandamentos (cf. Jo 14.21ss).

É controverso o significado do adendo “**em não-transitoriedade**”. Os comentaristas vêem nele uma menção de Jesus Cristo, aquele que é não-transitório, ou da não-transitoriedade do amor. Quando se levam em conta estruturas semelhantes na carta aos Efésios (p. ex., em Ef 2.4,7: em compaixão, em bondade; Ef 3.12: em confiança; 6.2: com promessa; especialmente Ef 6.23: com fé),

a formulação caracteriza a graça divina: ela atua e concede aos crentes a não-transitoriedade da vida eterna (cf. 1Co 15.42,50,53). Dessa forma Paulo faz a ponte com o intróito da carta: ele abriu o escrito com o desejo de graça e paz de Deus (Ef 1.2), para exaltar de imediato a glória da plenitude em bênçãos espirituais, a riqueza da herança eterna. O voto final do apóstolo é que essa graça originária do Pai e do Filho envolva permanentemente os destinatários da carta.

BIBLIOGRAFIA

- Aland, K.*, (ed.), *Luther Deutsch*, vol. I, Göttingen 2ª ed. 1983.
- Asmussen, H.*, *Der Brief des Paulus an die Epheser. Eine Herausforderung an die Macht*, Breklum 1949.
- Balz, H.*, Art. *phobeo*, ThWNT, vol. IX, p. 201-216.
- Barth, M.*, *Die Einheit des Galater- und Epheserbriefes*, ThZ 32 (1976), p. 78-91.
- Barth, M.*, *Ephesians*, 1974.
- Barth, M.*, *Ephesians*, AncB 34 e 34A, 1974.
- Bauer, W.* (ed. K. Aland, B. Aland), *Griechisch-deutsches Wörterbuch*, Berlin et .al. 6ª ed. 1988.
- Bauernfeind, O.*, Art. *aselgeia*, ThWNT, vol. I, p. 488.
- Bauernfeind, O.*, Art. *mataios*, ThWNT, vol. IV, p. 525-530.
- Bengel, J. A.*, *Gnomon Novi Testamenti* (Tübingen 1772), Stuttgart 8ª ed. 1887.
- Benoit, P.*, *Leib, Haupt und Pleroma in den Gefangenschaftsbriefen*, in: idem, *Exegese und Theologie. Gesammelte Aufsätze*, Düsseldorf 1965, p. 246-279.
- Bertram, G.*, Art. *moros*, ThWNT, vol. IV, p. 837-852.
- Bertram, G.*, Art. *nepios*, ThWNT, vol. IV, p. 913-925.
- Bertram, G.*, Art. *paideuo*, ThWNT, vol. V, p. 596-624.
- Bertram, G.*, Art. *phren*, ThWNT, vol. IX, p. 216-231.
- Betz, O.*, “Die Frage nach dem messianischen Bewußtsein Jesu”, NT VI (1963), p. 20-48.
- Billerbeck, P.* (e Strack, H. L.), *Kommentar zum NT aus Talmud und Midrasch*, vol. III, Munique 1926.
- Brenz, J.*, *Kommentar zum Briefe des Apostels Paulus an die Epheser* (ed. W. Köhler), AHAW.PH, vol. 10, 1935.
- Bruce, F. F.*, *The Epistle to the Ephesians*, Londres 1961 (reed. 1974).
- Büchsel, F.*, Art. *agorazo*, ThWNT, vol. I, p. 125-128.
- Büchsel, F.*, Art., *kato*, ThWNT, vol. III, p. 640-643.
- Bultmann, R.*, Art. *aischyno*, ThWNT, vol. I, p. 188-190.
- Cadbury, H. J.*, “The dilemma of Ephesians”, in: NTS 5 (1958-59).
- Caragounis, C. C.*, *The Ephesian Mysterion. Meaning and Content*, CB.NT 8, 1977.
- Carson, D. A.*, et. al., *An Introduction to the New Testament*, 1992.
- Chadwick, H.*, *Die Absicht des Epheserbriefes*, ZNW 51(1969), p. 145-153.
- Conzelmann, H.*, Art. *charis*, ThWNT, vol. IX, p. 363-405.
- Dahl, N. A.*, *Bibelstudie über den Epheserbrief*, in: idem. et. al., *Kurze Auslegung des Epheserbriefes*, Göttingen 1965, p. 7-83.
- Delling, G.*, Art. *archo*, ThWNT, vol. I, p. 476-488.
- Delling, G.*, Art. *artios*, ThWNT, vol. I, p. 474-475.
- Delling, G.*, Art. *hymnos*, ThWNT, vol. VIII, p. 492-506.
- Delling, G.*, Art. *lambano*, ThWNT, vol. IV, p. 5-16.
- Delling, G.*, Art. *pleres*, ThWNT, vol. VI, p. 283-309.
- Delling, G.*, Art. *pleonazo*, ThWNT, vol. VI, p. 263-266.
- Delling, G.*, Art. *pleonektes*, ThWNT, vol. VI, p. 266-274.
- Delling, G.*, Art. *tasso*, ThWNT, vol. VIII, p. 27-49.
- Delling, G.*, Art. *telos*, ThWNT, vol. VIII, p. 50-88.
- Dibelius, M.*, *An die Kolosser Epheser, an Philemon*, revisado por H. Greeven, HNT 12, 3ª ed. 1953.
- Ewald, P.*, *Die Briefe des Paulus an die Epheser, Kolosser und Philemon*, KNT 10, 2ª ed. 1910.
- Foerster, W.*, Art. *diaballo*, ThWNT, vol. II, p. 69-80.
- Foerster, W.*, Art. *exestin*, ThWNT, vol. II, p. 557-572.
- Foerster, W.*, Art. *kyrios* (E: im NT), ThWNT, vol. III, p. 1085-1098.

Friedrich, G., Art. *keryx*, ThWNT, vol. II, p. 682-717.
Friedrich, G., Art. *prophetes* (D: im NT), ThWNT, vol. VI, p. 829-863.

Gaugler, E., Der Epheserbrief, Zuriq, 1966.
Gese, H., "Das Gesetz", in: idem, Zur biblischen Theologie, Tübingen 2^a ed. 1983, p. 55-84.
Gnilka, J., Das Kirchenmodell des Epheserbriefes, BZ NF 15 (1971), p. 161-184.
Gnilka, J., Der Epheserbrief, HThK, vol. X/2, 2^a ed. 1977.
Greeven, H., Art. *euchomai* (II: im NT), ThWNT, vol. II, p. 801-808.
Grundmann, W., Art. *agathos*, ThWNT, vol. I, p. 10-18.
Grundmann, W., Art. *kartereo*, ThWNT, vol. III, p. 619-622.
Grundmann, W., Art. *tapeinos*, ThWNT, vol. VIII, p. 1-25.
Günther, H., Art. Epheserbrief, GBL, vol. I, p. 318s.

Hanson, S., Die Unity of the Church. Colossians and Ephesians, ASNU, vol. 14, 1946.
Harder, G., Art. *phtheiro*, ThWNT, vol. IX, p. 94-106.
Haubeck, W., Loskauf durch Christo, 1985.
Hauck, F., Art. *hosios*, ThWNT, vol. V, p. 488-492.
Hauck, F., Art. *karpos*, ThWNT, vol. III, p. 617-619.
Hauck, F., Art. *katharos* (D: im NT), ThWNT, vol. III, p. 427-434.
Hauck, F., / Schulz, S., Art. *prays*, ThWNT, vol. VI, p. 645-651.
Heim, K., Jesus der Herr, Wuppertal, 5^a ed. 1977.
Hendriksen, Exposition of Ephesians, NT Commentary, Grand Rapids 1979.
Houlden, J. L., Christ and Church in Ephesians, StEv 6 (1973), p. 267-273.
Iwand, H. J., Predigtmeditationen, Göttingen 4^a ed. 1977.

Johnson, L., "The Pauline Letters from Caesarea", ExpTim 68 (1956-57), p. 24-26.

Käsemann, E., "Amt und Gemeinde im Neuen Testament", in: idem, Exegetische Versuche und Besinnungen, vol. I, Göttingen, 6^a ed. 1970, p. 109-134.
Käsemann, E., Art. Epheserbrief, RGG 3^a ed., vol. II, p. 517-520.
Käsemann, E., Das Interpretationsproblem des Epheserbriefes, in: idem, Exegetische Versuche und Besinnungen, vol. II, Göttingen 1964, p. 253-261.
Kirby, J. C., Ephesians. Baptism and Pentecost, Londres 1968.
Kittel, G., Art. *doxa* (F: im NT), ThWNT, vol. II, p. 250-258.
Kleinknecht, H., Art. *pneuma* (A: im Griechischen), ThWNT, vol. VI, p. 330-357.
Kümmel, W. G., Einleitung in das NT, Heidelberg, 17^a ed. 1973 port. Paulinas?]

Laubach, F., Art. *Blut*, TBLNT, vol. I, p. 131-134.
Laubach, F., Der Prophet Sacharja, Wuppertal 1984.
Le Seur, P., Die Briefe an die Epheser, Kolosser und an Philemon, traduzidos e comentados, 1936.
Lloyd-Jones, D. M., Life in the Spirit in Marriage, Home and Work. An Exposition of Ef 5:18 to 6:9, Edinburgh 1973.
Luther, M., Anton Lauterbachs Tagebuch, 10.5.1538, WATR 3, p. 669-674.
Luther, M., Auslegungen zu 1. Kor. 15 (1532/33), WA 36, p. 478-696.
Luther, M., Dictata super Psalterium (1513-1516), WA 4, p. 1-462.
Luther, M., Schmalkaldische Artikel, BSLK, p. 405-468
Luther, M., Thesen zur "Heidelberger Disputation" (1518), WA 1, p. 353-355.
Luther, M., Vom unfreien Willen (1525), WA 18, p. 551-787.
Luther, M., Vorrede zum Brief des Paulus an die Römer (1522), WA DB 7, p. 2-27.

Maurer, C., "Der Hymnus von Epheser 1 als Schlüssel zum ganzen Briefe", EvTh 11 (1951/52).
Merklein, H., Christus und die Kirche. Die theologische Grundstruktur des Epheserbriefes nach Eph. 2,11-18, SBS 66, 1973.
Merklein, H., Das kirchliche Amt nach dem Epheserbrief, StANT 33, 1973.
Michaelis, W., Art. *hodos*, ThWNT, vol. V, p. 42-118.
Michaelis, W., Art. *kratos*, ThWNT, vol. III, p. 905-914.

- Michel, O.*, Art. *katantao*, ThWNT, vol. III, p. 625-628.
- Michel, O.*, Art. *naos*, ThWNT, vol. IV, p. 884-895.
- Michel, O.*, Art. *oikos*, ThWNT, vol. V, p. 122-161.
- Mitten, C. L.*, The Epistle to the Ephesians. Its Authorship, Origin and Purpose, Oxford 1951.
- Mussner, F.*, Beiträge aus Qumran zum Verständnis des Epheserbriefes, in: Neutestamentliche Aufsätze (FS J. Schmid), Regensburg 1963, p. 185-198.
- Mussner, F.*, Christus, das All und die Kirche. Studien zur Theologie des Epheserbriefes, TthSt 5, 2^a ed. 1968.
- Mussner, F.*, Der Brief an die Epheser, ÖTBK 10, Gütersloh 1982.
- Odeberg, H.*, The View of die Universe in the Epistle to the Ephesians, AUL.T 29,6, 1934.
- Oepke, A.*, Art *hoplon*, ThWNT, vol. V, p. 292-315.
- Overfield, P. D.*, Pleroma. A Study em Content and Context, NTS 25 (1979), p. 384-396.
- Panegopoulos, J.* "Die urchristliche Prophetie: Ihr Charakter und ihre Funktion", in: idem (ed.), Prophetic Vocation in the New Testament and Today, NT.S.XLV, 1977.
- Pfammatter, J.*, Die Kirche als Bau. Eine exegetisch-theologische Studie zur Ekklesiologie der Paulusbriefe, AnGr 110, 1960.
- Pokorny, P.*, Der Brief des Paulus an die Epheser, ThHK 10, vol. II, Leipzig 1992.
- Preisker, H.*, Art. *methe*, ThWNT, vol. IV, p. 550-554.
- Proksch, O.*, Art. *hagios* (E: im NT), ThWNT, vol. I, p. 101-116.
- Rad, G. v.*, Art. *doxa* (C: im AT), ThWNT, vol. II, p. 240-245.
- Reicke, B.*, Art. *parhistemi*, ThWNT, vol. V, p. 835-840.
- Rendtorff, H.*, Der Brief an die Epheser, NTD VIII, 5^a ed. 1949.
- Rienecker, F.*, Der Brief des Paulo an die Epheser, Wuppertal, 4^a ed. 1975.
- Schille, G.*, Liturgisches Gut im Epheserbrief (tese mimeo., Göttingen 1952).
- Schlauer, A.*, Erläuterungen zum NT 7, Stuttgart 1963.
- Schlauer, A.*, Erläuterungen zum NT 9, Stuttgart 1964.
- Schlier, H.*, Art. *anecho*, ThWNT, vol. I, p. 360-361.
- Schlier, H.*, Art *parresia*, ThWNT, vol. V, p. 869-884.
- Schlier, H.*, Christus und die Kirche im Epheserbrief, 1930.
- Schlier, H.*, Der Brief an die Epheser, Düsseldorf 5^a ed. 1965.
- Schlier, H.*, Mächte und Gewalten im Neuen Testament, QD 3, 1958.
- Schmitz, O.*, Christus und die Gemeinde. Eine Handreichung zum Verständnis des Epheserbriefes, 1940.
- Schnackenburg, R.*, Christus, Geist und Gemeinde (Eph 4:1-16), in: Christ and Spirit in the New Testament (FS C.F. D. Moule), Cambridge 1973, p. 279-296.
- Schnackenburg, R.*, Der Brief an die Epheser, EKK X, Einsiedeln/Neukirchen-Vluyn 1982.
- Schnackenburg, R.*, Gestalt und Wesen der Kirche nach dem Epheserbrief, in: idem, Schriften zum NT, Munique 1971, p. 268-287.
- Schneider, J.*, Art. *helikia*, ThWNT, vol. II, p. 943-945.
- Schneider, J.*, Art. *stauros*, ThWNT, vol. VII, p. 572-584.
- Schrenk, G.* (com G. Quell), Art. *dike*, ThWNT, vol. II, p. 176-229.
- Stadelmann, H.*, Der Epheserbrief, Bibelkommentar zum NT, Neuhausen-Stuttgart 1993.
- Stählin, G.*, Art. *orge* (E: im NT) ThWNT, vol. V, p. 419-448.
- Strathmann, H.*, Art. *martys*, ThWNT, vol. IV, p. 477-520.
- Stuhlmacher, P.*, "Er ist unser Friede" (Eph 2,14). Zur Exegese und Bedeutung von Eph 2,14-18," in: J. Gnilka (ed.), Neues Testament und Kirche. FS R. Schnackenburg, Freiburg 1974, p. 337-358.
- Stuhlmacher, P.*, Biblische Theologie des NT, vol. I. Grundlegung: Von Jesus zu Paulus, Göttingen 1992.
- Tachau, P.*, "Einst" und "Jetzt" im Neuen Testament, FRLANT 105, 1972.
- Thimme, L.*, Das Geheimnis der Gemeinde Jesu. Eine Auslegung und Verdeutschung des Epheserbriefes, 1939.
- Traub, H.*, Art. *ouranos* (D: im NT), ThWNT, vol. V, p. 512-543.

Vielhauer, P., Oikodome. Das Bild vom Bau in der christlichen Literatur vom Neuen Testament bis Clemens Alexandrinus, Karlsruhe 1939, (reimpressão Munique 1979).

Wagenführer, M.-A., Die Bedeutung von Christus für Welt und Kirche, Studien zum Kolosser- und Epheserbrief, Leipzig 1941.

Wagner, P., Das offensive Gebet. Strategien zur geistlichen Kampfführung, Wiesbaden 1992.

Weiß, K., Art. *chrestos*, ThWNT, vol. IX, p. 472-481.

Westermann, C., Das Loben Gottes in den Psalmen, Göttingen 3^a ed. 1963.

1

¹Hahn, E. (2006; 2008). *Comentário Esperança, Carta aos Efésios; Comentário Esperança, Efésios (4)*. Editora Evangélica Esperança; Curitiba.